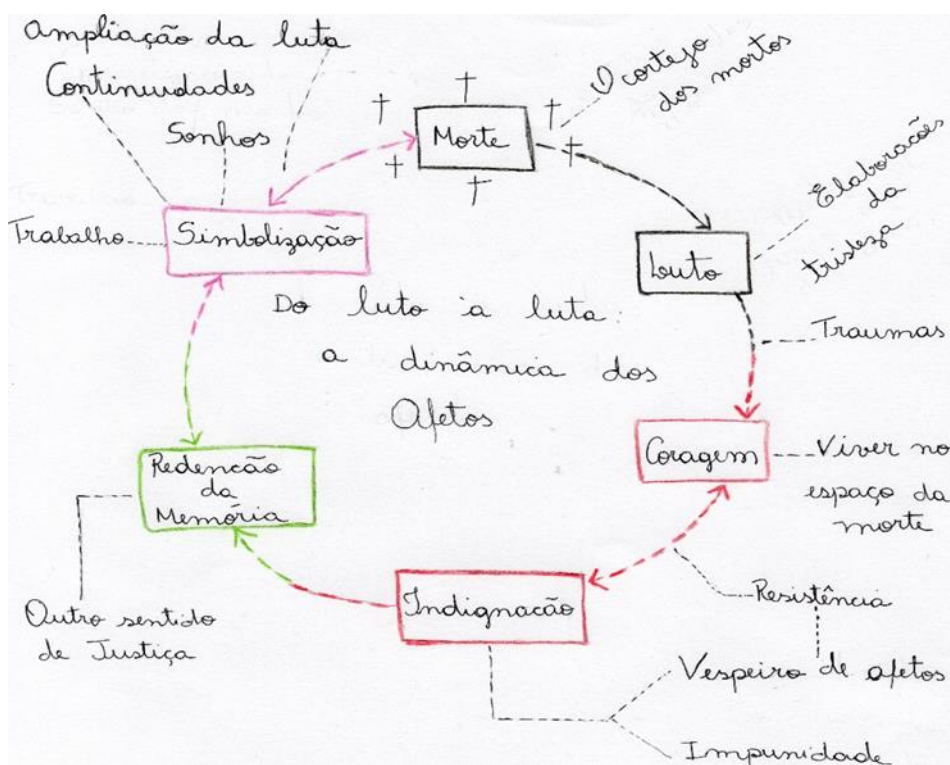


UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE
NA AMAZÔNIA

MARIA REGINA CEO ANDRADE

DO LUTO À LUTA
MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE ANTE ÀS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA
NO CAMPO NO SUL E SUDESTE DO PARÁ



MARABÁ

2019

MARIA REGINA CEO ANDRADE

DO LUTO À LUTA
MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE ANTE ÀS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NO
CAMPO NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, na área de concentração interdisciplinar, sob a orientação do prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva.

MARABÁ
2019

MARIA REGINA CEO ANDRADE

**DO LUTO À LUTA: MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE ANTE ÀS PRÁTICAS DE
VIOLÊNCIA NO CAMPO NO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, na área de concentração interdisciplinar, sob a orientação do prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva – Orientador
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Hiran de Moura Possas – Examinador interno
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira – Examinador externo
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Hildete Pereira dos Anjos – Suplente
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

De sofrimento eu entendo tudo meu filho, mas
nunca esmoreci não.

Geraldina Canuto de Oliveira

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que acreditaram no sonho da reforma agrária e que, por seus esforços em transformar esse sonho em realidade, tombaram na luta pela terra.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às mulheres, mães e viúvas da terra, aos filhos e filhas órfãos e órfãs que tiveram o cuidado e o amor dos familiares interrompidos em suas vidas. Agradeço com especial afeto aos sobreviventes de massacres no campo advindos da luta pela terra, pela confiança e por permitirem o estudo de suas memórias, envolvendo lembranças tão caras às suas vidas. Aos narradores e suas famílias, pela oportunidade de convívio, especialmente ao Carlito Ferreira da Silva e sua esposa Edinamar. À Marina da Silva; Edinaldo Campos Lima; Maria Joel Dias da Costa e Luzia Canuto de Oliveira Pereira.

A todos os professores e professoras que compõem o corpo docente do Programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, em especial ao professor e orientador Jerônimo da Silva e Silva, pela excelente orientação, paciência, amizade e comprometimento com que conduziu a orientação nesse terreno diverso e difícil da interdisciplinaridade. Aos professores Iran de Moura Possas, Flávio Leonel Abreu da Silveira e Jorge Luís Ribeiro dos Santos, por contribuírem para o alargamento das reflexões deste trabalho.

Aos discentes da turma 2017, com quem dividi momentos de alegria, aprendizado e amizade: Keylla Lopes de Almeida, Erika Joselma da Silva Curvina, Richelly de Nazaré Lima da Costa, Victor Elpidio Haor Correa Dias, Fabricio Araújo Costa, Amarildo José Mazutti, Milton Pereira Lima, Jôyara Maria Silva de Oliveira, Edna Carolina Mayorga Sanchez.

À amiga Claudiana Guido e Fernando Michelotti pelo apoio e amizade.

À amiga Jéssica Solórzano Orellana pela riqueza dos momentos de reflexão que compartilhamos durante o mestrado, fonte de enorme aprendizado. Pela amizade que transbordou em elos de afeição alegre, risadas e companheirismo.

À organização Comissão Pastoral da Terra – CPT – especialmente Francisca Iranete e José Batista - pelo acolhimento que possibilitou a realização da pesquisa documental;

À organização Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH – entidade que me oportunizou o trabalho e ao mesmo tempo a inserção no rico campo de investigação desta pesquisa.

Aos amigos e amigas do Centro de Atenção Psicossocial, pela compreensão diante de minhas dificuldades e por partilharem comigo as vivências da difícil trajetória de estudante e

trabalhadora, especialmente à Janaina, Lidiane, Iquejane, Cleide, Railson, Carine, Onizete, Allan, Estefânia, Daniela, Adriana e Gisele.

À amiga Antonieta, pelo incentivo e companheirismo, desde antes, quando a realização do mestrado era para nós um sonho.

À dona Marlene, pela alegria e companheirismo no convívio e cuidado com nossa família.

À amiga Jacinta, pela amizade e por compartilhar comigo o cuidado de meus filhos nos momentos em que estive ausente e precisei de seu apoio.

À amiga Luciléia pelas boas vibrações e por, mesmo longe, torcer por meu crescimento.

À psicanalista Elizabeth Bittencourt e à psicanalista e grande amiga, Ozilea Costa, por dividirem comigo momentos especiais em que estive inquieta com a condição de não saber.

Ao amigo Evandro Medeiros pelas reflexões e pela disponibilidade em contribuir com a realização deste trabalho.

A minha família, pela alegria de me ver realizar esse sonho. A minha irmã Carla Regina, pelo zelo e dedicação em promover nossa união. Ao meu pai, Carlos Umberto, pelo apoio e amizade, e a minha avó Maria, pelos incentivos que não me permitiram esmorecer na caminhada.

A minha mãe (*in memoriam*), por ter sido a primeira a me transmitir reflexões sobre os sentidos da solidariedade, da vida comunitária, sobre as desigualdades sociais e a compartilhar comigo seus sonhos de um mundo mais justo.

Ao companheiro Júlio César de Souza, pelo amor, amizade, companheirismo, paciência, dedicação e por não ter medido esforços em me acompanhar em todos os momentos da trajetória de realização do mestrado.

Ao meu filho Miguel, pela firmeza ao encarar os desafios desses dois anos com a coragem de um menino amoroso. Ao meu filho Joaquim, pela doçura e pelos “papos aleatórios”, como ele mesmo diria.

A Aimée por me proporcionar sorrisos distraídos em dias difíceis.

RESUMO

O sul e o sudeste do Pará caracterizaram-se historicamente como regiões de ocupação territorial conflituosa, marcadas por processos migratórios intensos, disputas pela terra e pela ocorrência emblemática de práticas de violações contra a vida. Nesse contexto, este trabalho toma por objeto a memória de pessoas que perderam familiares assassinados em meio à luta pela terra no sul e sudeste do estado do Pará. Amparados por uma perspectiva teórica e metodológica interdisciplinar, através da pesquisa de campo antropológica, da psicanálise e dos estudos de memória, a pesquisa intenta problematizar como se desdobra a relação entre as emoções produzidas pelos assassinatos no campo e a reelaboração das ações de resistência. Particularmente, este estudo pretende analisar as narrativas dos familiares de pessoas assassinadas, com ênfase em suas experiências pessoais e junto às organizações sociais e políticas das quais elas participaram antes e após os assassinatos de seus familiares, buscando compreender suas trajetórias de vida e os efeitos das perdas sobre suas subjetividades, e, por conseguinte, no ambiente das lutas políticas. A análise das memórias nesse enredo se desloca para o campo da “política de afetos”, isto é, pelo investimento e transfiguração de emoções que perpassam a luta pela terra, pela justiça e melhores condições de vida, a despeito do luto. Essas, sob a mesma potência, não deixam de engendrar o aprofundamento do sofrimento psíquico, na medida em que fazem o sofrimento da perda e da impunidade, não incluídos nas pautas das agendas políticas do movimento social, se confundirem com as vicissitudes dos enfrentamentos atuais. Por outro lado, a continuidade da vida política dos enlutados, o trabalho de remissão da memória dos mortos, segue atuando como uma outra justiça em horizontes existenciais que escapam à racionalidade política. A análise dos dados da pesquisa possibilitou conhecer que as emoções atravessam o trabalho da memória no ato de lembrar e esquecer, tocando a trajetória política dos sujeitos em análise e desvelando a composição das inúmeras facetas das práticas de resistência, para além da ordem econômica e político-partidária. Ainda nesse sentido, através da plástica tensão entre luto e luta, apreendemos as múltiplas percepções que homens e mulheres construíram no enlace entre memória e pertença da terra, bem como dos significados da presença/ausência do Estado em suas vidas. Finalmente, a absolvição do sofrimento dos sobreviventes ocorre a partir da transmissão da narração da experiência da violência, articulando um trabalho onde justiça e memória social se encontram. Assim, pode-se vislumbrar, pela redenção da memória dos mortos, a criação de faíscas que acendem a clareira dos sentidos para as lutas do presente nessa parte da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia. Luta pela Terra. Memória. Política de Afetos. Subjetividade.

ABSTRACT

The South and southeast of Pará had been characterized, historically, as a region colonized by migratory processes, disputes over the land and by an important use of violence in these processes. In that context, the object of this work is the memory of who have lost relatives, by assassination, in the struggles for the land in the South and southeast of Pará. The methodology used in this work is interdisciplinary, exploring psychoanalysis and anthropology. The general objective is to investigate how the relationship between emotions of murders for land and the continuity, of the murdered people's relatives, in the fight for land rights and justice operates. The data analysis allows knowing that emotions go through the memory, having influence over the political trajectory of the analyzed subjects and shows the infinite practices of political resistance. In that way, through the tension between mourning and fight, we learn the multiples perceptions that were constructed between memory and land belonging and how is signified the presence/absence of the State for that subjects. Finally, the suffering absolution of the relatives starts with the violent experience narration, putting together the sense of justice and the formation of social memory.

Keywords: Amazon. Land struggles. Memory. Political affections. Subjectivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edinaldo Campos Lima	124
Figura 2 – Luzia Canuto de Oliveira Pereira	132
Figura 3 – Maria Joel Dias da Costa	138
Figura 4 – Carlito Ferreira da Silva	162

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fotografia do corpo de Zé Pretinho	82
Imagem 2 – Local do massacre no Castanhal Ubá.....	86
Imagem 3 - Zé Pretinho resgatando corpos no Castanhal Ubá.....	86
Imagem 4 – Família da Sr.^a Marina no P.A Veneza.....	88
Imagem 5 – Fotografia de Carlito e Marina.	89
Imagem 6 – Marina e os filhos, 1985.....	92
Imagem 7 – Inauguração do monumento em 2012	95
Imagem 8 – Monumento abandonado	95
Imagem 9 – Cenas do percurso Marabá a Rio Maria.....	103
Imagem 10 – Evento no STR de Rondon do Pará	113
Imagem 11 – Oficina em Marabá.....	116
Imagem 12 – Notícia do Jornal Opinião sobre a Investigação	125
Imagem 13 – Edinaldo e filhos – Jornal Opinião.....	126
Imagem 14 – Geraldina Canuto.	128
Imagem 15 – O cortejo das máquinas: Rondon do Pará – 27. 12. 2000	169
Imagem 16 – Passeata dos produtores rurais em Rondon do Pará.	169
Imagem 17 – Casa de Memórias	177

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Abrangência da pesquisa	77
Mapa 2 – Mapa do trajeto de Marabá ao local do Massacre em São João do Araguaia.	78
Mapa 3 – Mapa do trajeto de Marabá a Rio Maria	102
Mapa 4 – Mapa do trajeto de Marabá a Rondon do Pará.....	109
Mapa 5 – Localização do bairro Morada Nova.	117

LISTA DE SIGLAS

AI	Atos Institucionais
COSIPAR	Companhia Siderúrgica do Pará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DECA	Delegacia de Conflitos Agrários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PIC	Programas Integrados de Colonização
PM	Polícia Militar
PROVITA	Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OS INVASORES DA MEMÓRIA E O RASTRO DA MORTE: PEGADAS INICIAIS	14
1.1.2 Revisitações... ..	15
2 POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ.....	28
2.1 O MOTOR DA ECONOMIA DA TERRA: MIGRAÇÃO, EXPLORAÇÃO E DISCURSOS DA COLONIZAÇÃO	30
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA.....	35
2.3 LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA.....	40
3 A DIVISÃO DOS CAMPOS E O APARTAR DOS AFETOS	56
3.1 ETNOGRAFIA, ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES E A PSICANÁLISE	58
3.2 TERRITÓRIO DA MEMÓRIA: A DINÂMICA DOS AFETOS.....	63
3.2.1 Memória: a questão do tempo e da história	67
3.3 APRESENTAÇÃO DOS NARRADORES	76
3.3.1 Narrador Carlito – Chacina da Fazenda Ubá	78
3.3.2 Narradora Luzia Canuto de Oliveira Pereira, filha de João Canuto	97
3.3.2.1 Intersubjetividade e estranhamento no campo de pesquisa.....	101
3.3.3 Narradora Maria Joel Dias da Costa, viúva de José Dutra da Costa, o Dezinho..	107
3.3.4 Narrador Edinaldo Campos Lima – Chacina de Morada Nova	115
4 A POLÍTICA DOS AFETOS: LUTO E INCOMPLETUDE ANTE AS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NO CAMPO	120
4.1 LUTO: ELABORAÇÕES DA TRISTEZA QUE TOMA O CORPO DOS DIAS	120
4.2 DO LUTO À LUTA	136
4.3 DOR, TRAUMA E SOFRIMENTO	146
4.4 CORAGEM: PRESSÁGIOS DA MORTE, VIDA E RESISTÊNCIA	155
4.5 INDIGNAÇÃO.....	163
4.6 PERSEGUINDO RASTROS: REDENÇÃO DA MEMÓRIA E ABSOLVIÇÃO DO SOFRIMENTO.....	175
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CAMPO DE BATALHA E O VESPEIRO DA MEMÓRIA	181
REFERÊNCIAS	190

1 INTRODUÇÃO

1.1 OS INVASORES DA MEMÓRIA E O RASTRO DA MORTE: PEGADAS INICIAIS

O sul e o sudeste do Pará apresentam uma história de ocupação territorial conflituosa, marcada por processos migratórios intensos, disputas pela terra, recursos naturais e ocorrência emblemática de práticas de violência. Nesse contexto, esta pesquisa veicula o estudo da memória aos processos sociais de luta pela terra, em um cenário de violência e massacres de pessoas no campo a partir, fundamentalmente, dos testemunhos de familiares que tiveram vidas de entes queridos ceifadas. O tema da morte e assassinato de camponeses configura-se como um fenômeno histórico e social no estado do Pará. A problemática da questão da terra na Amazônia tem sido estudada amplamente desde o século passado por pesquisadores como Almeida (1993,1997, 2008), Fernandes (1994), Medeiros (1996), Velho (1972), além de importantes estudos mais específicos sobre a questão agrária no estado do Pará, realizados por pesquisadores como Hébette (2004), Guerra (2013), Pereira (2015, 2017), dentre outros.

Por sua vez, a memória constitui-se como uma categoria analítica pertencente a diferentes campos de investigação científica; pode ser estudada em razão de suas funções e perturbações, como na área da psicologia, sociologia, história, neurologia, dentre outros campos do saber. Outras perspectivas de estudos enfocam a memória histórica, social e coletiva, correlacionando memória, história, linguagem e escrita. Este trabalho aproxima-se das perspectivas de estudos que envolvem a função social da memória, considerando-a um processo dinâmico e acidentado, em constante relação com o presente, possível através da experiência de lembrar e esquecer, ao passo que articula passado e presente em um território afetivo empreendedor de ações que irrompem no instante atual.

O estudo da memória veiculado ao curso da subjetividade na luta pela terra é relevante do ponto de vista acadêmico, tendo em vista a escassez de pesquisas que abordam os processos subjetivos como inerentes aos fatos objetivos. Nesse recorte da realidade, a subjetividade, tantas vezes tratada como da ordem do psiquismo ou do subjetivismo, oferece elementos para o conhecimento dos problemas que afligem a sociedade.

O segundo desdobramento do rompimento com essa posição dicotômica que divide os objetos de estudo, está em reconhecer a existência da intersubjetividade entre pesquisador e pesquisado no contexto científico de pesquisa. A partir das narrativas e dos caminhos revisitados da memória em articulação aos afetos que atravessam a atividade de lembrar e esquecer, além de conhecer a memória de trabalhadores e trabalhadoras que se dedicaram à

luta pela terra e reforma agrária é estranhar minha própria familiaridade com o tema, dada minha origem nesse cenário de migração que caracteriza a região sul e sudeste paraense. Familiarizar-me com outras perspectivas de vida e de histórias no instante presente torna-se possível na relação intersubjetiva com o objeto que ora está próximo, ora está distante no exercício da construção da pesquisa. Nesse sentido, compreende-se que pesquisador e objeto interagem no processo de produção de conhecimento, a partir da expansão das fronteiras teóricas e metodológicas que a pesquisa pretende alcançar.

1.1.2 Revisitações...

Minha inserção no cenário do sudeste paraense – um dos campos de investigação desta pesquisa – ocorreu na década de 80, com a chegada de minha família à terra onde se estabeleceram e passaram a viver, terra que, na fala dos adultos, prometia uma vida abundante de trabalho e posses. Tais lembranças revisitam cenas de um tempo que desperta em mim cheiros, gostos e afetos.

Tendo nascido no centro-oeste, meus dias no território paraense se iniciaram por volta dos dois anos de idade. Tive uma infância marcada por viagens permanentes da cidade de Goiânia para a cidade de Curionópolis¹, local em que meu avô paterno e família agregada a ele se estabeleceram para viver através de atividades na terra. A memória dessas viagens, que marcaram imagneticamente minha infância, desperta sensações e afetos que fazem surgir lembranças de atoleiros na estrada, pontes quebradas, presença de indígenas, dentre outras recordações em relação a tudo aquilo que para mim integrava aquele lugar novo, o Pará na década de 80. Desse modo, pela via de minha perspectiva infantil, a palavra “Pará” tinha uma vasta significação, assim como os sentimentos que acompanhavam o seu significado, como o sentimento de estar “longe”, de “saudades”, “medo”, “aconchego”, dentre outros afetos e sentidos, como, “riqueza”, “ouro”, “fartura”, etc.

A partir da segunda metade da década de 80, apesar de ter pouca idade, eu já alcançava certa consciência dos conflitos e da violência na região. Rumores envolvendo a disputa pela terra começaram a fazer parte da minha vida. Alguns personagens passaram a

¹ No final da década de 70 surgiu um conglomerado de pessoas, localizado no Km 30 da rodovia PA-275, que veio a se tornar mais tarde a cidade de Curionópolis. Originada pelas expectativas de trabalho em torno das implantações do Projeto Ferro Carajás e da busca por ouro, muitos garimpos surgiram na região. No início dos anos 80, com o surgimento do grande garimpo de serra pelada, “o trinta” sediou grande concentração de pessoas que transitavam para Serra Pelada. O Major Curió, exercendo poder sobre os garimpeiros no início da década de 80, inspirou o nome da cidade que em maio de 1988 foi elevada à categoria de município. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/curionopolis/historico>>.

habitar meu imaginário nessa época. Os “invasores de terra” – eu nunca havia visto pessoalmente, mas eles compunham as falácias sociais – hoje compreendo que eram os posseiros que posteriormente passaram a se organizar por uma consciência da necessidade de luta por direitos. Outros personagens habitavam meu imaginário infantil, pertencentes à categoria “invasores de terra”: os garimpeiros. Esses eram interessantes, pois havia um sentido engraçado e ao mesmo tempo temeroso na forma como eu apreciava suas existências, apesar de não ter convivido com os mesmos. Pelos rumores que eu escutava, os garimpeiros compunham para mim a imagem de uma espécie perigosa de “pirata” da terra na perseguição do ouro. Na cidade de Curionópolis não era incomum encontrar pessoas esbanjando dentes amarelados reluzentes de ouro em seus sorrisos, o que, para uma criança, produzia uma mistura de curiosidade e temor, além de nenhuma cautela ao demonstrar pouca aprovação pela estética escolhida por essas pessoas.

A referida teia de lembranças também conta com a figura dos fazendeiros, proprietários de terra como o meu avô paterno. Estes dispunham de um jeito especial de se vestir e falar. Nem todos, apenas os mais abastados – não os de minha família de baianos do interior que usavam botas simples e chapéu de couro do tipo de cangaceiro – costumavam esbanjar elegância nas botas de cano longo, cinto de fivela grande com algum símbolo da pecuária, como uma ferradura, boi ou cavalo dourado, trajando camisas que variavam do xadrez a cor lisa, visual complementado pelo chapelão de abas largas tipo de *Cowboy* americano.

Os fazendeiros circulavam nas redondezas esbanjando requinte em caminhonetes tipo *pick ups*, cujos nomes vêm a minha memória visual a desenhar as imagens do nome “Ford F1000”, “Chevrolets D-20”, dentre outros suntuosos veículos da moda agropecuária da época. Nesse cenário, recebíamos sempre a visita dos vizinhos fazendeiros. Eu era incumbida de servir os quitutes feitos por minha avó: doce de leite, goiabada, cafezinho com pão de queijo, limonada gelada, etc. A prosa que entoava um sotaque característico do migrante mineiro ou goiano, outras vezes do baiano como meu avô, era longa e versava sobre uma infinidade de assuntos, como o preço da arroba do boi, o preço do litro de leite, os pleitos políticos locais que eles apoiavam ou desapoavam para as primeiras eleições da cidade de Curionópolis; outras vezes versavam sobre quem eram os fazendeiros mais bem sucedidos da região ou sobre as inovações tecnológicas do mercado agropecuário. No lugar de criança, diante desses diálogos, eu compreendia que muito bem-sucedida era a vida do fazendeiro, apesar de minha precoce capacidade de perceber contradições no meio social que os envolvia, como as relações dos mesmos com suas esposas, com os empregados, etc.

Também permeia o movimento da minha memória a figura dos trabalhadores rurais. Realizavam o roçado da “juquira”, uma vegetação ou mato que surgia em áreas devastadas. Outras vezes faziam a derrubada de mata. Outros lidavam com o gado, os “vaqueiros”. Os trabalhadores conviviam mais avidamente no cotidiano da fazenda, visto que estavam sempre na rotina de trabalho com meu avô. Usavam chapéu de palha, botas de borracha, ou botas de cano curto, as “botinas”, que meus familiares também usavam nas ocasiões de trabalho. Outras vezes os observava usando uma gasta chinela do tipo “havaiana”. Esses trabalhadores tinham um cheiro de suor, de fumo e de cigarro de palha, de esterco de vaca e de leite, cheiros característicos de quem lida no meio rural.

O trabalho das mulheres era restrito ao seio doméstico. Essa força de trabalho, apesar de desvalorizada em relação ao trabalho masculino, movimentava e erguia o empreendimento familiar dia após dia. As mulheres eram ávidas na produção alimentar que abastava a todos. Panelões enormes ficavam escurecidos pela fumaça em cima do fogão à lenha. A limpeza da enorme casa avarandada de todos os lados era fatigante. Hortas no quintal também eram parte do trabalho de minha avó, assim como a produção de queijo, requeijão, coalhada, manteiga, biscoitos e bolos em grande quantidade para abastecer o consumo semanal. Enormes latas de banha de porco e toucinho espalhavam no ar um cheiro bom que vinha da cozinha. Mantas de carne de sol secavam no varal aos fundos da casa. É importante ressaltar que, se o trabalho de minha avó era desprivilegiado em relação ao dos homens, valia menos ainda o trabalho doméstico das mulheres trabalhadoras braçais que ganhavam a vida nessa região naquela época.

A lavagem de roupas era feita a mão, em uma bica que corria água ininterruptamente da nascente. Não havia energia elétrica e máquinas de lavar. Recobro a imagem do ferro de passar roupas que operava a brasas, deslizando pelas camisas de linho de meu avô. É possível recobrar a imagem de Maria (empregada doméstica) usando um lenço na cabeça, com uma mão nas cadeiras e a outra erguendo e balançando o pesado ferro de passar, assoprando as brasas para esquentar o ferro e desamassar as roupas. Maria era uma mulher negra, migrante da Bahia, que trabalhava como empregada doméstica e morava na casa de meus avós. Mulher enérgica, brigona e desaforada, talvez porque eu e meu irmão lhe atormentássemos demasiadamente com “pestices” de criança travessa, como por exemplo lhe arrancar o lenço da cabeça quando ela estava distraída e sentada com alguma peneira de palha no colo a catar o arroz. Outras vezes nos escondíamos embaixo da enorme mesa de mogno e lhe aplicávamos um beliscão nos pés, depois corríamos desesperados por baixo da mesa coberta por uma enorme toalha, até atravessar para o outro lado, na certeza de que, se a “Mia” nos pegasse,

levaríamos um doloroso cascudo, como muitas vezes ocorreu. Ela também nos convidava para escutar as histórias do programa “encontro com tia Leninha da Rádio Nacional da Amazônia”, algo que nos deixava quietos e satisfeitos.

Recordo também de Maria chorar. Receio que pelas broncas de minha avó, pelos esporros de meu temido avô, ou pelas “atentações” das crianças. Essa cena me faz recobrar também o tratamento inferiorizado dado ao negro em minha família, o que poderia ser observado na conduta dos adultos. Certo sentimento de culpa me atravessa ao relembrar tais “pestices” feitas a Maria. Hoje me pergunto se de algum modo nosso comportamento inapropriado com ela teria sido afetado pela percepção do lugar “coisificado” do negro e de suas existências dentro de nossa família. A reposta que presumo intuitivamente é de que sim, éramos crianças, mas reproduzíamos a relação de subalternização da empregada negra Maria.

Nesse cenário, os homens eram envolvidos em uma dinâmica mais social e voltada para fora. Eu, particularmente, apreciava os labores masculinos de montar a cavalo e sair livre pelo campo. A realização da vacina dos animais era um afazer que reunia um número grande de trabalhadores extras. Os vizinhos de fazenda também vinham ajudar, assim como nossa família reciprocamente colaborava no período de vacina dos animais deles. Nessa ocasião as mulheres eram encarregadas de preparar grandes quantidades de comida. As pausas do trabalho dos homens e a recepção dos visitantes no refeitório da grande cozinha eram apreciadas com curiosidade por mim.

Meu lugar em toda essa dinâmica da vida rural mudou com o passar dos anos. De criança que passava férias devido à situação de pais separados desde os três anos de idade, para uma residente definitiva aos sete anos completos. Como mulher, aprendi muito cedo a lida das mulheres no seio familiar. Uma atividade encarregada a mim, desde muito pequena e baixinha de estatura, era lavar louças. Recebia os elogios de minha avó por subir em um cepo, pedaço de tronco de árvore, para alcançar a pia e lavar louças menores. À medida que fui crescendo conseguia “arear” panelões, caldeirões grandes e queimados pela fervura de leite, frituras de carne de porco, etc.

Nesse cenário da vida cotidiana na fazenda, percebia alguns privilégios de meu irmão mais velho em relação a mim, para meu descontentamento. Desde já reprovava essas diferenças de atribuições de acordo com o gênero. A parte mais apreciada por mim na fazenda eram alguns momentos de solidão em que conseguia desaparecer quando saía de fininho para apreciar a mata que ficava ao longe, ou o pôr do sol e outras paisagens belas como a imagem de uma castanheira que ficava em cima de uma serra. Essa castanheira permaneceu lá muitos e muitos anos, emoldurada pela janela de madeira da cozinha de onde ao longe eu a avistava.

Das lembranças desse tempo de infância no Pará resta algo que deve ser mencionado. Certa vez, ao escutar as notícias sobre “invasão” de terras, indaguei meu avô sobre a possibilidade de isso ocorrer. Ele respondeu que se “invadissem” a fazenda, esconderia a mim e meu irmão no bananal que ficava logo abaixo da sede. Hoje, acredito que essa resposta talvez tenha sido uma brincadeira dessas que se faz com crianças, com o intuito de amedrontá-las diante de seu óbvio temor. É possível observar aqui o modo como essa vivência ficou preservada em minha memória, como uma lembrança dos conflitos e das disputas no território em torno da questão da terra como propriedade privada. A resposta de meu avô sobre minha indagação motivada pelo medo, não só me fez ficar apavorada, como também deu início às formações de meu imaginário sobre a figura do posseiro, como aquela pessoa má que iria tomar a fazenda e matar a todos para ficar com a posse da terra.

Dessa forma, o Pará era para mim aquele lugar que sentia como um ambiente acolhedor e familiar em contato com um ambiente natural, rodeado de verde, água, animais e etc., mas, paradoxalmente, era um lugar sempre aceirado pelo medo: medo da autoridade patriarcal de meu avô, medo dos “invasores assassinos” (representação infantil), medo dos garimpeiros que cotidianamente deixavam seus rastros, como os buracos feitos no solo pela ação de garimpagem. Sobre os garimpeiros, certa vez, escutei meu avô contar que eles haviam deixado uma caveira humana no alto da porteira de entrada da fazenda. Segundo os bochichos desse acontecimento, era uma ameaça de “invasão” da fazenda. Assim, antes de completar a primeira década de vida, comecei a dar sentido, a partir do contexto sociocultural no qual estava imersa, ao que conformaria meu imaginário sobre a figura do posseiro, do garimpeiro, do trabalhador rural, do fazendeiro, etc.

Minha apreensão do modo de vida daquela época também ocorreu na cidade de Curionópolis, local onde eu e meu irmão estudávamos, onde meus familiares adquiriam insumos no comércio da cidade e onde estabelecíamos nossas relações sociais. Nessa época, era comum durante as idas e vindas das crianças da escola, deflagrarmos o alvoroço de pessoas em torno de cadáveres caídos nas ruas. Preservo a imagem de corpos retalhados pintados de vermelho vivo, expressão inerte e olhar cinza. Essa cena se repetiu um grande número de vezes.

Certa vez, por volta dos dez anos de idade, ao voltar da escola, fui movida por uma curiosidade coletiva em espiar corpos mortos restantes de um acidente de carro. Os cadáveres tortuosos deixados nas pedras frias do necrotério eram de trabalhadores que haviam morrido ao serem transportados em uma carroceria de caminhão. Especialmente a partir desse acontecimento, o tema da morte trágica começou a habitar minha memória. Na cena fria,

escura, fétida e angustiante, a transitoriedade da vida fez um aceno e a ideia da morte passou a ter cheiro, temperatura, cor e emoção. Por essa experiência caí em pesadelos e fiquei dias sem conseguir dormir sozinha e sem me alimentar direito. Recobrei essa lembrança por esses dias de escrita da dissertação, período que fez brotar profundas reflexões e sentimentos sobre a morte e o morrer.

Desse modo, permaneci nesse ambiente até os quatorze anos de idade, quando fui mandada para a cidade de Salvador – Bahia – para estudar. Essa mudança de vida foi almejada por mim, mas foi triste pela separação definitiva de meus avós e irmãos, especialmente o mais velho, com quem eu havia passado toda a infância até aquele momento. Senti profundamente o fato de abandonar minha avó, pois me preocupava com ela diante de sua necessidade de apoio. Retornaria ao Pará onze anos após essa partida.

Aos vinte e cinco anos de idade, formada em psicologia, voltei a residir no estado do Pará, na cidade de Marabá. Seguindo áreas de atuação iniciadas na graduação em psicologia, passei a atuar como psicóloga e posteriormente como coordenadora de um dos núcleos da ONG conhecida como Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, na cidade de Marabá. O trabalho da entidade era desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, formada por assistentes sociais, advogados e psicólogos, dentre outros, para acompanhamento de casos emblemáticos de violação aos direitos humanos, em apoio aos movimentos sociais em luta pela terra e atendimento às vítimas de violência cometidas pelos agentes da segurança pública do Estado.

Dessa forma, retomaria o encontro com as memórias da ocupação dessa porção do território paraense por meio do contato com os casos emblemáticos de violação aos direitos humanos que a organização atendia. Nesse cenário, os processos judiciais que acompanhávamos eram resultantes dos conflitos entre trabalhadores rurais, empresários, fazendeiros, agentes do Estado, dentre outros atores sociais em disputa, por ocorrências de práticas de violência, massacres, homicídios, tortura, em grande parte dos casos contra populações pobres e com menor poder econômico. Conflitos historicamente originados pelas políticas de ocupação da Amazônia brasileira que envolveram o sul e o sudeste do estado do Pará.

A partir desse trabalho, senti que a inserção de uma psicóloga no trabalho da SDDH no núcleo de Marabá criou uma expectativa entre as organizações. Em alguns minutos de conversa com lideranças camponesas, presidentes de sindicatos, dentre outros, eram elencados casos emblemáticos de violações contra a vida, em que os familiares das vítimas tinham que dar continuidade à vida e à luta pela terra em um contexto de ameaças constantes e riscos de

vida. Não demorou muito tempo para que eu percebesse o porquê da expectativa das organizações diante de uma psicóloga: a violência que atravessava a luta dos movimentos sociais era brutal e deixava marcas profundas nas pessoas. O que esperavam de um profissional da psicologia? Que cuidasse das feridas emocionais causadas pela violência? Poderíamos dizer que depois de uma lacuna no tempo, a dimensão do cuidado psíquico e emocional seria o cuidado a partir da memória dos sobreviventes, como nos casos de luto por perda motivada por assassinato?²

O envolvimento com tais narrativas históricas incitou certa vontade de saber mais sobre os casos, dando início a um contato mais acirrado com os processos judiciais que constavam na entidade, tais como: irmã Adelaide (1985), Arnaldo Delcídio Ferreira (1993), Gabriel Pimenta (1982), Dezinho (2000), Chacina Fazenda Princesa (1985), Chacina Fazenda Ubá (1985), Fusquinha e Doutor (1998), etc. – todos eram casos de assassinatos individuais ou coletivos motivados por conflitos envolvendo trabalhadores rurais, sindicalistas, religiosos que apoiavam a ação dos movimentos sociais, assim como advogados e militantes dos direitos humanos, fazendeiros, comerciantes, forças repressivas da segurança pública do Estado, dentre outros. Aos poucos aqueles volumes empoeirados nas prateleiras da SDDH passaram a ser mais que arquivos encaixotados na instituição. A leitura dos relatos, a percepção de como a justiça operava nos casos, não só me fizeram apreender um pouco da realidade de violência que envolvia a região, como propiciou inquietações profissionais quanto à constatação de que o contexto de luta pela terra no sul e sudeste do Pará produzia subjetividades conjecturadas à violência que, por sua vez, de alguma forma incidiriam no modo de ser e de viver das pessoas no território.

Outra constatação possível de conhecimento, a partir das fontes históricas, era que os meios inoperantes da justiça reforçavam o poder dominante dos responsáveis pelos crimes. Pela via da impunidade se produzia mais violência. Assim, as práticas brutais dos assassinatos ao longo da história reafirmavam, a cada novo episódio de homicídio contra migrantes pobres

² Na esfera de atendimento aos familiares de vítimas de violência, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, passou a promover nos Estados convênios para criação de centros especializados de atendimento às vítimas de crimes. Dentre as atribuições dos psicólogos no CEAV, destacava-se: realizar acolhimento e escuta qualificada, avaliação, estudo de caso com equipe interdisciplinar; acompanhar, orientar e prestar apoio psicológico à vítima em diligências variadas, tais como audiências, oitivas e julgamento; disponível

em: <http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuitem.30ea7e6694c1ada8e345f391390f8ca0/?vgnextoid=1f8dcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD>. É importante referenciar o trabalho do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que através de extensão universitária e de estágios curriculares têm articulado essas referências em ações interventivas do profissional de psicologia nas questões da terra, especialmente trabalhando com grupos de camponeses assentados com enfoques em temas de interesse dos mesmos; disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-das-psicologas-em-questoes-relativas-a-terra/>.

e outros atores sociais em luta, o fortalecimento dos poderosos envolvidos com os crimes. Dessa forma, os familiares das vítimas de homicídio no campo eram impelidos a enfrentar contínuas violações, paralelamente à perseverança que os mantinha na luta e na busca da justiça.

De tal modo, a história reflete que na retomada da luta muitas dimensões de enfrentamento são trabalhadas pelos familiares de vítimas de violência no campo, pois eles, ao mesmo tempo em que lidam com a experiência da morte da pessoa com a qual estabeleciam um investimento afetivo, lidam também com a continuidade da vida e com a necessidade de sobrevivência dos demais familiares. Muitas famílias, lideradas pelas mães, se veem diante de uma nova realidade para prover a sustentabilidade material da família, para lidar com a dor e com o sofrimento do processo de luto, além de cobrar do Estado a efetivação da justiça com a punição dos agressores.

A experiência do luto se expressa em meio a processos de subjetivação marcados pela maneira diversa com que as famílias reagem à perda de um ente familiar. Segundo a perspectiva psicanalítica, o luto remete a “graves afastamentos de atitude normal para com a vida” (FREUD [1915-1917], 2006, p. 249) e envolve dimensões do campo somático, psíquico, social, cultural, ocupacional, político, econômico. Desse modo, a tristeza é uma expressão da vida emocional marcante no processo de luto (KEHL, 2009, p. 31). Em outras situações, a experiência do enlutamento remete o sujeito a uma impossibilidade de superação da realidade da perda pela constituição do trauma.

As teorias do trauma caracterizam esses processos violentos, como a perda por assassinato, como eventos disparadores de rompimentos na estruturação psicológica ao sofrer com quantidades de excitação maiores que as suportáveis pelo aparelho psíquico (MORENO, 2009). De tal modo, o registro do evento traumático ocorre com associação de afetos que irão ressoar como angústia no trabalho da memória. Assim, o trauma não seria diretamente derivado do evento concreto em si, mas do que esse fato produziu como impressão afetiva no sujeito, incidindo em uma dor profunda que não pode ser simbolizada pelo mesmo, em especial, pela via da palavra (GAGNEBIN, 2009).

Por sua vez, as experiências de luto de camponeses e camponesas têm sido forjadas ao passo da “luta” pela terra e por justiça. A palavra “luta” é originária do latim, “lucta” e apresenta significações amplas, dentre elas, algo relacionado a “esforço” entre corpos que empreendem forças contrárias (CHEVALIER; GUEERBRANT, 2008), que, por sua vez, tal como analisado nesta pesquisa, dialoga com o tema do luto nos espaços de busca de

emancipação social, conforme tratado na literatura de Sófocles, na história de Antígona³, uma história de “luto” e de “luta”. Antígona viveu o luto pela morte dos irmãos Polínices e Etéocles que se assassinaram mutuamente: Antígona, em luto após a morte dos irmãos, lutou contra o Estado, contra a lei dos homens, para assegurar a memória de Polínices, que havia sido excluído dos direitos de ritual fúnebre pelo Rei Creonte. Em outra perspectiva, a história de Antígona refere-se pouco ao luto e mais à luta, à medida que ela reivindica as leis não escritas, aquelas que não são defendidas pelo Estado representado por Creonte. A lei do Estado negou direitos a Antígona e a sua estirpe. Por este lado, Antígona assume esse papel de contrapor pela via da ética, e não da moral, as leis do Estado (BITTENCOURT, 2017). Ela transgrediu a lei que não a representa e luta pela mudança. Antígona é legatária do incesto de Édipo, herdeira da transgressão que precisava ser encerrada pela lei dominante representada pela figura de Creonte. Poderíamos inferir que, ao requerer o direito dos excluídos, Antígona alcançou o esclarecimento que a libertou das amarras da exclusão, mesmo que o preço disso tenha sido pago com sua morte (VIEIRA, 2016).

O excerto acima do relato de Sófocles foi apreendido tanto por sua apropriação psicanalítica, como pela atualidade análoga com a realidade nessa área da Amazônia. O preço da luta de camponeses e camponesas pelo direito à vida na terra tem sido pago com suas mortes, e as experiências de luto nesse cenário de contínuas violações tem produzido subjetivações que interferem no modo de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra. Dentre tantas vicissitudes e subjetivações que envolvem a perda de um ente querido, além das expressões sintomáticas como ansiedade, tristeza, sentimento de culpa, falta de interesse pela vida e retraimento das relações sociais, a perda remete a uma nova realidade em que se faz necessária a modificação no desempenho de papéis a serem exercidos pelos enlutados, seja no seio familiar ou comunitário (CORRÊA, 2009).

Assim, algumas famílias passam a vivenciar momentos de tragédia continuada. Por outro lado, outras famílias aparentemente se reerguem em meio a dor, não se distanciando das circunstâncias que envolveram as mortes, externalizando modos de ser que parecem se confrontar com o enlutamento. Essas são posições diferentes do sujeito na experiência do luto no contexto da pesquisa. A partir do exposto, move este estudo a pergunta: que sentidos do

³ Antígona é uma personagem da mitologia grega, protagonizada pelo escritor e dramaturgo Sófocles. Na literatura de tragédia, a história de Antígona é conhecida por sua origem incestuosa, sendo ela filha de Édipo e Jocasta, irmã de Etéocles, Polínices e Ismênia. Antígona, atravessada pelo luto dos irmãos Etéocles e Polínices, enfrentou a tirania e poder de Creonte, que determinou a suspensão dos direitos de rituais fúnebres de Polínices. Ao requerer o direito de rituais fúnebres a seu irmão Polínices, Antígona luta contra o poder do Estado e isso a leva a morte, como pena por sua transgressão (BITTENCOURT, 2017).

luto e da luta se revelam na memória de pessoas que perderam familiares por assassinato na luta pela terra, particularmente, no contexto dos conflitos agrários no sul e sudeste do Pará?

De tal modo, esta pesquisa toma por objeto a memória de pessoas que tiveram familiares assassinados em meio à luta pela terra no sul e sudeste do estado do Pará, objetivando estudar que sentidos do luto e da luta se revelam através dessas memórias, no campo de tensão entre afeto, memória e militância política nesta parte oriental da Amazônia.

Particularmente, este estudo pretende analisar as narrativas dos familiares de pessoas assassinadas, com ênfase em suas experiências pessoais e junto às organizações sociais e políticas das quais elas participaram após o assassinato de seus familiares, buscando compreender suas trajetórias de vida e os efeitos dos assassinatos sobre suas subjetividades, e, por conseguinte, no ambiente das lutas sociais. De tal modo, considerando as experiências socioculturais dos familiares sobreviventes, a pesquisa pretende compreender o percurso e a relação dessas memórias com o engajamento e a ação política dos narradores no percurso hodierno, tentando desvelar como essa “política de afetos” se ambienta na dinâmica das organizações sociais e políticas, principalmente no que tange à luta pela terra, justiça e melhores condições de vida, a despeito do luto.

É sabido que os assassinatos produzem subjetivações que, de uma forma ou de outra, incidem no modo de vida de pessoas nesse contexto, assim como na dinâmica das organizações sociais e políticas das quais elas participam. Porém, tais formas, além de alimentarem o projeto existencial dessas pessoas, produzem uma relação fronteiriça que oscila entre as particularidades das reminiscências e as agendas políticas de sindicatos, associações e movimentos sociais. A hipótese inicial dessa pesquisa é constatar que a dificuldade enfrentada pelas organizações sociais no âmbito de suas lutas mais gerais, de certa forma, é atravessada pela espinhosa relação desses coletivos com os traumas vivenciados pelas vítimas de violência.

Os sujeitos da pesquisa são familiares de pessoas assassinadas no âmbito de suas participações junto aos movimentos sociais da região sul e sudeste paraense. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas gravadas em áudio. A opção pelas entrevistas deu-se perante a necessidade de compreender a trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa, a partir do contexto da vida social desses narradores. A inserção na pesquisa e o universo apreendido de forma mais ampla foram norteadas por elementos da pesquisa de campo antropológica, particularmente pelos estudos da antropologia das emoções.

Além das entrevistas, foram realizados momentos de acompanhamento e observação do cotidiano de vida, trabalho e de luta desses sujeitos, de suas famílias e das organizações

sociais das quais elas fazem parte, também tomadas como fonte de dados sobre a dinâmica social, política e cultural em questão. Nesse sentido, colaboram os aportes citados, aproximando outros campos do conhecimento, como a filosofia, a psicanálise, a história, dentre outros.

Foram realizados registros fotográficos durante a inserção na pesquisa de campo para valorizar o momento da pesquisa e as particularidades das relações construídas, e comunicar o diálogo entre a retina fotográfica e a imagem do relato mnemônico. Além da utilização de mapas para situar o percurso da pesquisa e as violências, lançamos mão da confecção de rascunhos para esboçar o movimento e a transformação dos afetos descritos pelos narradores e narradoras, uma tentativa de elaborar uma imagem das memórias que a referida pesquisadora tem diante de si, e, eventualmente, fazer com que o próprio leitor testemunhe também uma imagem do relato para si. Não se trata, certamente, de uma descrição clínica, nem de um esboço estático, e sim um conjunto de percepções que deslizam e se desvanecem no passear das páginas. Determinadas informações foram coletadas do trabalho. O processo de coleta de dados é melhor desenvolvido se existe um conhecimento prévio das questões referentes ao local de origem dos entrevistados, como dados socioeconômicos, políticos e culturais da região, dentre outros, como no caso de nossa amostra - mulheres atendidas pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), no sul e sudeste do Pará. Por meio de fontes documentais, tomando para o levantamento de dados, em especial, os documentos que constam nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Durante o curso da pesquisa optamos por estruturar a escrita dissertativa em capítulos que pudessem tornar a apreensão das informações o mais palatável possível, onde há, sequencialmente, a introdução do estudo, a contextualização histórica e social, as percepções teórico-metodológicas norteadoras e o entrelaçamento dessas com a história dos narradores, e finalmente uma análise das dinâmicas dos afetos no horizonte da luta política. Entendemos que pelo curso e modulação dos afetos sob a vicissitude das vozes, tal estrutura capitular seria menos cansativa para a compartimentação dos casos.

A escrita da dissertação foi definida em quatro capítulos. O primeiro capítulo consta desta introdução da pesquisa, seu tema, objetivo, problematização e a inserção da pesquisadora no campo. Em uma atividade de pesquisa norteadas pelos elementos da subjetividade e primazia dos afetos, nada mais necessário do que expressar os entrelaçamentos que calçam o resvalar da linguagem e seus redutos no estilo e “intenção” do escrito.

No capítulo dois, subsequente à introdução, foi tematizado o contexto histórico e social dos massacres e assassinatos ocorridos em meio à luta pela terra no sul e sudeste do Pará, abordando questões sobre a ocupação da região e a historicidade da estrutura fundiária brasileira, e o papel do Estado na política de exploração da região estudada. Ainda que não se trate de um histórico pormenorizado, procuro situar os marcos para a compreensão de tão recorrentes extermínios e discorrer sobre como essa violência registrada historicamente pode ser lida, de um lado, tendo o Estado ou grupos dominantes como seus mentores, de outro, por uma violência que atravessa os distintos sujeitos mediante miríades formas de subjetivação, problematizando, assim, certa visão que insiste em interpretar a violência tão somente através de análise econômica-estrutural.

O terceiro capítulo acerca-se da discussão conceitual da memória em suas diversas perspectivas, com ênfase em autores que trataram da participação dos afetos na atividade de lembrar e esquecer, entrelaçando-os ao conceito de luto e subjetividade; o referido capítulo também pretendeu apresentar o aporte teórico metodológico deste trabalho, através de aproximações entre os campos teóricos da antropologia e psicanálise. Ao final do terceiro capítulo, o texto apresenta os narradores da pesquisa, bem como os casos de chacina em que estiveram envolvidos os seus familiares, assim como algumas descrições das cenas da pesquisa de campo, trazendo o modo de vida dos narradores no percurso atual e nas recorrentes revisitações do passado.

O quarto capítulo trata dos dados da pesquisa, como as narrativas, momentos de acompanhamento dos sujeitos pesquisados no cotidiano de suas vidas, contemplando reflexões sobre as vivências do luto e da luta e da relação entre a consciência política e a elaboração do luto, além da análise da expansão desses processos na dinâmica das organizações sociais e políticas das quais os sujeitos da pesquisa participam. Traz também a análise das fontes documentais históricas que tratam da problemática da ocupação dessa região pela via da violência. É válido destacar que nesse capítulo as narrativas emergem para ser analisadas pelas categorias analíticas da pesquisa e suas interpretações, sem entretanto confundi-las como parte de um processo único, isto é, ainda que os narradores sejam parte de contextos sociais e situações de sofrimento similar, a percepção e os sentidos dados ao “luto” e “luta” adquirem fisionomia própria, ou seja, são analisados transversalmente apenas para valorizar os processos de subjetivação que escapam ou vazam ante as interpretações políticas redutoras.

As considerações finais esboçam a análise dos alcances da pesquisa e também das questões que não puderam ser exploradas neste trabalho, seus limites e urgência em

multiplicar tais reflexões na comunidade acadêmica, movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, haja vista o silenciamento ou enfraquecimento, por parte dos meios de comunicação, das práticas bárbaras descritas. As tensões vividas entre o espaço urbano e o espaço rural do sul e sudeste do Pará são desveladas para o campo de batalha onde o território é a memória e o seu galardão almejado é a recuperação daqueles que tombaram no âmbito da justiça e do reconhecimento por parte do poder público. Outrossim, se a conclusão desse trabalho aponta para o papel do Estado brasileiro nas dinâmicas territoriais ocorridas no sul e sudeste do Pará, particularmente sua passividade ante o papel dos afetos sombrios de grupos dirigentes e milícias, entretanto, longe de nos recobrirmos com o véu do luto interminável, a pesquisa valoriza o papel estratégico da “política dos afetos” como um campo capaz de irrigar a luta e a esperança dos povos do campo nesta parte da Amazônia brasileira.

2 POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

A região Sul e Sudeste do Pará dispõe de uma recente história de ocupação, localizada na parte leste da Amazônia brasileira, admirada por ser detentora dos mais expressivos e complexos ecossistemas. Nesta pesquisa, torna-se fundamental apresentar os aspectos históricos sobre a participação do Estado e a implementação das políticas de ocupação da terra que tracejaram a complexidade da região, a fim de suscitar uma melhor compreensão das dinâmicas político-sociais que foram se estabelecendo à medida que novos processos de territorialização aconteciam, bem como situar o objeto de estudo da pesquisa no contexto em que ele emerge.

Nesse sentido, as narrativas históricas que trataram da questão da ocupação da Amazônia, em sentido global, são abrangentes. Os discursos sobre a Amazônia se perpetuaram como estratégias de dominação, desde os primórdios da colonização do país. A Amazônia foi muitas vezes rotulada como “pulmão do mundo”, “deserto verde”, “Eldorado”, dentre outras denominações (ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2004) e assim foi disputada pela possibilidade de exploração dos recursos naturais, domínio político, econômico, cultural, e consequente subalternização de seus povos ao longo de sua história. Dessa forma, os interesses estrangeiros eclodiram em povoações de espaços não anteriormente urbanizados, como o surgimento da cidade de Porto Velho, capital do estado de Roraima, localizada na parte oeste da região norte da Amazônia Ocidental; o empreendimento de Henry Ford com a criação da cidade de Fordlândia, no ano de 1920, dentre outras iniciativas (ALMEIDA, 2008; HÉBETTE, 2004).

Tais interesses fizeram as especulações sobre o domínio territorial da região parte das políticas do Estado para a integração nacional, presentes em diferentes momentos da história política do país, provocando efeitos importantes sobre o território e a população. Podemos destacar o governo de Juscelino Kubitschek pela caracterização e aspiração dos projetos “Energia e Transporte” e “Cinquenta Anos em Cinco”, que afetaram a região amazônica com o início do projeto de implantação dos acessos rodoviários Belém-Brasília e Brasília-Acre nos anos 50. A partir desse ponto, a migração, que já era uma realidade, acentuou-se ainda mais ocasionando um crescimento populacional acelerado, ganhando mais força durante os governos militares no período de 1964 a 1985 (BECKER, 2004). Um exemplo disso foi a construção da Rodovia Transamazônica e Cuiabá-Santarém nos anos de 1970 e 1980, com o objetivo de tornar acessível a Região Norte e interligá-la aos grandes centros econômicos do

país, seguidos de aumento da migração e concentrações humanas procedentes de outras regiões brasileiras (LITTLE, 2004).

É importante fixar que a integração do território amazônico à nação brasileira, sobretudo a partir dos anos 60, foi pautada em políticas para a mercantilização dos recursos naturais com importantes impactos sociais e ambientais. O mote ideológico do governo militar dessa década foi parte da política de Integração Nacional, cujo pretexto de “Segurança Nacional e Desenvolvimento” assegurou poder às camadas sociais burguesas nacionais e a continuidade da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho das classes sociais que chegaram ao território com a esperança de uma vida melhor (HÉBETTE, 2004).

Essa aliança de interesses governamentais com os proprietários capitalistas consolidou uma política de colonização dirigida e regulada na divisão do território em grandes latifúndios, estabelecendo uma lógica de exploração dos recursos naturais, expropriação de pessoas, afetando abrangências múltiplas de suas territorializações: relações sociais, econômicas, culturais, políticas, afetivas e históricas com o lugar onde viviam, como foi o caso de indígenas, posseiros, ribeirinhos, extrativistas, dentre outros (ALMEIDA, 2008; HÉBETTE, 2004). Assim, as políticas voltadas para a integração da Amazônia, converteram-se em mecanismos estatais de exercício de violência contra as populações locais.

Esse processo deu-se especialmente com a prática de violência e dominação de populações pobres em favorecimento de grupos com maior poder econômico, como um efeito catastrófico do funcionamento normal do sistema político brasileiro. A partir do reforço de políticas favoráveis à grande propriedade privada rural, o cenário de mortes fez parte do cotidiano de pessoas nas formações de vilas e cidades que se erguiam junto ao processo de ocupação do território. Paralelamente, ocorria a instalação dos grandes empreendimentos, como o Grande Projeto Carajás (PEREIRA, 2015).

O tema dos “Grandes Projetos” para a exploração dessa porção da Amazônia brasileira foi objeto de abrangentes pesquisas no campo das ciências, tais como os estudos dos impactos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais; migração; políticas e práticas do Estado na Amazônia paraense; conflitos sociais; estudos culturais, dentre outros (ALMEIDA, 2008; HÉBETTE, 2004; PEREIRA, 2015). Assim, os estudos dos conflitos entre classes sociais e os processos de resistência dos povos organizados do território paraense tornaram-se alvo de importantes reflexões nas ciências humanas.

2.1 O MOTOR DA ECONOMIA DA TERRA: MIGRAÇÃO, EXPLORAÇÃO E DISCURSOS DA COLONIZAÇÃO

No início do século XX as explorações na Amazônia concentravam-se na extração do caucho e da castanha, caracterizando uma atividade comercial emergente. Os extratores dos recursos naturais trabalhavam livremente no território, intermediavam a coleta da castanha em alternância com outras atividades, de acordo com os períodos cíclicos naturais como chuva ou seca, baixa ou cheia dos rios, safras sazonais, atividades pesqueiras, lavoura, garimpo, etc., sem interpelação do Estado e arrendatários de terras para regular a exploração das terras devolutas do Estado e da União. A partir da segunda década do século XX, a exploração do caucho sofreu um enfraquecimento, ao passo que o interesse comercial pela castanha do Pará expandiu-se, aumentando seu valor de mercado. Surgiu então um reordenamento de origem econômica que provocou mudanças no extrativismo da castanha e sua comercialização. No ano de 1930 passou a vigorar a legislação própria para domínio das atividades nos castanhais, período em que o governo do Estado do Pará passou a controlar o uso das terras devolutas e a decidir os critérios para as concessões de exploração das terras com base em aspectos políticos e sujeitos a sua própria crítica (GUERRA, 2013). Dessa forma, o modo de viver na terra e da terra mais uma vez foi afetado.

Por sua vez os arrendatários de terras do Estado sucederam não só o controle do território, mas também da mão de obra dos trabalhadores não arrendatários. Segundo Guerra (2013) as relações trabalhistas entre os patrões detentores da concessão provisória para a exploração da terra e trabalhadores, eram caracterizadas por precarização e exploração da força de trabalho. O promissor mercado da castanha do Pará manteve-se em alta por mais de sessenta anos, tendo seu declínio apenas nos anos 90 do referido século. É válido lembrar que muitos desses trabalhadores explorados na economia da castanha, eram aqueles que antes viviam como extratores do caucho e coletavam as castanhas livremente, como parte da subsistência, junto a outros recursos. A descoberta da presença de diamante e ouro nos referidos rios, empreendeu as explorações de minérios por sujeitos que tinham familiaridade com o território. O garimpeiro dessa fase ainda não constituía o perfil que veio a se desenvolver tardiamente como no caso do garimpo de Serra Pelada⁴ (HÉBETTE, 2004; VELHO, 2009; GUERRA, 2013; PEREIRA, 2015;).

⁴ Grande garimpo localizado a 35 quilômetros de Curionópolis – PA, atraindo grandes contingentes populacionais para a região na década de 1980.

O antropólogo brasileiro Otávio Guilherme Velho (2009a), no início de seus estudos, se dedicou a pesquisas sobre as questões agrárias a partir da análise das frentes de expansão na colonização da Amazônia brasileira, culminando com a publicação⁵ “Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração em uma área da transamazônica”. Para ele, os discursos dominantes sobre a Amazônia conformaram ideias de que o início das atividades de maior impulso econômico deu-se por ocasião das instalações federais dos órgãos de gestão da política para desenvolvimento da Amazônia e também pelos implementos infra estruturais, como a construção da rodovia Belém-Brasília. O autor contrapõe essa ideia de que havia um vazio demográfico na Amazônia e de que esse vazio havia sido superado por uma ação pioneira do Estado nessas regiões, através de uma política integracionista heroica e desenvolvimentista. Seguindo as análises do pesquisador, o engenho econômico que preexistiu ante aos grandes empreendimentos foi fundamental para que as futuras iniciativas de grande produção econômica ocorressem. As embrionárias iniciativas econômicas da década de 30 movimentaram setores da exploração agrícola, minerais e de pecuária. Nesse processo, a migração fez parte do combustível motor que ergueu atividades econômicas sazonais nas regiões Amazônicas.

Em análise semelhante, a pesquisadora Idelma Santiago da Silva (2010, p. 46) investigou a forma como o discurso dos “pioneiros” prevalece nas produções narrativas históricas no sudeste do estado do Pará, fazendo operar uma estratégia para deslegitimar os povos tradicionais territorializados nessa porção Amazônica:

No sul e Sudeste do Pará, ocorreu o deslocamento do indígena como a principal *ameaça* e a migração produz um novo sujeito para ser etnicizado. Do imbricamento dos discursos de *pioneiros* e *bandeirantes*, mas também de diferentes sujeitos de outras frentes migratórias regionais, a definição dos *Outros* das relações socioculturais se torna objeto das lutas de representação.

A historiadora observou que nas narrativas dos colonizadores pesquisados, denota-se a categorização dos povos indígenas como mais um dos muitos obstáculos enfrentados pelos “pioneiros”, com ênfase na descrição de um caráter violento dos indígenas a que estavam sujeitos os colonizadores em enfrentamento heroico. Dessa forma, observa-se que as relações socioculturais fronteiriças produzem encontros e desencontros com o outro e também diferentes possibilidades de posicionamento frente a esse outro. No caso analisado dos “pioneiros”, o discurso dessa frente representativa orienta para o apagamento social, político,

⁵ A última reedição data de 1981.

econômico e cultural do indígena, que, segundo a perspectiva do “desbravador”, deveria ser “etnicizado”.

Tais narrativas também convieram para justificar os contínuos massacres de trabalhadores rurais, padres, freiras, advogados, militantes dos direitos humanos, dentre os diversos militantes que colaboravam com os movimentos sociais de luta pela terra no estado do Pará, como podemos observar em fonte documental localizada nos arquivos da comissão pastoral da terra: “temos que passar fogo em todos os padres e bispos”, disse o fazendeiro Liptoni Nivorello Montezzano a revista “ISTOÉ” (ISTOÉ, caderno sociedade, 26/06/1965, p. 63). O migrante mineiro, ao se referir a sua árdua vida de fazendeiro pioneiro, corroborou com a matéria jornalística afirmando seu próprio lugar nesse cenário de conflitos agrários no sul e sudeste paraense, ao ter como ofício desbravar três mil hectares de terra para sediar a atividade econômica da pecuária: “Andava um dia de barco e mais um dia em lombo de burro até chegar a minha terra. Agora vou entregar de mão beijada o que conquistei?”. A matéria mostra, assim, a alta estratificação social característica da região desde o início da exploração da terra como mercadoria.

Os fatos da migração para o estado do Pará perfazem grande parte dos estudos sobre os conflitos por terra no estado. Inicialmente, houve uma confluência migratória de outros estados do Nordeste para o Maranhão, como estratégia para escapar da seca e escassez de trabalho, o que estimulou a partida maranhense para as florestas no estado do Pará, em um movimento de descida do Tocantins até a cidade de Marabá. Sobre essa migração para a cidade de Marabá, Velho expõe:

Juntam-se, então, aos nordestinos propriamente maranhenses que são fruto de uma migração intergeracional, e que aos poucos predominarão, seguindo-se aos piauienses. Curioso que, como sói acontecer na relação migrante-nativo, assim como ao penetrarem no Maranhão os nordestinos ganharam fama de mais trabalhadores e lutadores, embora menos delicados, do que os maranhenses, ao penetrarem no Pará eles e, especialmente, seus descendentes, gozarão da mesma fama em relação aos paraenses do baixo Tocantins; mas, agora, identificados como Maranhenses (VELHO, 2009a, p. 91).

Ao estudar essas pequenas migrações nordestinas para o Maranhão e para o estado do Pará, observando as mudanças sociais e culturais no ritmo de vida e organização das cidades, Velho (2009a) apontou para um movimento de expansão agrícola com base na agricultura familiar de subsistência e algumas iniciativas de comercialização da produção de arroz. Para o autor, a busca de autonomia e produção da vida na terra permeava a aspiração de muitos migrantes do Nordeste. A terra rica em recursos naturais oferecia também, nas entressafras, a

opção extrativista, a pesca e o garimpo, sanando as necessidades imediatas de subsistência. Todo esse movimento antecedeu a grande chamada do governo para trazer à tona a migração em massa ao estado do Pará.

No livro “capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento”, publicado no ano de 1979, Otávio Guilherme Velho assinalou a existência de um campesinato marginal no Maranhão, descrito por ele como característico de ocupação com produção da lavoura para consumo. Esse campesinato expandiu-se para as terras paraenses e, conforme o autor, atendia à convicção na busca de autonomia através da vida no campo: “Todavia, havia de fato uma convicção geral sobre as vantagens de trabalhar para si próprio” (VELHO, 2009b). Os grupos ou indivíduos que adotavam esse regime de ocupação estabeleceram-se na terra sem dela ter a titulação de propriedade privada e eram conhecidos como posseiros.

Sobre essa migração característica, Hébette (2004, p. 191) alude que “[...] sempre houve, no fim do século XIX e ao longo do século XX, alguma migração de tipo sazonal, para os cauchais e, sobretudo para os castanhais da região [...]”. O autor enfatizou que habitantes dos estados de Goiás e Maranhão eram os migrantes mais comuns que encontravam, mesmo que sazonalmente, trabalho para subsistência nas matas do território paraense, ainda antes da grande expansão da migração, a partir dos anos 60, estimulada pelos governos militares. As estradas abertas, a partir dos anos 50, marcaram uma oportunidade desses camponeses comercializarem as produções agrícolas, consumidas especialmente pela população mais pobre nas localidades marginais das cidades (VELHO, 2009b).

Assim, a colonização provocou mudanças na organização social no estado do Pará, novas formas de relações dos atores sociais com a terra e com sua própria cultura, ao passo das transformações que se davam no âmbito político e econômico em nível local, estadual e nacional. A busca por “terra livre” engendrou inovações no modo de ocupar a terra, como a superação do modo de ocupação a beira dos rios, passando-se a uma procura por terras mais ao centro das matas, ainda não habitadas e idealizadas como terras boas para a lavoura. Já aí havia uma diferença no modo de organização social dos camponeses dedicados à abertura de fronteiras dentro das matas, ao avançarem adiante daquilo que não conheciam e ao assumirem os riscos de vida ocasionados pela distância dos centros urbanos e das estradas. Velho enfatizou que esse movimento de ocupação mata adentro era algo que envolvia o camponês em sua relação com o meio e, por sua vez, consigo mesmo: “[...] não só em termos formais, mas na própria concepção do camponês na fronteira de si mesmo e da sua atividade” (2009b, p. 193).

De outro modo, o governo avançava com a colonização dirigida, cujo lema militar era “integrar para não entregar”. Para isso propagandeava uma “terra sem homens para homens sem-terra”, despertando a esperança de muitos migrantes de possuir um pedaço de chão para cultivar e viver. O objetivo dessa política era despertar os contingentes populacionais de outras regiões do país, com a finalidade de minimizar os conflitos sociais no Nordeste e oferecer mão-de-obra para alavancar as obras de infraestrutura, efetivando a política de exploração através da entrada do capital nacional e internacional na Amazônia brasileira (PEREIRA, 2015).

Assim, a continuidade do processo de colonização no estado do Pará ganhou relevância na década de 60, período conhecido como “abertura de fronteiras”. Com a ascensão dos governos militares, a Amazônia brasileira passou por um período de grandes investimentos, especialmente com as primeiras estradas para o acesso a esse território nacional. Isso foi possível em razão das políticas de incentivos fiscais para exploração do território. O contexto de construção da rodovia Belém-Brasília, na década de 50, e da rodovia Transamazônica, na década de 70, reuniu grande parte das condições para alavancar a confluência desenvolvimentista do grande capital em acordo com os interesses do Estado brasileiro (HÉBETTE, 2004).

Desse modo, as “Estradas” - palavra repetida quando se trata de falar sobre a colonização da Amazônia ocidental, em sua origem deriva do latim “strata” e constitui o significado de “caminho em camadas”⁶ - possuem estratificações e é justamente nelas que os caminhos abertos na floresta amazônica, a partir da década de cinquenta, possibilitaram a exposição das terras devolutas no estado do Pará, convergindo com os interesses capitalistas e uma alta estratificação social. Dessa maneira, vigoraram-se as vantagens de ocupação de terras a beira das estradas, até mesmo pelo plano de reforma agrária do governo – embora não tenha havido consistência na efetivação desse plano. Grande parte dos lavradores maranhenses cederam terras beneficiadas a médios e grandes fazendeiros. Isso ocorreu porque ao lavrador faltava condições de permanecer na terra e aos fazendeiros com poder de compra sobravam interesses em adquirir terras beneficiadas para garantir maior caracterização de produção na terra, requisito para a concessão da titulação (VELHO, 2009a).

Assim, os interesses de exploração da Amazônia eram vastos: terra, madeira, minério, água, etc. Também era diversificado o perfil das camadas sociais e econômicas dos migrantes: pequenos e grandes proprietários de terra e empresários de outras regiões do país que, com

⁶ Disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-estrada/>>

algum capital para investir na exploração dos recursos naturais ou comércio, almejavam ascender seus investimentos e lucros, multiplicando patrimônio. Por sua vez, a migração de trabalhadores paupérrimos e sofridos do Nordeste e outras regiões do país, ultrapassou o número previsto de contingente populacional esperado pelo governo, criando uma realidade social ainda mais conflitante (PEREIRA, 2017).

A construção de estradas, especialmente a Transamazônica, mudou em diferentes aspectos a vida na Amazônia paraense. Velho (2009b) assinala que uma condição importante permitida pela edificação da infraestrutura rodoviária foi o rompimento do isolamento que sujeitava as atividades econômicas aos oligopólios locais. Não obstante, o isolamento da região permitia a prática explícita da violência sustentada por ideologias de famílias ricas instaladas que se reconheciam como legítimos desbravadores da região, sendo esses, muitas vezes, a própria lei na ausência da justiça.

A abertura de estradas trouxe, assim, a ampliação das possibilidades de posses para os ricos e também uma maior concorrência. Velho (2009b) esclareceu que tais iniciativas se deram circunscritas ao desenvolvimento do “capitalismo autoritário”. Dos pequenos camponeses, poucos se mantiveram na terra, por não vencerem as dificuldades burocráticas para a efetivação do financiamento e titulação regular. No entanto, os camponeses bem estabelecidos e comerciantes locais obtiveram vantagens como uma maior possibilidade de escoar suas produções com a baixa no custo das mercadorias vindas do Sul para abastecer seus comércios.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Jean Hébette (1925 -2016) em “Cruzando fronteiras, 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia”, enfatizou aspectos cruciais na história do campesinato no Brasil e especialmente da porção Amazônica Paraense. Assim, dimensionou questões que tracejaram a herdada estrutura fundiária colonial, colaborando para a apreensão dos fatores em torno da luta pela terra no país. No segundo volume da obra, o autor inicia com uma importante reflexão sobre o “problema da terra” no Brasil, fenômeno possível e circunscrito ao capitalismo:

A terra! Como a Amazônia – uma imensidão de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, povoada por menos de dez milhões de pessoas – pode apresentar um “problema de terra”? Como, neste quadrado, a terra pode tornar-se uma questão? Será que um dia, vai haver, na maior bacia hidrográfica do mundo, também uma

“questão da água”? Tudo é possível neste mundo do capital... (HÉBETTE, 2004, p.33).

O sistema que engendrou o formato de divisão da terra como propriedade privada, se instalou na Amazônia na década de 50 do século XX, logo que emergiram as primeiras especulações da terra como mercadoria. Isso foi possível através da política de incentivos fiscais ofertada pelo governo; especuladores viam no mercado de terras paraense uma oportunidade de ganho de dinheiro fácil, na medida em que adquiriam gratuitamente terras e vendiam a altos preços. A migração para o estado do Pará estimulou as expectativas dos especuladores, com especial foco no sul e sudeste do Pará, em relação à criação de gado de corte.

O fenômeno da migração refletiu na demografia amazônica ao longo dos anos de colonização. Os dados do último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afirmaram que viviam nos estados da Amazônia Legal um total de 25.474.365 habitantes. De acordo com o Censo, as maiores taxas de crescimento populacional ocorreram na região Norte, 2,09% em média, com destaque para os estados de Amapá e Roraima que apresentaram crescimento médio de 3,45% e 3,34%, respectivamente⁷. Assim, é possível observar o aumento do crescimento populacional na Amazônia brasileira, pelos motivos da oferta de sua riqueza para a exploração.

Desse modo, as grandes fazendas de hoje são legados do sistema de organização social das sesmarias que consistiam em extensões de terras concedidas pelo Rei, no século XVIII, aos patriarcas que atuavam como verdadeiros senhores das sociedades no período das sesmarias, que vigorou até o final do século XIX. O cultivo nas fazendas coloniais era empenhado por trabalhadores escravos negros, índios e mulatos. Com a abolição da escravidão entra em decadência o cultivo da terra para lavoura, em razão da falta da força de trabalho antes desempenhada pelos escravos. No estado do Pará muitas sesmarias originaram fazendas com grandes extensões de terra no Marajó, como enfatizou Hébette (2004, p. 34): “De 1741 até o fim do século XVIII, foram distribuídas naquela ilha, mais ou menos 100 sesmarias. Ninguém sabia da extensão daquelas terras: iam de um rio até... alcançar os fundos de outra sesmaria”. Nessa transição foram fortalecidas e expandidas as fazendas para criação de gado tal como conhecemos hoje.

Na constituição do sistema fundiário brasileiro, o dinamismo político, econômico, social e cultural característico das fazendas originadas no período colonial, se propagou

⁷ Disponível em: IBGE, 2018, <https://www.ibge.gov.br/>

historicamente nos séculos seguintes estabelecendo as bases de uma estrutura fundiária conivente com a expansão do capitalismo na região amazônica até meados do século XX, sustentada, sobretudo, na propriedade privada.

A Lei de Terras de 1850 foi promulgada por um Parlamento constituído por fazendeiros e senhores de escravos, excluindo o grupo popular que reivindicava um regime fundiário diferente e justo daquele aprovado em substituição ao regime de Sesmarias. Por essa Lei, o domínio das terras pertencia ao Estado e a posse útil do particular. Por ter o domínio da terra, o Estado tinha direito a retomar as terras que o particular não tornasse produtivas. Até o século XVIII, a Coroa sempre recorreu a essa prerrogativa para redistribuição de terras que não fossem devidamente utilizadas. Porém, a Lei de Terra transferiu todo domínio e posse ao particular, criando assim, uma espécie de “direito absoluto”, principal causa do latifúndio brasileiro e das dificuldades para se fazer uma reforma agrária justa (MARTINS, 2000).

Após a independência do Brasil em 1822, mais precisamente na metade do XIX, o governo passou a criar colônias para garantir o domínio das terras do Brasil, com a povoação do sul do país pelos europeus. A Província do Pará também recebeu terras para colonização. No final do século XIX e início do século XX houve a migração de pessoas do nordeste do país para a Amazônia, assim como de pessoas sem trabalho após a queda da economia da borracha. A chamada região Bragantina do estado do Pará passou a desenvolver a agricultura familiar em colônias que acercavam as estradas. As extensões de terra decompostas em minifúndios eram divididas dentro do próprio núcleo familiar; por esse motivo não eram suficientes para a sustentabilidade de toda a família. Esse disparate de estrutura fundiária em minifúndios e latifúndios constitui uma “questão da terra” no Brasil (HÉBETTE, 2004).

Assim, foi a partir da metade do século XX que a Amazônia paraense passou a ser fortemente negociada para o avanço do capitalismo através das intervenções estatais que supostamente promoviam a integração territorial. A construção da rodovia Belém-Brasília promoveu o acesso ao estado do Pará como nunca havia existido antes. As décadas que se seguiram foram de intensa exploração.

Com a aliança do governo federal e governo do estado do Pará, através das forças políticas e econômicas empresariais capitalistas, as terras devolutas foram se tornando propriedade privada. Esse processo se deu de forma brusca, como afirma Pereira (2017, p. 27): “Entre 1924 a 1976, o governo do Pará já havia vendido à iniciativa privada quase 7 milhões de hectares de terras”. Entre os anos de 1964 a 1967, o governo do Estado do Pará passou a emitir paulatinamente titulações definitivas de áreas, o que não ocorria no estado vizinho, Maranhão (VELHO, 2009a).

Junto com o processo de avanço da propriedade privada também se expandiu a grilagem de terras, em um exercício de apropriação ilegítima de grandes quantidades de terra com valor de mercado. A definição do “grileiro” diz respeito a aquele que falsifica ao provocar o envelhecimento de documentos. Pereira, ao citar o padre Paulo Joanil que pertenceu à CPT de Marabá, declarou suas impressões sobre a função social do grileiro de terras: “um impostor, que ficava colocando grilo, bagunça para usurpar, dominar, juntar o máximo de terras para ele” (2015, p. 81). A grilagem calhou perfeitamente como estratégia de apropriação irregular e ilegal de terras, prática de muitos fazendeiros da região para erguer suas ascensões econômicas com a conivência do aparato estatal que, na sua tentativa de expandir o capitalismo na região amazônica, através da implementação do mercado de terras, reconhecia esse tipo de apropriação fundiária.

Dessa maneira, especuladores, corretores, compradores de terras, empresários nacionais e estrangeiros, o Estado, populações autóctones, trabalhadores migrantes pobres, todos passaram a ser envolvidos no que se configurou como uma questão da terra no Brasil. Sobre essa realidade o jornal do Brasil publicou:

Em uma região que sempre viveu do extrativismo e com os conflitos que a exploração da terra gera. Surge uma nova ameaça: “Tememos o que vai acontecer com a COSIPAR a 8 km daqui. A queima de floresta para fazer carvão vegetal será enorme, coisa de milhares de toneladas ao ano. Como vai ficar isso aqui, onde, normalmente, os aviões já tem dificuldade de pousar por causa das fumaças das queimadas?” Indaga a vice-prefeita Adelina [...]. Mais do que os benefícios e danos da industrialização e as mortes de garimpeiros no Tocantins, o que move as conversas na cidade é o julgamento anunciado de Sebastião da Terezona. Quando o assunto surge, a perspectiva da modernização próxima com a instalação das indústrias, cede lugar ao passado recente. A juíza Izilda escolheu, a dedo, 21 jurados [...]. “Dos 21, três mudaram de cidade e dois estão se escondendo. Mas vamos ter o júri, mesmo que seja com o número mínimo de 15%”. É o que todos aguardam, enquanto Sebastião da Terezona começa contar o que sabe (JORNAL DO BRASIL, primeiro caderno, 17.01.1988, p.13).

Dentre todos os conflitos entre os diferentes interesses das classes sociais em disputa, passou a existir uma intensificação da instalação de iniciativas privadas empresariais. Essas iniciativas detinham a vantagem de possuir a titulação das terras, que foram se concentrando em mãos de poucas famílias que historicamente constituíram oligarquias de poder na região sul e sudeste do Pará. Essas eram absolvidas pela política de incentivos fiscais governamentais, que compreendiam um conjunto de políticas econômicas que facilitavam o aporte de capitais em uma determinada área, através da cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança, ao visar o aquecimento econômico do respectivo território. Os

empreendimentos alargavam-se, chamando a atenção da sociedade empresarial para a Amazônia paraense.

Assim, a anunciada colonização aos arredores da Rodovia Transamazônica nos anos 70 atendeu a um mote ideológico preconizado pelo discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici, justificado pela pretensa solução de dois problemas: o do homem sem-terra do Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia. O governo aspirava diminuir os excedentes populacionais e conflitos sociais nas regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil, através dos Programas Integrados de Colonização. Migrar para o Pará em busca de uma vida próspera para si e para a família foi a realidade de muitas pessoas (LOBATO; EMMI, 2014).

Ocorre que as áreas supostamente “vazias de homens”, pleiteadas para a reforma agrária pelo Governo Federal, eram anteriormente ocupadas por dois sujeitos diferentes frente ao Estado: aquele posseiro que havia se estabelecido na terra anteriormente e que não contava com o título sobre a propriedade da terra e aquele migrante atraído pela propaganda governamental da colonização. Portanto, as demarcações e divisões antevistas pelo projeto de colonização provocaram confrontos entre esses dois tipos de colonos, além do enfrentamento com as oligarquias rurais que também se instalavam na região nos arredores dos anos 60.

Em termos gerais, as ações do governo federal, na tentativa de ordenamento da propriedade fundiária na Amazônia, trouxeram inúmeros conflitos para a região, relacionados com o fato de o Estado exercer e reforçar o cumprimento da lei da propriedade. Engendrada por essas violências, a região do Bico do Papagaio⁸ foi palco de grandes violações contra a vida humana. Houve um cerco de opressão armada não oficial contra camponeses, indígenas, militantes dos direitos humanos, sindicalistas e religiosos que viveram sob ameaças, perseguições, impunidade, injustiça e foram assassinados por integrarem ações em prol da luta pela terra na região do Bico do Papagaio. Peixoto (2013) considerou esse estado de violência pós Guerrilha do Araguaia como “a guerra, depois da guerra”, referindo-se a constante repetição da violência que se sucedeu ano após ano em virtude da ausência de uma efetiva política de reforma agrária.

Essa dinâmica ocorreu com o exercício de práticas de violência que não foram deixadas para trás, mas atualizadas em novas estratégias para centralizar o poder e

⁸ É importante enfatizar que o município de São João do Araguaia foi priorizado pelo INCRA para a implantação do projeto de colonização. O que permitiu a entrada dos militares no território. Servidores do INCRA trabalharam junto aos militares com o intuito de encontrar guerrilheiros e supostamente evitar “a ameaça terrorista” no país. Camponeses foram violados como pessoas, torturados para que colaborassem com os militares no combate aos Guerrilheiros do Araguaia, algo que Peixoto (2013) ressalta à análise da conjuntura vivida pelos países da América Latina; entre os anos de 1950 e 1980, resistências políticas contra as ditaduras militares que se instalavam com o estímulo das investidas imperialistas norte-americanas. Mais uma vez se mostra a face da violência no intuito de reforçar o cumprimento da lei do Estado geradora de violência.

empreender a dominação na atualidade. Portanto, o extermínio de povos indígenas, o assassinato de camponeses, e outras práticas contemporâneas, são fenômenos agenciados e justificados em novas roupagens discursivas que desaguam em uma organização social desigual e cruel na contemporaneidade.

2.3 LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA

O processo de colonização da Amazônia brasileira foi violento: massacres, epidemias, expulsão e expropriação dos povos que aqui viviam. Sobre isso, Hébette elucida oportuna reflexão:

Há quatrocentos anos, viviam nesse mesmo território alguns milhões de índios distribuídos em diversas nações e em inúmeros grupos. Não havia questão de terra. Ninguém monopolizava o solo; a terra era um bem comum; servia a todos para todos plantarem, caçarem e colherem as frutas. Tudo então começou com os colonizadores. Sabem o que significa colonizar? Significa: amansar, domesticar. Vieram holandeses, franceses, portugueses para “amansar” essa terra de selva (quer dizer: toda coberta de selva) (2004, p.33).

As promessas de reforma agrária para os homens sem terras, de meados do século XX, não foram cumpridas. Dessa forma, as populações migrantes passaram a ocupar as terras devolutas provocando uma fissura no plano do governo de expansão do mercado de terra e da propriedade privada. A primeira resultante disso foi a ocupação de extensivas áreas devolutas. A efervescência dos conflitos ocorreu mais intensamente pelas disputas entre os diferentes atores no território, que pugnavam fortemente pela propriedade da terra sobre os direitos daqueles povoadores tradicionais da região, como afirmou Pereira:

[...] os conflitos pela terra nas décadas de 1970 e 1980, no sul e sudeste do Pará, ocorreram não apenas em razão da superposição de grandes propriedades às posses de trabalhadores rurais. Mas, fundamentalmente, é preciso considerar também a disputa, ao mesmo tempo, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros de outras regiões do país pela posse de uma mesma área de terra devoluta. Além disso, é necessário levar em conta também a ocupação por parte dos trabalhadores rurais de imóveis titulados ou aforados, pertencentes, sobretudo, a empresas agropecuárias (2015, p. 79).

O autor reflete, de tal modo, a respeito da categorização do novo posseiro como “aquele trabalhador que ocupa imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos de grandes empreendimentos agropecuários” (2015, p. 80). Assim, o termo “posseiro” toma um

significado político na luta pela terra: “Os novos usos do conceito posseiro foram forjados na luta e no conflito” (2015, p. 81). Dessa maneira, a colonização dirigida pelo Estado gerou a expulsão violenta de trabalhadores ocupantes de terras devolutas, tanto para assentar outros trabalhadores pelo plano de reforma agrária, quanto para conceder áreas devolutas para o interesse privado.

A partir da metade do século XX as notícias envolvendo a violência no campo no estado do Pará expandiram-se. Ao divulgar mais uma chacina, a revista “ISTOÉ” promoveu uma manchete denunciadora: “Lei do cão no Araguaia”, que foi o título da matéria do dia 26 de junho de 1985, abordando os conflitos agrários na região conhecida como “Bico do Papagaio” no sudeste do Pará. A referida reportagem narrou a sobrevivida “Chacina da Fazenda Ubá”, que teve projeção nas esferas políticas nacionais. Posteriormente, o caso provocou a atenção das organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, junto a outros casos de violações cruéis contra a vida.

O fato teve início no dia 13 de junho de 1985, dia em que os trabalhadores rurais João Evangelista Vilarins, Francisco Pereira Alves, Januário Ferreira Lima, Luiz Carlos Pereira de Souza e uma mulher grávida, Francisca de Souza, que também aparece no processo como Francisca de Tal, foram assassinados. A chacina teve continuidade no dia 18 de junho de 1985, quando o líder comunitário conhecido como “Zé Pretinho”, José Pereira da Silva, foi assassinado, assim como seu irmão Valdemar Alves de Almeida e o trabalhador rural Nelson Ribeiro.

Dentre os vários sentidos encontrados para a expressão “Lei do cão”, alguns parecem definir uma circunstância de violência social em que, por ausência da justiça oficial e reguladora das condutas humanas em sociedade, a lei se estabelece vulgarmente com a imposição de violência. Em contextos urbanos a expressão ganhou destaque em “raps” e outros gêneros musicais exprimindo uma cultura urbana crítica às desigualdades sociais nas cidades, a moralidade burguesa em relação ao cotidiano e contradições da vida nas favelas, como expõe o artista Criolo na música “Subirusdoistiozin”: “[...] Cença aqui patrão, aqui é a lei do cão, quem sorri por aqui, quer ver tu cair; É, é... justo é Deus, o homem não, ouse me julgá, tente a sorte fi”. Segundo dicionário informal⁹ a expressão “subirusdoistiozin” significa dizer que morreram dois homens por “abate”, assassinato. Nesse sentido “lei do cão” parece ter um sentido relacionado à punição por prática extrema de violência no espaço urbano.

⁹ <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/subirusdoistiozin/5996/>

Por outro lado, o autor da matéria publicada pela revista “ISTOÉ”, jornalista Ricardo Lessa¹⁰, conhecido no cenário jornalístico nacional, parece ter utilizado a expressão “lei do cão” para designar a ausência da lei oficial do Estado. Por outro lado, o significado da palavra “cão” designa uma “peça das armas de fogo portáteis”, que faz parte do conjunto de peças que juntas promovem o disparo de uma arma de fogo. Conhecer o significado dessa palavra nos ajuda a compreender uma possível interpretação da expressão “Lei do Cão” utilizada pelo jornalista. Seria uma lei transgressora, não oficial, que, ao transgredir, regularia os conflitos no meio rural por meio da “Lei da Bala” que se impõe pela força armada no território sul e sudeste paraense até os dias atuais.

Conhecida por ter sido por muito tempo regulada pela “Lei da Bala”, a cidade de Marabá é um objeto importante na compreensão da história da estilha paraense denominada como “região sudeste”. Hoje, passados mais de cem anos de sua emancipação política, a cidade foi palco de um cenário de riquezas em que coronéis “donos de castanhais” (que tinham concessão de exploração) ordenavam o território. Na fala de Pedro Avelino da Silva, lavrador de 64 anos, ao narrar às impressões do lugar em que vivia, a região do Bico do Papagaio, no documentário “Ubá: um massacre anunciado”, afirmou: “olha a riqueza naquele tempo, meu senhor, era quem mandava em Marabá. Era dono de castanhal, era fazendeiro, era só a riqueza. Isso aqui morreu muita gente, meu senhor. Naquela época Marabá fazia dó” (UBÁ, 2006)¹¹.

Outra característica atribuída a Marabá é a condição de cidade de relações de fronteira. Silva e Moreira (2017) refletem sobre a acepção do conceito de “fronteira”, devido a sua constante aplicação em estudos locais para designar a relação entre “fronteira” e “conflitos sociais”. Segundo os autores, as tematizações são amplas, conferindo múltiplos sentidos à palavra. Assim, a “expansão de fronteiras” pode seguir uma perspectiva de sentido desenvolvimentista capitalista, como nos anos da pretensa integração nacional da era militar. Por outro lado, a palavra “fronteira” ocasiona interlocuções com outras concepções: “[...] cruzar a fronteira, acima de tudo, é uma mudança de perspectiva” (SILVA; MOREIRA, 2017, p.3) em que a percepção das dinâmicas socioculturais assegura um olhar crítico à realidade.

Essa perspectiva também foi afirmada por Velho (2009b) ao discorrer sobre a experiência dos camponeses posseiros em suas vivências de migração, produtoras de relações

¹⁰ Jornalista, escritor e apresentador brasileiro, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹¹ A produção fílmica constitui fonte documental produzida pela SDDH em parceria com a CPT, com direção e roteiro do Professor Evandro Medeiros da UFPA campus Marabá, atual UNIFESSPA. O documentário foi produzido no ano de 2006, em virtude do julgamento do mandante do crime contra os trabalhadores acampados e mortos na Fazenda Ubá, o s.r. José Edmundo Ortiz Vergolino. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=pedido+de+desculpas+ub%C3%A1

fronteiriças desses atores sociais consigo mesmos a partir do momento em que esses se dispuseram a enfrentar o desconhecido em busca de possibilidades de subsistência. Essa análise permite interpretar que os posseiros da segunda fase de ocupação, os atraídos pela chamada governamental, buscaram romper com a condição de estrangeiros dentro de seu próprio país, integrando os movimentos na luta por direitos.

Perseguindo sonhos, muitos migrantes, brasileiros e brasileiras, em busca de potencializar a vida, partiram para os confins paraenses tendo como referência Marabá. Em contrapartida, essa busca de ampliação da vida culminou, em muitos casos, com a cena da morte. O Jornal Opinião do dia 13.07.2001, p. 2, apresentou o pronunciamento da igreja católica, através do relato do bispo Dom José Foralosso, que na época pertencia à diocese de Marabá, sobre a comovente Chacina de Morada Nova, ocorrida em julho de 2001 na cidade de Marabá. Foram assassinados o sindicalista José Pinheiro Lima, a esposa Cleonice Campos Lima e o filho do casal, Samuel Campos Lima de 15 anos. Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra, o trabalhador José Pinheiro Lima, mais conhecido como Dedezinho, estava ameaçado de morte e era o quinto nome de uma lista de muitas pessoas marcadas para morrer. O bispo, chocado e consternado com tamanha violência, confortou a comunidade com visita ao local da tragédia. Concedeu ao jornal um apelo aos responsáveis pela matança de camponeses. “Não matarás”, diz o título da comunicação diocesana que narrou a morte de Abel por seu irmão Caim:

O senhor José foi brutalmente assassinado enquanto estava lendo o livro sagrado. Morreu com a Bíblia nas mãos. Da Bíblia, palavra de Deus, gostaria de tirar alguma mensagem para nossa reflexão. Proclamo, a luz da palavra de Deus, que a vida humana é sagrada, porque desde sua origem ela encerra a ação criadora de Deus. Só Deus é o dono da vida do começo ao fim. Ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si direito de destruir o ser humano, tanto mais se ele é inocente. **O respeito à vida humana.** A Bíblia, no relato do assassinato de Abel por parte do seu irmão Caim, revela a presença no homem da Cólera, do ódio e da cobiça. O homem se faz inimigo de seu semelhante. Deus disse a Caim: "que fizeste? Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar para mim. Agora és maldito e expulso do solo fértil, que abriu a boca para receber de tua mão o sangue do teu irmão" (Gn 4, 10-11). Diz o senhor: Pedirei conta do sangue de cada um de vós quem derramar o sangue do homem terá seu sangue derramado. Pois a imagem de Deus o homem foi feito¹².

Dentre outras questões apresentadas no texto, consta que: “Ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si o direito de destruir um ser humano, tanto mais se ele é inocente”. Examinando a última elocução do pronunciamento do sacerdote, “tanto mais se ele

¹² Fonte: arquivo físico da Comissão Pastoral da Terra. Dossiê da “Chacina de Morada Nova”. Recorte do Jornal Opinião, 13.07.2001 a 16.07.2001, p. 2.

é inocente”, poderíamos concluir que a morte de um inocente é mais cara a Deus? Em outras circunstâncias, poderia haver mérito na conduta homicida?

Nesse cenário, o território da luta pela terra foi sendo designado como um espaço da morte. Destarte, a relação do homem civilizado com a morte é um tanto contraditória. Na modernidade, o domínio da razão colocou a vida humana em oposição à natureza para o bem-estar do homem na cultura e para o prolongamento da vida. Segundo essa lógica, a vida social deveria seguir em equilíbrio com a soberania humana em relação às demais vidas animais. Freud contrapôs essa ideia da hígida racionalidade adjacente à ideia de civilidade, quando refletiu sobre a relação do homem com a guerra e a morte. Nota-se que Freud, nos escritos de 1915, em especial “Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte”, nos fala da desilusão vivida pela humanidade por sua recorrência em fazer guerras, mesmo quando os progressos dos ideais humanos aludiam a uma harmonia duradoura entre os homens:

Estávamos então preparados para ver que ainda por longo tempo a humanidade estaria às voltas com guerras entre os povos primitivos e os civilizados, entre as raças que estão separadas pela cor da pele, e mesmo guerras contra ou em meio a nacionalidades europeias que pouco se desenvolveram ou retrocedam culturalmente (FREUD [1914-1916], 2010, p.211).

O autor ainda cita a não concretização dos planos da sociedade da razão, em virtude do progresso técnico-científico não ter sido o suficiente para regular os conflitos de interesses entre as nações por outra via, que não a da guerra. A moral civilizada contraposta ao “modelo primitivo de homem” falhou. A sociedade, mesmo com altas cargas de valores morais para limitarem a vida dos indivíduos, sucumbiu inumeráveis vezes a ações contra sua própria humanidade, ao que o autor reflete: “O Estado civilizado tinha essas regras morais como base de sua existência, intervindo seriamente quando se ousava atacá-las [...] até mesmo sujeita-la ao exame da inteligência crítica” (FREUD [1914-1916], 2010, p. 212). Seguindo o pensamento do autor, era de se estranhar que o próprio Estado agisse contra suas leis, tendo em vista que ele mesmo cobrava dos indivíduos certas condutas que lhes exigiam um grande número de renúncias individuais para pagarem o preço de se viver “civilizadamente”.

Para Freud, a princípio, a ideia de civilização permitiu uma nova organização ao romper fronteiras culturais em que o termo “estrangeiro” foi desvencilhado de “inimigo”, relação que preexistiu na Antiguidade. Assim, a humanidade foi acreditando na capacidade de desenvolvimento cultural da vida social em expansão. As nações criaram para si padrões morais a que deveriam seguir e deram aos indivíduos civilizados a liberdade de transitar por

essas fronteiras da cultura, não podendo alçar voos mais altos que a civilidade poderia permitir.

Mesmo assim a guerra ainda haveria de existir. Na guerra todos os padrões éticos dos Estados e povos são rompidos, todos os laços comunitários e toda a ideia de paz desaparecem. Freud analisou, então, que na guerra o cidadão civilizado poderia conferir o que já ocorria em tempos de paz, mas protegido por mentiras e acordos vãos, a ação do Estado violador: “[...] o Estado proíbe ao indivíduo a prática da injustiça, não porque deseje acabar com ela, mas sim monopolizá-la [...]” (FREUD [1914-1916], 2010, p. 216), operando na realidade da população e reforçando leis que reproduzem problemas estruturais, no caso em questão, os conflitos fundiários.

Dessa forma, se a civilização não consegue regular a vida instintual dos indivíduos, ela pode reprimir, com ações de violência sobre parte deles. A adaptação de cada novo indivíduo à vida cultural ocorre quando ele cede à vida instintual e torna-se um sujeito adaptado à moral social. A atitude chocante do homem na guerra revela para Freud uma curiosidade:

Das discussões precedentes retiramos o consolo de que era injustificada nossa amargura e dolorosa desilusão pela conduta incivilizada de nossos concidadãos do mundo nesta guerra. Funda-se em uma ilusão a que nos havíamos entregado. Na verdade, eles não desceram tão baixo como receávamos, porque não tinham se elevado tanto quanto acreditávamos. O fato de os “grandes indivíduos” humanos, os povos e os Estados, terem abandonado entre si as limitações morais, tornou-se para eles uma compreensível instigação a subtrair-se por um momento à duradoura pressão da cultura e permitir temporariamente satisfação a seus instintos refreados. É possível que nisso a relativa moralidade no interior de cada povo não tenha sofrido qualquer ruptura ([1914-1916], 2010, p. 224).

Volvamos a nossa relação com a morte, com os conflitos entre os homens e com a lei de Deus: “Não Matarás” (Mt,5, 21); “Pedirei conta do sangue de cada um de vós. Quem derramar o sangue do homem terá seu sangue derramado. Pois a imagem de Deus o homem foi feito” (Gn,9 5-6). Em afinidade com as teorizações freudianas sobre as causas da guerra, está a análise de como sucumbimos de nossa moralidade civil frente à capacidade de assassinio de um “semelhante” que ocupe o lugar de “estranho” na travessia das fronteiras dos conflitos pela posse da terra no sul e sudeste do Pará.

Nas disputas no território, assim como na guerra, a violência é um evento que provoca o verdadeiro intento do autor em problematizar o fato de não ter havido para ele uma “evolução” do homem primevo para o homem civilizado, em termos de renúncia à vida pulsional. O que há para reconhecer é que a vida cultural permitiu que mascarássemos alguns aspectos do desenvolvimento psicológico considerados “primitivos” na vida civilizada. Os

cidadãos e cidadãs de bem vão à missa, participam os filhos da comunhão com Deus, rezam e são tributários de uma moral cristã, porém, mesmo condenando a “vida primitiva” de antigamente, a sociedade civilizada segue os mesmos caminhos pulsionais de outrora, dado possível de conhecimento pela análise de todos os problemas da organização social moderna, encoberta pelo disfarce da civilização, tão mais predadora que as sociedades primevas.

Se as pulsões participam da estruturação da sociedade capitalista, por outro lado, essa questão de seguir os caminhos da vida pulsional pode estar relacionada com as possibilidades institucionais de que isso aconteça. Por que o Estado pune ou protege uns e não outros nos conflitos fundiários? Assim, se compreende o porquê da proteção à propriedade privada sobre a propriedade de posse dos camponeses da região e os mecanismos brutais desenvolvidos para a tolerância com o mercado de terras, a despeito de homens e mulheres em marcha pela expansão da vida.

Desse modo, na sociedade da razão as paixões são racionalizadas, transformadas em ideias que possam justificar a ação, seja pela via da ciência, da política ou da religião: “Não matarás” seria uma “reação a satisfação do ódio que se escondia por trás do luto, e gradualmente estendeu-se ao estranho não amado e por fim também ao inimigo” (FREUD [1914-1916], 2010, p. 239). No caso discutido, “o outro” a ser vencido é o não proprietário, o posseiro ante a expansão capitalista do mercado de terras e que ameaça a livre implementação daquela lei. Contra ele terá que ser feita a guerra, sendo o objeto sobre o qual se exercerá a violência, diante da qual o posseiro resiste em atitude de luta por direitos.

A partir dessas reflexões é preciso pontuar a forma como neste trabalho serão analisadas tais manifestações da violência. Tendo como contexto conceitual a psicanálise, nos apropriamos das reflexões de Slavoj Žižek, em sua obra “violência, seis reflexões laterais” (2014) que, escapando das compreensões mais superficiais sobre o conceito de violência, faz importantes reflexões acerca de um outro olhar sobre a violência na sociedade capitalista. O autor aponta para um sentido mais amplo das manifestas violências cotidianas, abordando o que ele chama de “aspectos visíveis e invisíveis” desse fenômeno, incluindo uma dimensão que aparece como pano de fundo nas análises: o Estado capitalista e as tramas que mantêm a ordem da vida coletiva em plenas relações com a violência.

Um aspecto basilar para compreensão da obra é que ela aponta para o caráter intrínseco da violência ao campo simbólico, em uma sociedade em que os conflitos e tensões sociais buscam ser anulados por um discurso de intolerância à violência. Nesse sentido, as comuns compreensões de violência pautam o Estado como aquele organismo que possui a legitimidade para a prática da violência pela posse da lei, protegido pelo discurso de

manutenção da ordem social. Essa forma legítima de violência é executada nas políticas de segurança, abrangendo diversos tipos de controles da sociedade. Uma outra forma de violência é aquela não legítima, concebida como uma transgressão da lei do Estado, abrangendo todas as condutas humanas que contrariem as leis dessa instituição. Essas duas concepções mais conhecidas sobre a violência são confrontadas por Zizek.

Zizek (2014) analisa a violência e aborda o fenômeno em seu caráter subjetivo e visível e ao mesmo tempo objetivo e invisível. A distinção do autor aponta para a violência subjetiva como aquela que é “[...] diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (ibidem, p. 17). Essa violência é percebida como uma perturbação da ordem “normal” das coisas em relação a um “grau zero” de violência. Esse grau zero é nada menos que a violência sistêmica, invisibilizada, mas, presente nas resultantes dos sistemas políticos e econômicos. Zizek (2014) também caracteriza a violência simbólica como aquela pertencente a linguagem, a um universo de sentido predominante.

Os aspectos objetivos da violência, segundo Zizek (2014), apresentam o caráter da invisibilidade que naturaliza uma perspectiva limitada da violência, a de que não existe violência por fora daquilo que não está na transgressão da lei. Desse modo, Zizek (2014) sinaliza para uma violência basal que sustenta o funcionamento do Estado, sobre a qual “Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões” (ibidem, p.17), ou seja, precisamos nos deter a análise das origens da violência além daquilo pautado na lei.

Na definição de Zizek (2014), as tentativas de contenção da violência têm sido calcadas na busca pela retirada dos sintomas da violência na sociedade, como tem empreendido o Estado ao longo de nossa história. A grande interpretação de Zizek (2014), ao extrair da psicanálise uma leitura da sociedade é, nesse caso, questionar o porquê da violência. Para o autor, a violência se situa naquilo que corresponde ao retorno do Real: aquilo que resiste à simbolização, o que não é inscrito no campo simbólico. A ideia de retorno do Real como continuidade daquilo que permanece negado para que as coisas permaneçam como tal¹³.

As tentativas de contenção das manifestações de violências visíveis, praticadas pelos agentes transgressores, provocam a criação de mais políticas de segurança. Por sua vez, as políticas do Estado para a contenção da violência, pela perspectiva de Zizek (2014), falham

¹³ Khel (2009, p. 27) explica como o sintoma social remete a uma condição do Real não simbolizado que “[...] produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos também resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras.”

em sua eficácia pois ignoram a principal via de violência, a sistêmica¹⁴, maior causadora de mortes e outras manifestações da violência moderna.

Em relação à violência sistêmica e simbólica, Zizek (2014) retoma as tensões existentes entre o avanço das forças produtivas e a produção discursiva da vida nas relações sociais, sendo a violência mais real a concentração da riqueza nas mãos de poucos, e consequente exploração de uma maioria, afetando pessoas em suas existências individuais e coletivas. Mais que a exploração da força de trabalho pelo capital, outras expressões de violência, como o racismo e as discriminações, aparecem como uma violência maior que denunciam as contradições da sociedade capitalista.

No caso estudado, uma das causas dessa violência sistêmica pode se relacionar ao fato de a implacabilidade com que o capitalismo e o mercado se expandem no território protegido pela lei estatal. Nesse contexto, aqueles que não se enquadram nos termos legais de “proprietários” foram os mais afetados por essa violência.

A presente análise propõe que a noção de violência moderna, atrelada ao direito e à propriedade, é uma construção humana que se perpetua nas sociedades contemporâneas como um rastro da violência sistêmica que se manifesta de formas particulares, porém também em uma dimensão mais ampla da organização social. A violência visível, tão discutida para refletir a região estudada, abre a possibilidade de acessar à outra violência: a violência invisível e sistêmica. Dessa forma, a violência contra os camponeses é um sintoma que denuncia a existência de uma contradição maior: a impossibilidade do capitalismo de negar completamente a violência.

Por essa perspectiva, a denúncia das mortes da violência no campo deve convir para além de divulgar a violência “normatizada”: o sangue, a cena de horror; deveriam sim colaborar para a discussão de por que os ciclos de ocupação da Amazônia brasileira se dão por meio do genocídio. A grande repugnância deveria nos invadir alimentada por essa contra verdade, contrária à ideia de progresso. A exemplo disso, discute-se a forma como a violência sistêmica e subjetiva se imprime na vida e na memória dos sujeitos do campo em luta pela terra, como uma tentativa de resistência ao constante apagamento do Real que emerge como contradição na sociedade capitalista.

Destarte, a luta pela terra foi assimilada como espaço de violência e guerra. Os camponeses da fronteira da “Luta pela Terra” foram intensamente marginalizados e violentados, como no caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. O

¹⁴ Zizek (2014) caracteriza a violência simbólica como pertencente a linguagem, a um universo de sentido predominante; a violência sistêmica é aquela relacionada ao funcionamento econômico e político da sociedade.

massacre ocorreu quando aproximadamente 1500 integrantes do “Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra” seguiam em uma manifestação com destino a Belém do Pará. A organização pretendia dar visibilidade às reivindicações do MST, como a desapropriação de terras improdutivas no Estado; também chamavam a atenção do governo para o fim da violência no campo. A marcha de trabalhadores, que se iniciou no dia 8 de abril de 1996, após sete dias em curso decidiu acampar em Eldorado dos Carajás, aos arredores da PA-150; avaliaram não seguir a caminhada a pé até a cidade de Belém do Pará e passaram a solicitar que o governo do Estado disponibilizasse transporte para os manifestantes. Como forma de pressionar o governo, interromperam a rodovia e deram início ao diálogo com o comando policial, através do major José Maria de Oliveira, havendo a confirmação de que seriam fornecidos transporte e alimentação. Os manifestantes desbloquearam a rodovia, porém, no dia seguinte, em atitude contrária, o governo do Estado não manteve o acordo e os manifestantes retomaram o fechamento da PA-150.

Seguindo ordens do então governador, Almir Gabriel, foram deslocados da cidade de Parauapebas e Marabá mais de 200 policiais militares. Sob o comando de Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, os policiais cercaram os trabalhadores rurais dos dois lados da rodovia, portando armas, como fuzis e metralhadoras, finalizando com o desfecho da morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, praticada pela polícia militar do estado do Pará, dentre os quais 10 foram mortos à queima roupa (PEIXOTO, 2013). Os comandantes e responsáveis pela operação foram condenados, receberam a pena de mais de 150 anos de prisão, sendo que José Maria de Oliveira permanece em custódia do Centro de Recuperação Especial Anastácio das Neves e Mário Colares Pantoja cumpre recolhimento domiciliar pelos motivos de necessitar de cuidados de saúde, afirma a notícia do portal digital da CPT¹⁵.

O Massacre de Eldorado dos Carajás marca uma diferenciação da violência no campo dos anos 70 a 80, quando a figura do pistoleiro era central para a prática dos assassinatos no campo, como ocorreu na mencionada “Chacina da Fazenda Ubá”, em que o próprio mandante, o fazendeiro José Mendonça Ortiz Vergolino, em companhia do renomado pistoleiro Sebastião da Terezona, encerrou aparições públicas, a luz do dia, sem dispensar testemunhas na execução das mortes na chacina. O Massacre de Eldorado dos Carajás evidencia a clara passagem da prática dos assassinatos empreendidos com a articulação dos proprietários de terra e pistoleiros para uma modalidade em que o Estado agencia e aparelha

¹⁵ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3186-ato-na-curva-do-s-faz-memoria-dos-20-anos-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas>>

com forças repressivas os interesses dos proprietários de terras improdutivas através da polícia (BARREIRA, 1999; COSTA, 1999).

Além da disputa pela posse da terra, os conflitos agrários no sul e sudeste do Pará foram gradativamente revelando uma disputa pelo território em diversas dimensões, algo expresso no aumento da capacidade de organização política dos movimentos camponeses que começaram a influenciar na dinâmica social, política e econômica da região: sindicalizando trabalhadores rurais, constituindo e ampliando ano após ano bases eleitorais que permitiriam o lançamento de candidaturas aos pleitos locais; elevando o nível de consciência dos trabalhadores rurais no que tange à análise das contradições da realidade regional; usando intensamente a ocupação de áreas de latifúndio como instrumento para pressionar o Estado na efetivação de processos de reforma agrária; estabelecendo relação e parcerias com ONGs (organizações não governamentais) nacionais e internacionais que possibilitariam denúncias sobre os atentados à vida e direitos das populações pobres; conquistando áreas de assentamentos, inclusive com desapropriação de terras que estavam sob o controle de fortes grupos oligárquicos e até mesmo a posse de áreas sobre reservas minerais; etc. (HÉBETTE, 2004; PETIT, 2003).

Despossuídos da terra e das condições necessárias para a manutenção de sua existência, muitas famílias camponesas foram quase completamente destruídas por essa violência que tem como aspiração o avanço do capitalismo através da apropriação do território amazônico. Com o objetivo de desenvolver atividades produtivas para mercados nacionais e internacionais, tirando a possibilidade de construção de um território amazônico para a construção de outras propostas de vida e desencorajando a luta e o avanço da organização política dos camponeses na região. Em muitos casos, o assassinato de uma liderança envolveu também o assassinato de seus cônjuges, filhos e outros familiares.

Souza Filho (2007) observou que, contraditoriamente ao que pretendiam os autores da violência e assassinatos, ocorreu a ampliação da luta camponesa em meio aos processos de violação. De uma perspectiva produtiva e econômica, a luta passou a ser por direitos em sentido amplo, ao buscarem reivindicar e construir para si uma identidade política em que se reconhecem coletivamente como sujeitos de direitos em uma luta para além da posse da terra como recurso de produção, mas pelo direito a lutar por direitos.

A luta surge então, como afirmou Pereira (2017, p. 23), “espontânea e defensivamente como resistência dos posseiros à sua expulsão e expropriação”. Dessa maneira, a resistência configurou a luta política, a partir do surgimento do novo posseiro, o sujeito dessa pesquisa.

Em relação aos primórdios da organização política dos trabalhadores rurais, é importante ressaltar que os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais eram controlados pelo Estado, como parte de uma “política de dominação” dos trabalhadores, o que culminou com um movimento de organização paulatina dos mesmos, como forma de não se deixarem calar pela subordinação do sindicato como havia sido concebido originalmente. Surgem então as formações de lideranças para reivindicar junto à categoria a efetivação da posse da terra e condições para nelas subsistirem. Há aí, então, uma colonização realizada pelos trabalhadores migrantes contraposta a um projeto de colonização do Estado. Esse processo deu-se com a prática da perseguição dos envolvidos na luta pela terra (GUERRA, 2013).

Muitas famílias camponesas afetadas pela violência no campo, ainda em meio ao luto e lideradas pelas mães, continuaram envolvidas direta ou indiretamente com a luta pela terra, ora por conta das próprias necessidades materiais da sobrevivência familiar, ora em decorrência do envolvimento político com as organizações e processos dos quais seus familiares assassinados eram lideranças, ora devido à busca por justiça em relação aos assassinatos. Os familiares, ao mesmo tempo em que lidam com o sofrimento de si mesmos e com a urgência em prover a família, em grande número de casos, as mulheres e seus filhos precisam ainda enfrentar-se com a situação de impunidade e com os riscos que surgem caso a família busque a apuração do crime (ALVES; BEZERRA, 2017).

Alguns casos são expressivos dessas situações em que as famílias camponesas, além de terem que lidar com a morte dos familiares, em meio ao luto, necessitam prover a subsistência da família e lutar pela terra. Assim ocorreu com Marina Silva, viúva de Zé Pretinho, liderança camponesa assassinada juntamente com um sobrinho, em 1985, na “Chacina da Fazenda Ubá”. Marina da Silva, grávida, presenciou o crime juntamente com seus filhos pequenos, perdeu o bebê em idade gestacional de 8 meses e seguiu morando no mesmo município, onde passou a dedicar-se às atividades de quebradeira de coco-babaçu para sustentar os filhos¹⁶.

Do mesmo modo ocorreu com a família de Geraldina Canuto, senhora idosa, viúva do sindicalista João Canuto, assinado em 1985, e mãe dos irmãos José e Paulo Canuto, assassinados em 1990 em decorrência de a família ter dado continuidade à luta na organização

¹⁶ Tais informações foram possíveis pelo acompanhamento do caso através de minha atuação na ONG SDDH, que acompanhou o caso até após o tribunal do Júri em 2006, quando realizado o acordo amistoso com o Estado Brasileiro. A referida entidade não dispõe mais de uma sede física em Marabá, sendo, portanto, inviável a pesquisa documental desse trabalho nos próprios arquivos da entidade. Por outro lado, existe um dossiê do caso na sede da CPT- Marabá.

sindical dos trabalhadores rurais, empreendida por João Canuto na cidade de Rio Maria no sul do Pará, e por mobilizarem-se para reivindicar a punição dos responsáveis pelos assassinatos.

Elaborar o luto e voltar à luta seria também o desafio dos sobreviventes Maria Joel e seus filhos que, a partir da morte de José Dutra da Costa, o Dezinho, sindicalista assassinado no ano 2000, se envolveriam completamente com a organização sindical e ações de ocupação de terras improdutivas em Rondon do Pará. Mesmo sendo ameaçada de morte e sendo escoltada diuturnamente por segurança policial, Maria Joel, viúva de Dezinho, ao dar continuidade à luta do marido, seria candidata a prefeita da cidade em que o marido fora assassinado e se tornaria presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura na Regional Sudeste do Pará (ALVES; BEZERRA, 2017).

Em relação ao impacto da violência sobre as famílias das vítimas, embora existam relatos sobre o adoecimento psíquico dos sobreviventes de chacinas e assassinatos no campo, como as tentativas de suicídio, o alcoolismo, o envelhecimento precoce, dentre tantas outras decorrências, existe uma carência de conhecimentos que tratem de uma “clínica da violência na luta pela terra”. É representativo dessa situação o caso vivido pela família de Maria de Jesus, quando, em meio ao que foi denominado Chacina de Goianésia, em 1987, teve assassinados de uma só vez o marido, o trabalhador rural Sebastião Pereira de Souza, e o filho do casal, Clésio, de apenas três anos. Após as mortes, Maria de Jesus, que havia sido espancada pelos assassinos e sobreviveu, em meio ao luto tentou o suicídio. Entre os filhos sobreviventes, somente Raimundo, de 33 anos, constituiu família – mulher e dois filhos – tem emprego fixo e casa própria. Luiz, de 28 anos faz uso abusivo de álcool. (CAVALCANTI, 2004).

Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo no ano de 2016, houve um aumento de 22% nos conflitos em comparação ao ano de 2015. Entre 1985 e 2016, 1.834 pessoas perderam a vida em conflitos no campo, com apenas 31 dos mandantes desses assassinatos condenados. Ainda de acordo com o relatório, assim como em anos anteriores, a região Norte continuou sendo a primeira da lista em número de homicídios registrados¹⁷. A impunidade e morosidade da justiça colaboram para que novos atos de violência e massacres aconteçam. De 2007 a 2017 ocorreram 390 assassinatos no campo¹⁸.

Segundo a CPT nacional, em publicação datada de 21/02/2018, as decisões do governo brasileiro têm se pautado exclusivamente nos interesses capitalistas, em razão da postura do

¹⁷ Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-escalada-da-violencia-no-campo>>

¹⁸ Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4183-balanco-da-questao-agraria-brasileira-em-2017>>

poder executivo em medidas que estagnaram as ações de demarcação das terras indígenas, segundo o parecer anti-demarcação da Advocacia Geral da União. O mesmo se percebe em relação ao poder legislativo que ameaça de igual modo a soberania indígena. Por fim, o judiciário segue operacionalizando as políticas nefastas capitalistas, deferindo reintegrações de posse e usando dos artifícios jurídicos para dificultar o acesso aos direitos constitucionais¹⁹.

Com todo esse aparato governamental, os empresários do agronegócio dotam-se de condições vantajosas na disputa pela terra com os indígenas. A eclosão de conflitos armados, mortes e massacres, acenam para um século XXI com todas as condições de repetição de violência contra os povos do campo, da floresta e contra o meio ambiente. Recentemente (15/02/2018), na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, a polícia militar violentou com espancamento 12 famílias indígenas pertencentes ao Povo Kaingang. As informações da CPT relatam que no dia 15 de fevereiro as famílias ocuparam uma área federal pertencente ao Departamento Nacional de infraestrutura de Transportes para chamar a atenção das autoridades federais para a necessidade de demarcação das terras indígenas. A postura do governo através da polícia militar foi de espancamento, tiros por armas de borracha, com um indígena ferido por arma letal, e agressão por bombas de gás atiradas contra todos, dentre eles mulheres, crianças e idosos (CPT NACIONAL, 16/02/2018)²⁰.

Diante das medidas governamentais atreladas à defesa do poder econômico empresarial, os povos indígenas têm enfrentado arduamente as medidas de ataque a sua soberania, com mobilização e resistência da categoria. Nesse processo, evidencia-se a ampliação da força política dos representantes do agronegócio nos pleitos governamentais. Por esse motivo, a disputa política é um eixo de luta para barrar a continuidade dessas ações de ataque direto ao direito à vida indígena no país.

Os camponeses e camponesas, por sua vez, vivenciam uma situação semelhante na atualidade. No início do ano de 2017, mais uma tragédia alarmante ocorreu envolvendo dez trabalhadores rurais sem-terra, dentre eles uma mulher: A “Chacina de Pau D’arco”, em que os trabalhadores foram assassinados pela polícia militar (PM) em uma ação conjunta com a polícia civil do Estado. A atuação da polícia teve como pleito a retirada dos trabalhadores que ocupavam a Fazenda Santa Lúcia no Acampamento Nova Vida. A Delegacia de Conflitos Agrários (DECA) foi a responsável pela operação, contando com aparato policial dos

¹⁹ Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4252-2018-a-estrategia-anti-indigena-na-fase-da-barbarie-racionalizada-no-brasil>>

²⁰ Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4247-policia-militar-agride-e-tortura-familias-kaingang-no-rio-grande-do-sul>>

municípios de Redenção, Xinguara e Conceição do Araguaia²¹. No total, no ano de 2017 foram assassinadas 65 pessoas por conflitos no campo, apresentando uma característica de retorno de uma prática violenta que são os massacres e chacinas por conflitos de luta pela terra, como foi o caso do Massacre em Pau D'arco e da Chacina de Colniza, no Mato Grosso, com a morte de nove posseiros por pistoleiros a mando de madeireiros.

As imagens feitas da Chacina de Pau D'arco chocaram mais uma vez a sociedade. Trabalhadores que testemunharam a sucessão de fatos até a ocorrência da chacina foram ameaçados de morte, fazendo com que as organizações em defesa dos direitos humanos realizassem a denúncia das ameaças sofridas nos organismos internacionais, solicitando, dentre outras medidas, a inserção dos trabalhadores no programa de proteção a testemunhas. Com a continuidade da luta e pela vivificação dos companheiros assassinados, novamente os trabalhadores voltaram a acampar nas proximidades da fazenda Santa Lúcia, sem qualquer efetivação de investigação. Em sequência, quarenta dias após a ocorrência da Chacina de Pau D'arco, Rosenildo Pereira de Almeida, trabalhador e liderança do acampamento da fazenda Santa Lúcia, foi assassinado a tiros na cidade de Rio Maria²². Testemunhas afirmaram que ele havia deixado o local por estar sendo perseguido e ameaçado de morte.

Em face do processo histórico e da permanência da pistolagem como via de “resolução” de conflitos nas disputas travadas no território, pensar na violência na luta pela terra nos faz refletir sobre a imposição da força armada, aparelhada pelo Estado em todas as suas esferas de poder, nos faz refletir sobre as origens de um mal-estar social que imponha o domínio de um povo sobre o outro, de uma cultura sobre a outra, da exploração e do derramamento de sangue perpetuados historicamente desde a colonização do país. Tais ponderações nos inclinam à busca por entendimento dessas repetições, já que a grande massa populacional é composta por uma maioria de excluídos vivendo em situação de pobreza e exclusão. Porém, dado que esse não é o mote da pesquisa, tais questões não serão analisadas de maneira específica neste trabalho.

Desse modo, ao longo deste capítulo, foram esboçadas compreensões da historicidade da violência no campo, como já realizado em muitas vertentes de estudos nas ciências sociais, econômicas e políticas. As desigualdades sociais, a exploração e a dominação de povos e práticas violentas desenvolvidas ao longo da história, foram tratadas por autores como Almeida (2008), Becker (2004), Guerra (2013), Little (2004), Martins (2000), Pereira (2015),

²¹ Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para/3982-pau-d-arco-2017>>

²² Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3875-nota-publica-omissao-do-estado-faz-nova-vitima-em-pau-d-arco>>

Velho (2009), Petit (2003), dentre outros pesquisadores que discutiram a ocupação da Amazônia a partir da expansão do sistema capitalista.

Coube ainda ao capítulo ressaltar uma leitura complementar das visões desses autores. Trazendo a discussão da violência, exposta por Žižek (2014), que se sustenta em compreensões da psicanálise e desvenda-se nas formas de operação da violência. Violência subjetiva, objetiva, sistêmica, cada uma como uma marca que se imprime nas memórias dos sobreviventes e permite contar a história da região por uma outra perspectiva. O próximo capítulo consta de: aspectos conceituais das teorias produzidas sobre a categoria de memória; reflexões teóricas que envolvem a metodologia da pesquisa; e apresentação dos sujeitos da pesquisa.

3 A DIVISÃO DOS CAMPOS E O APARTAR DOS AFETOS

Os pressupostos da neutralidade científica e a divisão do conhecimento em campos são incorporados às práticas dos “operadores” das ciências à medida que esses avançam em relação aos níveis hierárquicos de formação acadêmica. Em contrapartida, o encontro com a pesquisa na área interdisciplinar promove dois movimentos: torna mais palpável a experiência de romper fronteiras, ao passo que também evidencia a estreita capacidade de análise permitida pela histórica formação compartimentada em campos do saber. Esses discursos estão presentes no fazer do cientista cotidianamente.

Bruno Latour, no livro “Jamais fomos modernos” (1994), ao revisar os estudos da cultura na modernidade, ascendeu reflexões em torno das raízes epistemológicas que historicamente foram se constituindo na história da ciência. Latour atribuiu o pensamento fragmentário do conhecimento a uma invenção da modernidade, porém, enseja que isto não torna os objetos divididos em pedaços, como pretendeu a ciência moderna, pois, qualquer objeto que seja é um elemento “ao mesmo tempo real, social e narrado” (1994, p. 12), não havendo a separação entre mundo natural e social, tal como ocorre na produção do conhecimento científico.

Latour abordou o tema da modernidade, especialmente em relação à construção do pensamento que ergueu abismos entre as disciplinas e suas respectivas formas de investigação científica. Para ele, essa divisão pode ser percebida como uma ilusão, no sentido de que não existiriam locais para as ciências e para as técnicas, ao passo que não existiria a separação entre o que seria um objeto para a ciência das coisas naturais e para as ciências dos fatos sociais, políticos, econômicos, da cultura e da linguagem. Esse pensamento de Latour pode contribuir para a compreensão de como esses esquemas fragmentários do conhecimento, permeiam nossa compreensão epistemológica nos campos de pesquisa e no cotidiano social. Assim, os objetos, ou, como ele denominou, os “quase objetos”, são híbridos em sua constituição, referindo-se ao afastamento dos campos do saber.

Dessa forma, a modernidade impulsionou dois tipos de práticas científicas, de purificação e de tradução; o trabalho crítico de purificação se edificaria sobre os poderes naturais; os demais campos, sociais e da linguagem, seriam estudados separadamente. O trabalho de tradução, aquele que se daria em uma cadeia contínua com os “quase objetos”, envolvendo a mistura de gêneros da natureza e da cultura, para Latour, seria realizado através de um trabalho de rede. Ambos os trabalhos, de purificação e tradução, incidem entre si, criando paradoxos próprios da modernidade, como a contínua produção dos objetos híbridos.

Esses, segundo o autor, não são bem-vindos à ciência. Assim, os dilemas não são resolvidos pela separação entre o homem e a natureza, não existindo a supremacia de um em relação ao outro.

Latour lança a nossa vista a crítica de que na modernidade os caminhos de purificação dos fatos observáveis e a pretensa neutralidade na investigação acurada nos cercos da ciência, junto ao trabalho de tradução, promoveu a separação dos objetos híbridos. Mas a ideia de separá-los não promoveu sua eliminação, os híbridos estão presentes na sociedade, nas instituições de ensino, nas técnicas, nos fenômenos sociais que se recriam diariamente, nas linguagens, nas artes, nas ciências, etc. Os estudos das redes de conhecimento que seguem movimentos epistêmicos híbridos, não se encerram em uma disciplina, se constroem e se desconstroem na edificação dos saberes; não há separação entre o pesquisador e o pesquisado, nem entre a materialidade social e natural ou entre as ciências e as técnicas. Nesse sentido, a antropologia teria algo a ensinar:

Ninguém jamais ouviu falar de um coletivo que não mobilizaria, em sua composição, céu, a terra, as corpos, os bens, o direito, os deuses, as almas, os ancestrais, as forças, os animais, as crenças, os seres fictícios... Esta é a antiga matriz antropológica, que jamais deixamos de lado (Ibidem, p. 105).

O exercício proposto por Latour nos atravessa em especial no que diz respeito às problematizações das noções de subjetividade nas ciências. A palavra subjetividade pode designar, para muitas ciências psicológicas, um processo interno, individual, independente e aleatório, que se relaciona a uma noção de interioridade em oposição à exterioridade, o imaterial e o material, o mundo de dentro em oposição ao mundo de fora. Em contextos diversos, dentre os quais cabe ressaltar o ambiente acadêmico, os debates em torno das questões da ordem do plano “psi” ou do plano do “afeto”, são costumeiramente excluídos da análise social. Subjetividade seria aquilo que não se pode avaliar? Estaria sujeita a incomensurabilidade? Isso a torna desimportante para o campo científico? Ou sua desimportância deve-se a sua amplitude semântica? Pensar os processos de subjetivação revela-nos um objeto que se apresenta em um jogo reverso e contínuo:

Por contraditória que pareça, a negação da vida subjetiva como realidade concreta termina por derivar, para além da subjetividade pura, uma objetividade abstrata. A análise da realidade social despojada da vida subjetiva transforma-se em sociologismo; ao mesmo tempo, a análise da vida subjetiva despojada da objetividade transforma-se em psicologismo. Ambos são falsos em suas formas. O entrave da psicologia tem sido, pela redução de toda realidade à ação do sujeito, a perda da capacidade de distinguir entre as ilusões e a realidade. Em contrapartida, a objetividade antissubjetivo tem sido o entrave de determinadas vertentes do

Marxismo que, durante décadas, rejeitaram as categorias indivíduo, subjetividade, psiquismo, consideradas desimportantes para a análise objetiva da sociedade (RESENDE, 2009, p. 18-19).

A análise de Resende permite reconhecer o quanto de cuidado o tema suscita em seu trato epistemológico, dado que sempre corremos o risco de recair no dualismo ao tentar conceituar a subjetividade. Expressões como: “a subjetividade se produz na relação do indivíduo com seu meio”, “toda subjetividade é social, pois somos sujeitos sociais”, dentre outras habituais, soam como uma traição do próprio discurso sociológico ao desaguar no velho dualismo da individualidade versus exterioridade.

Buscando escapar dessas compreensões dicotômicas, neste trabalho buscamos uma compreensão da subjetividade entendida a partir de uma construção social e comunitária, permeada por relações e vivências partilhadas que, ao serem pensadas e significadas comunitariamente através da experiência, produzem um modo de ser e viver em constante relação com a dimensão histórica e social (FERREIRA NETO, 2011).

A partir do exposto, o desafio em eleger uma metodologia afim com as perspectivas deste trabalho apontou para o que Hissa (2017) sinalizou em relação à abrangência do fazer do cientista: “A metodologia é um processo histórico e criativo que vai se fazendo desde o projeto.” A compreensão do autor colaborou com nossa visão de que o modo de fazer o estudo da memória de pessoas nesses espaços geradores de dor profunda, como ocorre nos conflitos pela posse da terra, envolve uma metodologia constituída a partir da realidade do campo de pesquisa. Obviamente nossos projetos preveem um conjunto de técnicas e compreensões teóricas que se antecipam ante ao trabalho de campo, o que não inviabiliza o fazer criativo metodológico. Por essa razão, neste estudo optamos pelo método etnográfico e pelas entrevistas narrativas como forma de avançar em relação às limitações próprias das pesquisas disciplinares, que tantas vezes submetem os objetos de estudo a visões fragmentárias da realidade. Nesse ensejo, discutiremos no próximo tópico o pensamento que fundamentou a metodologia da pesquisa.

3.1 ETNOGRAFIA, ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES E A PSICANÁLISE

A antropologia das emoções surgiu no Brasil na década de 90. Foi preconizada pelo antropólogo Gilberto Velho (1945-2012) pelas pesquisas empreendidas por ele sob o viés das emoções em interface com os estudos culturais. Assim, o cotidiano, a subjetividade nos processos sociais e o estudo da busca de autonomia dos sujeitos em sociedade, são temas

pertencentes aos estudos da antropologia das emoções no Brasil. Gilberto Velho colaborou para a abertura metodológica nas ciências humanas e empreendeu novas práticas de pesquisa em diálogo com distintos campos do conhecimento. Dentre os quais se destacam a filosofia, a psicologia, a psicanálise, a história, as ciências da linguagem, dentre outros, ampliando a inserção dos estudos antropológicos na abrangência a outros modos de vida, como a vida nas comunidades urbanas (KOURY, 2009).

Gilberto Velho (1981), a respeito da premissa antropológica de que o pesquisador afastado de suas próprias referências socioculturais e imerso em outro contexto ao qual pesquisa, pretensamente, poderia conhecer melhor a dialética das relações que envolvem o objeto de estudo, afirmou:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismo como fatores de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (p. 126).

Tomando o trecho acima, podemos reconhecer que Velho não só criticou as formas tradicionais de pesquisas em antropologia, que pressupunham o deslocamento sociocultural como via de acesso ao conhecimento etnográfico de sociedades distantes da realidade do pesquisador, quanto desenvolveu outro sentido sobre esse possível distanciamento do objeto de estudo; ao afirmar seu pensamento, enfatizou o quanto as sociedades urbanas são complexas e conformadoras de um vasto campo de investigação para o antropólogo que se dispõe a tarefa de estranhamento das sociedades familiares e próximas de suas próprias referências.

Segundo essa perspectiva, para Velho, o rigor científico deve ser observado “[...] enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (Ibidem, p. 129); dessa forma, o autor conformou sua compreensão de que a objetividade e a neutralidade científica são relativas, pois estão sempre circunscritas ao olhar do observador pesquisador; portanto, o estudo do familiar pode aproximar do campo de pesquisa realidades socioculturais diversas, possibilitando o alcance de conhecimentos e compreensão das mudanças na história da sociedade, mesmo que estas sejam próximas e familiares. O grande salto analítico seria então o estranhamento do familiar.

Gilberto Velho também questionou a clássica interpretação do termo sociocultural, não raramente interpretado com exclusão da dimensão subjetiva dos sujeitos. Para ele a subjetividade é uma dimensão do indivíduo inseparável da via sociocultural. O defrontar do

pesquisador com o familiar, para Velho, constitui assim mais que um atributo intelectual. O estranhamento diante do cotidiano e das vivências da vida social deve incluir o confronto dos afetos e emoções. Suprimir os elementos subjetivos dos objetos em análise constituiria, para ele, causa de um exame limitado da realidade.

Desse modo, as emoções e afetos constituem o sujeito. É sabido que a consciência da realidade que nos cerca não encerra todo o saber acerca de si e do outro. As dimensões da alteridade frente ao estranho podem ser verificadas na posição do sujeito frente ao outro, como é possível compreender a partir das teorizações de Gilberto Velho, dentre outros, e pode ser verificada também na posição do sujeito frente a ele mesmo, marcada por um estranhamento do familiar em si mesmo.

A esse respeito, Souza (2015) realizou aproximações entre os campos de saber da antropologia e psicanálise e apontou questões relativas à alteridade no campo teórico das duas disciplinas. O saber psicanalítico remete a uma teoria do sujeito constituída a partir do inconsciente. Essa noção pressupõe um sujeito que estranha a si mesmo, à medida que não tem domínio desse estrangeiro que o habita, o inconsciente. Dessa forma, no espaço analítico definido metodologicamente pela psicanálise, o analista trabalha o confronto do analisando consigo mesmo por meio da linguagem. Nesse caso, o encontro do analisando é com seu inconsciente, e o lugar do analista é o de transmitir o furo do discurso do analisando, apontando sentidos para além daqueles que ele traz. Os efeitos dessa transmissão escapam à interpretação do próprio analista. O estranhamento do sujeito é com o inconsciente, que ele não reconhece. Assim, o espaço da clínica psicanalítica permite a produção de conhecimentos e contesta a noção de ciência que submete “[...] qualquer noção de experiência em nome do Princípio da Razão, onde nada é sem que esteja inserido em tramas de sentidos previamente determinadas” (Ibidem, p. 121).

Para Silveira (2007) o encontro intersubjetivo entre pesquisador e pesquisado, no campo da antropologia, é possível por uma relação dialógica em que o mundo cultural desses sujeitos se toca pela via da comunicação e da abertura frente ao outro. Assim, o autor problematiza a noção de informante, em virtude do caráter abrangente de sentidos dessa categoria, situando-o como sujeito que, ao interpretar a si e ao outro, é parte ativa na produção do conhecimento, colaborando para o redimensionamento teórico e conceitual nas ciências humanas e para o alargamento do alcance metodológico dos antropólogos em suas pesquisas de campo.

O trabalho de aproximação intersubjetiva permitido pelo exercício etnográfico é decisivo quanto as diferenças em relação ao trabalho da ciência ortodoxa, no que se refere à

premissa de afastamento da subjetividade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Silveira enfatizou o caráter ativo do ator social categorizado como informante, ao que profere:

Há ainda, a necessidade de considerar que ambos – etnógrafo e informante – são detentores de Hermenêuticas específicas, por isso capazes de leituras acerca da cultura que o antropólogo tenta compreender em contraposição a que traz consigo, ou seja, deve ficar claro que determinadas pessoas – os “informantes” – que auxiliam o pesquisador em sua proposta de conhecer outra cultura, são tão importantes na pesquisa etnográfica quanto o pesquisador. O estatuto do pesquisador é burilado sem, no entanto, perder sua importância epistemológica. Isso não inviabiliza o papel do pesquisador, mas tende a deslocá-lo de sua autoridade tácita para re-situá-lo enquanto sujeito produtor de conhecimentos dentro das ciências humanas (2007, p. 17).

Assim, o autor reafirma a relação dialógica entre pesquisador e informante como caminho para o conhecimento intercultural. O informante, ao ser o sujeito representante de outro universo cultural, através da linguagem, é capaz de redimensionar aspectos de sua própria cultura frente ao que ele próprio narra, frente à linguagem e ao universo cultural do pesquisador. Em realidade semelhante à técnica psicanalítica aborda o conceito de transferência²³ como um dos caminhos trilhados pelo analisando para alcançar as motivações inconscientes que o fazem viver de tal ou qual maneira. O conceito de transferência, utilizado de forma mais ampla, pode designar o desenvolvimento de uma atitude afetiva de uma pessoa em direção a outra. A definição de transferência a partir dos pressupostos teóricos da psicanálise pode ser mencionada como:

[...] processo constitutivo do tratamento psicanalítico mediante o qual os desejos inconscientes do analisando concernentes a objetos externos, passam a se repetir, no âmbito da relação analítica, na pessoa do analista, colocado na posição desses diversos objetos (ROUDINESCO, 1998, p. 766-767).

No contexto analítico, essa disposição ocorre do analisando em relação ao analista, ambos em conexão pela experiência da fala e da escuta. Embora o conceito de transferência seja central para a psicanálise, a autora ressalta que o termo pode ser aplicado em diversos campos para expressar a ideia de deslocamento afetivo no âmbito das relações humanas, dado o reconhecimento das relações objetais²⁴. Sobre isso, Freud ([1915-1914], 2006) em “Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III)” compreendeu que o analista deveria tomar precauções quanto a afetar-se na

²³ Aporte teórico e metodológico da técnica psicanalítica que faz precipitar os desejos inconscientes do analisando em direção a figura do analista (ROUDINESCO, 1998).

²⁴ As relações objetais são relações fantasísticas do sujeito em relação ao mundo externo. São relações do sujeito com o seu entorno, ao mesmo tempo permeadas pelo desenvolvimento pulsional (CHEMAMA, 1995).

relação com o analisando, sendo importante que tome como prática a análise pessoal. Mesmo que sua teoria esteja relacionada à técnica psicoterapêutica para atingir um fim de tratamento de enfermidades psíquicas, observa-se aqui o exame da intersubjetividade entre analista e analisando no setting analítico. Freud chamou esse processo das manifestações inconscientes do analista em relação as transferências do analisando de contratransferência.

Desse modo, as reflexões acerca da pesquisa etnográfica e sobre o espaço da clínica psicanalítica acumulam semelhanças, seja na ordem da cultura como o estranho e/ou familiar, como no caso da antropologia, seja na ordem do psiquismo, onde o inconsciente se caracteriza por ser um terreno não reconhecido que irrompe em estranha presença no sujeito e na sociedade. Dessa forma, o estudo da memória através de uma etnografia das emoções, pressupõe originalmente estar em um movimento de aproximação e distanciamento em relação ao objeto de estudo. Barbieri e Sarti (2011), mencionando Lévi-Strauss, enfatizaram a relação entre pesquisador e pesquisado, e a dinâmica que se estabelece a partir do constante vaivém – aproximação intersubjetiva e afastamento em relação ao objeto de estudo – que a pesquisa etnográfica produz. Por ser uma metodologia que compreende o encontro de singularidades, em que pesquisador e objeto são sujeitos em interação na produção do saber, os autores sugerem articulações epistemológicas entre a psicanálise e a pesquisa etnográfica, em virtude da similaridade entre o trabalho intersubjetivo realizado entre os sujeitos no contexto analítico, psicanalista e analisado, e entre os sujeitos no campo de investigação científica etnográfica, pesquisador e pesquisado. Embora existam diferenças entre o trabalho psicanalítico, próprias da prática clínica, e o trabalho antropológico, o caráter relacional das duas práticas é imprescindível ao ofício de ambos, psicanalista e analisado, antropólogo e informante ou sujeito pesquisado.

Crapanzano (2005) também aborda os fatores intersubjetivos que atravessam o campo de pesquisa. Enfatizou que o rigor científico anseia pelo exame aprimorado dos fenômenos da realidade objetiva, ao passo que nega a realidade inerente aos processos de subjetivação, que, segundo ele, são ignorados ou destinados ao que ele chamou de “o mundo de imaginações e fantasmas ou o mundo da contemplação científica” (p. 359). Pelo viés dessa compreensão, o autor desenvolveu o conceito de cena, ao qual argumenta:

Sempre relutei em reduzir a cena ao meramente subjetivo por duas razões. A primeira é que, dado o regime do empírico que estou contestando, não o empirismo em geral, o subjetivo é frequentemente reduzido a uma categoria de rejeição. A segunda é que o modo que concebemos o subjetivo é individualizado de maneira a excluir os seus fundamentos interlocutórios, interpessoais. Mesmo quando tentamos

nos aprofundar em sua estrutura, tendemos a olhar para as causas biográficas (isto é, individualizadas) (Ibidem, p. 373).

O conceito de cena de Crapanzano aponta para a crítica dos conceitos que compreendem a subjetividade como da ordem do indivíduo, a partir de um funcionamento da psique. Para ele, por mais particular que sejam as produções subjetivas, elas são sempre intersubjetivas, pelo caráter relacional em que são produzidas, com o encontro dos elementos conscientes e inconscientes inerentes à relação com o outro, incluindo a dimensão imaginativa na suposta construção da realidade social. A cena admite humores, sensações, emoções, percepções, horizontes imaginativos, atmosferas, em que as mudanças que as envolvem são desempenhadas em um jogo performático onde a materialidade da realidade não se divide pelo objetivo e subjetivo, mas dá-se em um jogo entre luz e sombra que envolve a cena que compõe a realidade não fragmentária.

Em suma, o conceito de cena de Crapanzano é fundamental para a compreensão dos eventos que permeiam a intersubjetividade no campo etnográfico. Algo similar é encontrado nos artigos sobre a técnica psicanalítica. Ambos envolvem considerações sobre as disposições humanas próprias do encontro com o desconhecido no contexto da produção do conhecimento científico, ao passo que criticam e subvertem o estatuto do objetivismo no campo da epistemologia.

3.2 TERRITÓRIO DA MEMÓRIA: A DINÂMICA DOS AFETOS

O estudo da memória está situado em múltiplas abordagens nas ciências. Em relação ao campo das neurociências o “cérebro” inspira múltiplas investigações. Por esse viés a memória é tida como um atributo do aparelho psíquico, ou seja, como uma propriedade desse sistema. As faculdades da memória também podem ser exploradas em virtude da capacidade mnemônica de armazenar informações, o que amplia o interesse de diversas áreas do campo do saber, ao que consta a investigação de Freud ([1886-1889], 2006, p. 281) sobre o aparelho psíquico:

Como você sabe, estou trabalhando com hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha se formado por um processo de estratificação: o material presente em formas de traços de memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito da minha teoria, é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações.

O trecho acima da carta 52, datada de 06 de dezembro de 1896, é parte de um conjunto de cartas de Freud ao seu então melhor amigo Wilhelm Fliess²⁵. As cartas datam de 1887 a 1904. Mesmo que se trate de uma consideração nada recente de uma carta escrita há 121 anos, as reflexões teóricas de Freud são fundamentais para pensar o conceito de memória. Segundo a teoria em questão, a memória não estaria puramente sujeita ao funcionamento do cérebro a partir da função de registro de informações. Mais que isso, a memória se desdobraria em vários tempos em forma de retranscrições gerenciadas por outras ordens.

O Freud neurocientista de 1885 já advertia quanto a algo importante em relação à memória, que seu funcionamento estaria entrelaçado aos afetos²⁶. Dessa maneira, o fragmento teórico presente na carta 52 de Freud, a Fliess, aborda alguns aspectos dignos de atenção. Um deles é o interesse de Freud em esquematizar como se dão os registros mnemônicos das experiências vividas, objetivando teorizar sobre o processo de registro dos traços de memória. Os traços mnêmicos inscritos no inconsciente estariam sujeitos a um trabalho de tradução para o consciente e submetidos a afetações próprias da vida do sujeito, ocasionando falhas na tradução para o sistema consciente. Essas falhas foram descritas por Freud como recalcamientos²⁷, em circunstância do desprazer provocado pela tradução: “Se um evento A, quando era atual, despertou uma determinada quantidade de desprazer, então o seu registro mnemônico, AI ou AII, possui um meio de inibir a produção de desprazer quando a lembrança é redespertada.” (Ibidem, 283-284).

A citação coloca em evidência o interesse do autor em compreender a memória, e o registro de informações, especialmente o processo de lembrar e esquecer. Desse modo, Freud ensaiou problematizações sobre os caminhos inconscientes que encobrem o desprazer nas atividades de rememoração de experiências, referindo-se a um “evento A”, portador de um desprazer original que, ao ser recalcado, passaria por um processo de tradução para a consciência, representado por AI, AII, que constituem retranscrições da experiência original para evitar o desprazer. Tais teorizações retiram a memória da qualidade de propriedade do aparelho psíquico. Desse modo, se os afetos são para a memória uma condição para sua estruturação, por sua vez, a memória confere uma condição para toda a formação do psiquismo (SANTOS; LEITE, 2008).

²⁵ Wilhelm Fliess (1858-1928) foi um médico alemão, amigo íntimo de Sigmund Freud (ROUDINESCO & PLON, 1998).

²⁶ Segundo o dicionário de psicanálise Larousse, a definição de afeto é: “Um dos estados emocionais, cujo conjunto constitui a gama de todos os sentimentos humanos, do mais agradável ao mais insuportável, que se manifesta por uma descarga emocional violenta, física ou psíquica, imediata ou adiada” (CHEMAMA, 1995, p. 10). O afeto está assim entrelaçado ao próprio surgimento da psicanálise, a partir das análises empreendidas por Freud sobre a relação entre vida afetiva e o comportamento dos sujeitos.

²⁷ Processo psíquico de afastar da consciência aquilo que provoca desprazer (CHEMAMA, 1995).

Antonello e Herzog (2012) enfatizaram a importância da teoria Freudiana da memória em relação a uma construção teórica maior, conhecida como “O Projeto”, de 1895, em que Freud pretendia erguer uma “psicologia científica” ao empreender estudos sobre o sistema nervoso. Nessa proposição o “sistema psi” seria como a sede da memória. A passagem da energia psíquica pelos neurônios “psi” deixariam traços que permitiriam a constituição da memória. Os princípios do funcionamento psíquico seguiriam uma economia psíquica em que o sistema nervoso buscaria uma moderação no nível de excitação do organismo. Para Freud, esses neurônios se caracterizariam por certa capacidade de receber tensões nervosas que, por sua vez, exerceriam força nas barreiras de resistência à tensão, ocasionando, após a passagem de energia, os traços mnêmicos: “São os traços mnêmicos que capacitam à rede neuronal a escoar a energia pelos caminhos mais facilitados; os traços são os indicadores desses caminhos, os quais, notadamente, serão os mais repetidos” (ANTONELLO; HERZOG, 2012, p. 114).

Os autores salientam a importância de “O Projeto” para as teorias da memória, pois a partir de tais construções teóricas metafísicas²⁸ Freudianas se desenvolveu, posteriormente, a ideia de que a memória na psicanálise tem relação com a tensão proveniente das experiências afetivas do sujeito, em que a angústia seria o principal afeto para o psiquismo.

Ainda sobre a teoria da memória freudiana, cabe a distinção entre o que seriam os traços e o que seriam os “fueros”, ou marcas. As experiências vividas estão sujeitas a encontrarem representatividade no aparelho psíquico através dos traços mnêmicos que são inscritos, transcritos e (re)transcritos ao longo da vida, formando sentidos sobre tais vivências simbolizadas. Já no trauma, em detrimento da violência do excesso de excitação, há a impossibilidade de simbolização, recaindo no que seria uma marca ou “fuero” (FREUD [1886-1889], 2006).

O registro de informações segue, assim, uma lógica seletiva e não aleatória, seguindo princípios da economia psíquica de busca de diminuição da tensão, mesmo que para isso a energia percorra um caminho maior em direção à baixa da excitação nervosa, na relação com o mundo externo de onde o psiquismo recebe as estimulações. Em anos posteriores, em “Além do Princípio do Prazer” (FREUD [1920 -1922], 2006) o autor, através do estudo dos traumas nas neuroses, observou que seus pacientes repetiam excitações ligadas a experiências

²⁸ Segundo o próprio Freud: “[...] o que descrevemos como metapsicologia, é naturalmente devido ao fato de nada sabermos sobre a natureza do processo excitatório que se efetua nos elementos dos sistemas psíquicos, e ao fato de não nos sentirmos justificados em estruturar qualquer hipótese sobre o assunto” (FREUD [1920-1922], 2006, p. 41).

traumáticas recorrentes em sonhos e lembranças, algo que ele observou como uma tendência à repetição, um retorno às marcas mnêmicas do trauma.

Tal referência à constituição da memória na teoria psicanalítica nos direciona também aos estudos sobre a histeria. O termo deriva do vocábulo grego “hysteria”, que significa “matriz”, “útero” (ROUDINESCO; PLON, 1998). A histeria ficou amplamente conhecida como doença neurótica com apresentação de quadros clínicos variados, expressando conflitos intrapsíquicos localizados no inconsciente e que comumente se exprimiam através do corpo, como por exemplo conversões similares a ataques epilépticos e paralisias (em aparência) ou através de comportamento fóbico, dentre outras condutas e tipificações somáticas. Essas manifestações tinham como finalidade a inibição de afetos não prazerosos. Silva (2015), resgatando o surgimento do termo “neurose” na psicopatologia, advertiu que o primeiro teórico a cunhar tal terminologia foi William Cullen no século XVIII, considerando-a como pertencente a um grupo de doenças relacionadas a “perturbações não localizadas”.

Desse modo, o termo “neurose” nasceu no campo da neurologia e seu significado se modificou ao longo do século XIX em torno da concepção de uma “doença dos nervos”, momento em que a histeria ganhou uma nova compreensão. Se ela foi conhecida em séculos anteriores por múltiplas causalidades, até mesmo como uma manifestação demoníaca ou bruxaria, para Jean Martin Charcot (1825-1893) a histeria possuía uma causalidade psíquica, compreensão amplamente referenciada por Freud nos estudos sobre as neuroses. Segundo Silva, a contribuição fundamental de Charcot e Pierre Janet foi que ambos passaram a analisar o caráter psicológico no desenvolvimento da histeria, evidenciando assim a importância de os sujeitos narrarem seu sofrimento através de uma posição ativa em que ele é convocado a falar²⁹.

Assim, a partir da escuta das histórias de suas pacientes por suas próprias narrações, Freud chegou à descoberta da relação entre histeria e sexualidade, tema motivador do afastamento de muitos de seus contemporâneos ao rejeitarem sua teoria. No escrito “A etiologia específica da histeria” Freud afirmou: “não são as experiências em si que agem de modo traumático, mas antes sua revivescência como lembrança depois que o sujeito ingressa na maturidade sexual” (FREUD [1893-1899], 2006, p.165). Tal constatação ergueu novos métodos de tratamento do sofrimento psíquico e também mudou o foco de investigação do

²⁹ Jean Martin Charcot foi médico neurologista francês, autor de “Tratado Clínico e Terapêutico da Histeria de 1859. Pierre Janet foi um psicólogo francês, estudioso da histeria, tendo nascido em 1859 e falecido em 1947 (SILVA, 2015).

autor, deixando de situar tais perturbações nervosas a partir de tramas neurológicas não localizadas.

Podemos concluir, acerca de algumas pistas da teoria psicanalítica sobre a memória, que o pensamento de Freud na direção de erguer uma psicologia científica foi fortemente influenciado pelo avanço das ciências naturais no século XVIII. Tais ideias deterministas percorreram as primeiras elaborações teóricas sobre a memória, compreensão que incidiu ao longo do desenvolvimento de sua teoria do aparelho psíquico. A direção mecanicista, presente nos escritos iniciais do autor, passou por mudanças, de uma ênfase nos aspectos topográficos da memória para outras compreensões, até chegar ao entendimento de que a memória é um atributo contribuinte da formação do aparelho psíquico e não apenas uma função dele. Seria algo como ampliar a compreensão de que a memória, além de localizar-se nas estruturas nervosas do organismo, através de registros que são transcritos e (re)transcritos ao longo da vida ao evocar lembranças, também estaria sujeita a aspectos da dinâmica da “economia psíquica”, onde Freud observou que esquecer estaria relacionado a uma investida psíquica de evitar o desprazer. O trauma como evento impossível de ser representado no sistema consciente do sujeito seria assim contido por mecanismos de defesa psíquica com produção de sintomas e inibição de lembranças relacionadas a esse material reprimido no inconsciente (FREUD [1920-1922], 2006).

As contribuições psicanalíticas para os estudos da memória ratificam a importância da categoria no arcabouço teórico das ciências psicológicas. Mais que isso, podem estabelecer pontes para a compreensão da sociedade, a partir de determinadas articulações com outras áreas do conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a antropologia, dentre outros campos do saber que se dedicam ao estudo da memória, história e sociedade.

3.2.1 Memória: a questão do tempo e da história

Seja qual for o contexto de investigação científica da memória, estará sempre relacionado ao conjunto das dinâmicas socioculturais, visto que implica em exercícios da comunicação social, uma vez que a memória: “[...] se caracteriza antes de tudo pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento [...]” (LE GOFF, 2005, p. 421). Desse modo, a memória, seja ela oral ou escrita, incide em um ponto de contato importante entre as linguagens e a vida social. Le Goff também sinalizou para o que Gagnebin (2009) refletiu a partir da relação entre o trabalho da

memória e o conceito de rastro: a memória implica em uma manifestação da presença de uma ausência.

Descrever os eventos históricos compõe a atividade historiográfica, o que requer, por sua vez, a discussão sobre o tempo. As investidas tecnicistas em domar o tempo natural fizeram do calendário uma criação histórica, interligando alguns fatores fundamentais, como os avanços nas definições da cronologia e as questões da periodização, em que “O tempo histórico encontra, em um nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta” (Ibidem, p. 13). Assim, alcançar uma compressão do tempo histórico remete a entrever que a concepção de tempo passado e tempo presente constitui uma construção cultural.

Dessa forma, a história se entrelaça a múltiplos campos e aplicações, como a filosofia, as ciências sociais e psicológicas, produzindo complexificações na compreensão do dito “tempo histórico”. A partir da introdução de uma interpretação não cronológica do marco temporal, outras variáveis do tempo surgiram, como a questão da duração, do tempo subjetivo, dos tempos múltiplos, etc. Assim, falar sobre “tempo e memória” nos remete aos estudos de Henri Bergson (1859 – 1941). Os escritos de Bergson (1999) situam-se no campo da metafísica e seu aporte teórico mais difundido sobre a memória ocorreu na obra intitulada “Matéria e Memória” de 1896. As discussões sobre a vida e a matéria em Bergson (1999) perfazem um conceito de tempo no qual o tempo presente é constituído pelo envolvimento do corpo – matéria – enredado com o movimento da vida. O tempo passado, materializado no presente pela ação da percepção em um mecanismo corporal involuntário e inconsciente, é acionado pela percepção de estímulos familiares ou reconhecidos como imagens no espaço:

Digamos inicialmente que, se colocarmos a memória, isto é, uma sobrevivência das imagens passadas, estas imagens irão misturar-se constantemente à nossa percepção do presente e poderão inclusive substituí-la. Pois elas só se conservam para tornarem-se úteis: a todo instante completam a experiência presente enriquecendo com a experiência adquirida; e, como esta não cessa de crescer, acabará por recobrir e submergir a outra. É incontestável que o fundo de intuição real, e por assim dizer instantâneo, sobre o qual se desenvolve nossa percepção do mundo exterior é pouca coisa em comparação com tudo o que nossa memória nele acrescenta. Justamente porque a lembrança de intuições anteriores análogas é mais útil que a própria intuição, estando ligada em nossa memória a toda a série dos acontecimentos subsequentes e podendo por isso esclarecer melhor nossa decisão [...] (BERGSON, 1999, p.69).

Assim, o passado seria apenas uma abstração mediante da qual ensejamos nossas reações diante de novas estimulações advindas do mundo da realidade imediata, pois: “[...] é para a ação que a percepção e a memória estão voltadas, é esta ação que o corpo prepara”

(Ibidem, p. 266). A memória seria, assim, o fio condutor entre o passado e o presente, colocando em xeque a possibilidade de agirmos pela via da consciência e segundo vontades inéditas e puras do sujeito no presente. Nesse sentido, em Bergson (1999), a memória do que se entenderia como passado repercute no instante presente influenciando a forma como percebemos a realidade hodierna.

Bergson (1999) introduziu a questão da “duração” como forma de assinalar a condição subjetiva do tempo orquestrado pelo psiquismo na tentativa de manter sua indivisibilidade, o que ele chamou de duração: “[...] a duração é uma espécie de ilusão necessária para manter o sentimento de (alguma) continuidade em nossa existência [...]” (KHEL, 2009, p. 138). Dessa forma, a duração causa uma certa ilusão ao escamotear a descontinuidade da existência pela sensação da duração. Assim, é na memória que reside o tempo passado em constantes investidas no tempo presente.

No campo sociológico temos a contribuição de Maurice Halbwachs (1877-1945) para os estudos da memória. Sociólogo francês assassinado pelos nazistas, alargou análises sobre questões da vida em sociedade, privilegiando temas próximos à psicologia social, como o suicídio e a vida cotidiana. Para o autor, nossas lembranças são coletivas por uma causalidade direta da vida social. Nas palavras do autor na obra póstuma “Memória coletiva”, publicada originalmente em 1950, ele afirmou que: “[...] temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Então, participamos da formação da memória de nossos pares, assim como dos processos de lembrar que envolvem pessoas em seus grupos sociais.

Um aspecto de destaque do pensamento de Halbwachs (1990) reside no enfoque que ele deu a memória em sua fluida relação com as vivências sociais. Para ele as experiências individuais, muitas vezes tratadas como da ordem do “mental”, teriam uma direta relação com as construções sociais. Portanto, Halbwachs (1990) enfatizou os aspectos comunitários que estruturam a memória coletiva, assim como a relação entre vida social e estruturação do indivíduo. Dessa forma, a rememoração segue, para ele, enlaçamentos do sujeito em relação ao seu grupo social. Mas, segundo a perspectiva de Halbwachs (1990), qual seria a causa de nosso esquecimento? Será que poderíamos evocar lembranças a todo instante? A atividade de lembrar requer a presença do grupo original dentro do qual a experiência foi gerada e guardada na memória?

Seria improvável afirmar que a atividade mental de rememorar advenha somente segundo o critério da presença física das testemunhas da experiência coletiva passada. O autor elucidou assim algumas questões sobre o esquecimento. Sob tal ponto de vista, esquecer está

para além da compreensão da morfologia cerebral e suas funções, lesões e disfunções. Obviamente que esse pode ser o caso de um grande número de patologias que envolvem algum prejuízo da memória, mas não é a explicação generalizante para todos os casos de esquecimento. Halbwachs (1990) esclarece, segundo sua teoria da memória coletiva, que a perda de vínculo com o grupo social a que estivemos implicados no passado, nos distanciaria das lembranças ligadas a esse grupo. O esquecimento pode advir à medida que nos engajamos em outros grupos e dispomos com eles de outros interesses. No ínterim da relação entre memória e rememoração, afirma o autor:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não bastam que eles tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (Ibidem, p. 34).

Assim, a faculdade de lembrar é implicada por um reconhecimento da lembrança e da reconstrução da mesma, só possível, segundo tal teorização, através de uma base comum que atrela os membros envolvidos em sociedade. Segundo o autor, nossas primeiras memórias são construídas por experiências sociais, no seio da família. Sobre o laço social que cria a memória coletiva, proferiu: “Uma ‘corrente de pensamento’ social é ordinariamente tão invisível como a atmosfera que respiramos” (Ibidem, p. 40), estando assim as lembranças circunscritas ao enlace coletivo, onde a “corrente de pensamentos” de uma pessoa está sempre em conexão com o outro. Ao evocar lembranças, nós evocamos pontos de referência exteriores a nós, e o que nos permite transitar nesse processo são os elementos simbólicos da sociedade, onde a linguagem consiste em um elemento estritamente social.

Em relação à memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), uma outra questão se torna importante, qual seja, a diferença entre memória coletiva e história. Embora possamos elencar uma série de acontecimentos históricos que nos rodeiam desde o nosso nascimento, a memória coletiva não sucumbe à memória dos fatos históricos, visto que esses só poderão participar da memória coletiva se forem mais que acontecimentos sociais isolados. Esses devem estar vinculados ao pensamento social. Os fatos históricos, se nada guardam de atrelado a um grupo social, que rememore e evoque a sua memória coletiva tornando-se coesa com o movimento da sociedade, recairiam em uma história que “[...] assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas” (Ibidem p. 55). Dessa forma, a perspectiva de Halbwachs (1990) é tributária de uma história que apenas pode ser viva por sua conexão com a coletividade. É a sociedade que

perpetua no tempo muitos outros "tempos passados", por não estarem enquadrados em uma história morta, mas por estarem em constantes retornos no presente.

Em uma análise contemporânea, Jeanne Marie Gagnebin (2009) compreende que o trabalho da memória remete a uma condição de presença e ausência do objeto, em que o presente remete ao passado esvaecido, tornando-o, dessa forma, presente, mesmo com a ausência do objeto a que ele esteja referenciado. De tal modo a autora empreendeu reflexões sobre o conceito de “rastro” na tradição filosófica e psicológica, ao falar de memória. Tal conceito também é intrínseco aos estudos da escrita e das linguagens, visto que o rastro sinaliza algo como “[...] uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do objeto real que ele significa” (GAGNEBIN, 2009, p. 44). Tais reflexões nos dão pistas sobre como aproximar os pressupostos psicanalíticos anteriormente discutidos em torno da questão da memória social.

Aproveitando as contribuições de Gagnebin (2009), podemos afirmar que a história de colonização do Brasil deixou rastros vinculados às práticas de violência na contemporaneidade. Um país colonizado pela violência não empreendeu no presente novas formas de relações sociais, como: trabalho humano em condições análogas à vida de escravidão; genocídio de povos indígenas; massacres de camponeses na disputa do território; matança de jovens e adolescentes; violência contra a mulher; dentre muitas outras práticas violentas da atualidade. Assim, a memória social brasileira tem a violência presente em sua historicidade; a violência contra a vida é uma ferida aberta que não cicatriza e constantemente revive os golpes que lhe causaram os traumas.

A atualização dos eventos violentos do passado através de sua contínua repetição no meio social é de conhecimento público. A cada nova tragédia uma pergunta: a repetição da violência é problematizada em nossa sociedade? Podemos garantir que nossa sociedade elaborou os traumas relacionados ao tempo da escravidão, das torturas, dos assassinatos de escravos negros e indígenas pelas práticas de violência? Podemos afirmar que a sociedade brasileira tem “consciência” das torturas e assassinatos de pessoas durante o regime militar? Certamente essas são questões sobre nosso tempo. Que tempo é esse? Tempo passado? Tempo presente? Certamente é um tempo passado que se (re)transcreve em um presente. Talvez essas perguntas não tenham uma resposta óbvia e salva de conflitos. Voltando há algumas décadas atrás, podemos analisar a conhecida frase do presidente Emílio Garrastazu Médici ao divulgar o plano de colonização dirigida do país: “Uma terra sem homens para homens sem-terra” (PEREIRA, 2015, p. 103). É de fácil conhecimento que a Amazônia

Brasileira jamais foi uma terra sem homens, visto que nela vivia uma ampla diversidade humana, dentre as quais diversas etnias indígenas.

O vazio propagandeado pelo governo brasileiro foi uma prática de apagamento dos povos viventes na Amazônia, massacrados junto a outros grupos sociais estabelecidos no território. Do mesmo modo, “a terra para os homens sem-terra” jamais se efetivou amplamente como uma política pública para a população pobre do país. As conquistas de indígenas, posseiros, camponeses, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, dentre outros, deram-se com a luta e organização política desses atores sociais, por enfrentamento e resistência. Esses enfrentamentos ocorrem de forma conflituosa e violenta.

A esse respeito, Maria Rita Kehl (2009), psicanalista que desenvolveu pesquisas sobre as formações sociais surgidas na modernidade, refere à noção de trauma e sintoma social ao analisar as transformações ocorridas na sociedade emergente capitalista. Para ela os avanços civilizatórios produziram uma sociedade que não enfrenta seu passado, não simboliza seus traumas e perpetua continuamente a condição de repetir o passado, já que o trauma social não simbolizado através de ressignificações coletivas no espaço social se desdobra em recalque coletivo de memórias que retornam sob a forma de novas tragédias na vida pública, uma condição de sintoma social que denuncia um mal-estar na vida cultural (GAGNEBIN, 2009). Dessa forma, os acontecimentos violentos, recalcados ou não, não elaborados simbolicamente provam as contradições do chamado “avanço civilizatório” que anunciou uma era de bem-estar para o homem moderno no tempo da razão e da técnica. O não cumprimento da promessa de bem-estar civilizatório pela via do avanço tecnológico e as constantes reinvestidas dos acontecimentos cruéis da “humanidade contra sua humanidade” evidencia um “um gozo mortífero na sociedade contemporânea”, (KHEL, 2009, p. 30), que ela define como uma falha na efetivação da Lei simbólica na sociedade. A Lei que é simbólica, ao falhar, não concretiza a ordem que deveria estabelecer.

Por sua vez, a vida social é constituída pela via do Outro³⁰, uma instância imaginária que provoca o sujeito a movimentar-se na vida pública por meio da linguagem, que é um dispositivo simbólico e essencialmente social. A busca por atender à idealização imaginária

³⁰ O pequeno “outro” seria, para a psicanálise lacaniana, aquele objeto de identificação na relação a qual a criança constitui o seu eu: pais, irmãos, etc., em uma relação em que há um certo apagamento da alteridade, o processo de identificação torna-os próximos e aparentemente iguais, o que seria uma primeira dimensão de alteridade. Em uma segunda dimensão da alteridade, o “Outro”, representado graficamente pelo “O” maiúsculo, é “anterior e exterior ao sujeito” (CHEMAMA, 1995, p. 156), instância que está para além da identificação e da representação, mas que determina o sujeito em movimento: “É no outro da linguagem que o sujeito irá tentar se situar, em uma busca sempre retomada, pois, ao mesmo tempo, nenhum significante consegue defini-lo” (CHEMAMA, 1995 p. 156).

desse Outro, forma o laço social onde o inconsciente é o discurso do Outro. Sobre o inconsciente social Kehl pondera:

A partir das práticas discursivas que caracterizam uma sociedade, podemos pensar que o que permanece inconsciente na vida social são os fragmentos não simbolizados do Real, à margem das formações de linguagem que organizam o campo coletivo da experiência. O efeito de recorte que a linguagem opera sobre o Real deixa sempre um resto (Ibidem, p. 26).

Para a autora, os restos impossíveis de tradução pela via da linguagem formam o inconsciente social. O evento traumático não simbolizado (COSTA, 2014) e recalcado no inconsciente social, implica em repetições desse material na vida coletiva. Tal análise parece calhar para a leitura da violência que discutimos inicialmente no primeiro capítulo. Ao apagar da memória social a violência e os efeitos da violência sobre a sociedade, insistimos em recriar as condições da brutal organização social atual. O apagamento dos rastros como tentativa de anular, tornar invisível a história daqueles que não compuseram “o cortejo dos vencedores” (os massacrados, oprimidos, explorados no sistema capitalista, etc.) é uma medida de controle dos sintomas sociais, porém, não eficaz por sua irreal capacidade de calar os vencidos que não cessam de lutar (LÖWY, 2014).

Assim a memória pode ser compreendida a partir do processo de lembrar e esquecer, não como um arquivo rígido, individual e entrelaçado aos acontecimentos em si, mas por seu percurso dinâmico nos processos de subjetivação das várias dimensões da realidade. Nietzsche enfatizou como a memória se produz em relação aos valores basilares de uma sociedade, refletindo sobre como age o poder no campo moral das construções históricas coletivas. Nesse sentido, a memória de sofrimento esteve atrelada a muitas construções na história da sociedade em que a vida se fazia em conciliação de valores morais e sofrimento: “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” (NIETZSCHE, 1998, p. 50). As relações contratuais entre culpa e dívida, castigo e reparação, o poder de exercer a punição ao devedor, são parte de valores da sociedade que mantêm uma relação com a memória, presentes em muitas concepções jurídicas, religiosas, etc.

Em Walter Benjamin a memória social é um atributo do presente que revela constantemente o passado. O estudo da modernidade permeia os escritos de Benjamin (2012) que situa o conceito de cultura como uma produção da razão na modernidade. Dessa forma, Benjamin é crítico da cultura que se difundiu com pretensões universalizantes junto à expansão do capitalismo e das ciências positivistas. Para ele, os coletivos sociais não edificam

as mesmas culturas, pois possuem particularidades. Nesse sentido, o capitalismo teria a função de uma religião, estando calcado nos valores morais do cristianismo, atuando como uma religião em que o cotidiano é tomado em um culto permanente em que não há a redenção de seus fiéis, como haveria em outros cultos. No capitalismo como religião, dá-se a continuidade da culpa, universalizando-a, com o fim de apagamento do ser em face ao valor do capital.

Benjamin é um crítico da ideia de progresso, estudou o materialismo histórico e a teologia, retomando ideias do romantismo críticas à cultura moderna e ao capitalismo. Michael Löwy (2014), estudioso marxista, em análise das teses sobre o conceito de história de Benjamin, adverte que dentre seus escritos há uma crítica à história colonialista europeia. Na sexta tese sobre o conceito de história, Benjamin ressaltou que:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apodera-se de uma lembrança, tal como ela lampeja em um instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar como instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na eminência de subjugar-lá. Pois o messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer (2012, p.12).

É importante reafirmar, no arcabouço de discussões sobre o trabalho da memória, a centralidade que possui a ideia de tempo. A sexta tese sobre o conceito de história aborda algumas questões importantes, sendo uma delas a crítica às concepções tradicionalistas da história, em que a temporalidade segue uma linha retilínea e os acontecimentos do passado situam-se nessa linha. Embora no presente vivamos em função do tempo regulado pelo relógio, a ideia de tempo, segundo a perspectiva benjaminiana, possui um caráter não cronológico, não sendo possível separar o passado e o presente como instâncias independentes uma da outra. Portanto, não há como emoldurar os fenômenos sociais no passado. Eles compõem a memória dos vivos e podem ser vivenciados a qualquer tempo, pois o tempo presente é carregado de passado. Assim, é preciso manter o instante do agora com a centelha da esperança, trazendo a memória dos mortos, relembra-los, redimi-los no presente, frente ao inimigo que não cessa de vencer. Segundo Benjamin (2012), recordar o passado é também fortalecer os que resistem ao poder e à dominação no sistema capitalista. Podemos

compreender que a memória social é uma potência para os oprimidos que estão em enfrentamento da dominação e da opressão.

Assim, o pensamento de Benjamin (2012) pode contribuir para análises contemporâneas dos fenômenos sociais, como os processos violentos vividos coletivamente em sociedade. Nessa interface, a memória dos sobreviventes, o sentido dado por eles ao sofrimento vivido, evoca a memória de seus familiares nos instantes das ameaças do presente. São sujeitos que agem politicamente pronunciando uma série de tempos históricos, ateados pela força da memória que emana do passado.

Outro tema sobre o tempo em Benjamin (2012) é a denúncia à aceleração do tempo na modernidade. Os avanços tecnológicos permitiram o encurtamento das distâncias e do tempo. A aceleração do tempo afetou outro tempo que é o tempo do sujeito, o tempo da experiência que consiste no “[...] sentido que uma coletividade é capaz de extrair a partir do que seus antepassados viveram [...]” (KHEL, 2009, p. 156). O excesso do presente, com uma memória que se confunde com a própria consciência voltada ao instante imediato, provocaria, então, a perda da experiência. Uma coletividade que esquece seus saberes, por dedicar-se inteiramente a uma vida acelerada e transbordada de “hojes”, entregue ao cotidiano fatigante da vida moderna que a todo momento solicita do sujeito mais e mais de si no instante presente, provoca uma sobrecarga da consciência e empobrecimento da experiência social. Umas das resultantes desse processo, segundo Khel (2009), é uma vida vazia de sentido para aqueles que não se entregam aos labores modernos. Dessa forma, o depressivo é aquele que denuncia sua negação a esse mundo de impossibilidades para o ser, algo que Benjamin outrora apontou como o ensejo da melancolia.

É possível encontrar aproximações entre o pensamento de Bergson (1999), Freud e Benjamin (2012) no estudo da memória. Para Freud ([1893-1899], 2006; (1920), 2006; [1892-1899], 2006) o corpo encarna os imperativos de sua natureza biológica e psíquica e volta-se ao ambiente em busca de satisfazê-los. Dessa forma, as vivências do sujeito na busca por satisfação serão registradas e organizadas segundo critérios inconscientes para encobrir o desprazer advindo da rememoração das experiências traumáticas, colocando os afetos como uma condição para a estruturação da memória e para a formação do psiquismo. Para Bergson (1999), o corpo cercado pelo espaço volta-se ao presente do mundo externo que lhe fornece as estimulações necessárias à vida. Porém, esse presente é retroalimentado pelo passado à medida que as percepções da realidade imediata são orientadas pela memória do passado sempre em direção ao porvir. Essa dimensão do tempo que é voltada para a percepção imediata do presente, ao mesmo tempo retroalimentada pelas percepções passadas, que

mantém predisposições de ações voltadas ao futuro, é o que pode ser compreendido como a conceituação de “duração”. Uma compreensão semelhante ocorre na concepção de memória em Benjamin (2012), que compreende o tempo como uma sucessão de vários tempos, entre passado e presente em direção ao futuro, disposto em uma lógica não cronológica. Seria possível compreender também, conforme Benjamin (2012), que na modernidade o excesso de atenção consciente voltada ao agora, acarreta o empobrecimento da memória, o que seria para Bergson (1999) algo como um encurtamento da duração e da atividade do espírito.

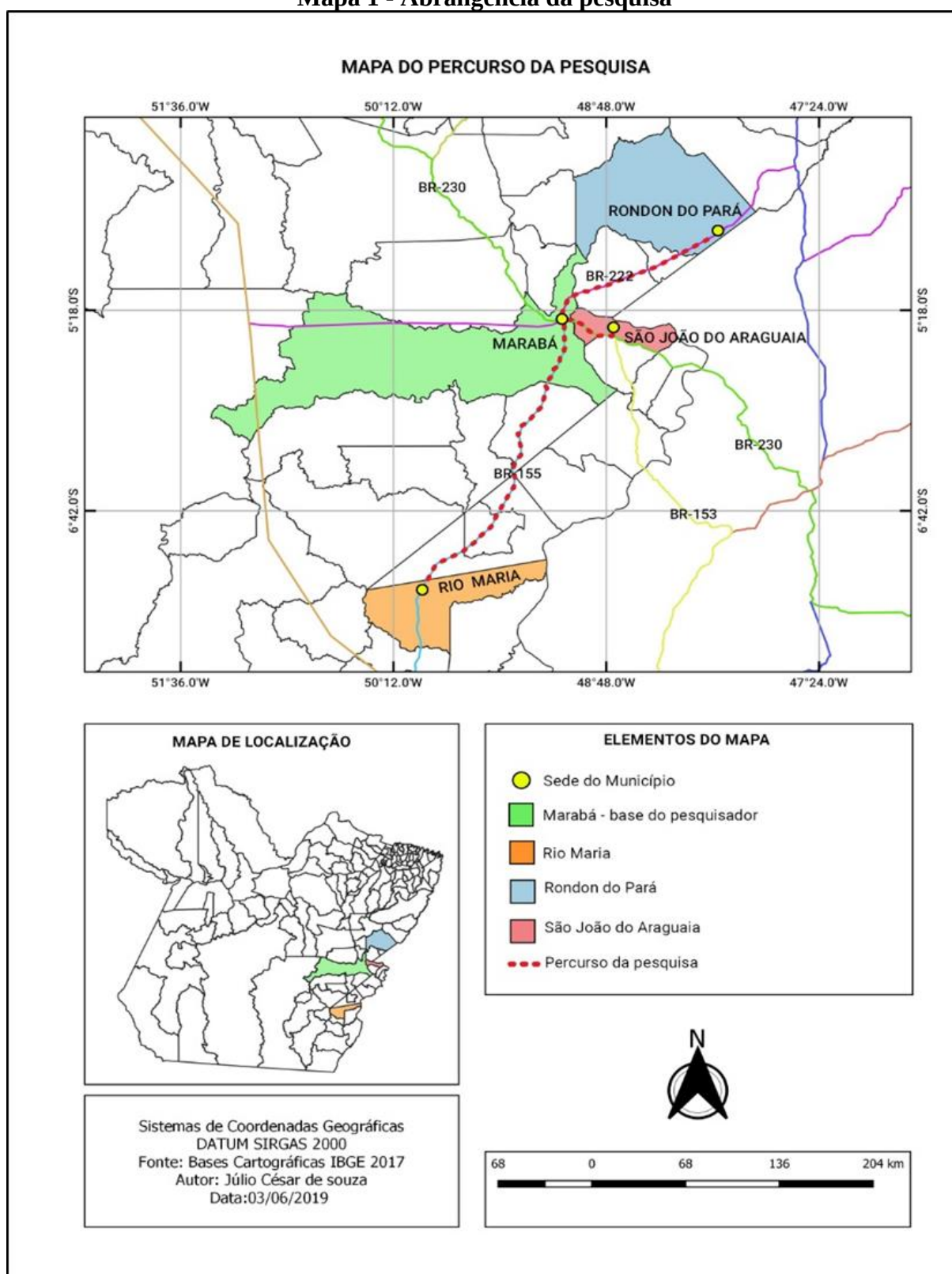
Embora saibamos da complexidade das teorizações expostas, este texto pretende assinalar apenas a importância de tais construções teóricas para a compreensão da memória social por uma perspectiva histórica e intercultural que não restrinja a subjetividade ao mundo imaginativo e descolado da objetividade, alienada à empiria observável.

3.3 APRESENTAÇÃO DOS NARRADORES

Esta seção pretende apresentar os quatro narradores da pesquisa de campo³¹. Esses são: Carlito, sobrevivente do massacre da Chacina da Fazenda Ubá, filho da vítima José Pereira da Silva, conhecido como “Zé Pretinho”, assassinado no ano de 1985, em área de posse rural pertencente ao município de São João do Araguaia; Luzia Canuto de Oliveira Pereira, filha do sindicalista e trabalhador rural João Canuto de Oliveira, assassinado em 1985 na cidade de Rio Maria e irmã de José e Paulo, assassinados no ano de 1990; Maria Joel Dias da Costa, viúva do trabalhador rural e sindicalista José Dutra da Costa, o “Dezinho”, assassinado no município de Rondon do Pará no ano 2000; Edinaldo Campos Lima, filho dos trabalhadores rurais José Pinheiro Lima, Cleonice Campos Lima e irmão de Samuel Campos Lima, assassinados no ano 2000, no bairro Morada Nova na cidade de Marabá. Os trabalhadores e trabalhadora assassinados estavam envolvidos direta ou indiretamente com o processo de organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais em defesa da redistribuição de terras do Estado na região sul e sudeste do Pará. O Mapa 1 demonstra o âmbito da pesquisa de campo:

³¹ As narrativas dos informantes foram nomeadas. Tal decisão foi constituída a partir da aceitação dos entrevistados em revelar suas identidades. O processo levou em consideração o desejo dos narradores de tornarem públicas suas memórias, dentre outros aspectos que respaldam a pesquisa, como termos de autorização para publicação. Importante ressaltar que um dos objetivos da pesquisa é problematizar como as vivências da violência por conflitos agrários na região incide na vida coletiva e na organização social. Sendo assim, foram escolhidos casos emblemáticos de violência na luta pela terra.

Mapa 1 - Abrangência da pesquisa



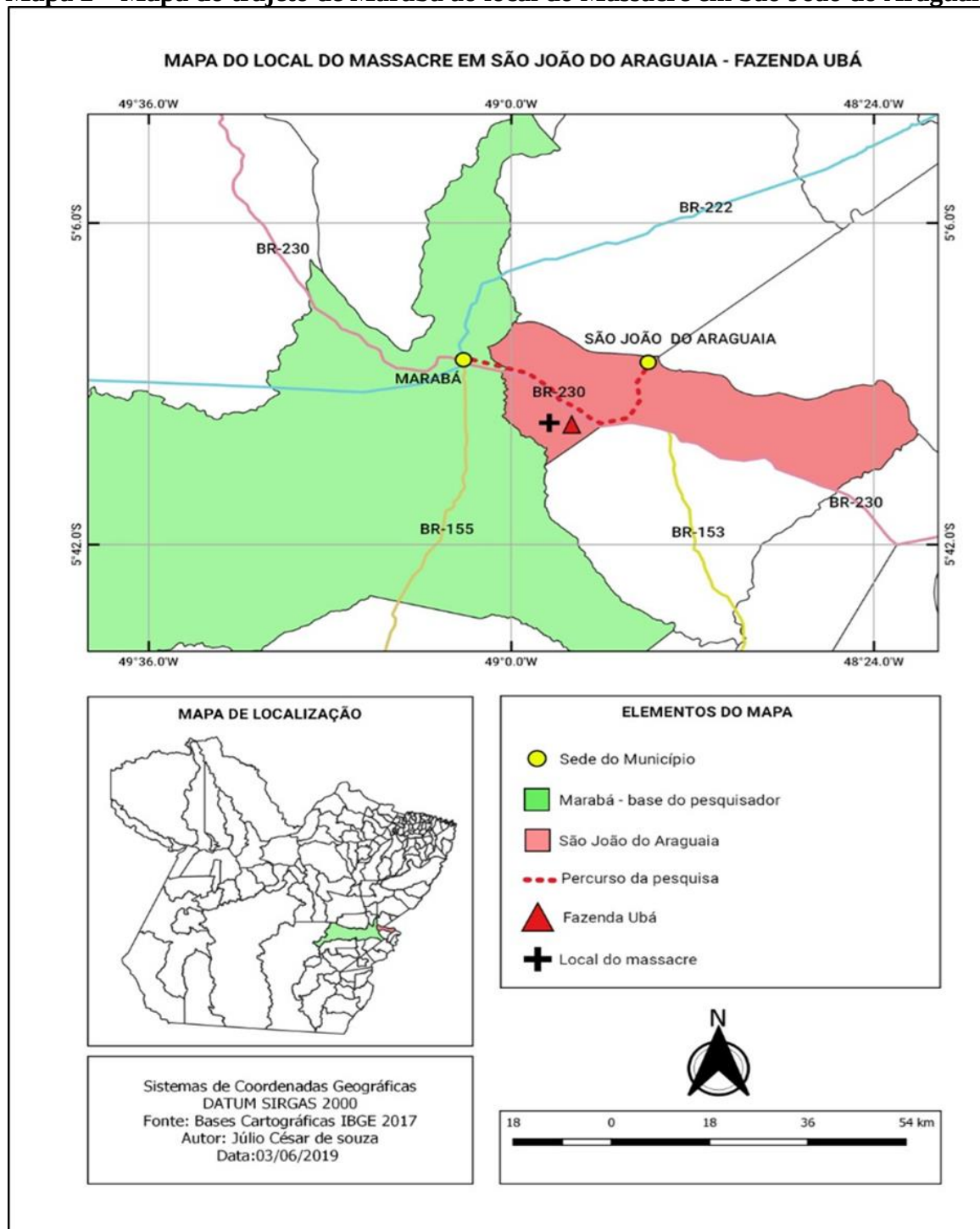
Fonte: bases cartográficas IBGE 2017 ³²

³² A base de dados dos mapas é proveniente do IBGE (instituto brasileiro de geografia e estatística), disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

3.3.1 Narrador Carlito – Chacina da Fazenda Ubá

O caso ficou conhecido como “Chacina da Fazenda Ubá”. Ocorreu no ano de 1985, na região do bico do papagaio, município de São João do Araguaia, localizado no sudeste do Estado do Pará, conforme Mapa 2:

Mapa 2 – Mapa do trajeto de Marabá ao local do Massacre em São João do Araguaia



Fonte: Bases cartográficas IBGE (2017)

As mortes foram desencadeadas pelo fato de os trabalhadores estarem ocupando uma área até então dominada pelo fazendeiro José Edmundo Ortiz Vergolino, que detinha a concessão provisória para exploração da castanha. A chacina teve início no dia 13 de junho de 1985, com o assassinato dos trabalhadores rurais João Evangelista Vilarins, Francisco Pereira Alves, Januário Ferreira Lima, Luiz Carlos Pereira de Souza e uma mulher grávida, a Francisca de Souza, que também aparece no processo como Francisca de Tal. A continuidade dos assassinatos ocorreu no dia 18 de junho do mesmo ano, com a morte de José Pereira da Silva, conhecido como “Zé Pretinho”, considerado uma liderança dos posseiros naquela região, assim como as mortes de seu irmão Valdemar Alves de Almeida e do trabalhador rural Nelson Ribeiro. O massacre culminou com o registro de morte de oito posseiros.

Meu primeiro contato com esse caso foi no ano de 2006, ocasião em que trabalhava no atendimento a vítimas de violência através da organização não governamental SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. O ano de 2006 trouxe algo inusitado à equipe da SDDH, o julgamento do acusado de ser o mandante da chacina: José Edmundo Ortiz Vergolino. A tarefa da equipe da SDDH no período do julgamento do acusado era remontar o cenário da época, recuperando o contato com as testemunhas dissipadas em diferentes cidades, vinte e um anos após a chacina. Esse trabalho permitiu dar continuidade ao acompanhamento processual em outro nível, como informar esposas, filhos e outros familiares de trabalhadores assassinados sobre o julgamento. Foram realizadas visitas em assentamentos, vilas, cidades, povoados, em Marabá, São João, Eldorado dos Carajás, São Domingos do Araguaia e Sítio Novo – Tocantins, para contatar os envolvidos com o processo. O Julgamento do processo ocorreu no ano de 2006, vinte e um anos após a ocorrência do massacre.

De tal modo, aquele processo judicial amarelado, ao qual recorriamos apenas para atualizar informações, ou para prestar informações aos familiares das vítimas que rotineiramente nos procuravam para obter notícias de como “andava” o processo, passou, através de meu contato com os sobreviventes, de uma representatividade imagética da violência – existente em minha memória, pelas informações acumuladas do caso – para a percepção de vidas reais que continuaram, seguiram seu curso após a tragédia e, assim como os processos, carregavam em seus corpos as marcas do tempo. Esse trabalho da equipe da SDDH nas proximidades do julgamento culminou com a produção do documentário “Ubá, um massacre anunciado”, em parceria da SDDH, Universidade Federal do Pará - UFPA e Comissão Pastoral da Terra, CPT. Após o julgamento, o acompanhamento das famílias se constituiu em construir com eles reflexões coletivas sobre como o Estado Brasileiro poderia

reparar parcialmente os danos causados aos familiares de trabalhadores assassinados, atividade para efetivação do acordo amistoso com o Estado Brasileiro.

O caso Ubá teve uma abrangência importante no cenário da reforma agrária no Brasil. Do ponto de vista da denúncia, passou por amplas projeções na mídia, levando as organizações nacionais e internacionais a articularem denúncias contra os episódios continuados de crimes contra a vida.

Carlito Ferreira da Silva é filho da lavradora Marina Ferreira da Silva³³ e da vítima José Pereira da Silva, o “Zé Pretinho”. Atualmente é secretário de Cultura do município de São João do Araguaia, além de desenvolver atividades econômicas em uma área de assentamento nesse município³⁴. Carlito circunstancia seu nascimento ao advento da Rodovia Transamazônica: “quando eu nasci, em 76, a transamazônica já tinha uns 4 anos” (informação verbal)³⁵. Da “escadinha” de filhos de dona Marina e do senhor José, ele é o mais velho dos filhos vivos, afirmou. Por esse motivo tomou as rédeas da vida da família, ao lado da mãe, após a morte de “Zé Pretinho”.

A família de migrantes partiu de Goiás em direção ao estado do Pará. O pai de Carlito foi lavrador no estado de origem e posteriormente passou a circular pelos espaços do sudeste paraense, ensaiando diversos papéis sociais: de garimpeiro em Serra Pelada a comerciante de secos e molhados na Vila Diamante, em São João do Araguaia, até ingressar a área de posse do Castanhal Ubá, passando a viver como posseiro junto de sua família. Tal intento ocorreu a partir da propagação das notícias sobre a desapropriação de terras naquela localidade. Com os conflitos sociais entre os posseiros e fazendeiros, adveio o massacre dos posseiros instalados na área da Fazenda Ubá e toda mudança na vida da viúva Marina Ferreira da Silva e de seus filhos. Carlito sempre esteve à frente das questões referentes ao processo que tramitou durante décadas na justiça, ocasião em que tive o primeiro contato com ele e sua família no ano de 2006.

Meu reencontro com o narrador ocorreu em três momentos por ocasião da pesquisa de campo do mestrado durante o ano de 2017 e 2018. Dada minha interlocução anterior com os familiares das vítimas da Chacina Ubá, o primeiro contato com Carlito para a pesquisa de campo foi bem receptivo e afetuoso. Em alguns minutos de diálogo por telefone ele expôs alegremente as conquistas após a finalização do processo que levou à condenação o mandante

³³ Ela esteve presente em dois momentos da pesquisa de campo no Assentamento Veneza, município de São João do Araguaia.

³⁴ Carlito, os irmãos e a mãe foram contemplados com a política de reforma agrária. Sua mãe Marina foi assentada em 1999 no Assentamento Primavera. Ele e os irmãos foram assentados no ano de 2016 no Assentamento Veneza. Ambas as áreas estão localizadas no município de São João do Araguaia.

³⁵ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

da chacina. Finalmente, alguns quesitos imputados ao Estado brasileiro estavam sendo cumpridos, como a inclusão das famílias no programa nacional de reforma agrária.

A primeira entrevista foi realizada em uma sala da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em outubro de 2017. Após esses contatos iniciais, as demais inserções mais amplas da pesquisa de campo foram realizadas no assentamento rural. Assim, a segunda entrevista foi realizada no mês de novembro de 2017, na residência do narrador, localizada no Assentamento Veneza. O terceiro momento com o narrador ocorreu em dezembro de 2018, também no Assentamento Veneza.

Com voz branda e ao mesmo tempo segura, proferindo palavras entoadas em pequenas pausas, o narrador causava a impressão de buscar as palavras certas para transmitir sua experiência de vida. Entre as idas e voltas da família pelo sudeste paraense, permaneceu na região em que nasceu até os dias atuais, nas intermediações de São João do Araguaia. O sentido do trabalho foi o eixo ideacional que conduziu sua narrativa no tempo da memória, ao lado da luta por justiça e direitos.

O menino que assistiu ao assassinato do pai pelas fendas das paredes da casa feita de tábuas, tinha na época a idade de oito anos. Ao falar do episódio no presente, aos 41 anos de idade, recordou que naquele dia a família estava reunida em casa após o almoço, no momento em que foram surpreendidos pelos pistoleiros:

Nesse ano de oitenta e cinco eu me recordo que o meu pai saiu pela manhã pra ir pra roça, era o, a colheita do milho, tinha milho essas coisas, abobora, era junho e tinha muita coisa já pronta. E ele saiu, nesse dia eu não fui pra escola, e quando ele chegou eu tava na rua, na frente de casa brincando de rodar pneu, pneu de carro né, e ele brigando comigo que era pra mim entrar pra dentro de casa tomar banho pra ir pra escola, e eu nem. Teve um momento que ele falou sério que ia me bater e foi o momento que a gente entrou pra casa, nem tomei banho eu fui logo almoçar, almoçamos e ali intertido no almoço antes de terminar eu sai pra tomar banho, eu e meu primo. Entramos no quarto de casa e foi quando os pistoleiros chegaram. Falaram, perguntando pelo Zé Pretinho. [...] Minha mãe não respondeu nada, porque de fato o pistoleiro era conhecido na região, e minha mãe conhecia ele. Era gente que andava tinha, e pegou essa empreitada aí porque ele conhecia as, a região e era muito falado e todo mundo conhecia quem era o Bastião da Terezona. Minha mãe saiu pra encontro do meu pai, mas ele já vinha de encontro a ela. Ela só disse: “ô Zé, tu tá morto”. Todo mundo armado, eu só ouvi quando ela falou isso. Ai eu lá do quarto com esse primo, que nois tava, eu fiquei olhando pela frecha da porta, porque a casa era de madeira, e tinha, as frechas eram bem, bem grande mesmo [...] só ficamos, entramos embaixo da cama, ficamos observando debaixo da cama, do início até quando os caras saíram. Então essa é, foi a primeira situação do ocorrido na época. Aí minha mãe conseguiu sair e esse primo que tava com a gente lá em casa ele tentou correr, mas aí não deu também, mataram ele, e eu me recordo que na época de toda essa situação (informação verbal)³⁶.

³⁶ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

A fotografia abaixo é representativa da narrativa de Carlito, narrando a cena de morte de seu pai:

Imagem 1 – Fotografia do corpo de Zé Pretinho



Fonte: Arquivo físico da CPT Marabá.

A figura 3 retrata a cena trágica a qual a família de “Zé Pretinho” se deparou. Mais uma vez a família estava reunida em torno da morte violenta, só que dessa vez ao redor de um ente querido. Propagar a imagem da violência foi um meio muito utilizado para amedrontar posseiros e enfraquecer o processo de ocupação de terras na região. Dessa forma, a história de Carlito se divide entre antes e depois da chacina que levou à morte de “Zé Pretinho”.

Carlito, como qualquer membro de uma família de migrantes pobres, guarda na memória as lembranças das andanças pelo território em busca de providência econômica. Ao recordar o passado pelo olhar de criança, suavizou vivências ao lembrar das peregrinações da família em uma vida aventureira:

[...] foi oitenta e um, eu me lembro ainda me recorda a memória meu pai fez uma, uma mudança ele preferiu sair do Quarenta e morar no Trinta, que hoje é, é lá Curionópolis [...] e lá, assim, como criança achava divertido né, porque nunca tinha presenciado um garimpo, nem como garimpava e a gente passou a ter essa, essa digo, chance, oportunidade de tá conhecendo e ao mesmo tempo aprendendo e me recordo que era muito violenta a cidade na época. Me recordo assim, nois morava em um alto né, de onde a gente morava na parte direita da, da, do povoado, de cima dava pra ver o movimento lá em baixo na cidade, que não era cidade ainda, era um povoado, e todo dia, era todo dia mesmo, cenas de violência gente que matava, todo dia tinha morto, então assim eu vivi esse período, acho que nós vivemos lá uns três anos, mas todo dia com essa cena, aí isso nunca saiu da cabeça, eu acredito que eu

tinha um cinco a seis anos na época né, isso, mas até hoje eu me recordo né (informação verbal).³⁷

As transformações socioculturais, econômicas e políticas da vida no território do sudeste paraense atravessaram a história dessa família. “O trinta”, como até hoje é conhecida a cidade de Curionópolis, por se situar no quilômetro 30, se ergueu com a exploração do Garimpo de Serra Pelada. No imaginário do narrador as cenas de violência presenciadas no km 30 jamais serão esquecidas, pois: “todo dia tinha morto”. Assim, a relação do usuário com a memória de violência é marcada em sua narrativa desde antes do episódio do assassinato do pai “Zé Pretinho”. “Morte” e “violência” aparecem com sentidos aproximados na descrição do cotidiano de vida no povoado formado a partir do garimpo, origem da cidade de Curionópolis, onde todo dia tinha gente que matava e todo dia tinha gente que morria. O ambiente familiar dos descendentes é atravessado pela memória da violência, questão justificada por Carlito quando afirmou não manter diálogo com os filhos sobre a chacina e a consequente morte de seu pai:

Sim, especificamente eu acho que não foi tão necessário a gente sentar pra explicar, porque desde o primeiro momento eles também conviveram como nós estamos agora, várias pessoas né tanto da CPT, do sindicato, OEA, Estado, tudo em busca de informações do ocorrido, como eu tô contando agora pra vocês, mesmo eles sem ter é lembrança, porque eram bem pequenos mesmo. (informação verbal).³⁸

A cena muitas vezes contada e recontada por Carlito nunca lhe saiu da cabeça. Ao abordarmos a relação da memória do narrador com a de seus descendentes, percebemos que os familiares mantinham o elo com a memória familiar pelo constante contar dos fatos e revisitar da cena. Já os aspectos entre memória e afeto do narrador, em relação ao pai, apareceram em momentos distintos da pesquisa, sob disposições afetivas bastante sutis, revestidas por uma racionalidade predominante, sinalizando uma postura de resguardo da emotividade.

Carlito se considera herdeiro de um traço de personalidade marcante de seu pai, a teimosia, a arte de não arredar diante daquilo que “encasquetava” em sua cabeça. Para ele, o pai era tão teimoso e corajoso que era até ignorante, disse ao recordar suas palavras dias antes de morrer: “rum... se eu tiver de morrer eu vou morrer dentro da minha própria casa, vou sair daqui pra quê? Sou homem igual os outro”. O narrador explanou que seu pai deixou de analisar as palavras que proferiu, o que ele considerou como ignorância: “[...] sem saber que

³⁷ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

³⁸ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

essa palavra poderia trazer consequência, porque diz que é melhor fugir um medroso do que morrer um corajoso”, disse ao interpretar a decisão do pai em continuar na terra, mesmo após os ataques dos pistoleiros. Contrastando a teimosia herdada de seu antecessor, Carlito percebe em si mesmo uma melhoria dessa maneira teimosa de viver. Dos afazeres domésticos e de lavrador quando criança, passou a ser moveleiro, mototaxista, motorista, locutor móvel em carro de som, carvoeiro, dentre outras labutas. O narrador descreveu toda sua história de vida a partir desse sentido primordial: o trabalho para o “progresso da vida”, disse ele.

Há um outro fator relevante em relação à memória do narrador. A percepção da mudança da perspectiva de seu olhar frente ao fato, a chacina, ao assassinato, ao mandante do assassinato e frente aos seus sentimentos em relação ao mandante do crime. Algo aparece em torno de uma transformação da visão infantil, permeada pelo desejo de vingança da morte do pai, para um olhar de homem adulto, com as elaborações próprias da maturidade. Antes do julgamento do fazendeiro, o narrador ainda não estimava o que sentiria ao olhar nos olhos do homem que havia mandado matar seu pai:

Até os meus doze anos por ai eu via assim, um desejo de vingança [...] E assim, até o julgamento eu ficava pensando como seria da gente tá olhando no olho do cara que mandou matar seu próprio pai? Mas aí quando eu tive ali frente a frente com o Edmundo eu senti foi muita pena dele, porque é um coitado, um coitado mesmo, ver que se ele acha que fez uma grande coisa na vida dele, ele pensou totalmente errado. Além de ter destruído a vida não foi só de uma pessoa, foi várias pessoas né, complicou a dele mais ainda. Mais ainda eu digo que até hoje ainda tá complicada, não se descomplicou, então eu não vejo eu como a visão de, do anterior. Hoje é a visão totalmente diferente, porque se eu tivesse a visão de anterior com a idade que eu tenho hoje, era ir atrás e fazer a mesma coisa, correr atrás como se fosse uma visão do passado como hoje era um prejuízo total. Como que eu ficaria a minha vida se tivesse usado do mesmo lado da mesma moeda, né em relação aos familiares né? ainda que a pessoa seja perversa, ruim, mas tem uma família por traz. Então antes da gente pensar e de fazer qualquer coisa a pessoa tem que pensar, porque se ele tivesse pensado antes ele tinha largado de mão, não tinha mexido com a vida alheia (informação verbal)³⁹.

Certamente, o narrador, seguro do porte de homem que apresenta hoje, através do “olhar do passado”, como ele mesmo diz, carregando a representação infantil do desejo de vingança, acabaria seguindo com a “reparação” – fazer vingança. Mas o que ele disse ter sentido, ao se defrontar com o algoz, foi “pena”. O réu tinha se tornado um idoso, causando esse sentimento de “pena” no narrador. Enquanto a perspectiva de criança não negava o desejo de vingança, o olhar adulto reduziu o ódio ao desprezo, suavizando-o através do discurso humanitário em que concluiu que atrás de toda gente existe uma família. O mandante deixou de ver que por trás dos posseiros que disputavam com ele a posse da terra, existiam

³⁹ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

crianças, esposas, etc., que seriam também feridas profundamente pela eliminação de seus familiares. Para Carlito, esse outro olhar foi descortinado a partir do encontro com o mandante que, aos seus olhos, aparentava ser “um coitado” que muito desumanizadamente fez todas as escolhas erradas no passado e que 21 anos após o ocorrido foi cobrado pelo tempo em relação a sua dívida de sangue.

Realizada a apresentação do narrador Carlito, cabe ressaltar alguns aspectos referentes à pesquisa de campo realizada no Assentamento Veneza. O Assentamento Veneza⁴⁰ é um loteamento rural situado no município de São João do Araguaia, onde vive a esposa e os filhos de Carlito. Durante as idas ao assentamento por ocasião da pesquisa de campo, pude acompanhar um pouco do cotidiano da família nuclear do narrador. Dona Marina, residente em outra área de assentamento circunvizinha aos filhos, também esteve presente em alguns momentos da pesquisa de campo.

Minha primeira inserção no assentamento ocorreu em novembro do ano de 2017. Como se tratava de uma localidade fora da cidade de Marabá, marquei o encontro com Carlito nas proximidades da rodovia transamazônica tangenciada a uma vicinal que dá acesso à Vila Ponta de Pedra. Encontramo-nos no ponto de referência da parada dos moto-taxistas e seguimos para o assentamento em dois veículos. A caminho dos lotes rurais observei o aceno de Carlito para deter meu andamento e aproximar-me da beira da estrada. Atendendo ao sinal, desci do carro e segui a pé em direção ao narrador, que me aguardava observando uma área de pastagens cortada pela estrada que ligava a Vila Ponta de Pedra aos loteamentos rurais. Apontando para o local, ele informou ser aquele o lugar onde foram encontrados os corpos chacinados no dia 13 de junho. Na fotografia, Carlito e eu:

⁴⁰ No dia 6 de junho de 2016 a família teve a concretização do assentamento como ação indenizatória do Estado.

Imagem 2 – Local do massacre no Castanhal Ubá



Fonte: Arquivo documental da pesquisa de Campo⁴¹.

Esse mesmo ambiente, 32 anos antes daquele momento, foi retratado em mídia nacional por meio da Revista “ISTOÉ”. A imagem, da esquerda para a direita, apresenta o contorno de “Zé Pretinho”, junto a outros trabalhadores, militantes de direitos humanos, sindicalistas, políticos, dentre outros que, embrenhados na mata, ajudavam na busca dos corpos dos camponeses assassinados.

Imagem 3 - Zé Pretinho resgatando corpos no Castanhal Ubá



Fonte: Revista “ISTOÉ”, arquivo físico da CPT.

⁴¹ Fotografia de Júlio César de Souza.

Atravessada pela contemplação do espaço e pelas imagens fotográficas que compunham meu imaginário da história que tantas vezes havia revisitado nas consultas aos arquivos documentais do “Caso Ubá”, agora, no lugar de pesquisadora, ao acompanhar o revisitar dessas vivências naquele instante, consegui apreender outras nuances da cena, que me possibilitaram algumas impressões. Carlito, aquele homem guiado por uma racionalidade dominante sobre as emoções, deixou escapar um fio da memória que conduziu a emoção. Percebi uma “falha nos filtros emocionais” do pesquisado que revelou ser atingido por aquelas lembranças “toda vez” que cortava aquele caminho. O território de memórias afetivas de Carlito escapava naquele instante, ao que observei cuidadosamente, reflexiva sobre o universo simbólico que aquela terra despertava, imersa em silêncio e contemplação. A paragem onde brotou a morte, simbolicamente emaranhava-se em uma imagem de continuidade da existência. A terra regada de sangue dos que teimaram, por ignorância, como afirmou o narrador Carlito, ou por convicção, de fazer da terra um território de expansão da vida, pôde deixar um fio de elaboração de sentido para a coletividade.

Após essa suspensão da marcha, seguimos rumo ao assentamento, onde a família do narrador Carlito estava organizada para nos receber. Senti o ambiente emocional favorável, os olhares que me atravessavam, curiosos e acolhedores, transmitiam verdadeira receptividade. Ao fundo da casa, uma clareira de fogo da churrasqueira esfumava a casa avarandada. O apito da panela de pressão e o cheiro de feijão cozinhando convidavam os sentidos a entrar a sede do lote rural. A esposa de Carlito, Edinamar, uma mulher de olhar atento e alegre, nos agraciou com um café com leite quente, nos aprazendo com muita cordialidade.

As primeiras apresentações familiares ocorreram com os mais jovens que iam sendo chamados pelo pai Carlito para se apresentarem, ao que corresponderam timidamente. Seguindo a apresentação dos membros da família e da realidade da vida no assentamento, os adultos falavam livremente sobre a readaptação da família à vida na zona rural, sobre os desafios da educação de filhos na atualidade, sobre a problemática de rompimento da relação dos descendentes com a terra e do trabalho empreendido pelos membros mais velhos da família para se reconectarem com suas origens: a produção da vida a partir da atividade na terra. A fotografia abaixo mostra, da esquerda para a direita, Carlito, a esposa Edinamar seguida de sua mãe; depois Marina, seguida por mim e pela filha mais jovem dos anfitriões:

Imagem 4 – Família da Sr.^a Marina no P.A Veneza



Fonte: Arquivo documental da pesquisa de campo⁴².

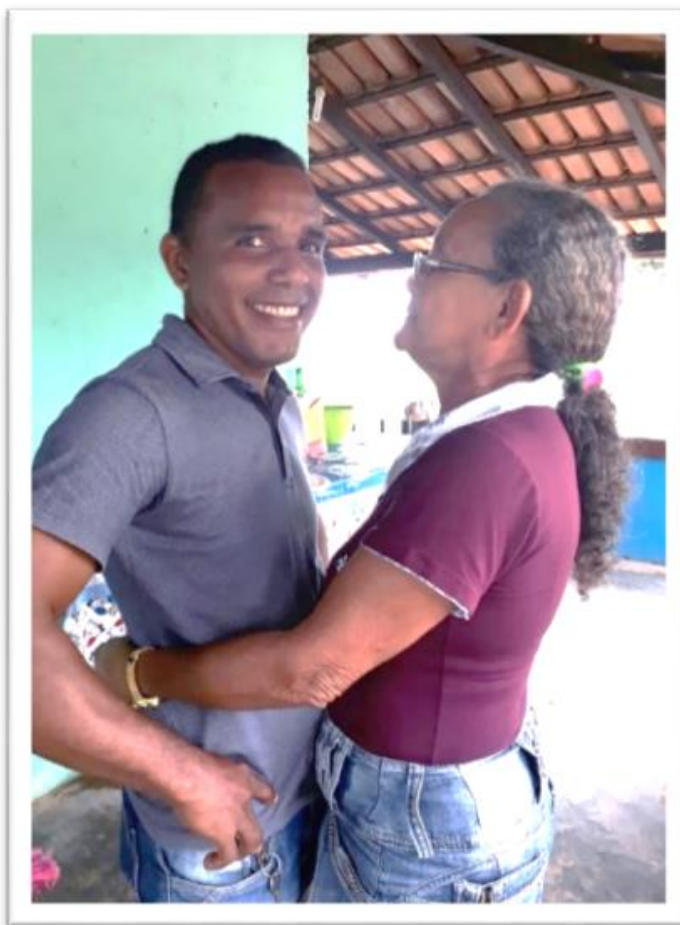
No meio da prosa em que Carlito tecia críticas às políticas do Estado nas ações de reparação vinculadas à Chacina da Fazenda Ubá, o telefone tocou. Segundo o narrador, era o vizinho de assentamento, que, ao perceber a circulação de pessoas no local, ligou para saber o que era aquele movimento todo. Logo após o almoço apareceram para conferir o evento e aproveitar o fim de tarde para colocar a conversa em dia. A linguagem característica do ambiente campestre, as relações e diálogos travados despertavam em mim lembranças, humores e afetos ligados a minha própria origem no ambiente rural.

A matriarca e protagonista da família de camponeses havia sido buscada no Assentamento Primavera⁴³, um pouco distante do local onde estávamos. Nosso reencontro ocorreu sete anos após o último. Na fotografia, Carlito e Marina:

⁴² Fotografia de Júlio César de Souza.

⁴³ Usuária foi assentada no ano de 1999 nessa área.

Imagem 5 – Fotografia de Carlito e Marina.



Fonte: Arquivo documental da pesquisa de campo⁴⁴.

Diferente da época de contatos anteriores em prol do acompanhamento processual, dona Marina esboçava uma feição alegre e comunicativa. Falou das atividades da vida na roça que mantém até hoje: plantar e colher. Os desafios da idade não lhe intimidaram, mesmo após um AVC (acidente vascular cerebral) no ano de 2010. Se recuperou abruptamente, para surpresa dos médicos que fizeram sua cirurgia em caráter de urgência. As recomendações para findar os labores no campo não foram seguidas por ela, que obedece apenas ao resguardo do clima mais quente.

Dona Marina não mantém qualquer atividade de pecuária na terra onde foi assentada, apenas roça. Pela insistência dos filhos em plantar capim em seu lote no Assentamento Primavera, ela retruca: “eu não como capim!”, afirmou Edinamar ao contar a história da família com a terra. Ela passou a vida trabalhando no campo para criar os filhos: lavrar a terra, plantar, colher. Como quebradeira de coco babaçu complementava a renda da roça para

⁴⁴ Fotografia de Maria Regina Ceo Andrade.

subsistência familiar. Fez carvão, fez de tudo para concretizar a missão de criar os filhos. De tal modo, ela não conseguia deter a marcha do trabalho no campo.

Em meio ao alegre encontro de filhos e netos, percebi que aquela realidade de vida no assentamento Veneza era muito recente, dado que a família havia sido assentada apenas no ano de 2016. Até essa data, Carlito e seus descendentes viviam ao lado da mãe Marina no Assentamento Primavera. Eles ainda estavam se acostumando com a separação. Dona Marina assinalou que em seu lote foi se formando espontaneamente uma espécie de vila familiar, as casas dos filhos foram sendo construídas ao redor da sua. Agora havia ficado o vazio sem aquela gente toda ao seu redor. Mas ela estava conformada com os frutos da luta. Ver os seus filhos partilhando um pedaço de terra para viver foi tudo que sempre sonhou. Carlito recordou, a esse respeito, que a época em que o Estado se reuniu com os familiares de vítimas da Chacina da Fazenda Ubá para tratar das ações de reparo às violações cometidas contra sua família, dona Marina afirmou que ela já era assentada, pois continuou como posseira em outra área anos após a Chacina que vitimou seu Marido em 1985. Dessa forma, ela, como viúva da vítima direta José Pereira da Silva, pelo resultado da condenação do réu e pela responsabilização do Estado Brasileiro em reparar a violência sofrida pela família, preferiu a inserção dos herdeiros de “Zé Pretinho” nas políticas de reforma agrária, dentre outras medidas, afirmou ela.

Mesmo sendo Carlito o sujeito com quem estive mais diretamente referenciada para a pesquisa, desejava incluir sua mãe Marina na pesquisa da memória dos sobreviventes de chacinas no campo. Em meio ao alvoroço alegre daquele dia, consegui furtivamente roubar a atenção de dona Marina para iniciar um diálogo. Sua voz calma e em tom baixo, que eu escutava atentamente interessada em suas memórias, concorria com a voz altiva de seu filho mais novo e com o apito da panela de pressão. Eu ali, representava para ela, devido ao passado assessorando a família ao longo dos preparativos para o julgamento do processo da “Chacina da fazenda Ubá”, um fio que a conduzia ao passado, assim eu deduzi, logo que ela espontaneamente conectou sua fala ao tempo da mocidade quando conheceu José Pereira da Silva, o “Zé Pretinho”. Das brincadeiras da juventude no ambiente pastoril e igrejeiro, foi pedida em casamento: “Ele pra mim era assim um amigo” (informação verbal)⁴⁵. Relutou em aceitar, mas algo a conduziu ao matrimônio. Não era que tivesse algum dia pensado em casamento com ele, que considerava apenas um amigo, era que o havia aceitado para ser seu companheiro. Ele era um homem honesto e trabalhador, as duas famílias, de Marina e José,

⁴⁵ Entrevista com Marina Ferreira da Silva, novembro de 2017.

“faziam gosto” do casamento, dizia ela. Assim prosseguiram em uma vida de companheirismo. “Ele era um homem bom” (informação verbal)⁴⁶, dizia, ao ser interpelada pela nora: “O almoço está pronto”, disse Edinamar ao nos convidar para o churrasco.

A vida de dona Marina não foi fácil. Seu casamento ficou gravado nas lembranças narradas naquela tarde quente de sábado. Após o almoço, sentada na varanda e encostada a uma pilastra, seu olhar, as vezes cabisbaixa e olhando fixamente para o chão, outras vezes fitando ao longe o horizonte que se alargava para o campo, Marina pegou o emaranhado de fios de sua memória e começou a desfiar:

Eu casei em vinte e quatro de junho de mil novecentos e oitenta...não, de setenta, mil novecentos e setenta. Em mil novecentos e setenta e um eu tive meu primeiro filho. Hoje ele teria quarenta e – pausa para fazer os cálculos... quarenta e um, não quarenta e...quanto é? [me perguntou; respondi: 46-47) – quarenta e seis ano [...] meu primeiro filho morreu com onze anos [...] Eu enterrei 5 filhos (informação verbal)⁴⁷.

Enterrou cinco filhos: um filho de onze anos, um de quatro anos, outro de um ano e quatro meses e dois filhos que nasceram de parto prematuro, aos oito meses de idade gestacional. O primeiro parto com óbito neonatal ocorreu quando ainda morava no Trinta – Curionópolis – nas eras do garimpo em Serra Pelada; teve o bebê em Marabá, perdeu muito sangue, “quase todo”, disse ela. Sua última gravidez foi no ano de 1985. Essa talvez tenha sido a mais difícil de todas, se deu no momento que estavam acampados na Fazenda Ubá. O assassinato dos posseiros, dentre eles seu marido, em junho de 1985, provocou o parto prematuro e a morte de seu bebê. Desde então passou a lidar com as dores de seguir a vida sem o pai de seus filhos: “faltava sete dia pra completar quinze ano de casamento quando mataram ele” (informação verbal)⁴⁸.

A figura a seguir expõe Marina ao lado dos filhos Carlito e Ana Lúcia, em frente à condecoração com o nome das vítimas da Chacina em 1985, contendo a epígrafe, “mortos pela terra vivem em nosso meio”:

⁴⁶ Entrevista com Marina Ferreira da Silva, novembro de 2017.

⁴⁷ Entrevista com Marina Ferreira da Silva, novembro de 2017.

⁴⁸ Entrevista com Marina Ferreira da Silva, novembro de 2017.

desse lutando com carvão, sem a gente comê ele né? não come carvão, pra mim que é ruim"⁵⁰. Nessa produção de Vicent Carelli dona Marina apareceu quatro anos após o massacre, narrando que seu marido havia reingressado ao trabalho na roça, compondo o grupo de posseiros que lideravam a ocupação no Castanhal Ubá. O sindicalista e trabalhador rural Almir Ferreira Barros falou a respeito das estratégias discursivas para a implementação das práticas da violência no estado do Pará, na década de oitenta:

Quando você vê falar, duas coisas que eles usam muito, “vamo fazer uma quebra de milho”, você já sabe, é um Tiroteio. Ou então quando ele fala: “Vamos fazer limpeza de uma área”, em um é roçar juquirá, e sim tirar os habitante lá de dentro, os ocupante. Aqui no Pará é muito usado esse nome. Você chega os cara falam: “tamo pegando uma empleita pra fazer uma limpeza”; não tem o que vê, que já sabe, eles vão fazer qualquer tipo de violência pra expulsar o posseiro da terra, essa é a tática (Filme, 1989)⁵¹.

Outra produção fílmica foi realizada no ano de 2006, pela SDDH em parceria com a CPT e a UFPA, direção e roteiro do professor Evandro Medeiros: “Ubá, um massacre anunciado”. O filme trouxe narrativas de trabalhadores, testemunhas e familiares de vítimas do massacre, nas vésperas do julgamento do mandante do crime. Na referida obra, dona Marina contou um pouco de sua trajetória vinte e um anos após a chacina:

Minha vida ficou um pouco complicada. Eu passei um ano que eu pensei que não iria me controlar. Uma que eu não tinha o costume de serviço. Meu serviço era só em casa né. Eu tinha tudo dentro de casa. Ele não deixava (eu) faltar nada pra nós. Ele (silêncio) foi um bom pai (choro)⁵².

Em 2010 foi produzido o documentário “Mulheres, mães e viúvas da Terra: sobrevivência da luta esperança de Justiça”⁵³ que ganhou premiação do ministério da cultura, narrando as histórias comoventes de mulheres, viúvas e filhas que haviam perdido familiares na luta pela terra, onde dona Marina retratou a realidade de vida da família, sofrimento, desafios e superações. Sobre essa realidade de vida das famílias frente às políticas públicas para a terra e para a Justiça, Carlito, durante a pesquisa de campo, fez muitas críticas a todo o

⁵⁰ Produção fílmica “Ninguém come carvão”, produzido em parceria com organizações não governamentais e universidade federal do Pará, de Vicent Carelli, em Marabá, região do Castanhal Ubá, setembro de 1989. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XWDslcAnxcA>>

⁵¹ Produção fílmica “Ninguém come carvão”, produzido em parceria com organizações não governamentais e universidade federal do Pará, de Vicent Carelli, em Marabá, região do Castanhal Ubá, setembro de 1989. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XWDslcAnxcA>>

⁵² UBÁ, um massacre anunciado. Direção: Evandro Medeiros. Produção: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. (31 min), filme, 2006.

⁵³ Informação verbal proveniente do filme Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>>

processo que conduziu sua família até a ação indenizatória parcial empreendida pelo Estado Brasileiro. Segundo ele, o protagonismo pessoal foi decisivo para que os itens constantes no acordo amistoso fossem cumpridos. Dentre as cláusulas do acordo amistoso que não foram cumpridas até o momento, destaca-se a inclusão dos assentados nos programas sociais do governo e a efetivação do “info-centro”.

A área do assentamento apresenta hoje condições territoriais próprias de pastagens para criação de gado de corte⁵⁴. O meio de obter renda atualmente, segundo Carlito, foi a partir do aluguel de pastos para a criação de gado. A aparência do Assentamento Veneza é de pequena fazenda. Já o Assentamento Primavera, local em que dona Marina foi assentada no ano de 1999 por ter dado continuidade ao processo de ocupação de terras, mantém uma estrutura diferenciada. Lá não tem boi, ela trabalha como lavradora.

Não muito longe do Assentamento Veneza fica um outro espaço bastante frequentado pela família de Carlito, um lugar de memórias, a Vila Ubá. Visitamos o burgo em uma tarde quente e sob sol escaldante. Visualizamos o lugar onde dona Marina recomeçou a vida após a chacina, a casa de seu pai. Além das andanças pelas casas dos parentes dos narradores, Carlito desejava me apresentar novamente o local onde havia sido instalado o monumento em memória das vítimas da chacina da Fazenda Ubá. Ele estava especialmente reflexivo sobre a condição do monumento, cinco anos após sua inauguração. A Imagem 7 retrata o ato em memória das vítimas da Chacina Ubá no ano de 2012, dentre os presentes está dona Marina e outros familiares de vítimas:

⁵⁴ A área do assentamento foi proveniente de fazendas, que após negociações do INCRA com fazendeiros da localidade, foram destinadas à reforma agrária.

Imagem 7 – Inauguração do monumento em 2012



Fonte: Fotografia de Evandro Medeiros.

Cinco anos após, a obra denotou aparência de abandono, conforme observamos na Imagem 8, no ano de 2017:

Imagem 8 – Monumento abandonado



Fonte: arquivo documental da pesquisa de campo, 2017⁵⁵.

⁵⁵ Fotografia de Júlio César de Souza.

Em recente visita ao Assentamento Veneza, em dezembro do ano de 2018, fui informada de que o monumento havia sido destruído pelo proprietário da área que abrigava o símbolo.

A vila também foi eleita como espaço para a construção da sede do info-centro⁵⁶. A instalação do info-centro, centro comunitário de informática, fez parte de um dos itens do acordo amistoso com o Estado Brasileiro, porém, a obra não foi finalizada. Tais questões sinalizam possibilidades de interpretações de que as obras do Estado na comunidade Vila Ubá, tanto a monumental, quanto o centro de informática, não foram medidas coerentes com suas finalidades. O monumento, abandonado e destruído posteriormente, não se constituiu como um elo entre a memória dos mortos pela terra com a comunidade. A mesma atitude de abandono dispensa o Estado do Pará e o governo federal em relação à comunidade da Vila Ubá, com a não finalização da obra do info-centro. O local hoje é fétido e destinado a depósito de dejetos.

O último encontro com Carlito para a pesquisa de campo ocorreu em dezembro de 2018, ocasião em que o narrador falou dos desafios de sua vida hoje. Como atual secretário de cultura de São João do Araguaia, já vislumbra os desafios das próximas eleições em 2020. O narrador confessa estar temeroso diante do resultado do processo eleitoral de 2018 - que levou a presidência da república o presidente Jair Messias Bolsonaro – o militar eleito é aliado aos interesses das bancadas ruralista e evangélica no congresso nacional⁵⁷. Nesse contexto, enquanto a mídia nacional noticia o atrelamento da família Bolsonaro a milícias no Rio de Janeiro⁵⁸, o presidente anuncia ao mundo o “novo Brasil” que seu governo está construindo, para superação do que ele chamou de um “Brasil em uma profunda crise ética, moral e econômica”⁵⁹. A moralidade e a ética do presidente não se confirmam nos escândalos que envolvem o nome da família Bolsonaro. Já em relação ao governo do Estado do Pará, o eleito foi o herdeiro do clã dos Barbalho: Helder Barbalho (MDB), uma herança coronelista predominante no cenário político do Estado do Pará. Esse clã familiar é preconizador de uma política assistencialista que arrasta os mais vulneráveis às urnas⁶⁰.

Carlito guarda a memória dos tempos de grande articulação política na região e entende que hoje as pessoas deixam para o outro a atuação política que pode lhes favorecer, as

⁵⁷

Disponível

em:

<<https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/politica/noticia/2018/12/02/bolsonaro-recebera-mdb-prb-pr-e-psdb-para-comecar-negociacoes-com-partidos.ghtml>

⁵⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/ligacao-da-familia-bolsonaro-com-as-milicias-e-antiga-diz-haddad-em-lisboa.shtml>

⁵⁹ Discurso do presidente em Davos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-davos.ghtml>

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.usp.br/claro/index.php/tag/clas/>

peessoas não têm mais a intenção de se organizar para defender seus interesses, disse ele enquanto dirigia para o Assentamento Veneza: “as pessoas esperam que um político vá trazer as mudanças para sua vida, e não é assim” (Informação verbal)⁶¹.

3.3.2 Narradora Luzia Canuto de Oliveira Pereira, filha de João Canuto

A família de Luzia é natural de Goiás. Seus pais, os camponeses goianos João Canuto e Geraldina Canuto, chegaram ao território com seis filhos: Aparecida, José, Orlando, Luzia, Paulo e Marcial. Aparecida, a filha mais velha, tinha 13 anos e o mais novo, Marcial, apenas 2 meses. É importante ressaltar que Luzia é neta de José Raimundo de Oliveira, ex-combatente da Coluna Prestes⁶², e da parteira Jovelina Canuto de Oliveira. Segundo a narradora, seu avô tinha os dedos dos pés colados de tanto andar descalço na marcha para a Bolívia; mas algo aconteceu que o fez silenciar, disse ao afirmar: “[...] ele foi uma pessoa assim muito fechada, ele quase não falava sobre a vida, mas a gente sabia desse passado dele de luta” (informação verbal).⁶³

Os pais de Luzia migraram para o estado do Pará em busca de uma melhoria em suas condições de vida. A decisão de vir para os confins paraenses veio a partir de relações de trabalho já estabelecidas com fazendeiros no estado de Goiás⁶⁴. O primeiro a chegar foi o trabalhador rural João Canuto, no ano de 1973, depois sua esposa Geraldina e os filhos. Assim como muitos outros trabalhadores do país, esperavam encontrar prosperidade nessa porção amazônica do território nacional.

Os problemas da família começaram quando as promessas dos patrões não estavam sendo cumpridas: ausência de pagamento pelo trabalho e coerção violenta para que deixassem a fazenda e a casa construída pela família após anos de dedicação. Assim João Canuto passou a articular a luta pela terra, tornando a organização dos trabalhadores do campo mais forte. Ele se tornou presidente do sindicato de trabalhadores rurais (STR) de Rio Maria, o que passou a chamar a atenção dos fazendeiros. João Canuto sofreu muitas ameaças de morte, realizou denúncias das mesmas, porém não houve respaldo da segurança do Estado. Em

⁶¹ Entrevista com o narrador Carlito, dezembro de 2018.

⁶² Movimento político nacional (1925-1927) liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes e constituído por militares. A principal ação do movimento foi a marcha pelo Brasil, momento em que dialogavam com a população sobre as críticas ao governo da República Velha e as elites agrárias. Reivindicavam, dentre outras coisas, a implantação do voto secreto e do ensino fundamental regular, inspirados em um ideal maior de justiça social (CROPANI, 1993).

⁶³ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

⁶⁴ João Canuto trabalhava em uma fazenda de um primo de distante parentesco no estado de Goiás.

dezembro de 1985 João Canuto foi assassinado aos quarenta e nove anos, a luz do dia, ao sair de sua casa.

Após a tragédia, a viúva Geraldina seguiu a vida com seus seis filhos. Ela não desistiu da luta por justiça e apoiou os filhos Luzia e Orlando para que dessem continuidade às ações políticas de João Canuto, bem como buscarem a apuração do crime de assassinato do pai. Os anos seguintes foram de mudanças permanentes em suas vidas: tristeza, ameaças constantes e alterações no cotidiano da família, ao passo da luta pela sobrevivência.

A história de dor dessa família não parou por aqui. Como não desistiram da luta, como pretendiam os mandantes autores do assassinato do sindicalista João Canuto, em 1990 a família sofreu um novo golpe, o assassinato de mais dois membros da família. Os irmãos Orlando, José e Paulo viveram momentos pavorosos, foram sequestrados e algemados. Mesmo indefeso pela imobilização das algemas, Orlando conseguiu golpear com a cabeça um dos assassinos, momento em que deu comando de fuga aos irmãos José e Paulo. Orlando correu e escapou, mesmo tendo sofrido um tiro no abdômen. Escondeu-se na mata e percorreu a pé um longo trajeto em busca de atendimento hospitalar. Apenas Orlando sobreviveu para contar o que houve naquela noite de abril de 1990, mas, segundo Luzia, ele não gosta de falar sobre o assunto. Ela acredita que as vivências afetaram profundamente o irmão, trazendo prejuízos a sua vida. Dentre as mudanças se refere à insônia, danos à sociabilidade e à vida laboral.

Luzia é mãe de duas filhas, Daniella e Jana Denyse, e avó de quatro netos. Quando criança, chegou a andar 8 quilômetros a pé para chegar à escola. Terminou o ensino médio após a morte do pai João Canuto. Sua relação com a área da educação começou quando era ainda bem jovem. Aos dezesseis anos de idade passou a trabalhar em uma escola. Nos anos 90, mesmo possuindo o certificado de ensino médio, optou por cursar o magistério. Sua formação no ensino superior ocorreu pela Universidade Federal do Pará, tendo ingressado em 1995 no curso de História, em uma turma intervalar na cidade de Marabá. Concluiu o mestrado em História Social da Amazônia em 2006, também pela UFPA – Belém, cujo título da dissertação foi “Terra e Natureza, assentamentos rurais de Rio Maria (1974-2004)”. Ela mencionou que essas conquistas só foram possíveis pelo apoio da mãe Geraldina, especialmente no que se refere à criação de suas filhas. Ela atualmente é professora vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Pará, e aos municípios de Rio Maria e Xinguara.

Boa parte das experiências de vida de Luzia ocorreram nesse espaço conhecido como Rio Maria, cidade povoada desde a década de 70 e emancipada político-administrativamente

de Conceição do Araguaia em 1982⁶⁵. A cidade que abrigou predominantemente atividades econômicas extrativistas antes da grande confluência desenvolvimentista do governo federal, passou por transformações econômicas com o desenvolvimento da pecuária de corte, mineração e comércio (PEREIRA, 2006). O site oficial da prefeitura de Rio Maria registra dois nomes importantes do ponto de vista da história da cidade⁶⁶. Um deles é “Adilson Carvalho Laranjeira”, primeiro prefeito da cidade. O outro nome que aparece atrelado à memória de Rio Maria é “João Canuto”. Esse, disputou as primeiras eleições da prefeitura com Adilson Laranjeiras. Informa ainda a “home page” do governo que o dirigente sindical João Canuto “segundo a justiça foi assassinado a mando do então ex-prefeito Adilson Laranjeiras”⁶⁷. Tais registros públicos categorizam historicamente as experiências de violência vividas pela família Canuto, assim como sinalizam o nome do agressor responsável pelo acontecimento.

Rio Maria, para Luzia, é lembrada pelos tempos de colonização, época da migração da família do estado de Goiás para a região sul do Pará:

Nós saímos do estado de Goiás, eu me lembro da gente atravessar o rio Araguaia de... de voadeira, que é uma embarcação pequena né, do perigo que era aquilo ali, as vezes a pessoa que tinha embarcação colocava o máximo de gente dentro e eu me lembro de ter medo na travessia, o barco pegar assim, quatro dedo de agua pra encher e eu tinha medo de passar [...] o pai chegou aqui em 73, de 74 pra 75 surgiu a cidade, e eu me lembro assim o centro da cidade cheio de... assim... era... parecia um formigueiro, era pessoa chegando, era boteco, era cachaça, era... quer dizer... uma cidade movimentada pela ideia da terra fácil né que se pensava de conseguir e também os garimpos surgiram logo depois, então uma região de migração muito forte, e pessoas de todos lugares, aqui não veio pra cá só de uma região, aqui tem mineiro, goiano, paulista, maranhense, muito maranhense, pessoas que vieram praticamente na mesma época, com vontade de melhorara a qualidade de vida (informação verbal)⁶⁸.

A lembrança do medo das águas na travessia do Rio Araguaia e o fervilhar de pessoas formando um retrato de “formigueiro” de gente no centro da cidade situa a perspectiva do olhar da narradora hoje em relação às recordações da infância. Ela guarda na memória as imagens das formações sociais à beira de rodovias, a presença de bares e da cachaça como um elemento da coesão social na formação do povoado que emergia; o sonho da terra, do ouro, do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida partilhado por muitos.

Para ela a cidade também compõe a memória da morte do pai e de seus irmãos, assim como do medo, das ameaças, das perseguições, da dor profunda da depressão e da busca por

⁶⁵ Acesso em 21.02.2019; informação disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/rio-maria/historico>>

⁶⁶ A população da cidade hoje é de 17.721 mil habitantes, segundo o referido documento eletrônico.

⁶⁷ Acesso em 21.09.2019; Informação disponível em: <<http://www.riomaria.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>

⁶⁸ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

superação do sofrimento. A via do trabalho, estudo e atuação política sustentaram transformações na existência da narradora. Tais fatores, aliados a uma capacidade de mergulhar fundo em afetos, e ao mesmo tempo respeitar limites pessoais, colaboraram para que hoje Luzia se sinta mais tranquila na cidade que outrora foi um território empreendedor de muito sofrimento.

Hoje ela sabe o caminho da melhor qualidade de vida, das atividades que lhe causam bem-estar e os caminhos que deve evitar. O cuidado com a família hoje é uma de suas prioridades. Algo que salta ao olhar da narradora em exteriorizações de contentamento é observar o desenvolvimento das filhas Daniella e Jana Denyse. Para Luzia, Daniella, desde muito cedo apresentava uma maturidade característica em suas compreensões políticas da realidade, cursou administração e hoje é aluna do curso de letras pela UNOPAR. Jana é estudante do curso de história pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA- Campus Xinguara) e do curso de letras pela UNOPAR. Pelo olhar de Luzia, a filha tem empreendido transformações de sua visão de mundo a partir das reflexões do curso de história, sendo esse um elo entre Luzia e a filha. Os diálogos entre elas encontram aproximações e distanciamentos que lhes permitiram estar mais próximas, mesmo com alguns pontos de vistas diferentes, afirmou Luzia. As conquistas acadêmicas futuras também são parte dos desejos que movem a narradora, ela planeja a realização do doutorado, mantendo as linhas de pesquisa que construiu ao longo da vida.

Hoje, as preocupações políticas de Luzia estão em torno do futuro do país. Os discursos de ódio proferidos pelo atual presidente da república, segundo ela, ressuscitaram velhos fantasmas na região de Rio Maria, descortinando as aparências na cidade, e colocando pessoas identificadas com esse tipo de discurso em evidência. Luzia teme maiores investidas da violência, proferindo observações quanto ao índice de assassinatos de adolescentes na cidade. Com a emergência desse clima de ódio, “pensar diferente” é uma condição geradora de conflito e de risco à vida, refletiu Luzia.

Em relação aos conflitos inerentes ao contexto de violência no campo, Luzia demonstrou vivenciar um outro momento na cidade, tendo melhores diálogos com jovens e adolescentes cujos pais, fazendeiros, empresários, etc., em outras épocas, mantinham relações tensas e de afastamento com ela. Essas novas gerações conseguem pensar o passado criticamente, denotando possibilidades de diálogo crítico e novas relações. Luzia acredita que tais fatores contribuíram para uma melhoria em seu convívio social na cidade hoje.

Assim, o olhar para o passado é cultivado pelas novas gerações. O fenômeno, segundo ela, também aparece na relação da nova geração de mulheres com homens que são

considerados violentos: as filhas são orientadas pelas mães a evitar relações com homens violentos, com filhos de homens violentos, o que contribui para modificar a vida das mulheres. Esse processo ela interpreta como resultado de um olhar de alguns atores sociais da sociedade de Rio Maria para o passado de violência, construindo, no presente, relações sociais atentas às experiências transmitidas de uma geração para outra, e contribuindo para as mudanças das relações sociais no presente.

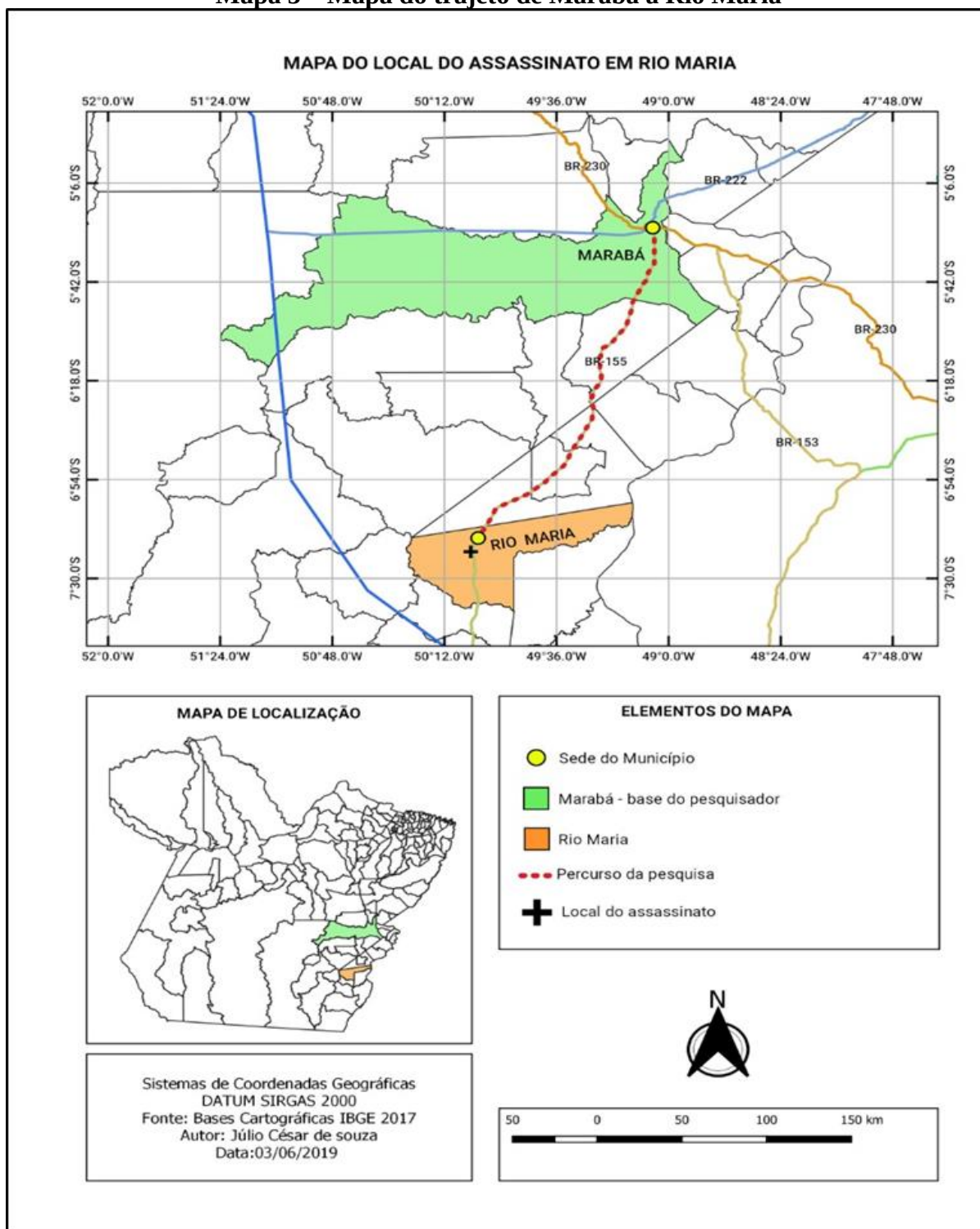
Pelo olhar de Luzia, as políticas da educação têm contribuído para que as novas gerações possam maturar concepções e promover mudanças no modo de vida local, em especial, a saída de estudantes para o ensino superior fora da cidade. Assim, a partir do contato com a universidade, os mais jovens têm contribuído para mudanças substanciais no pensamento e nas condutas apresentadas em comunidade.

Trabalhando na formação de professores, Luzia desenvolve importantes diálogos com a categoria, promovendo debates que impactam positivamente a sociedade local, pois são discutidas temáticas políticas amplas e pertinentes à vida social. Luzia também colabora com um trabalho, realizado pela prefeitura de Rio Maria, voltado para a atenção da saúde de trabalhadores. O foco da vida de Luzia hoje é manter o trabalho na educação e pleitear aposentadoria futura. Ela deseja investir em outros projetos, como o doutorado e a colaboração com entidades que atuam em prol dos direitos humanos.

3.3.2.1 Intersubjetividade e estranhamento no campo de pesquisa

Os percursos de Marabá até Rio Maria proporcionaram importantes reflexões que vão de encontro às maturações teóricas desenvolvidas no início deste capítulo, o lugar da subjetividade no campo da pesquisa científica. Na figura, mapa do percurso de Marabá a Rio Maria:

Mapa 3 – Mapa do trajeto de Marabá a Rio Maria

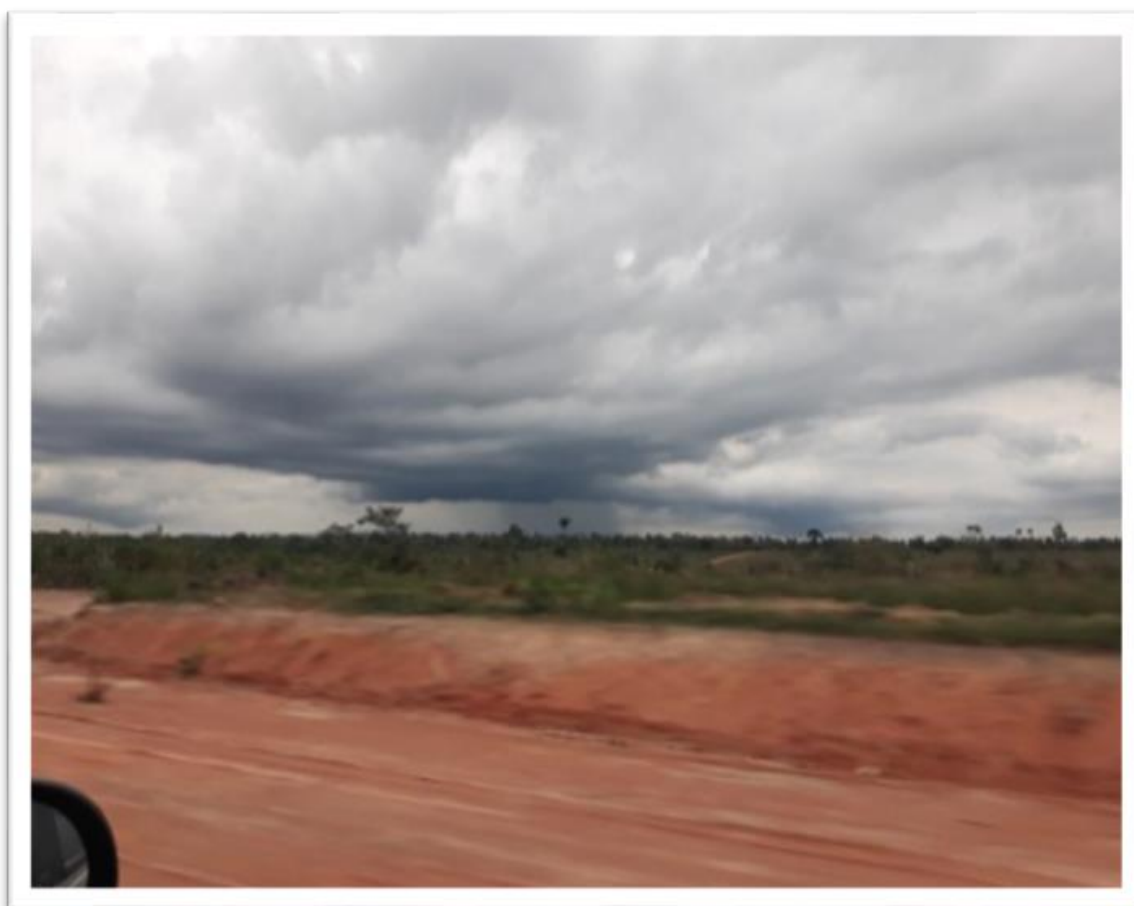


Fonte: Bases cartográficas do IBGE (2017)

Referenciada por uma preocupação ética própria da prática profissional dos psicólogos, estava especialmente atenta ao que a entrevista poderia despertar na vida afetiva dos pesquisados. Ao mesmo tempo, as viagens, os arredores em movimento, despertaram também em mim afetividades, me remetendo a pensar o lugar de minha própria subjetividade

no campo de pesquisa. No movimento de paisagens que riscavam o tempo velozmente, a fotografia das pastagens e a imersão na história dos Canuto me confrontavam afetivamente: o sofrimento do outro me sensibilizava. A Imagem 9 retrata esse cenário contemplativo e, ao mesmo tempo, de estranhamento frente ao objeto em seu contexto de campo:

Imagem 9 – Cenas do percurso Marabá a Rio Maria



Fonte: Arquivo documental da pesquisa de campo⁶⁹.

Dessa forma, atenta às vicissitudes da intersubjetividade, chegando pela primeira vez a cidade de Rio Maria com finalidade de pesquisa, cruzando as ruas e buscando me localizar no espaço que décadas antes havia sido cenário do assassinato de João Canuto, refleti sobre como as pessoas que ali viviam lidavam com essas memórias.

Como teria sido para a família Canuto seguir em frente em um cotidiano de vida naquele mesmo lugar de tantas vivências dolorosas? Geraldina Canuto, em fonte documental⁷⁰, afirmou que após a primeira perda violenta, andava por entre as ruas, com seus filhos pequenos, às vezes perdida por passar por episódios de desorientação no espaço, outras

⁶⁹ Fotografia de Maria Regina Ceo Andrade

⁷⁰ Informação verbal proveniente do filme Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

vezes desesperada pelo sofrimento, em outras se defrontando com o lugar da morte do companheiro João Canuto e chorando com as lembranças dos filhos José e Paulo. De tal modo, situada em meu próprio universo imaginativo, estive em busca de apreender o lócus das vivências da narradora.

Seguindo à procura pela residência de Luzia, perguntei a um morador do bairro a localização da residência da mesma, ao que ele respondeu: “é a professora?”, marcando um aspecto da identidade da mesma na cidade. Localizei uma casa que ficava no alto de uma rua de acesso pavimentado de onde era possível ter uma visão longínqua da cidade. Ainda incerta de estar no lugar correto, escutava um vento suave a balançar o portão de ferro e produzir pequenos toques. A calma do lugar foi aquietando minhas emoções. Alguém ao portão, Luzia nos recebeu.

Parte da família estava em casa: a filha Daniella e seu filho Gabriel, neto de Luzia. Era um dia chuvoso de feriado – 15 de novembro de 2017. Enquanto passava um café, Luzia dialogava com o neto advertindo a criança quanto aos cuidados ao brincar de subir na árvore – o quintal estava molhado pela chuva. Daniella aproveitava o dia para colocar a organização da casa em ordem, estava lavando roupas, o tanque elétrico zoava um ruído contínuo. Logo que começou a entrevista, Daniella, atenta ao seu entorno e em atitude gentil, parou a máquina de lavar. Reunidos em torno de uma mesa de madeira localizada na varanda, próxima a cozinha que dava em frente ao quintal, iniciamos a entrevista.

Luzia Canuto dispõe de claras habilidades para articular as ideias sem esconder suas emoções. O áudio da gravação da entrevista é marcado por emotividade. Em algumas passagens foi necessário que ela respirasse fundo e silenciasse para dar voz às lágrimas que escorriam por seu rosto. Lidar com as emoções foi algo que ela aprendeu ao longo da vida, conheceu, por meio da experiência, a via da palavra como passagem para suavizar a dor, um caminho aprendido e revisitado sempre que ela necessita, afirmou ela.

Contou-nos Luzia que seu pai, João Canuto, teve as bases de sua experiência política – além do legado de seu avô Raimundo – em berço católico, tendo sido vinculado ao movimento da Congregação Mariana no Estado de Goiás e da Teologia da Libertação no Estado do Pará. Em 1974 a família Canuto se deslocou para Rio Maria, época em que Rio Maria parecia um formigueiro de tanta gente que chegava. O pai de Luzia chegou ao território paraense dando continuidade à vida estabelecida no estado de Goiás, trabalhando para um fazendeiro que migrou do mesmo estado, como explicita a narrativa:

E aí nós moramos na fazenda, nessa fazenda até final de 1978. E lá meus pais tiveram muito prejuízo. É... era uma prática comum aqui na região muita violência contra o trabalhador e por mais que meu pai tivesse essa relação de conhecer essa família de Goiás e ter uma certa relação de parentesco, meio que distante, mas tinha, é... com meu pai não foi diferente com o que eles faziam com os demais funcionários que tinha aqui na região, que eram funcionários deles né, de não pagar as contas em tempo hábil, em viabilizar a vida, porque a vontade do meu pai era ter acesso a uma terra, mas ele pensava em conquistar isso através do trabalho. Então ele ficava sem receber, a gente não conseguia é concretizar o sonho né. Então em 78 nós tivemos é uma certa desconferência com esse fazendeiro, meu pai teve um desacerto com ele porque, além de não pagar as contas, eles queimaram os pertences nosso, então a gente saiu de lá, isso foi em 24 de agosto de 78, eu era criança mas me lembro desse dia, eu tinha uns 10 anos. Final do ano de 78 nós fomos despejados dessa fazenda e viemos morar na cidade, meu pai como camponês, ele ficou de novo trabalhando em algumas fazendas da região, fazendo roça, as vezes pegava roça à meia, às vezes pegava por é... pra pagar... por plantio do capim ou arrendava a terra. E assim nós sobrevivemos boa parte do tempo (informação verbal)⁷¹.

Segundo Luzia, a trajetória de inserção da família Canuto nessa porção do estado do Pará foi seguida da expulsão da família das terras do fazendeiro. João Canuto retornou ao trabalho prestando serviços para outros fazendeiros da região. Paralelamente a essa realidade, discutia com outros trabalhadores questões relacionadas aos problemas fundiários do país. Os anos seguintes foram de intensificação da luta política, cuja eleição do sindicato de trabalhadores rurais aconteceu em 1983. Só a partir da exposição da trajetória da família, Luzia trouxe a história do assassinato do pai:

Então meu pai foi assassinado em 02 de dezembro de 85, e desse período até a minha formação eu ficava... às vezes, tinha vez que eu tinha que deixar os estudos, trabalhar mais pra poder, pra conseguir manter família né, e aí a minha formação ela possibilitou um pouco isso, essa... tá mais próxima da família, cuidar um pouco mais né. Eu fiz o curso morando aqui em Rio Maria, estudando em Marabá, então a gente ficava boa parte do tempo... é o curso era intervalar, o que permitia eu estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Voltava da universidade, às vezes a gente tinha que pagar as aulas no final de semana, mas mesmo assim possibilitou que eu terminasse o curso (informação verbal)⁷².

A vida da família não foi fácil depois da morte de João Canuto. Para complementar a renda, tanto Luzia quanto sua mãe, Geraldina, tiveram que prestar serviços domésticos para completar o sustento dos adultos e de duas crianças pequenas, irmãos de Luzia. A dedicação ao trabalho, a perseguição pelos estudos e o enfrentamento das ameaças e riscos de vida na busca por justiça foram tão grandes quanto a dor da perda:

⁷¹ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

⁷² Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

É um impacto muito grande, primeiro porque assim, quando você perde alguém que... que é quem assume a família, você da uma, é... diz assim... a qualidade de vida e tudo cai. O meu pai era muito trabalhador, uma pessoa que vivia da roça, mas assim, ele não tinha... quando a gente tava trabalhando na roça, meu pai era uma pessoa que levantava de madrugada e voltava pra casa praticamente a noite, até a comida a gente levava na roça pra ele. Então ele sempre trabalhou e produzia muito, então nós não tínhamos conforto, mas a gente tinha alimentação, a gente tinha roupa, a gente tinha praticamente o necessário pra viver, e com a morte dele a vida dificultou muito. A minha mãe que era praticamente criada na roça, ao ter que ficar na cidade, ela... em um primeiro momento ela tinha... ela teve que trabalhar lavando roupa, eu tive que trabalhar de domestica pra assumir a família né, aí por exemplo, eu comecei trabalhar na escola na década de 80, em 85, quando meu pai morreu eu já trabalhava na escola, mas só um turno de serviço não dava pra manter a família, então a gente tinha que fazer outras coisas pra complementar, e geralmente é... esses outros serviços, as vezes a gente ajudava ela lavando roupa, as vezes ia trabalhar de faxina, fazer outro serviço pra garantir o sustento da família e meus irmãos também trabalhavam. E, do ponto de vista psicológico abala todo mundo, até hoje eu me emociono quando eu falo disso não tem como. O pai era... assim uma pessoa que a gente não via ele em casa alterar a voz com a família, cuidadoso, eu na verdade era uma filha que tive colo até nos 7 anos, você romper isso não é fácil. Ele era muito carinhoso com todos nós, então assim, foi uma perda irreparável (informação verbal)⁷³.

Assim, após a morte de João Canuto, Luzia manteve os vínculos da militância política do pai, ao lado do companheiro Carlos e do irmão Orlando; seguiram liderando ações do sindicato de trabalhadores rurais da cidade de Rio Maria. Paulo e José se dedicavam ao trabalho mais em prol da subsistência, um era trabalhador rural e pedreiro, o outro também trabalhava na cidade.

Nesse contexto de vida, as ameaças que sofriam eram reais e as mortes também. Segundo Luzia, quando uma morte era anunciada, o aviso era geralmente cumprido. A permanência da família na agenda política da luta por direitos e por justiça fez com que os executores de ações de assassinatos de militantes políticos agissem novamente, culminando com o segundo golpe contra a família Canuto, o cruel assassinato de José, de vinte e oito anos, e Paulo, de vinte anos. Luzia interpretou que o assassinato dos irmãos foi uma forma de frear a ação política da família como um todo.

Ao fazer um balanço da história da família, a narradora, apesar de todas as críticas que tece ao governo brasileiro, não desconsidera a importância da luta pela reforma agrária. Esse era o sonho de seu pai, que não pensava só nele, mas nos trabalhadores rurais como um todo, disse ela. Quanto aos crimes de assassinato, a narradora reconheceu a importância da

⁷³ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

condenação dos réus, mesmo que não tenha existido vontade política para prendê-los. Um dos réus já faleceu, o outro até hoje está foragido, no caso do processo do pai.

O cotidiano de Luzia hoje envolve à docência no ensino médio em duas cidades, Rio Maria e Xinguara⁷⁴. Mesmo com uma vida laboral dinâmica, ela não se abstém das análises políticas da cidade frente ao cenário político nacional. Diante disso, lembra que em Rio Maria os partidos de esquerda defenderam projetos distintos das concepções da esquerda nas eleições de 2018 (analisou mais enfaticamente o PT e PCdoB). Dessa forma, para ela, o momento é de queda da organização política para as questões de interesse social, caracterizando uma difícil realidade para os pobres diante da ausência de uma perspectiva de luta por direitos.

Ao buscar os fatores que contribuíram para essa realidade, ela identificou implicações relacionadas a perda de dirigentes por cooptação política, perda da tradição de militância de partidos como PT e PCdoB, que, ao participarem de gestões governamentais integradas a outros partidos, se descomprometeram com a militância política. Segundo Luzia, hoje, boa parte dos militantes de esquerda de Rio Maria estão no governo do município. Quanto ao sindicato de trabalhadores rurais, as dificuldades são as mesmas, uma desmobilização política e a queda das ações do movimento social.

Por outro lado, enquanto os vivos promovem a morte da tradição política da defesa dos interesses sociais e comunitários, Luzia relembrou a lamentável perda do companheiro de luta Frei Henry des Roziers (1930 - 2017) no ano passado. Ele foi um frei dominicano muito atuante no Brasil. Lutou ao lado de lideranças políticas como João Canuto e Expedito Ribeiro na defesa de trabalhadores rurais sem-terra, além de ter feito um amplo trabalho no combate ao trabalho escravo⁷⁵, lembrou Luzia.

3.3.3 Narradora Maria Joel Dias da Costa, viúva de José Dutra da Costa, o Dezinho

Meu nome é Maria Joel Dias da Costa, sou natural de Maranhão eu vim para o Pará em 84. Sou mãe de quatro filhos e hoje já tenho seis neto. Eu era casada com o José Dutra da Costa, popular Dezinho, que era um grande sindicalista daqui da região e ele foi assassinado em 2000. E hoje eu sou viúva [...] antes, quando ele estava junto, até hoje me marca, porque ele foi um grande companheiro. Foi um marido, foi um companheiro, foi o pai dos meus filhos, então isso até hoje me marca. Tenho saudade, tenho paixão [...] (informação verbal)⁷⁶.

⁷⁴ Xinguara fica a 29 quilômetros de Rio Maria.

⁷⁵ Formado em direito, atuou no estado de Goiás e Pará, deixando um legado político importante para a região Sul e Sudeste do Pará através da organização não governamental Comissão Pastoral da Terra, especialmente no município de Xinguara. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4126-frei-henri-des-roziers-uma-trajetoria-de-luta-e-compromisso-com-o-povo>>

⁷⁶ Entrevista com Maria Joel, agosto de 2018.

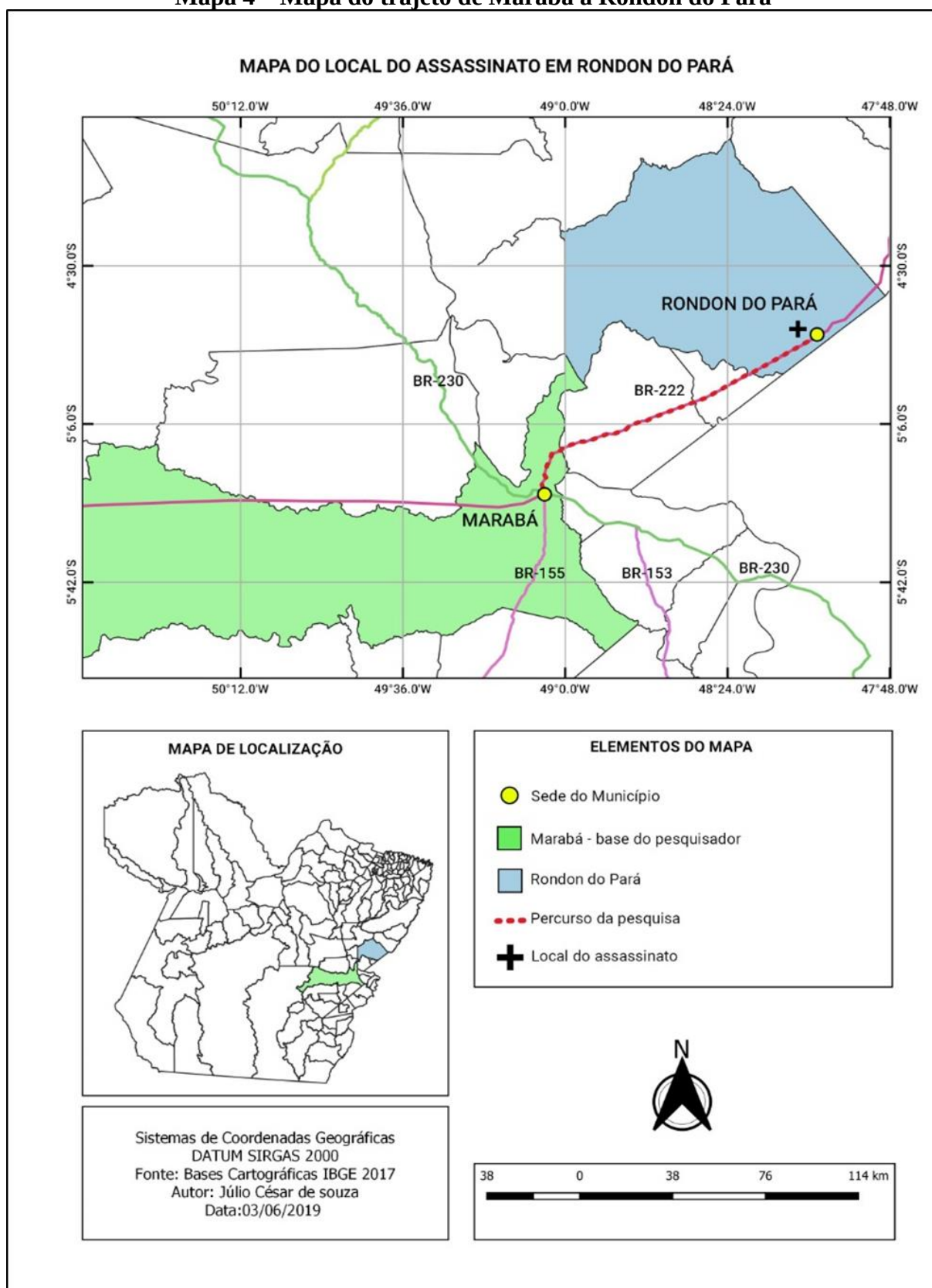
Apesar de seu nome ser Maria Joel e ela própria se apresentar como Maria Joel, ela é conhecida popularmente como dona Joelma. Ao falar de Dezinho, ela define seus sentimentos: muita saudade e paixão. Ela o pressente ao seu lado na vida “‘é como se ele estivesse comigo”⁷⁷, disse ela. Essa presença do companheiro é enfatizada por ela como parte das vicissitudes do luto e das lutas no presente. Assim, apresentar sua condição de mãe, avó, viúva de sindicalista assassinado, é para ela fundamental para descrever o seu lugar no mundo. Residindo em Rondon do Pará até os dias atuais, sua história não é diferente da dos muitos migrantes que fizeram parte da colonização da região sul e sudeste paraense: a busca pela oportunidade de ampliação das condições de vida em terras amazônicas.

Rondon do Pará é uma cidade localizada no sudeste do estado do Pará⁷⁸ e teve como mote desenvolvimentista a exploração da madeira, assim como a ocupação e divisão territorial em padrões de fazendas para criação de gado de corte. A seguir, mapa do trajeto de Marabá a Rondon:

⁷⁷ Entrevista com Maria Joel, agosto de 2018.

⁷⁸ O surgimento do povoado que deu origem a cidade data de 1962. A partir da implantação de estradas no final dos anos 60, o povoado passou a ser conhecido como “Candangolândia. Posteriormente, com maior desenvolvimento, recebeu o status de “Vila Rondon”, denominação que perseverou até o ano de 1982, quando se tornou o município de “Rondon do Pará”. Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/rondon-do-para/historico>.

Mapa 4 – Mapa do trajeto de Marabá a Rondon do Pará



Fonte: bases cartográficas do IBGE 2017.

O trabalhador rural José Dutra da Costa, conhecido como “Dezinho”, foi assassinado em novembro do ano 2000, na cidade de Rondon do Pará. Dezinho era presidente do STR da cidade e vinha recebendo ameaças de morte oito anos antes de ser assassinado. Ele deixou esposa e quatro filhos.

A atuação de Dezinho junto aos trabalhadores, através do STR de Rondon do Pará, favoreceu os processos de ocupação de terras na região, trabalho realizado com enfrentamento de muitos conflitos políticos, sociais, ambientais e econômicos, envolvendo fazendeiros, empresários, o Estado, os trabalhadores rurais e a sociedade Rondonense.

Na época em que Dezinho foi assassinado existiam quatro ocupações na região de Rondon coordenadas por ele. Após a sua morte o trabalho de avanço das ocupações estagnou, situação decisiva para que Maria Joel aceitasse o pedido dos trabalhadores: assumir a continuidade do trabalho antes desenvolvido pelo marido. Entre os anos de 2002-2003 foram surgindo os resultados do trabalho de ocupação de terras e a consolidação de assentamentos em Rondon do Pará. A partir de então, o desafio do STR de Rondon do Pará foi fortalecer a produção dos trabalhadores rurais na terra, cobrando dos órgãos competentes os créditos para que os agricultores familiares trabalhassem e se firmassem na terra. Segundo Maria Joel, o trabalho dos agricultores fortaleceu o comércio e mudou a forma tradicional da produção da vida na cidade, antes estritamente relacionada a atividades carvoeiras, madeireiras, pecuária e outras iniciativas do agronegócio.

No estado do Pará, após a morte do esposo Dezinho, um tempo foi necessário para que Maria Joel iniciasse o trabalho mais difícil de sua vida, dar continuidade ao trabalho do esposo, ser militante em prol dos direitos a terra, em uma cidade em que o marido e companheiro foi assassinado pelo mesmo motivo. Sobre esse desafio, ela afirmou: “Então é mais o menos essa a questão da minha história que eu tive. Não sei se é privilégio, porque, um privilégio pra você fazer todo esse enfrentamento e dizer “Eu quero viver” não é fácil. Não é fácil não. Muito difícil (informação verbal)⁷⁹.”

Apesar de muito difícil a escolha de permanecer na luta, essa é a vida de Maria Joel no sindicato de trabalhadores rurais (STR) de Rondon do Pará. No STR, ao lado de outras mulheres sindicalistas, ela vive dias de intensidade na execução dos labores sindicais: o atendimento aos trabalhadores, visitas aos assentamentos, resolução e mediação de conflitos, além de todo o trabalho em rede com as diretrizes da federação dos trabalhadores na

⁷⁹ Entrevista com Maria Joel, agosto de 2018.

agricultura (FETAGRI), pensando e executando estratégias para lidar com os problemas das políticas de terra do Estado.

Todo meu contato anterior com Maria Joel havia sido restrito e circunscrito às agendas políticas das entidades não governamentais que promoviam discussões em torno da temática do campesinato na região, dado meu trabalho na SDDH entre os anos de 2004 a 2011, período que a conheci por uma postura firme no enfrentamento das ameaças e continuidade da luta pela terra após a morte do esposo. Devido a questões pertinentes às decisões das entidades não governamentais (SDDH e CPT), a SDDH não permaneceu acompanhando o processo que apurava o assassinato de Dezinho.

As primeiras aproximações com a narradora para a pesquisa de campo ocorreram por meio de contato telefônico. Inicialmente me apresentei, falei a respeito do meu trabalho anterior na SDDH – situei a sra. Maria Joel do trabalho realizado pela entidade em parceria com entidades locais – assim como informei o nome da pessoa que havia me passado o contato telefônico dela. Com muita cautela ela me informou de uma primeira oportunidade para diálogo em um encontro dos sindicatos, que seria realizado no mês de outubro de 2017, em Marabá, no qual os trabalhadores discutiriam sobre os rumos do cooperativismo a partir da produção dos assentados por reforma agrária. Em um intervalo para o almoço, pudemos dialogar um pouco, dona Joel foi receptiva, gentil e atenciosa, enquanto realizávamos a refeição junto aos demais participantes do encontro. Nesse ínterim, esboçou questões sobre sua vida atual, como o seu papel de mãe, sua participação na vida dos filhos, outras reflexões versaram sobre a cena política em Rondon do Pará na atualidade (2017), dentre outras nuances que compuseram uma primeira oportunidade de diálogo com a narradora.

Em meio ao diálogo, pude expor minha intenção de pesquisa a sra. Maria Joel, ao que ela confirmou receptivamente, indicando uma ocasião em novembro de 2017 – data em que o sindicato de Rondon do Pará estaria reunido para o evento anual em memória do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho. Esse “aceitar” participar da pesquisa merece algumas considerações.

Dona Joel, atenta a minha cuidadosa explicação sobre o tema da pesquisa e o porquê de eu estar lhe convidando para participar, respondeu com olhar contemplativo, denotando estar retornando de alguma abstração de sua atenção: “tudo bem, essa é a nossa vida”. Essa frase ressoou em mim, causando-me uma resposta emocional que eu não sabia definir exatamente, algo em torno de um sentimento de estar “invadindo-a subjetivamente” com sua permissão, ao mesmo tempo em que me senti imersa na cena que desenrolava ali naquele

momento, onde os afetos fizeram sombra na conversação informal. O que aquele olhar suspenso significava? O que seria essa questão da sua vida?

Perseguindo esse fio de elaborações, na data indicada pela narradora, estive em Rondon do Pará. O evento foi realizado no dia 30 de novembro de 2017, simbolicamente em memória ao sindicalista Dezinho, por se tratar do mês em que ocorreu a sua morte. O evento contou com uma mística em alusão à conjuntura política dos assassinatos no campo no presente ano, como a recente chacina em Pau D'arco.

Em meio aos protagonistas da apresentação, estava a filha da narradora Maria Joel, Joélina. Dentre os muitos representantes das esferas governamentais estavam presentes representantes do INCRA, o ouvidor agrário nacional, deputados, dentre outros.

Na ocasião, a senhora Maria Joel e seus familiares estavam totalmente envolvidos com a produção do evento. O entorno da sra. Maria Joel, desde meu primeiro contato com a mesma, foi marcado pela presença de pessoas ao seu redor. A pauta diária da trabalhadora é digna de intervenções, atendimentos, escuta de trabalhadores, resolução de problemas e conflitos, dentre outras atribuições da vida no sindicato de trabalhadores rurais. Essa dinâmica da vida pessoal de Maria Joel pôde ser percebida em todos os 4 encontros com ela.

Sobre Maria Joel, mulher corajosa que enfrentou situações muito difíceis na vida, cabe ressaltar algo notável em sua expressão ao falar de si, algo que transparece em sua fala, em seu olhar, suas preocupações e zelo: o papel de mãe. Dividida entre a vida política que assumiu a partir da morte do marido e a vida familiar, para ela, o segredo é a proteção e fé em Deus. Ao mesmo tempo em que auxilia os mais pobres em favor da luta por direitos, um sonho do companheiro assassinado, ela agrega filhos e netos com o mesmo instinto de proteção e cuidado.

Outro aspecto importante da vida da narradora é a forma como ela sente as relações em Rondon do Pará. Apesar da superação de muitas dificuldades no âmbito da segurança, ela esboça ainda o sentimento de insegurança na cidade, abordando o assunto ao relatar sua dificuldade em acessar tratamentos de saúde em Rondon ainda hoje, pois confessa que não confia na conduta de profissionais de origens próximas a fazendeiros, etc. Ela teme investidas dos poderosos em ocasionar sua morte em oportunidades inimagináveis. Esse clima de insegurança é sentido por ela como uma realidade próxima, como mostra a presença do policial militar que realiza sua vigilância diuturnamente.

Em dezembro de 2018 participamos de mais uma reunião do sindicato de trabalhadores rurais, em que a “árvore da luta pela terra” foi devidamente representada: uma

confraternização com os trabalhadores assentados aposentados e pensionistas, conforme simbolizado pela figura:

Imagem 10 – Evento no STR de Rondon do Pará



Fonte: arquivo documental da pesquisa de campo.

Sendo a maioria deles idosos, representavam o que a sindicalista em outro momento havia chamado de “os frutos da luta”. Uma serenidade marcou o afeto, o sorriso, o olhar e os gestos de carinho da trabalhadora e da equipe de mulheres que dirigiam a reunião. Após um café da manhã vasto e variado, os presentes foram convidados a compor um círculo, todos em pé e de mãos dadas. Eu, que estava ali na condição de observadora, fui convidada pela narradora Maria Joel a compor a roda e a também responder a mesma pergunta que todos os outros também haviam sido inqueridos: “como você está se sentindo aqui, agora, nesse momento?”

“Estou em paz” foi a fala da matriarca que há 18 anos havia rompido com a condição de viúva passiva – como disse ela em outro momento – e dado o primeiro passo rumo a transformações importantes na história do sindicalismo tradicionalmente liderado por homens na região. Por sua vez, os idosos que estavam presentes no encontro dos aposentados do STR de Rondon do Pará – muitos que estavam ali foram testemunhas do trabalho do sindicalista Dezinho – remeteram muitas falas sobre a saudade do companheiro assassinado. Os relatos espontâneos foram desenhando a história do trabalhador rural Dezinho no STR de Rondon do Pará. As memórias dos idosos traziam a imagem dos que haviam protagonizado a categoria do trabalhador rural como um ator social na região.

Não poderia deixar de mencionar o fato de mais uma vez ter sido inquerida pelos sujeitos da pesquisa sobre meus sentimentos e pensamentos. Ali, naquele momento, buscando não me entregar às elaborações da racionalidade que me remeteriam a uma postura “neutra”, despida da emotividade que a dinâmica daquele momento proporcionava, percebi que o que ela desejava de mim era que me colocasse em uma relação de igualdade; estava também me reconhecendo como uma mulher, além de estudante, trabalhadora, etc., como parte daquele círculo de confiança. Assim, eu também deveria confiar naquelas pessoas para que conhecessem um pouco do meu universo cultural, possível pela abertura a esse “Outro” estranho que eu representava.

O fechamento da pesquisa de campo com dona Joel, através dessa perspectiva de análise, me fez refletir sobre toda a delicadeza do início deste estudo, em que havia me deparado com as “muralhas” da narradora e com minhas próprias muralhas. No início do trabalho me percebi dando voltas, receosa de invadir a narradora naquilo que ela prezava: falar de questões íntimas, de dor, a labuta que ela nomeou como “essa é a nossa vida”.

Tal reflexão me remeteu a certas compreensões, também da ciência, em que a subjetividade é tantas vezes tratada como impedimento a uma investigação pura. Neste estudo, a intersubjetividade foi um elemento necessário a compreensão do objeto de estudo: aquilo que percebi de incomodo em mim, meu receio em dar passos adiante na pesquisa, me sentir incomodada em tocar novamente em histórias de sofrimento. Junto à percepção de meus próprios sentimentos, fazia parte daquilo que também os sujeitos da pesquisa expressavam, seus receios e estranhamentos em relação ao que eu representava. O olhar atento a tais fatores aponta para a compreensão de que o estudo só foi possível a partir de uma relação dialógica, em que a percepção dos afetos dispusera o objeto em suas diversas expressões no processo do luto e da luta.

Retornando à pergunta realizada pelos trabalhadores a mim durante o evento do STR dedicado aos aposentados e pensionistas, pude então me dispor a falar o quanto aquele momento, ao meu olhar de “pessoa -pesquisadora” ali presente, era, antes de tudo, de agradecimento pela oportunidade de apreciar comunitariamente a memória dos que estavam ali se contando e contando dos seus. Ao mesmo tempo, podia confirmar minhas pretensões de pesquisa, estudar os fenômenos sócio-políticos e culturais pelo viés das emoções, dos afetos, sem que isso diminuísse o valor científico da pesquisa.

3.3.4 Narrador Edinaldo Campos Lima – Chacina de Morada Nova

Quando eu cheguei um rapaz tinha vindo me avisar “olha tu tens que ser muito forte porque aconteceu uma situação”. Quando eles me falaram isso, como já tinha, como já sabia da questão das ameaças do fazendeiro com ele, em cima dele, eu já sabia que ele tinha sido assassinado. Mas não que minha mãe também tinha ido. Mas eu já sabia que ele tinha sido assassinado (informação verbal)⁸⁰.

Filho de pai cearense e mãe maranhense, Edinaldo tem hoje 38 anos, nasceu no Maranhão e veio para o estado do Pará ainda pequeno. Ele e a irmã gêmea são filhos da oitava gestação de Cleonice Campos Lima. Desses onze filhos, apenas um faleceu, Samuel, assassinado junto aos pais em julho de 2001. Seus irmãos estão espalhados pelos estados de Goiás, Tocantins e Pará. Desses irmãos, três foram assentados pelo INCRA. Um deles foi contemplado com um lote no assentamento de José Pinheiro Lima, nome em homenagem ao trabalhador assassinado.

Meu primeiro contato com Edinaldo foi no ano de 2006, ocasião de inclusão de Edinaldo, sua esposa e filhos no programa de proteção a vítimas testemunhas, o PROVITA, que na época era gerido pela SDDH, instituição em que eu trabalhava. Na ocasião, acompanhei os trâmites de retirada de Edinaldo e sua família, sob ameaças de morte, de Marabá. As constantes participações do narrador na investigação do assassinato de seus familiares motivaram as ameaças de morte ocasionando a inclusão da família no programa de proteção.

Ele atualmente reside na cidade de Marabá, tem três filhos de 20, 16 e 14 anos respectivamente, um neto e é solteiro. Uma questão importante para ele hoje é a fé em Deus professada na igreja Assembleia de Deus Madureira, algo que ele considera como uma herança da educação recebida pelos pais. Ele também valoriza especialmente a profissão conquistada nos anos em que esteve no programa de proteção, a mecânica de rebobinagem de motores. Ele também é instrutor do SENAI e eletricitista.

⁸⁰ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

Imagem 11 – Oficina em Marabá

Fonte: arquivo documental da pesquisa de campo⁸¹.

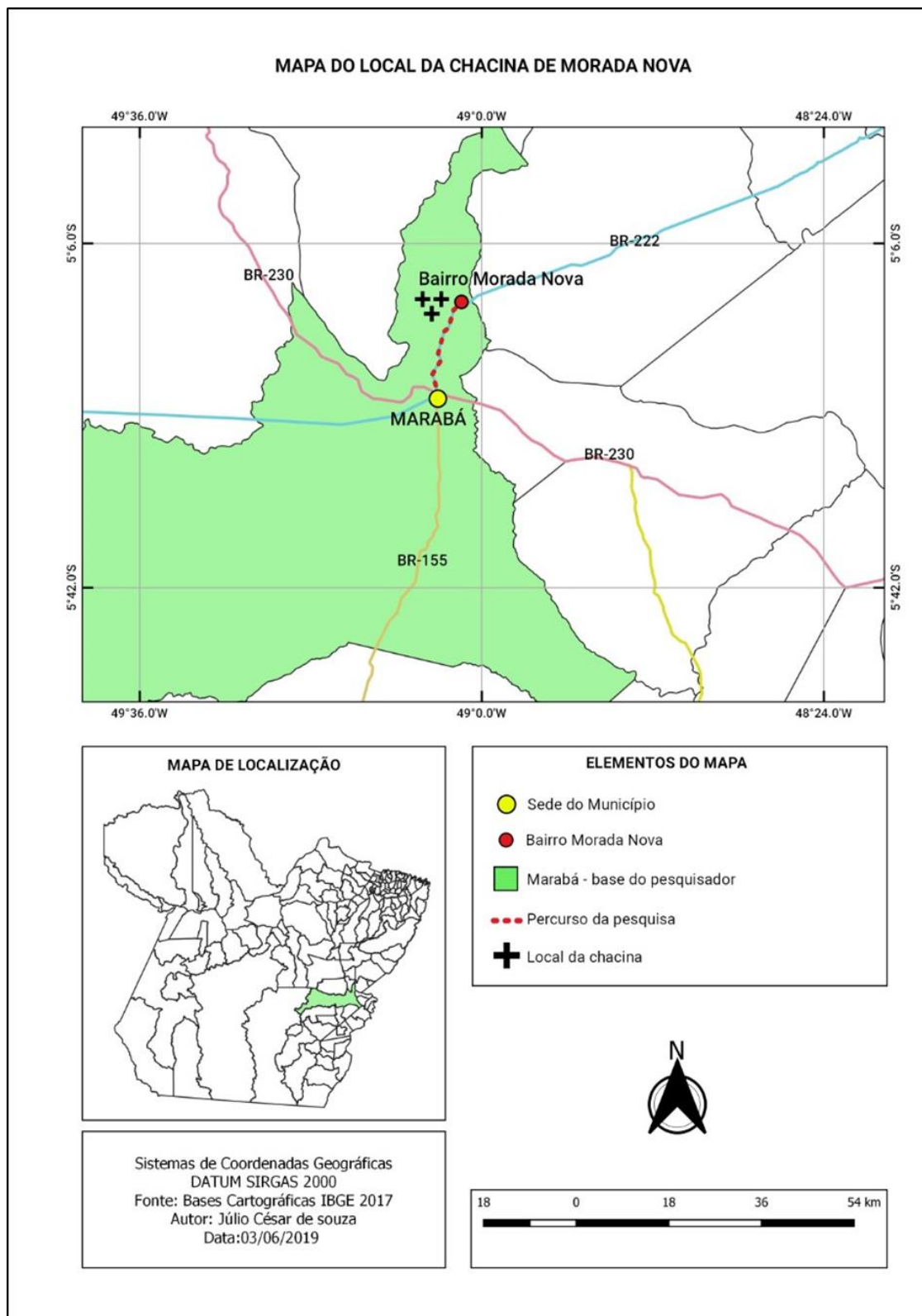
Um grande sonho do narrador é ser advogado. Ele acredita que tem aptidão para a profissão, assim como um desejo de contribuir com a realidade de muitas vidas através da profissão, especialmente com pessoas que passaram por vivências semelhantes as suas. A tragédia que viveu vai virar livro. Ele está escrevendo sua biografia, e pretende publicar, com detalhes de toda a trajetória de sua família, até a chacina.

A “Chacina de Morada Nova” ocorreu em julho de 2001, levando à morte o trabalhador rural José Pinheiro Lima, conhecido como “Dedé”, sua esposa Cleonice Campos Lima e seu filho Samuel Campos Lima, de 15 anos. Dedé foi presidente do STR de Marabá e forte liderança de uma ocupação de terras na região. A família estava na sede do sindicato, localizado no bairro Morada Nova, em Marabá, quando foram surpreendidos pelos pistoleiros. Essa chacina deixou a comunidade do bairro de Morada Nova, e Marabá, estarrecida pela violência horrenda e impactante, tendo sido fonte de matérias em jornais locais e nacionais.

⁸¹ Fotografia: Maria Regina Ceo Andrade.

O bairro Morada Nova faz parte de um dos núcleos urbanos da cidade de Marabá, conforme representação cartográfica:

Mapa 5 – Localização do bairro Morada Nova



Fonte: Bases geográficas IBGE (2017).

O acampamento em que Dedé exercia liderança ficava a 130 km do município de Marabá, a ocupação da Fazenda São Raimundo, que ficava em uma região conhecida como “Panelinha”, no sentido da cidade de Itupiranga. Um dos filhos de José e Cleonice, Edinaldo Campos Lima, esteve mais próximo às atividades de ocupação de terras com o pai. Também foi ele quem esteve mais à frente das investigações da morte dos familiares, passou a colaborar com a polícia, com o intuito da apuração do crime e consequentes punições dos culpados. Edinaldo ficou conhecido por sua avidez investigativa, tendo papel fundamental na localização de testemunhas, etc.; por esse motivo, afirmou ele, foi muitas vezes chamado de “louco”.

Desse modo, o trabalhador rural José Pinheiro Lima estava ameaçado de morte e era um dos nomes de uma lista de pessoas marcadas para morrer. Na época em que ocorreu a chacina, ele liderava um acampamento com uma média 200 famílias de posseiros. Segundo Edinaldo, o estudo do INCRA constou a improdutividade da área. Mesmo com a assertiva do INCRA, mandados de reintegrações de posses determinaram intervenções violentas do Estado, através da queimada de casas, pertences pessoais dos trabalhadores, instrumentos de trabalho dos camponeses, destruição de produção de arroz e de animais, etc., finalizando com o despejo dos trabalhadores.

Segundo o narrador, após a realização de novo estudo, o laudo do INCRA acusou novamente a improdutividade da terra e as famílias voltaram a ocupar a fazenda. Após esse retorno, a estratégia do fazendeiro mudou. Ele agora fornecia leite e carne para os agricultores. Tal medida deixou os posseiros ocupantes da terra desconfiados. Dedé também foi convidado para participar de reuniões com os fazendeiros, nas quais participaram mandantes e executores dos crimes. Para Edinaldo, o desfecho da chacina foi o resultado do medo da expansão das forças de ocupação que se desenvolviam na região, já que existia um grupo de fazendeiros interessados na morte de Dedé; segundo o narrador: “[...] como essa terra foi invadida, como eles dizem, outras podiam ser invadidas porque eles viram meu pai como uma pessoa muito simples, mais uma pessoa estrategista, uma pessoa que tinha conhecido, tinha força (informação verbal)⁸²”.

Após a execução do crime de encomenda orquestrado por João Davi de Melo, Evandro Marcolino Caixeta e Domingos Correia Bibiano, muitas foram as manobras dos interessados para dar continuidade à impunidade do crime, inclusive com a morte de um dos executores da chacina que, na prisão, escreveu uma carta para um dos mandantes. Um outro executor,

⁸² Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

segundo Edinaldo, também foi assassinado, porém sua morte ocorreu por acerto de contas devido a outras atrocidades cometidas.

O resultado dos julgamentos dos fazendeiros acusados de empreender a ação criminosa, João Davi de Melo e Evandro Marcolino Caixeta, é motivo de tristeza para Edinaldo e família: “[...] querendo ou não é um fracasso em nossa vida isso aí. Entendeu como é? Todos estão na impunidade (informação verbal)”⁸³. Edinaldo recordou as palavras que proferiu veementemente no tribunal do júri, ocasionando sua expulsão do ambiente do julgamento, ao receber a sentença de absolvição dos réus: “Que justiça nós vivemos? Onde é que nós vamos chegar? (informação verbal)”⁸⁴. Domingos Correia Bibiano ainda aguarda júri popular. A expectativa do narrador para essa segunda oportunidade de fazer justiça é “deixar Deus agir”.

⁸³ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

⁸⁴ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, março de 2019.

4 A POLÍTICA DOS AFETOS: LUTO E INCOMPLETUDE ANTE AS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NO CAMPO

O contexto de investigação científica sobre a memória de familiares de vítimas de chacinas e assassinatos no campo, permitiu conhecer aspectos do luto e da luta revelados nas narrativas dos sujeitos implicados na pesquisa de campo. Para tanto, os entrevistados narraram a si mesmos, reinterpretando vivências, trazendo à cena do campo de pesquisa lembranças dos acontecimentos que marcaram a vida antes e após a perda de seus familiares.

Esse lembrar também fez surgir emoções, afetos e reminiscências que compuseram o movimento da memória dos narradores. As compreensões teóricas alargadas durante a pesquisa sinalizam que o ato de lembrar e esquecer é atravessado pelas vias afetivas do sujeito e, por sua vez, pelo laço social. A participação dos afetos no trabalho da memória será discutida ao longo desse capítulo, a partir das narrativas sobre a passagem do luto à luta que envolveu os sujeitos em suas experiências no bojo dos conflitos pela posse da terra no sul e sudeste paraense.

Para os narradores, o sentido de “vida” se embaraça com o sentido da “luta”, luta pela terra, luta por justiça, luta por sobrevivência: luta e luto. Lutar para manter sonhos, para calar a dor e continuar a caminhada. Falar dos sentimentos que compuseram essa teia neste trabalho, de maneira alguma foi algo fácil. Ao pensar o objeto de estudo, percorrendo o movimento da memória dos narradores ao trazer temas diversos – sobre a migração, a colonização da região, a infância vivida em ambientes de ocupação de terras, formações de vilas e cidades, as emoções que acompanharam a narração da cena trágica da violência –fui remetida, em muitos momentos, a pensar minha própria história nesse território empreendedor de lembranças. Desse modo, o estudo também produziu espaços de reflexão sobre as abrangências da pesquisa qualitativa e interdisciplinar, trazendo algumas noções sobre as relações intersubjetivas no campo de pesquisa.

4.1 LUTO: ELABORAÇÕES DA TRISTEZA QUE TOMA O CORPO DOS DIAS

Este tópico do trabalho contém a discussão do luto vivido pelos narradores a partir do assassinato de seus familiares. Outra questão importante é que optamos por não analisar as narrativas dos sujeitos da pesquisa separadas em “casos”, como no capítulo III quando realizamos a apresentação dos narradores. Os fragmentos de narrativas foram dispostos ao longo do capítulo 4 e separados de acordo com a temática de cada subitem. Essa organização

permitiu analisar os aspectos que se aproximam e se distanciam, em cada um dos casos, em relação à memória do luto e da luta por justiça e direitos. Assim sendo, os trabalhos de luto analisados nesta pesquisa ocorreram até 32 anos antes da realização do estudo. Nosso enfoque em como se deu a vivência desse processo ocorreu a partir do relato espontâneo dos sujeitos, daquilo que a memória lhes permitiu lembrar e esquecer.

Tais vivências de luto, as quais discutimos o sentido na contemporaneidade, foram observadas como um fenômeno cultural mais comunitário e menos individualizado, antes do século XIX. Segundo Ariès (2013), a partir desse período, houve o redirecionamento afetivo do sujeito para o seio da família, provocando mudanças nas relações afetivas das pessoas e no modo de viver o luto. Assim, as emoções passaram a ser destinadas às relações familiares a partir da ideia de realização do sujeito desde esse grupo social. Desse modo, o luto passou a ser um processo de sofrimento mais aprisionado ao indivíduo em relação a sua linhagem. Além disso, essa conduta ocorreu através do distanciamento das discussões sobre a morte e sobre o morrer dos círculos sociais, tornando a perda por morte uma vivência mais aprofundada em sofrimento.

Segundo Ariès (2013, p. 785): “[...] a morte nunca era a surpresa brutal em que se transformou no século XIX, antes dos progressos espetaculares da longevidade. Fazia parte dos riscos diários. Desde a infância esperava-se mais ou menos por ela.” Tal conjuntura descrita por Ariès fez surgir, desde o início do século XX, a participação incisiva da ciência psicológica nos estudos sobre o luto. Esse passou a ser sentido como um processo natural a ser vivido, de maneira traumática, através de etapas pelo ser. Os laços comunitários, por sua vez, aparecem como um fator protetivo para o enlutado, colaborando para a superação do sofrimento do luto e para as novas possibilidades de viver sem o ente amado.

Sendo a morte uma realidade para todos que vivem, a primeira certeza da vida é a própria finitude. Se psiquicamente abandonamos a ideia de morte para darmos conta de seguir com a vida (FREUD 1917 [1915]), os contextos violentos exacerbam a evidência de certeza da morte, tornando a ilusão de viver para algum sentido da existência menos eficaz. As perdas bruscas de entes queridos por assassinato jogam os sujeitos diante de uma realidade sentida como empobrecimento do mundo, que se torna vazio e sem encanto, como previnem as ciências psicológicas. Esse processo de identificação com o objeto perdido, ente querido morto, tende à elaboração com o retorno da energia pulsional do sujeito a novas relações objetais.

A partir do campo teórico da psicologia, o luto é caracterizado pelo estado psíquico ou disposição dolorosa da pessoa ao sofrer a perda de alguém de relevância afetiva, estado

esse que pode tornar a própria vida e, conseqüentemente, o mundo, aos olhos de quem sofre a perda, desprovidos de interesses. Tais discussões definem o luto como um processo de durabilidade variada e elaborações distintas de acordo com o contexto de vida da pessoa enlutada (SOÁRES; MAUTONI, 2013).

O luto, na psicanálise, compreende uma vivência de profunda angústia. No texto “Luto e Melancolia”, escrito em 1914 e publicado em 1917 ([1915-1917], 2006), Freud fala da conexão existente entre os sintomas que são manifestados na afecção melancólica e na vivência do luto. Embora pareça similar em suas causas – sentimento da perda do objeto – e em seus efeitos – a ocorrência dos sintomas – o luto se distingue da melancolia, embora os dois processos encerrem um estado psicológico e comportamental similar, como o desinteresse pela vida, o rompimento com as atividades do cotidiano, e, em suma, uma disposição geral dolorosa em relação à vida tornada desprovida de interesses. Nesse sentido, o relato de Edinaldo, sobrevivente de uma chacina que levou de uma só vez seu pai, mãe e irmão, dialoga com tal perspectiva teórica:

Mas a gente chegou em um momento, assim, de meus irmãos chorando, naquele desespero... eu vendo meus irmãos, as vezes passando necessidades porque abalou toda a família. Na realidade, só para ter uma ideia, eu já estava mais ou menos, acho que estava uns 11 anos de casado com ela, com minha esposa, eu passei três meses sem ter relação sexual com ela, três meses, mas ela foi uma pessoa que me entendeu, por isso eu digo que pesa em algumas coisas da minha vida na parte dela. Hoje eu não estou com ela, mas eu me sinto também feliz, mas eu passei três meses sem fazer relações com ela, mas ela entendeu toda a situação. Depois que minha vida foi voltando ao normal. Com meus irmãos também da mesma forma, teve um irmão meu que passou cinco meses sem fazer relação com a esposa dele (informação verbal).⁸⁵

O trecho da entrevista mostra a vivência do luto como um estado existencial que confronta as dores emocionais à continuidade da própria existência, conformando uma condição de contemplação da vida e do mundo em face ao esvaziamento de sentido proporcionado pelo rompimento afetivo. Para quem fica e sofre a perda, o mundo que sobrevive à morte torna-se escasso. O enfraquecimento do eu completa um estado mental e comportamental característico, com direcionamento da energia psíquica para a intensificação das lembranças, sentimentos, imagens e fantasias em relação ao ente morto. Edinaldo narrou enfaticamente a falta de desejo sexual, algo que estava presente em sua vida íntima cotidianamente. A desvinculação com a energia sexual constituía uma grande alteração do curso de sua vida, enfatizada por ele na expressão “para você ter uma ideia”.

⁸⁵ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

Esse estado de identificação com a morte do ser amado, toma o sujeito roubando-lhe a força para ação, como na cena que marcou a memória de Edinaldo:

Ceguei em um momento que eu não tinha força para trabalhar, nada, nada, nada... fazer nada, nada, nada. Chegou um momento de eu não ter força. De eu olhar dentro de minha casa, eu olhar e ver para minha geladeira e ver somente água na minha geladeira. E aí, meus irmãos vinham, mandavam um trocado por um lado, mandavam cesta para mim. A minha esposa grávida de meu filho do meio, mandavam cesta para mim e aí nós se alimentava, comia” (informação verbal).⁸⁶

A narrativa expressa não apenas o processo psíquico e emocional pelo qual passou Edinaldo, mas também denuncia a condição social e econômica daquela família que, naquele momento, era liderada por ele. Pelo olhar do sobrevivente que narra essa história, vê-se a continuidade da condição de pobreza, agora agravada pela violência que dilacerou a vida afetiva da família. Edinaldo, residindo ali no assentamento antes liderado pelo pai morto, ao narrar o cotidiano da vida após a perda dos familiares, esboçou a cena da geladeira vazia, contrastada pela imagem dos filhos pequenos à espreita da vida que continuava. Nem mesmo a fome dos filhos pequenos e da esposa grávida constituíram barreira ao processo doloroso que o impedia de retornar ao cotidiano de sua vida naquele momento.

Em relação às vivências desse narrador, trago ao texto alguns rascunhos da pesquisa de campo, contendo reflexões sobre os caminhos que envolveram a análise do objeto de estudo, o movimento da memória de Edinaldo, o modo como os afetos elaborados nesse contexto participaram dos destinos da vida dele. Acompanhe a figura 1 na página seguinte:

⁸⁶ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

A vida de Edinaldo após a chacina ocorreu no mesmo espaço de origem do conflito que levou a morte seus entes queridos. Em Marabá, e sob os olhos dos responsáveis pelas mortes, vivendo o processo de luto, em um primeiro momento imobilizado pela tristeza e posteriormente mobilizado pelo desejo de justiça, ele se dedicou totalmente a essa causa. À medida que o narrador vivia as elaborações do luto pela dedicação à apuração dos fatos que levariam à denúncia do caso, a vida familiar sucumbia à escassez. Arquivos da CPT – comissão pastoral da terra – trazem a narrativa de Edinaldo em entrevista concedida a um jornal local revelando esse momento. Edinaldo afirma o rompimento com o trabalho para a total dedicação a perseguição da justiça, conforme relato:

Parei de trabalhar. Tenho mais nove irmãos que vão me sustentar. É uma estratégia, assim terei tempo pra investigar o caso. Sei que posso ser o próximo, mas agora não me importa e não vou descansar enquanto os criminosos e mandantes não forem presos”, afirmou o narrador em entrevista concedida ao jornal.⁸⁷

O referido documento histórico também interessa pela expressiva imagem em que Edinaldo aparece ao lado de dois sindicalistas, e, ao fundo dos mesmos, vê-se um mural temático sobre a violência no campo com a fotografia de Dezinho, trabalhador rural assassinado um ano antes de José Pinheiro:

Imagem 12 – Notícia do Jornal Opinião sobre a Investigação



Fonte: Jornal Opinião, arquivo físico da CPT.

⁸⁷ Fonte: cópia de recorte do jornal opinião, sem data, localizado no arquivo físico documental da comissão pastoral da terra de Marabá.

Na atualidade, ao falar desse fato, Edinaldo afirma que pessoas próximas a ele compreenderam sua decisão de parar de trabalhar para se dedicar a causa da investigação da morte dos pais como uma espécie de loucura. Podemos afirmar que tais decisões tenham sido parte do processo de elaboração do luto. Nesse caso específico, a busca incessante por justiça produziu também provas contundentes para a investigação policial, como afirmou outra fonte documental do Jornal Opinião:

Filho de Sindicalista assassinado por pistoleiro, Edinaldo Campos Lima, 25, fez Justiça com as próprias mãos sem derramar sangue, trabalhando um ano e meio por conta própria. Edinaldo, ex-funcionário da companhia elétrica do Pará, que estudou até o primeiro ano do ensino médio, conseguiu localizar três testemunhas oculares da chacina. Além de convencê-los a participar das sessões de reconhecimento e testemunhar contra o acusado que hoje [está] aguardando julgamento na Penitenciária de Marabá [...]⁸⁸.

O jornal se refere aos resultados da investigação realizada pelo narrador, um ano após a Chacina de Morada Nova, no ano de 2002:

Imagem 13 – Edinaldo e filhos – Jornal Opinião



Fonte: Jornal Opinião, arquivo físico da CPT.

⁸⁸ Fonte: arquivo físico da CPT;

A fonte documental aponta a manchete reveladora da imersão do pesquisado no cenário investigativo criminal. Edinaldo foi até a televisão apelar aos moradores vizinhos que, caso houvessem testemunhado a presença dos assassinos de seus pais nas proximidades da sede do sindicato de trabalhadores rurais de Morada Nova, colaborassem com a polícia. Mapeando e visitando todos os moradores da localidade, a partir de uma lista com o cadastro de pessoas da companhia elétrica, descobriu uma testemunha que havia esbarrado em um dos pistoleiros, ficando cara a cara com um dos assassinos. Residindo nesse período em uma aldeia indígena, inicialmente a testemunha não desejava cooperar, mas foi convencida por Edinaldo a colaborar. No percurso hodierno, Edinaldo reflete sobre a importância de sua participação na produção das provas que colaboraram para a culminância do júri popular que pretendia apurar os responsáveis e proceder com as punições determinadas, tendo sido esse um dos caminhos trilhados por ele para elaborar o luto das perdas violentas que sofreu.

De igual modo, a narrativa da entrevistada Luzia expressou seu olhar de filha em relação ao luto vivido por sua mãe Geraldina, viúva de João Canuto, e que, anos depois, perdeu também por assassinato os filhos José e Paulo. O relato de Luzia denota a expressão de um estado existencial doloroso confinante após a perda do ente querido, ao se chocar com a realidade:

Não faz muito tempo que ela morreu não, quando ela morreu ela tava muito magrinha e uma coisa assim que incomodava muito ela, o sofrimento de antes né, a perda do meu pai, dos meus irmãos, isso incomodou ela a vida inteira, o que fazia ela superar e reagir é que também nunca desistiu né, minha mãe acompanhou todas as denúncias, tudo o que a gente fazia em prol de ver se apurava o caso ela tava junto, ela nunca abandonou. Ela foi assim... eu costumo dizer que ela foi nosso esteio, depois da morte do meu pai assim... minha mãe não tinha formação, só sabia mal ler e escrever, mas ela tinha uma relação muito boa com os filhos e aí... de visão de mudo também né, ela não proibia a gente de participar da vida política, ela não proibia de participar de nenhuma atividade, pelo contrário, se ela pudesse dá o suporte ela dava, então aqui ela me ajudou criar minhas filhas pra que eu pudesse estudar, pra que eu pudesse militar, ela nunca reclamou” (informação verbal)⁸⁹.

O trecho da entrevista mostra o olhar de Luzia em relação à trajetória de vida de sua mãe, Geraldina Canuto, após o assassinato do marido João Canuto em 1985 e, posteriormente, dos filhos José e Paulo em 1990. A vida da matriarca, após as duas tragédias, seguiu em contínuos enfrentamentos. Em narrativa fílmica realizada antes de sua morte, em 2009, Geraldina discorreu sobre as manifestações do luto trágico pela violência:

⁸⁹ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

Depressão é uma doença muito ruim né? Eu entrei em uma que nem os filho sabia. Só o mais novo que sabia que eu não tava boa da cabeça. Porque, quando eu chegava no local que matou João Canuto, eu ia saindo as vez com uma mixariinha que eu ganhava pra nós fazê uma comprinha na taberninha, quando eu chegava no local que matou João Canuto eu me acabava [gesticulando para demonstrar que as pernas tremiam], e ele [filho mais novo] pegava na minha mão: “mãe o que foi?” “Nada” [ela responde]. Aí eu perdia da minha [casa] aqui. Teve dia de eu andar o dia todinho aqui procurando minha casa e não achava, e eu não tinha coragem de pedir o vizinho, ele mora até hoje aí, “onde é que é minha casa?” tinha um pé de manga e eu parava (informação verbal)⁹⁰.

Imagem 14 – Geraldina Canuto.



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU&t=184s>>

A imagem de Geraldina provém da narrativa filmica, momento que ela discorreu sobre os desafios de manter a família com muito trabalho, no mesmo cenário da morte do marido, lavando roupa para famílias de Rio Maria. Com o auxílio do trabalho dos filhos, foi dando continuidade à vida. Mas o trauma esteve presente no transcurso de sua vida. A cena narrada do comprometimento da orientação espaço-temporal constituiu para ela o significado do adoecimento psíquico, gravado em sua memória sobre os momentos de difícil superação, em que podia contar apenas com as mãos pequeninas do filho naquele momento. Tais vivências de dona Geraldina ficaram aprisionadas em seu corpo. Aos olhos da filha Luzia, o corpo de sua mãe foi memória de dor profunda até findar a vida, assinalando para uma incompletude prolongada vivida por ela após as perdas.

⁹⁰ Informação proveniente do filme “Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça”. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

A precariedade da vida material sem o arrimo da família e a permanência da vida no espaço da morte, região sul e sudeste do Pará, foram o contexto da continuidade da luta por justiça e direitos dos Canuto em Rio Maria. Luzia expõe como a vida de sua mãe foi dividida entre antes e após os atos de violência a que sucumbiram os familiares, firmando-se através do trabalho para cuidar dos sobreviventes que necessitavam de seu apoio, realizando o papel de mãe, pai, avó e cidadã que perseguiu incansavelmente o ideal de justiça social e combate à impunidade.

Imersos nessa realidade, os sobreviventes da violência no campo vivem seus lutos. O estado do luto provoca rompimentos e continuidades da vida que remetem a um processo de “elaboração”⁹¹ da perda (FREUD (1917[1915]); GAGNEBIN, 2009; KHEL, 2009). Marcado por diferentes expressões culturais, o processo de luto não pode ser compreendido como doença pela simples condição de o sujeito estar operando no mundo de modo atípico, como disse Edinaldo, por estar imerso na contemplação de sentimentos em relação ao objeto de amor perdido, ou como expressou Luzia em relação ao visível padecimento do corpo de sua mãe como somatização das dores emocionais. Desse modo, o luto remete a dimensões somáticas, psíquicas, sociais, culturais, ocupacionais, políticas, econômicas, etc., em que a tristeza é uma expressão da vida emocional que “(...) rouba ao sujeito o tempo necessário para superar o abalo e construir novas referências (...)” (KEHL, 2009, p. 31). A completude do trabalho de luto vem com um “lutar” para a diminuição gradativa dos investimentos afetivos excessivos destinados ao objeto de amor desde a perda, como uma sobrecarga da memória e dos afetos na supervalorização das lembranças e sentimentos ligados ao ente querido morto (DORON; PAROT, 1998, p. 758).

No Brasil, os ritos do luto seguem padrões da cultura ocidental, segundo a qual a perda, o sofrimento e as expressões de dor são caracterizadas por mecanismos de retraimento das emoções ao mundo privado do sujeito. A supressão das emoções nos círculos sociais urbanos no fenômeno do luto foi investigada por Koury, através de ampla pesquisa orientada pelo aporte teórico-metodológico da antropologia das emoções no Brasil (KOURY, 2005). Segundo o estudo, nas cidades brasileiras tais rituais tendem a suprimir as emoções de pesar do convívio sociocultural, sentidas como um padrão arcaico no contexto urbano; além disso, o luto foi percebido como fator desencadeante do que o autor chamou de “perda de si”,

⁹¹ Para a psicanálise, a elaboração psíquica está relacionada a “um trabalho do inconsciente próprio do tratamento psicanalítico” (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 174). Diz respeito a um trabalho profundo com os afetos, para transpor uma posição de intenso sofrimento que impede o sujeito de integrar conteúdos afetivos até então dispersos no inconsciente.

referente aos fatores que interferem nas possibilidades de os sujeitos se localizarem nos espaços sociais, inseguros quanto aos seus papéis no mundo após as perdas.

O estudo antropológico do luto busca refletir sobre a relação da sociedade com a morte e com o morrer. Faz parte desse processo de mudança a invenção do modo de produção capitalista, que, ao se consolidar, impulsionou cada vez mais a dissolução das vivências sociais e comunitárias de conflitos, centralizando-as no interior das casas e dos indivíduos, como afirmou Ariès (2013) ao dissertar sobre a supressão do luto das vivências comunitárias, como uma estratégia para a retirada da ideia da morte da realidade, segundo os moldes da cultura ocidental. Koury (2002; 2005) estudou especialmente como a variável da coesão social influencia nos níveis de sofrimento de uma sociedade, sendo que a baixa coesão social produz o crescente aumento da ansiedade e da insegurança da população brasileira no século XX.

Desse modo, na atualidade, patologizar o sofrimento emocional do luto vem junto a restrições das experiências coletivas dos rituais de compartilhamento das dores emocionais que envolvem as perdas, inclinando o sujeito, ou o meio social, a procurar por serviços psicológicos e psiquiátricos como forma de lidar com a dor individualmente, ou seja, como uma dor aprisionada ao indivíduo e que deve ser “tratada” a partir da ciência médica e psicológica. Desse modo, agir com reserva ao sofrer a perda de alguém é um comportamento valorizado socialmente no Brasil urbano. Medicalizar o luto pressupõe a higienização das emoções nas cidades, prática sanitarista que visa também prevenir doenças infectocontagiosas desenvolvidas no contato do cadáver com o ambiente (FREIRE, 2006).

Essa mesma política opera a lógica de assepsia das emoções: uma precaução quanto a contaminar-se com o sofrimento do outro. No lugar das práticas coletivas de apoio ao enlutado, como no caso dos ritos de passagem, velórios, reuniões de amigos e familiares – práticas cada vez mais encurtadas na atualidade – surgem as diretrizes da medicina, a prevalência da dimensão do cuidado com as contaminações oferecidas por um corpo em decomposição em detrimento da dimensão do cuidado emocional com os familiares da pessoa falecida (KOURY, 2002).

No caso em questão, os sujeitos da pesquisa são pessoas que exercem diferentes modalidades de participação em grupos e atividades coletivas na atualidade. Na época do assassinato de seus familiares, dado o caráter das atuações políticas desempenhadas pelos mesmos, todos os membros da família viviam também os atravessamentos de uma vida comunitária, com poucos limites entre a vida individual e coletiva.

Nesse sentido, uma das entrevistadas, Luzia Canuto, hoje professora da educação pública básica em Rio Maria e Xinguará, ao descrever vivências de sua infância, se recordou como a vida da família se desenvolveu a partir da atividade camponesa. Luzia e os irmãos chegaram a andar oito quilômetros por dia para ter acesso à escola, pelo fato de residirem na zona rural. Mesmo com toda dificuldade, essa era a vida que Geraldina, João e os filhos conheciam, a vida no campo. Luzia afirma também que depois da expulsão de sua família da fazenda dos patrões em Rio Maria - através de um incêndio criminoso na casa onde haviam investido força de trabalho e recursos na construção e plantio de roças - com as ameaças de morte, a família passou a viver na cidade.

O olhar atento de Luzia para o passado recorda que na cidade de Rio Maria seu pai João Canuto deu continuidade a uma trajetória de militância política adquirida desde a vida em Goiás, a partir de setores da igreja católica mais atuantes politicamente. Antes do assassinato do pai, em 1985, Luzia já trabalhava na escola. Ocupando hoje o lugar social de professora, ela tem a possibilidade de discutir politicamente as problemáticas sociais com as novas gerações – descendentes das mesmas famílias oligárquicas de outrora – em Rio Maria. Desse modo, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória, a vida comunitária fez parte de sua formação desde o seio familiar, sendo este um elo forte de sua genealogia, algo que ela evoca ao rememorar o pai:

Ele conversava muito com a gente sobre essa questão da luta, as discordâncias dele com o tratamento com os outros, e ele parece que não se preocupava... ele não se preocupava só com a família, se preocupava com a família e se preocupava com os outros, com o pessoal do sindicato, os trabalhadores rurais, então essa relação ela se misturou muito na nossa convivência nos últimos anos com ele, de receber os amigos em casa, de tratar sobre muitas coisas, a gente falar mais em sigilo, então essa era uma relação que com nós ele não tinha segredo (informação verbal)⁹².

Para a família Canuto, os limites entre a vida individual e coletiva eram pequenos. Pensar a realidade a partir de uma perspectiva de direitos coletivos modificou também o modo de vida da família. As ações de João Canuto, como referência dos trabalhadores rurais da cidade, traziam ao bojo de sua família o que colaboraria, mais tarde, para a inserção dos filhos na vida política. Os rascunhos da pesquisa de campo revelam o exercício de compreensão da dura trama vivida por Luzia e seus familiares, onde o primeiro golpe (assassinato de João Canuto) contra a integridade dessa família plantou as condições para o adoecimento psíquico que a narradora desenvolveria posteriormente. O segundo evento traumático aparece provocando severas mudanças na vida dos irmãos e da viúva Geraldina, não apenas na

⁹² Entrevista com Luzia Cauto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

Os caminhos de elaboração seguidos por Luzia foram de superação de tragédias continuadas que deixaram marcas profundas nos envolvidos. A falta da presença dos familiares continua a mover a narradora na vida e nas idas e vindas de emoções que ela já conhece.

A realidade de enfrentamentos vividos pela família Canuto não foi diferente para Maria Joel e os filhos. Os relatos documentais e dos sobreviventes revelam que o pistoleiro responsável pela morte de Dezinho conseguiu entrar facilmente na casa da vítima. Seus familiares abriram as portas da casa e acolheram o pistoleiro, que justificou necessitar da ajuda do sindicalista para proceder com a aposentadoria de sua avó. O pistoleiro se sentou no sofá da casa da família, ao lado de Maria Joel, pediu água e aguardou junto aos filhos e esposa da vítima a chegada do trabalhador, até a hora da efetivação do homicídio do mesmo em frente a sua residência. Os anos de labor político que antecederam a morte de Dezinho, segundo Maria Joel, afetaram o desenvolvimento de seus filhos em muitos aspectos, conforme sua reflexão acerca das tensões entre a vida individual e coletiva:

Muitas vezes eles chegam dizer que, na infância eles não tiveram infância porque, nem todas as crianças brincavam com meus filhos... Porquê? Com medo “olha tu estas aí, o pai dele é ameaçado, pode chegar qualquer hora alguém e matar” então sempre meus filhos não tiveram uma infância assim.... sempre foi recolhido, mais recatados, cuidado e hoje, na juventude deles, hoje de adulto, muitas vezes eles dizem “mãe, nós não vivemos uma vida... nossa vida toda era em torno da luta que foi do pai e hoje esta é a sua luta” mas com todas as dificuldade, teve um que não terminou aquele curso da pedagogia, ne? Ficou devendo matérias, não terminou. E teve outra que fez aquele bacharelado em direito, então concluiu, foi em Goiás. Outra terminou o ensino médio. E a outra, que foi a mais velha, casou e deu seguimento a vida política. Então, aí chega um momento de a gente fazer uma avaliação, o que que mudou em nossa vida? O que é que isso avançou? E termina a gente chegando a uma conclusão, que possa que a nossa vida em termos econômicos não avançou em nada mas tem o outro lado do coletivo, dos trabalhadores. Se a gente olhar tem uma grande renda, pode se dizer assim. Teve uma grande mudança na vida dos trabalhadores, inclusive em Rondon do Pará porque se não tivesse esse assentamentos aqui em Rondon era aquela mesmice de sempre. Acabou a madeira, acabou a carvoaria, agropecuária não dava conta, correu o projeto de agronegócio, da soja, do eucalipto. Então, ia empregar esses trabalhadores como? Então, não ia ter esse trabalho como tem hoje. Então a gente desenvolve um grande projeto que é agricultura familiar, então emprega muita gente (informação verbal)⁹³.

A narrativa expressa como ocorrem as tensões entre a vida individual e coletiva desses sobreviventes da violência no campo, que optaram por permanecer no espaço de conflito que gerou o assassinato. A cena narrada revela como o individual e o coletivo se enlaçam em um movimento de luz e sombra, onde muitas vezes a vida coletiva lança sombra na vida individual, como afirmou Maria Joel em sua reflexão sobre “o que mudou em nossa vida?”.

⁹³ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

Para ela, todas as tribulações da vida individual, os riscos de vida, as limitações da sociabilidade dos filhos, o sofrimento psicológico, a escassez da vida material, dentre outras questões, ganha um outro sentido a partir do olhar para o fortalecimento dos trabalhadores. Para Maria Joel, o saldo da luta por direitos não pode ser medido pelas contas individuais, mas a partir do protagonismo coletivo dos trabalhadores.

Desse modo, os processos de perda por assassinato nos espaços de militância por direitos à terra apresentam circunstâncias diferenciadas em relação às vivências do luto. Um dado relevante é que os massacres de trabalhadores do campo aparecem estampados em fotos de jornais, revistas, documentários, etc., lançados ao julgo da sociedade pelo tema da morte por violência no campo. Por outro lado, a face comunitária do sofrer permite que os sujeitos dividam com os companheiros de luta o choro, a tristeza, a indignação e todo o sofrimento diante do assassinato de seus entes amados. Esta realidade vive Maria Joel, em Rondon do Pará, em meio às reuniões e atividades políticas, organizando nos finais de semana uma feira de agricultores familiares assentados e acampados, tudo acontecendo ali em um prédio bem estruturado para a realidade comum ao movimento sindical da região, quase sempre enfrentando precariedade material. Tudo isso acontecendo ali, em uma cidade ainda dominada pelo poder político daqueles que são acusados de serem mandantes do assassinato de seu marido. Nesse contexto Maria Joel relatou que:

Então meu psicológico ficou muito abalado, eu tive que me entregar naquele momento para Deus e dizer “senhor cuida de mim”. E, por outro lado, eu tive vários companheiros e companheiras que me ampararam na situação de um diálogo, de conversar. E é por isso que, até hoje, eu estou aqui porque a gente fez uma rede de amigos [...] Através da minha pessoa, eu pude trazer outras mulheres para dentro da luta sindical. Então isso é marcante para mim porque eu tive essa humildade de não ficar sozinha e sim de buscar outras e outros, para juntos fazer esse trabalho. Então, para mim, isso marca da minha vida (informação verbal)⁹⁴.

Ao rememorar as circunstâncias que a levaram ao luto, a narradora assinalou que um dos fatores que marcaram a sua memória foi o apoio recebido de outras mulheres e companheiros ao trazer para junto de si a liderança da atividade sindical. Maria Joel ingressou ao sindicato antes da morte do companheiro, em 1994, quando ocupou o cargo de secretária da mulher no STR, sem saber que mais tarde, por uma triste causalidade, se tornaria uma forte expressão política no contexto da luta pela terra na região sul e sudeste do Pará:

Então nas coordenações dos acampamentos não ficou só homem e aí já incluímos também as mulheres, que isso não tinha, antes era só homem. E aí eu passei a dizer

⁹⁴ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

“não, as companheiras também tem que estar do lado dos companheiros”; nas associações as mulheres também viraram presidentes das associações. Então, a gente foi, em cada campo, a gente foi colocando também as mulheres, para mim não estar sozinha na luta, aí sim a gente se fortaleceu (informação verbal)⁹⁵.

A narradora construiu aqui um pensamento sobre como a vivência comunitária marcou sua vida antes e após a morte do companheiro, participando de seu processo de elaboração do luto, empreendendo importantes marcações em sua vida. Outra face do luto comunitário é que ele se constitui como um convite para refletir sobre a morte e o morrer, já que a morte do outro recai como um encontro com a própria morte, no sentido de que o juízo da própria morte só pode ser acessado através da experiência da morte do outro. Por este ângulo o luto confere aos vivos o aporte para suportar a transitoriedade da vida e a incerteza do porvir: o luto sobrepuja a dor de viver (ARIÈS, 2000; FREUD [1914-1916], 2010; MORRIM, 1976).

Seguindo as teorizações sobre o luto, tem-se que o retorno à vida e ao cotidiano é caracterizado pela diminuição das atividades mnemônicas e afetivas do sujeito em direção ao objeto de amor perdido, como as supervalorizações das lembranças, vivências e sentimentos que compuseram as relações com o ente perdido (FREUD [1914-1916] 2010). Essa diminuição gradativa da destinação da energia psíquica para a finalidade do trabalho de luto aponta para a compreensão de que o sujeito está novamente disposto a investir energia em outras relações. Esse desligamento dos elos libidinais com o objeto é realizado paulatinamente na medida da elaboração psíquica da perda, como expressou Maria Joel:

Para falar lhe a verdade, na época o Lula era presidente da República, até a audiência com o Lula, eu estive junto com o grupo de artistas. Fiz viagem para fora do Brasil para contar minha história, para pedir ajuda, até com a secretaria da ONU, na época, eu conversei. Não foi fácil. E aí foi várias ameaças para mim. A partir do momento que eu não me posicionei mais como viúva do Dezinho que ficou... que ficou quietinha, ou foi embora, então a partir desse comportamento que eu tive de denunciar, de querer justiça então foi diferente o caso para mim. Aí as ameaças que eram do Dezinho então já virou as ameaças pra mim. Então aqui, dentro desse sindicato, por duas vezes vim pessoas para me matar. Não me matou porque Deus é grandioso na minha vida e eu tinha pessoas junto comigo (informação verbal)⁹⁶.

Essa passagem para uma postura ativa marcou, para ela, o retorno à vida em meio às adversidades e conflitos, onde a dor da perda foi atenuada pelo apoio encontrado comunitariamente na continuidade da luta por direitos. Por esse lado, podemos afirmar que o luto foi assim simbolizado. Segundo Maria Joel Dias da Costa, a fé em Deus, a rede de

⁹⁵ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

⁹⁶ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

amigos, os apoiadores institucionais não governamentais e o desejo de continuar o trabalho do companheiro assassinado foram fundamentais para dar continuidade à vida.

Esses laços sociais são apontados por Koury como fundamentais na vivência social do luto, algo que na atualidade tem dado lugar ao isolamento do sujeito face ao sofrimento individualizado (FREIRE, 2006; NEVES; DAMO, 2016). Tais reflexões maturadas pelo autor nos remetem a pensar que nesses espaços comunitários de vida operam algumas noções de rompimento com algumas tendências predominantes no Brasil em relação ao luto. A valorização dos laços comunitários como apoio fundamental, incluindo os rituais de passagem, dentre outros, fortalece a coesão social e o compartilhar do sofrimento emocional, dando lugar a práticas coletivas de cuidado. Após as perdas por assassinato, a vida comunitária aparece como um apoio fundamental para que os familiares das vítimas de violência no campo pudessem continuar e seguir elaborando seus lutos; o laço social também é a força que mobilizou o retorno das famílias à luta por justiça e por direitos em sentido mais amplo.

4.2 DO LUTO À LUTA

Os processos de perda por assassinato levam ao jogo das vivências do “luto” e da “luta”, reivindicando uma análise dos dois processos. A reflexão teórica, a princípio, parece sugerir sentidos que definem movimentos distintos. Enquanto no “luto” haveria uma acomodação de forças para o íntimo do sujeito, a “luta” pressupõe a disposição de energia para fora dele. Assim, o sujeito que sofre a perda sente o mundo com doloroso estranhamento. Tais discussões esclarecem o luto como um processo de durabilidade variada e elaborações distintas, de acordo com o contexto de vida da pessoa enlutada (FREUD (1917[1915])).

O termo “luto” deriva do latim “luctu”, definido como a expressão dos sentimentos de dor pela morte de alguém (FERREIRA, 2009). Na simbologia, enlutar-se se refere a uma diversidade de práticas, desde a vestimenta que caracteriza o estado de luto, assumindo cores variadas de acordo com as distintas referências culturais, até outras formas de expressão, como o corte de cabelo, a prática do silêncio, dentre outros, como prenúncio do “[...] desejo de identificação com o morto, aproximação ao mundo dos mortos [...]” (LURKER, 2003, p. 402), onde o trabalho do luto revelaria, do ponto de vista psicanalítico, um morrer do ser junto a morte do objeto amado.

A palavra “luto” caracteriza o primeiro tempo verbal do verbo “lutar”, designando uma ação no presente do indicativo. O termo “luta” é também originário do latim “lucta” e

apresenta definição relacionada a “esforço” entre corpos que empreendem forças contrárias. A semântica de “luta” abrange também seu lugar para definir o antagonismo entre forças sociais em disputa, como “pugna”. Dentre outros sentidos, pode significar um esforço esportivo (FERREIRA, 2009). O dicionário de símbolos define “luta” como pertencente às práticas potencializadoras de energia em cerimônias e consagrações ligadas aos ciclos de colheita, ou como forma de evocação da ordem sobre o caos. Segundo essa concepção da simbologia, a luta carrega de poder o vencedor (CHEVALIER; GUEERBRANT, 2008).

Trazendo a questão do luto ao contexto da violência no campo, camponeses e camponesas, ao terem familiares assassinados, ao mesmo tempo em que lidam com a experiência da morte da pessoa com a qual estabeleciam um investimento afetivo, lidam também com a continuidade da vida no “campo de batalha” que é a luta pela terra em um país onde predominam as desigualdades, a impunidade, as formas de dominação e manutenção da violência sistêmica e simbólica (ZIZEK, 2009). Dessa forma, as famílias se veem diante de uma nova realidade: prover a sustentabilidade material dos sobreviventes, e lidar com o sofrimento provocado pela violência e pela falta do familiar. A esse respeito Maria Joel expressou:

Quando eu fui convidada, isso após a morte dele, isso de 2001 para 2002, eu fui convidada para assumir o sindicato porque estava terminando um mandato de um companheiro que estava aqui e aí os trabalhadores estavam insatisfeitos com o trabalho dele e aí disseram para mim “dona Joelma, você é a pessoa que vai dar continuidade no trabalho do Dezinho”. Naquele momento, para mim... Eu fiquei sem chão, porque eu ainda estava sofrendo muito com a morte de meu esposo, muita ameaça, era muitos problemas e não fui embora de Rondon de Pará e onde a gente conviveu e viveu as ameaças “Você após a morte de seu marido, você permanecer” então isso era muito difícil. Meus filhos todos pequenos. Então eu disse “não, isso não vai dar certo”. Assumir o sindicato, fazer parte da diretoria é uma coisa, eu era secretária de mulher, agora assumir o sindicato como presidente, não vai dar certo porque não existia mulher na frente de sindicato. Já pensou a viúva de um sindicalista ser presidente do sindicato? Então isso era muito difícil para mim. E meus filhos, mesmo pequenos, mas já entendiam da situação e falaram “não mãe, a senhora não vai. Nós já perdemos nosso pai, nós não quer lhe perder, se a senhora ir a senhora vai morrer” (informação verbal)⁹⁷

Para Maria Joel, a completude do luto procedeu com a retomada da luta ao assumir o lugar do companheiro assassinado. Para os filhos surgiu a angústia de ver a mãe no mesmo lugar ocupado pelo pai, com riscos, ameaças e amplas possibilidades de concretização da morte. Mesmo com o medo recaindo sobre todos os membros da família, a viúva seguiu o caminho mais difícil para não deixar morrer a memória do companheiro. A retomada da luta aparece como um sentido elaborado que possibilitou a Maria Joel a continuidade da vida. Ao

⁹⁷ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

Diante dessa perspectiva apresentada pela narradora Maria Joel, o trabalho de seu companheiro não poderia acabar, para ela isso corresponderia à morte da memória de Dezinho. O triunfo do fazendeiro, aniquilar as forças resistentes à dominação, só estaria completo com a desmobilização da organização dos trabalhadores e do avanço das lutas para democratização da terra. Dessa forma, ela assumiu o lugar do marido morto.

Essa realidade também fez com que Maria Joel, por toda uma vida seguinte, vivesse no espaço da memória em constante rememoração. Se o cultivo das lembranças no luto ocorre em momentos diferentes, desde o culto ao túmulo aos espaços de rememoração no interior das casas, no caso de Maria Joel esse seria um culto permanente em sua vida, o da memória de Dezinho. No sindicato, “nessa casa” (expressão utilizada por Maria Joel para designar o sindicato de Rondon do Pará) ela passou a estar à frente do sonho do marido, um sonho que não era só dele, mas de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Como a memória dos ideais do marido morto sobreviveu nas conquistas dos trabalhadores, a viúva se envolver nessa luta também corresponde a estar viva em um sentimento de realização daquilo que o marido sonhava e lutava, o que, de algum modo, tornaria ele vivo, ou, ao menos haveria um sentimento positivo em relação a tudo isso.

Logo, a vida da sobrevivente Maria Joel é cheia da presença do companheiro, a “presença de uma ausência”, caracterizou Gagnebin (2009) ao discutir o estudo da memória para análise da história, referindo-se à memória como um jogo entre presença e ausência do objeto. Maria Joel se tornou a presença da memória de Dezinho, através de um trabalho que ela não manteve sozinha, mas, segundo a perspectiva de Halbwachs (1990), através do laço entre as memórias dos trabalhadores na formação da memória coletiva.

Dessa forma, os posseiros que precederam o movimento de camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares, são elos da memória social da luta pela terra em Rondon do Pará. Essa realidade foi enfaticamente expressa na pesquisa de campo em um encontro dos aposentados e pensionistas rurais em Rondon do Pará, ao final do ano de 2018. Ao confraternizarem-se nas proximidades do Natal, idosos e seus descendentes brindavam a luta pela terra, as conquistas, os avanços, os desafios, ao passo que durante o encontro escutavam as músicas preferidas do sindicalista Dezinho, vez ou outra escapando uma rememoração espontânea dos presentes a respeito da “vida vivida” ao lado do trabalhador assassinado.

Os trabalhadores e trabalhadoras em Rondon do Pará, ao contarem passagens da história do grupo, deixavam escapar também a emoção e o choro, em uma celebração da memória, movimento que Maria Joel acompanhou de forma cuidadosa e acolhedora. Nota-se

que nesse campo, diferente dos momentos das entrevistas, foi possível observar o movimento da memória de Joel e do grupo acontecendo ali e de uma forma diferente daquela elaboração permitida pela via da narração individual dada na entrevista. Se Maria Joel, durante as etapas de entrevistas narrou suas memórias, nos transmitindo a experiência da vivência de perda do marido sindicalista por assassinato, expressas nas elaborações do luto com produção de sentidos para a retomada da luta, na referida vivência de confraternização do sindicato foi perceptível a observação do jogo da memória e afeto através da perspectiva coletiva, sem perder o alcance das memórias da narradora em articulação com seu grupo.

Se em outros momentos de dor profunda Maria Joel escolheu permanecer no espaço da morte assumindo o lugar do marido morto e materializando os sonhos dele – Rondon do Pará, em meio a ameaças, tentativas de assassinato e submetida a outras práticas de violência psicológica – no presente, Maria Joel demonstrou estar em harmonia com suas memórias e com a saudade de seu companheiro Dezinho, naquele espaço onde ele permaneceu na memória de cada um, o sindicato. Ao se ver em um encontro da memória de idosos, marcado especialmente pelas rememorações da luta daquele sindicato em específico, Maria Joel acolheu as lembranças do grupo, momento em que pôde lidar com a emotividade de maneira suave. Ao dizer o sentimento que lhe emergiu naquela vivência ela disse: “estou em paz” (informação verbal)⁹⁸.

Em relação à rememoração, para Edinaldo, redimir a memória de seus pais através da busca pela efetivação da justiça, se constituiu como fonte fundamental para manter acesa a chama da vida e a continuidade de sua própria existência. Aprender a criar estratégias de sobrevivência em um cenário de injustiça, escassez de recursos e continuidade das ameaças, foi algo norteador da vida após o assassinato de seus pais e irmão:

Então, toda a família passou a sofrer... todos, todos, todos. Mas assim, em mim a situação vinha mais quando, vamos dizer assim, que eu não ia ter justiça, que não ia ter aquilo. Teve um dia que para mim ir na delegacia fazer... levar umas informações... nesse dia eu me senti muito para baixo, caiu um pedaço de fio e, nesse pedaço de fio, como eu sou eletricitista, eu cortei um pedaço do fio que caiu e vendi e deu, parece que na época era um real e oitenta centavos, e a passagem parece que era 1,50 na época, e aí eu peguei, fui no ferro véi e vendi, que era onde compravam alumínio e cobre e paguei minha passagem. Foi com esse dinheiro que eu peguei para mim ir na delegacia para levar uma informação, que era para o delegado Dr. Silvio Maués, que na época era o superintendente da polícia aqui em Marabá. E aí assim, toda essa situação que nós passamos a levar e de sofrimento, de se erguer novamente, aquela força que nós não tínhamos assim.... e nós fomos buscando (informação verbal)⁹⁹.

⁹⁸ Informação verbal proveniente de anotações realizadas durante a pesquisa de campo, em um evento realizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará para confraternização de trabalhadores e trabalhadoras rurais aposentados, aposentadas e pensionistas, na data de 19 de dezembro de 2018.

⁹⁹ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

O trecho da entrevista descreveu a lembrança que, ao ser exposta, transmitiu a mim não apenas o conteúdo do enunciado, qual seja, a desmotivação intensa, a angústia, a falta de dinheiro, a necessidade de se deslocar para ir à delegacia resolver questões da denúncia do assassinato dos familiares – o longo percurso de fazer funcionar a justiça dos homens – junto a toda a realidade de escassez produzida pelos rompimentos ocasionados pela chacina. Aquela tristeza que ele desejara descrever, fez-se presente. Senti o peso daquele dia cinza: “nesse dia eu me senti muito para baixo”. A lembrança acessada pelo narrador transbordou a cena e essa frase ressoou em mim com toda força com que memória afetiva do entrevistado veio à tona.

O exame das mudanças de humor inerentes a essa cena da entrevista ocorreu tanto no momento em que a entrevista transcorria, quanto no momento em que retornei a ela para análise dos dados. Aquele espaço intersubjetivo, criado a partir desse ponto da entrevista, me inquietou. Obviamente que a pura descrição do contexto ao qual o informante buscou descrever seria capaz de sensibilizar o ouvinte da narrativa naquele momento. Porém, apenas depois pude apreender melhor a questão. Se tratava dos processos de minha própria memória, sensíveis às estimulações da cena hodierna da entrevista. Vieram-me lembranças de meu contato prévio com Edinaldo, por volta do ano de 2005, ocasião em que Edinaldo e família foram retirados de Marabá pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas (PROVITA) sob grave ameaça de morte por estar estimulando as investigações da justiça quanto ao caso da chacina que envolveu a morte de seus entes queridos.

Revisitando essas cenas de minhas memórias do caso, recordei que na época da inserção do usuário no PROVITA, a família do pesquisado estava vivendo em extrema vulnerabilidade social, algo constatado em nosso contato com a família. Além dos aspectos de saúde de todos, aos quais tiveram assistência a partir da entrada no programa, marcaram minha memória o aspecto assustado e ao mesmo tempo acelerado do rapaz que de uma só vez perdeu para a pistolagem o pai, a mãe e o irmão de 15 anos. Após esse primeiro encontro, a família passou a estar aos cuidados do programa de proteção a testemunhas. Foram reinstalados em outra cidade, mantendo distância de onde tramitava o processo judicial.

Retornando ao meu estranhamento, sentido a partir das mudanças de humor instaladas na cena de imersão do narrador em suas lembranças de “um dia cinza”, percebi que aquela narrativa sobre o dia em que ele vendeu um pedaço de fio elétrico caído na rua para comprar uma passagem de ônibus até a delegacia – tamanha a precarização de sua vida material, certamente menor que seu ímpeto de busca de justiça em relação ao assassinato de sua família – havia acionado minha memória do caso construída a partir do meu contato com o narrador

anterior ao mestrado, treze anos antes do momento atual. Minha memória individual¹⁰⁰, ao ser acessada à medida que escutava a narração de Edinaldo, me trouxe a cena de tristeza, angústia e desmotivação que ele buscou expressar. Tais percepções afetuosas do momento presente também foram perceptíveis no atendimento da família no ano de 2005. Desse modo, afeto e memória transbordaram a cena da entrevista, ao passo que, ao sentir, recuperei a imagem do desamparo dos filhos do narrador, quando retirados da cidade de Marabá sob ameaça no ano de 2005, período em que participei da intervenção junto a SDDH.

Tais questões contribuíram para nossa compreensão de que as elaborações do luto compõem a historicidade da violência no campo, o que indica que esse fenômeno pode ser também compreendido a partir dos afetos dos sobreviventes. Edinaldo, imerso em suas lembranças, acessou sentimentos que atravessaram a rememoração de períodos marcantes e difíceis de sua vida, trazendo ao presente reflexões que o permitiram compendiar aprendizados que lhe permitiram lançar um olhar crítico para a realidade da violência no campo na luta pela terra. Ao mesmo tempo, ao transmitir sua experiência por meio de narrativas que compõem a memória social, lançou mão de um conjunto de situações que envolvem a realidade conflitante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em luta pela terra. Como na cena descrita por Edinaldo apanhando o pedaço de fio elétrico caído na rua, o narrador é aquele que conta a história de seu tempo a partir dos cacos catados por entre as ruas e ruínas de seu meio. Assim, a memória social é transmitida pelo narrador através da recomposição dos rejeitos sociais.

Desse modo, a narração permite intercambiar experiências carregadas de sentido do passado em relação ao tempo presente, sendo a memória social construída a partir dos vários elementos das experiências coletivas dessa realidade. Através da narração, as relações que se exercem nesse recorte do território amazônico brasileiro, as experiências da violência no campo na luta pela terra, ao serem narradas a partir da perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras, são mais que informações circunstanciadas a uma sociedade capitalista dividida em classes através da exploração de trabalhadores expropriados em um mundo de recursos abundantes, mas, destinados ao serviço da propriedade privada de uma minoria de ricos. Mais que isso, narrar a experiência provinda desses espaços de resistência permite pensar a realidade em um exercício entre a perspectiva individual e coletiva. Sobre esse aspecto de

¹⁰⁰ Refiro-me ao movimento da minha memória, que, ao escutar o narrador naquele momento da entrevista, percebendo a mudança de humor que se instalou no espaço de narração, algo como a tristeza e desesperança expressa por ele, me fez recordar meu primeiro encontro com o narrador ao ingressar no programa de proteção a vítimas e testemunhas. Essa memória veio carregada de afetos relacionados a como me senti diante da condição de desamparo (socioeconômico, psicológico, afetivo) daquela família ao ser retirada de Marabá.

análise, o narrador Edinaldo recobra um momento que vivenciou junto a seu pai, algo que lhe marcou, que transmite a passagem de uma vivência para a experiência, do sofrimento e humilhação para uma consciência que alimentou a luta política empreendida por ele até os dias atuais:

Eu me lembro de uma situação, que isso me chateou muito na época, me entristeceu, eu já depois de grande, ele pegou um serviço para fazer, um roço de juquirá. Era na época o que hoje chamam de trabalho escravo e ele pegou esse roço de juquirá e, no meio desse roço de juquirá ficou uma moita com uma caixa de marimbondi, que a gente chama de marimbondi mangagi, que é um marimbondi muito grande, um marimbondi muito perigoso e ele deixou essa moita de mato porque ele não conseguiu. Nesse dia ele chegou em casa todo esporado do marimbondi e o fazendeiro disse para ele que pagava só se ele derrubasse a moita. E aí, nesse dia, não tínhamos nada pra nós comer... nesse dia não tinha nada para nós comer. E aí, me lembro que fui eu e mais dois irmãos e eles... pegou uma calça velha, uma roupa velha lá, rasgou, comprou... O dinheiro da gasolina, na época, parece que foi... vamos dizer que hoje fosse três reais de gasolina... ele comprou a gasolina e ele foi tocar fogo, tocou fogo na casa do maribondi, chegou todo esporado de maribondi. Mas depois que ele tocou fogo o fazendeiro pagou. Inclusive eu coloquei isso como uma aula em minha vida de questão de fazendeiro (informação verbal)¹⁰¹.

O pai de Edinaldo, o sr. José Pinheiro Lima, assassinado junto ao filho Samuel de 15 anos e da esposa Cleonice Campos Lima, conheceu o labor de trabalhar para fazendeiros da região, submetido a tratamentos indignos para alimentar os filhos e seguir em frente com sua família, como referiu Edinaldo. Anos mais tarde, exercendo o papel de liderança sindicalizada a frente de uma ocupação de terras públicas, após ameaças, que não lhe fizeram sucumbir à desmobilização da luta pela terra, sofreu a ação violenta da pistolagem em um acontecimento que ficou conhecido como a “Chacina de Morada Nova”.

É importante ressaltar como a violência subjetiva e visível produz a indignação da sociedade, como ocorreu no caso da “Chacina de Morada Nova”. A notícia propagada em jornais denunciou a bárbara violência que chocou a cidade de Marabá e o país. Porém, Zizek (2016) nos alerta quanto ao fato da violência sistêmica, resultante dos processos econômicos e políticos, não ser de igual modo impactante para a sociedade. Quando se trata de analisar o modo de produção econômico capitalista, gerador de uma violência imperceptível, como as desigualdades sociais, a dominação dos ricos sobre os pobres, das ações de exclusão e exploração de pessoas, não somos afetados da mesma forma. E é justamente contra a violência do sistema econômico e político que os familiares dos sujeitos dessa pesquisa lutavam.

¹⁰¹ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

Nesse sentido, a memória do vespeiro, narrada por Edinaldo, aparece como uma cena de tristeza, humilhação e sofrimento enfrentado por seu pai para garantir o alimento do dia para a família. Tais vivências figuraram para o narrador como um “aprendizado sobre fazendeiro”, sendo, para ele, um conhecimento sobre essa categoria em um mundo pautado pela divisão e exploração de classes. A cena exposta por Edinaldo apresenta a questão de como as relações de exploração feriram mais que as picadas das vespas, ao passo que as picadas se tornaram um aprendizado tatuado em seu corpo emocional, que, ao serem lembradas e narradas, articulam memória e emoção para a análise das questões sociopolíticas que cercam o narrador em seu tempo e a partir de sua experiência. A experiência e a narração, no sentido Benjaminiano, pressupõem uma troca, uma correspondência entre quem narra e quem escuta. Essa capacidade de transmissão da experiência é alargada nas relações comunitárias, como expressa por Edinaldo. Algo diminuído na modernidade pelo avanço das relações individualizadas em que não há uma aproximação para intercâmbio das distintas experiências possíveis a partir da vida social.

Cabe ressaltar outro aspecto da narração e da informação a partir da compreensão Benjaminiana. A informação seria desprovida da experiência do relato e só apresenta o devido grau de importância se vinculada aos fatores de preponderância factual extraordinária. A verdade factual falha em experiência. As informações circulam em larga abrangência, como a referida enxurrada de livros sobre a primeira guerra mundial mencionada por Benjamin (2016), constituindo meras informações não atravessadas pela experiência do relato dos combatentes que voltaram emudecidos da guerra.

Essa reflexão nos provoca a refletir sobre as inúmeras informações difundidas ao longo da história de ocupação da Amazônia, anunciando as tensões e conflitos estabelecidos no território sul e sudeste paraense. Marabá, Rondon, Rio Maria e São João, espaços da pesquisa de campo, foram cidades erguidas através do confronto entre os diversos atores sociais em disputa, entre as tensões em meio ao rural e ao urbano. No entanto, não sabemos qual é o olhar da sociedade urbana e rural mais amplo para as informações circulantes fadadas à pobreza da experiência.

Para elucidar a questão da diferença entre “informação” e “experiência”, segundo Benjamin, trago um relato de um dos sujeitos da pesquisa, sobre como a pobreza da experiência afeta a existência das vítimas de violência, caso os episódios de violência sejam transformados em “mera informação”. Ao final do mês de janeiro de 2019, circulou na cidade de Marabá a notícia: “mandante da morte de oito agricultores em Marabá é preso a pedido da

comissão internacional de direitos humanos”¹⁰². Segundo o jornal, após julgamento no ano de 2006, o condenado a 152 anos de prisão, José Edmundo Ortiz Vergolino, chegou a cumprir pena no presídio de Marabá, seguida de prisão domiciliar decretada algum tempo após o julgamento. Posteriormente, foi concedida a liberdade provisória e em 2017 um novo mandado de prisão foi decretado pela segunda vara do Tribunal do Júri da Capital.

Ao se dar conta da notícia da nova prisão do condenado pelo Estado Brasileiro pela morte de seu pai e dos demais trabalhadores, Carlito, um dos narradores da pesquisa, afirmou que em novembro de 2018, estando ele em uma oficina de um amigo localizada na Velha Marabá, se chocou com a imagem de José Edmundo Ortiz Vergolino passando em frente a oficina. Carlito ficou atento ao fato de que, ao passar, Edmundo havia cumprimentado o dono da oficina; diante disso, Carlito perguntou ao seu interlocutor (dono da oficina): “você o conhece?”. Esse lhe respondeu, naturalmente e sem espanto que sim, conhecia o Edmundo. Carlito, impactado pela cena, não desejou falar nada sobre as motivações de sua pergunta. Calou e guardou consigo os pensamentos e sentimentos diante da maior prova de impunidade com que poderia ter se deparado nos últimos tempos.

Portanto, pela perspectiva benjaminiana, as informações que circulam no território, sem a força da experiência do relato, são transformadas em nada pouco depois de existirem. Isto chama a atenção para a atitude do narrador ao perguntar: “você o conhece?”, tentando assim confirmar que algum tipo de cordialidade casual poderia estar ocorrendo ali; ao contrário, percebeu que aquele homem que circulava livremente no território, após anos de tramitação judicial, estava transitando em espaços sociais comuns ao narrador, passava despercebido em meio a grande população que ignorava o significado da soltura do agressor.

Seguindo a perspectiva benjaminiana, a narração é mais que a descrição fiel dos acontecimentos históricos, é um espaço para transmissão da experiência. A narração estimula o compartilhamento dos diversos saberes coletivos e práticas sociais. Voltando à frase do narrador no relato anterior: “você o conhece?” Essa pergunta representa sua indagação a respeito do sentido de justiça circulante no território, quando a experiência ativa é a da impunidade do Estado.

O episódio descrito por Carlito reafirma a importância de pesquisas que estimulem a circulação da experiência dos sobreviventes da violência no campo. Essa é uma das tarefas da memória social, fazer emergir a voz dos silenciados, daqueles que lutam contra a denegação. Conhecer a memória dos familiares sobreviventes de chacinas no campo, não como forma de

¹⁰² Notícia disponível em: <<http://www.ver-o-fato.com.br/2019/01/mandante-da-morte-de-8-agricultores-em.html>

ascender o lamento passivo dos narradores em suas vivências de dor profunda, mas como forma de conhecer como se dá a experiência transformadora de reconhecer a própria memória integrada aos processos de transformação da sociedade.

4.3 DOR, TRAUMA E SOFRIMENTO

“Eu entendo tudo meu filho, de sofrimento eu entendo tudo, mas nunca esmoreci não...” (GERALDINA, 2010)¹⁰³

Como foi ressaltado preliminarmente, o luto e suas vicissitudes não são um processo patológico. Conforme os estudos antropológicos da atualidade, o sofrimento no luto tem sido tratado à luz da medicina, sendo uma marca de nosso tempo a medicalização da dor, como resultado da baixa coesão social observada nas vivências no luto hoje. Nesse interim, ressaltamos a importante sinalização de Freud para as diferenças entre os processos do luto e da melancolia. Somente os contextos que envolvem disposições da história de vida do sujeito, preexistentes ao luto, levariam ao adoecimento psíquico no luto, devido aos conflitos e ambivalências relacionadas à perda do objeto, ou seja, a perda da pessoa amada (ZIMERMAN, 2008). Poderíamos afirmar que, nesse caso, haveria uma falha no desligamento dos elos libidinais do enlutado com o objeto perdido.

No luto que segue um percurso patológico, o sujeito internaliza conflitos inerentes à perda da pessoa amada (CAVALCANTI, ZUK; BONFIM, 2013). Assim, a elaboração é barrada, comprometendo gravemente o retorno a uma vida adaptada, com funcionalidades definidas, além de outras consequências, como a falta de interesse em viver. Ocorre que na melancolia, “(...) não podemos, porém, ver claramente o que foi perdido, sendo de todo razoável supor que também o paciente não pode conscientemente perceber o que perdeu” (FREUD [1915-1917], 2006, p. 251).

Nesse aspecto do sofrimento profundo no luto, destacamos um trecho da entrevista do narrador Edinaldo:

De tudo isso que aconteceu hoje eu me sinto vencedor, eu me sinto muito vencedor. Eu to contando aqui um pequeno contexto de tudo o que aconteceu. Hoje quando eu olho para mim, no caso, dos meus irmãos que, de tudo o que aconteceu, uma coisa ficou em nós... tipo assim “ah, meu pai faleceu” aquilo não é um baque para mim, “ah, minha irmã ela morreu, eu to sofrendo” aquilo não é um baque mais para nós, porque, a tragédia que nós passemos... tipo assim, se tu morrer um filho ou um irmão, é pequeno pro que nós passemos. Então aquilo, querendo ou não é uma tragédia, é. Mas aquilo endureceu até nós em receber uma tragédia...

¹⁰³ Informação proveniente do filme “Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça”. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

tipo assim “não, nós já passamos por coisa pior”. Então, não é uma coisa menor que vai abalar nós (informação verbal)¹⁰⁴.

Tal narrativa indica um sentido apontado pelo sujeito: a perda da capacidade de sentir novamente “a pior das dores”, algo como uma “imunidade” emocional desenvolvida pelo entrevistado, refletida por ele como um ganho, um avanço que o permitiu estar mais “forte” para os “baques” da vida. Esse trecho da narrativa remete a questionamentos bem inquietantes. Do ponto de vista das teorias do trauma, a que processo estaria vinculada a incapacidade de sofrer expressa pelo narrador?

As discussões do trauma e da memória são analisadas por Rouanet (1981), em leituras que remontam a Benjamin e Freud. Para Rouanet, no trauma, o psiquismo age através de mecanismos de defesa, mobilizando grande quantidade de energia direcionada à angústia para completar o recalque¹⁰⁵. Segundo Rouanet, esse processo de perda de energia psíquica direcionada pelo recalque é visto por Walter Benjamin como a causa da atrofia da memória e da experiência, como observado por ele nas expressões dos soldados combatentes sobreviventes das guerras.

Em Freud é constatada uma diferença na compreensão das questões do trauma. Para ele o recalque atua de forma a proteger o sujeito de novas experiências traumáticas; segundo ele, as primeiras experiências de trauma ocorrem na vida infantil. Essa memória, que Freud chama de “resíduos mnêmicos da experiência” (FREUD [1915-1916], 2006, apud ROUANET, 1981, p. 79), direciona o sujeito a buscar sentidos relacionados a ela ao longo da vida. Assim, o trauma original da infância continua ativo no inconsciente e os novos episódios traumáticos adquiridos ao longo da vida acionam a memória traumática original sob a forma de reminiscência, sentida como uma impressão do trauma original.

Por sua vez, as reminiscências ativam mecanismos de proteção contra o sofrimento do ego, transversalizando as percepções dos sujeitos da realidade. Uma primeira resultante disso é que o sujeito deixa de perceber o mundo externo tal como ele se apresenta. Assim, a memória passada e a atual se complementam na percepção da realidade hodierna. Por outro lado, afirmou Rouanet, essa via também condiciona o sujeito a conseguir gerir a vida pulsional, compreendidas como uma proteção contra o sofrimento.

A partir da teorização psicanalítica sobre os mecanismos psíquicos que agem sobre a dor profunda, concluímos que as memórias traumáticas não são neutralizadas no inconsciente,

¹⁰⁴ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

¹⁰⁵ Segundo Roudinesco; Plon (1997), o trabalho do recalque consiste em lidar com os representantes das pulsões que estão ativos no inconsciente. O material recalcado fica no inconsciente, porém, em comunicação com a instância consciente do sujeito.

mas ativadas ao longo do transcurso da vida, em mecanismos que atravessam a percepção da realidade. Dessa forma, a questão colocada por Edinaldo, sobre a impossibilidade de sofrer ao ser impactado pela cena da dor, sinaliza não o empobrecimento de sua memória, como afirmou Rouanet sobre a compreensão benjaminiana da relação entre trauma e memória, ao contrário disso, a narrativa aponta para a existência da abundância das memórias inconscientes do narrador, que ele carrega e que atuam em sua vida na percepção da realidade. Uma implicação disso é a permanência que ele afirma manter em espaços de contextos dolorosos, que recriam a cena traumática¹⁰⁶, pois, por ter se munido da incapacidade de sofrer, sente bem-estar em consolar pessoas que passam por sofrimentos graves. Sobre isso ele narrou:

Uma coisa eu não posso negar, eu tirei muita experiência depois de tudo isso que aconteceu. Questão de acontecer uma tragédia com alguém, eu chegar lá, dar a palavra, eu chegar lá e poder sofrer junto com aquela pessoa ali, dar uma palavra de ânimo. Tudo isso eu ganhei, eu consegui ter experiência e, o mais de tudo, é que hoje nós somos feliz, vamos dizer assim, né? (informação verbal)¹⁰⁷

Essas duas questões sugerem a via que Edinaldo destinou à dor profunda: ao mesmo tempo em que se sente resguardado da dor, por uma espécie de mecanismo de proteção psíquica, algo como uma “blindagem emocional” desenvolvida após as perdas, afirmadas por Edinaldo como um aspecto consciente de seu ser hoje, por outro lado, não se afasta daquilo que um dia o fez sofrer, pois, através de oferecer sua “palavra” – e não sua escuta – a outros que também sofreram pela experiência da dor emocional profunda. Edinaldo percebe uma satisfação no artifício de consolar, pois é algo que o torna feliz.

Em ambas as situações colocadas observa-se os contornos do trabalho da memória. Ao passo que o narrador afasta o sofrimento de dentro de si e, ao mesmo tempo, busca-o no meio externo, local onde se torna possível elaborar a dor pela via da palavra de consolo que oferece ao outro que sofre. Nesse sentido, parece correta a recomendação Freudiana de que através da linguagem falada ocorra um processo de rearranjo associativo da reminiscência a que está vinculado o afeto patogênico do trauma, ocasionando a neutralização da angústia e consequente bem-estar do sujeito.

A pesquisa também revelou outros mecanismos de proteção empreendidos pelos sujeitos pesquisados com a finalidade de lidar com os perigos oferecidos pelo meio externo

¹⁰⁶ Neste caso a cena referida é a que ele descreveu como “o bolo de aniversário” recebido por ele: a mãe, o pai e o irmão de 15 anos assassinados brutalmente.

¹⁰⁷ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

após as experiências com a violência, visando, ao mesmo tempo, a preservação da integridade do sujeito. A esse respeito interessa a narrativa da sra. Maria Joel:

O que eu enfrentei aqui... eu tive que criar um... não sei meu Deus se essa é a palavra... uma muralha mesmo, “epa vem até aqui, topa, não vem mais não” tem que olhar para mim, tem que me respeitar porque isso foi, eu tive que me fazer isso de forte, não é porque eu sou forte, mas eu tive que fazer isso para dizer, “não, vai com calma” foi o meio que eu achei (informação verbal)¹⁰⁸.

Para discorrer sobre essa “muralha” da qual fala a entrevistada Maria Joel, é necessário realizar um retorno ao contexto da pesquisa de campo, para dar substância à análise do fragmento da entrevista descrito acima. Retornando às anotações sobre as primeiras abordagens para a entrevista com Maria Joel, dei conta de um certo desconforto de minha parte para aproximação com a mesma. Não sabia ao certo o motivo de tal incômodo, pelo qual me vi invadida. Tenho pistas de que, todo o meu contato anterior a entrevista, realizado apenas por meio da leitura do processo, assim como o acompanhamento de outras fontes documentais audiovisuais sobre o caso, pareciam ter me tocado profundamente em relação à responsabilidade ética da pesquisa com as emoções de pessoas tão feridas pela vida.

Além de todo esse contexto, senti o aspecto da “muralha” erguida pela pesquisada como um fator determinante para os passos seguintes. Era necessário reconhecer que existiam limites e que estes deveriam ser respeitados. Remexer na dor me incomodava. Sobre esse aspecto, me recordei da resposta da sra. Maria Joel ao meu pedido de entrevista, no início da pesquisa de campo: “tudo bem, essa é a nossa vida”. Essa frase marcou algo em relação à usuária, sinalizando alguma reflexão não tão claramente manifesta naquele momento.

Só ao término da pesquisa de campo pude compreender o quanto aquelas “muralhas” eram necessárias para a continuidade da vida de um sobrevivente da violência no campo, pois o remexer na ferida é tão frequente quanto a condição de impunidade e risco de vida na efetivação de justiça após os assassinatos. Assim, lidar com a insegurança, riscos de vida, dores emocionais, labores diários no sindicato colaborou com isso que ela chamou de “erguer uma muralha para sobreviver”:

E aí, além de meu psicológico ficar muito abalado, porque não é fácil tu botar cabeça no travesseiro e tu pensar “meu Deus será que amanhã eu estou viva? Com quem meus filhos vão ficar? Como eles vão ficar sem....?” De eu ver toda a situação de como foi o acontecimento do pai que muitas vezes, pela madrugada, eu tinha que acordar e tinha que acalantar meus filhos... [choro] Eles eram muito amigos do pai, eram muito ligados. Ele era aquele pai que brincava que, não sei...parece toda uma

¹⁰⁸ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2017.

preparação para ficar, para ficar aquela lembrança. 21 anos de casado e ele chegou ao sindicato, na hora que ele chegava, ele chamava assim “cadê meu bem?” e aí me recebia com um beijo, por mais dificuldade que ele estava, podia ser nas grandes ameaças dele, mas ele não passava para a família, o que ele passava era amor. Tinha que ter a dureza de pai porque tinha que ter o comando mas tinha que ter o amor. E aí, na hora que saía, me saudava com beijo, na hora que chegava me saudava com beijo. E aí, muitas vezes as noites eu tinha que acalantar meus filhos... todo mundo chorava... e aí, vinham para minha cama, eles tinham muito pesadelo, fez uma confusão muito grande (informação verbal)¹⁰⁹.

Lidar com os riscos e ameaças, com a realidade de concretização dos crimes anunciados no cenário de luta pela terra, com o sofrimento dos filhos e de si mesma, marca a emoção na narrativa da trabalhadora. Se as muralhas foram necessárias a sobrevivência em um mundo de perigos, nesse momento da entrevista, irromperam os muros que aprisionavam as lágrimas. Um nó embargou a fala da narradora em uma expressão de voz rouca pronunciada com esforço. Esses momentos referidos por Maria Joel apontam a solidão com que uma mãe enfrentou as noites de pesadelos dos filhos que choravam a falta do pai e temiam também a perda da mãe.

A questão sobre a experiência particular dos sujeitos com a violência no campo faz refletir que, se por um lado a violência no campo é enfrentada com as forças de uma coletividade, por outro, na esfera privada, longos momentos de solidão e sofrimento são atravessados pelos sobreviventes na vivência das perdas por assassinato, portanto, o luto pelo corte da violência no terreno da cultura do terror afeta pessoas em suas existências coletivas e também singulares. O exame das entrevistas possibilitou conhecer que nestes casos, ainda que simbolizadas as vivências dos traumas, sobram marcas a memória dos sujeitos pesquisados.

O intuito aqui não seria discutir as afetações psíquicas decorrentes da violência por um viés disciplinar da psicologia, mas, refletir como esses processos de subjetivação atravessam os movimentos de transformação social no território amazônico, participando da construção da memória social e das lutas políticas.

Respeitando as muralhas e os limites colocados por cada narrador – até onde poderiam adentrar ao campo da dor profunda pela via da “palavra dura”? – As entrevistas seguiram em conformidade com um posicionamento ético que norteia a não revitimização do sujeito através de investigações dolorosas que não estariam no campo de um interesse pessoal dos mesmos. Dessa forma, ficaram lacunas que poderiam ter sido aprofundadas em outro contexto de investigação, como na área da saúde, por exemplo. Mesmo diante de tais limitações, é possível ensaiar algumas reflexões.

¹⁰⁹ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

Uma de nossas premissas é que a luta por justiça dá sentido à continuidade da vida, mas não totalmente. A ferida causada pelo assassinato, impunidade e repetição da violência, a cada novo caso, intensifica o sofrimento vinculado a perda, que poderia ser elaborado ao longo da vida caso houvesse elaborações distintas a serem cumpridas com a efetivação da reparação simbólica, em relação as medidas cumpridas pelo Estado em relação a punição dos violadores da lei. Por outro lado, o caminho da elaboração emocional da perda por assassinato no contexto violento e traumático da luta pela terra. É expressiva dessa situação o caso de Luzia, que sofreu novo ataque a sua integridade com os assassinatos dos irmãos cinco anos após a morte do pai João Canuto:

No primeiro momento nos desestabilizamos como um todo, quando mataram meu pai a gente ainda tava muito unido aqui, mataram meus irmãos em 90, aí nós nos dividimos pra sobreviver, eu fui pra Belém mais o Orlando, o Marcial, foi quando a minha irmã optou pra voltar pra Goiás, ela voltou com a família pra onde tava a família do marido (informação verbal)¹¹⁰.

O trecho da entrevista com Luzia se refere a dois momentos diferentes em relação à perda de familiares. A desestabilização vivida pela família após a morte do sr. João Canuto foi seguida da organização da família frente a continuidade da busca por justiça social e também da punição dos agressores, mesmo com todo o processo de sofrimento da perda violenta. Porém, após o assassinato dos irmãos, o abalo, o choque com tal realidade tomou o espaço até então destinado às elaborações da perda, fadando a família a uma crise ainda mais intensa. A dor profunda da perda foi revivida ainda com mais força no segundo evento de violência, o sequestro seguido de morte dos irmãos José e Paulo, como refere Luzia:

Os meus dois irmãos, eles não eram muito envolvidos com questões políticas não, o José era trabalhador rural e pedreiro e o Paulo trabalhava também, aqui por perto, então, assim, atuação mais política foi mais minha e do Orlando, o Orlando foi dirigente do sindicato, chegou a ser vereador aqui. [...] O Orlando sofreu com o assassinato do meu pai, com o assassinato dos meus irmãos. Meus irmãos porque eles foram sequestrado os três, o Orlando... ele conseguiu escapar, ele tava algemado sozinho, mas aquela cena ele não gosta de lembrar (informação verbal)¹¹¹.

Luzia, a partir das vivências consecutivas de assassinato de familiares, caindo em depressão e contando com o apoio da família, recorreu ao tratamento de saúde necessário para seu refazimento naquele momento da vida. Ainda assim, conseguiu manter os objetivos de melhoria das condições de vida e trabalho da família. Com o apoio da matriarca e grande

¹¹⁰ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

¹¹¹ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

estrela da família Canuto, educou suas filhas e seguiu em frente elaborando suas dores, sempre com aquele vaivém de sentimentos. Assim Luzia discorreu sobre a depressão e sobre o tratamento psicológico:

É, na verdade eu costumo dizer que eu sou uma pessoa que já fui depressiva e não tenho vergonha de falar, a maioria das pessoas pra evitar o preconceito não falam né, mas a minha mãe teve por um tempo muito mal, insônia a gente percebia isso, angustia mesmo a gente percebia isso, e eu fui depressiva por um tempo fiz tratamento, a depressão é uma doença que ela tem... eu acredito que tem cura né, eu me sinto curada, mas você acaba tendo aqui acola, você sofre, não temo como negar isso, eu passei por um tratamento em Belém na época eu sai daqui muito mal, eu não dormia, e aí fiz um tratamento com Dr. Marupiara Guerra, cheguei a ele, eu costumo dizer que foi um anjo que Deus pôs na minha vida, porque se tivesse ficado aqui eu tinha morrido com tarja preta dada por esses médicos de Rio Maria¹¹².

Na aceitação do choro e da tristeza, Luzia abraçou os caminhos pulsionais que lhe fizeram seguir em frente, em eterna saudade, vez ou outra colorindo um novo plano a se empenhar. Inspirada na figura da mãe Geraldina, seguiu sendo o elo de ligação entre os entes familiares. Luzia afirma que hoje, se vive o abalo de uma crise afetiva, já sabe os caminhos para se reerguer e se reconectar novamente ao que a faz sonhar. Porém, esse estado de saúde mental não foi sempre assim:

Algo que marca a nossa vida, aqui acola você lembra, você sofre, e aí isso atingiu boa parte da minha família. Quando a minha filha mais velha era pequena ela também teve problema, mas aí com ajuda do psicólogo, ajudou a melhorar [...] quando eu tive depressão eu atendi tudo o que o médico me orientou, relação de amizade, com quem eu deveria estar, com quem não deveria estar, o que eu deveria mudar no meu cotidiano de vida pra viver melhor, tem coisa, por exemplo, que hoje eu evito, eu aprendi a conviver com isso, se eu acho que vai me estressar muito as vezes eu desisto de ir em uma reunião; se eu acho que vai me estressar muito eu evito frequentar determinado lugar. Com isso eu levei a vida tranquila, mas eu demorei muito tempo até compreender a doença. Eu me sinto curada, eu não tomo mais remédio nenhum, tem um bom tempo, eu tomei, eu não me lembro, acho que foi em 2000 que eu tive essa crise depressiva, e depois 2006 eu tomei remédio novamente, mas foi por um período mais curto ainda e, não tenho vergonha, se eu precisar buscar ajuda de um psicólogo ou psiquiatra eu não tenho vergonha. Eu acho que isso me ajudou a superar, exatamente porque tenho essa compreensão, acho que é um profissional que quando você precisa de ir, você vai, como ir no dentista quando tá com dor de dente. Pra mim foi tranquilo, já o meu irmão não fez tratamento (informação verbal)¹¹³.

Reconhecer a depressão permitiu a Luzia identificar seus próprios limites. Uma lacuna entre o luto e a continuidade da luta foi necessária para que a mesma reconhecesse os sintomas da doença que lhe afligiu ao final do transcurso de 15 anos de intensas turbulências da vida material e psicológica. Tendo ocorrido a morte de seu pai em 1985 e de seus irmãos

¹¹² Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

¹¹³ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

em 1990, Luzia apontou as proximidades do ano 2000 como um período de culminância de vários sintomas da crise: insônia severa, noites sem fim sem dormir seguidas de hospitalizações, medo, ansiedade, tristeza e choro frequente, manifestações que compuseram a condição em que a mesma se encontrou diante do acúmulo dos anos subsequentes às perdas:

Eu cheguei a ser dopada no hospital mais de uma vez, e no hospital era assim, eu melhorava, tomava banho, almoçava, dopava de novo, a minha mãe me encontrou nessa situação aqui, aí eu fui pra Belém. Em Belém eu fiz o tratamento com o Marupiara, lá eu fiquei, não fui internada nenhum dia, eu fiquei com a minha família e tomei a medicação por 6 meses (informação verbal)¹¹⁴.

Os relatos nos fazem refletir sobre a depressão em meio às perdas violentas por assassinato. Poderíamos afirmar que a depressão, nesses contextos, corresponderia ao encontro do sujeito com a possibilidade de suas continuidades?

Também em relação a esse aspecto da expressão da dor profunda, Edinaldo afirmou ter se visto diante do que ele chamou de um “bolo de aniversário” – a morte de 3 membros de sua família nuclear às vésperas da celebração de seu nascimento. Essa lembrança, não por causar mágoa, “nem nada” – disse ele – foi para sempre símbolo de impossibilidade de comemoração de seus anos de vida:

Mas assim, eu acho que eu fui uma das pessoas que sofri mais porque logo... aconteceu quando eu estava fazendo meu aniversário. Foi no dia de meu aniversário. A chacina aconteceu hoje e amanhã era meu aniversário, então, o bolo que eu recebi, foi os três, vamos dizer assim. Então assim, é tão tal que eu não tenho mágoa no meu coração, não tenho nada mais... eu não comemoro meu aniversário. Eu não sou muito assim de comemorar. Vem uma pessoa me trazer um presente ou fazer um bolo, eu vou lá sem problema nenhum, mas eu não tenho assim aquele prazer. Não é que eu guardo mágoa ou nada, mas eu esqueci um pouco esse lado aí, a questão de meu aniversário, nesse ponto aí (informação verbal)¹¹⁵.

Desse modo, a felicidade e a superação das dores vividas – presentes em seu discurso – preexistem junto a outra realidade na vida de Edinaldo. Ele, ao mesmo tempo que expressa uma condição de felicidade no percurso atual da existência, apresenta recorrentes falas que sinalizam para a presença de uma dor calada, expressa por ele como um sentimento de vazio perante o seu aniversário. As reminiscências produzem o que ele afirmou como uma impossibilidade de sentir. Nem alegria, nem felicidade, nem mágoa, nem nada. Se no plano afetivo sua impressão é de ausência de sentimento, no plano ideacional essa realidade altera seu modo de viver. A memória da chacina retorna à consciência a cada aniversário.

¹¹⁴ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

¹¹⁵ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

Além de Edinaldo, outro membro de sua família apresentou prejuízos psíquicos em decorrência da violência sofrida. Nesse caso, trata-se de seu irmão mais velho:

Um de meus irmãos, o sofrimento foi tão grande, que um deles ficou doido. Ele ficou na época com problema psicológico muito sério, nós levamos para cuidar dele em Teresina e em Imperatriz – Maranhão – em boas clínicas psicológicas. Ele está hoje uma pessoa boa, não está cem por cento, mas ele está uma pessoa boa. Foi tão tal, o negócio foi tão sério que ele gostava muito de caçar no mato, de passarinho que, no período que ele ficou ruim, do lado que ele ficava, do lado ele tinha uma sucuri que morava dentro de um buraco. E ele morava do lado e a sucuri do lado. Mas ela não mexia com ele, entendeu? Então, quando nós levamos ele para fazer um tratamento psicológico, aí que ele ficou bom, foi que ele se afastou desse lugar, desse interior onde morava essa cobra. Que ela mora até hoje nesse lugar. E são coisas que... não são coisas de “eu ouvi dizer, ouvi falar”. São coisas, realidade que aconteceu. Está no processo, que eu citei no processo (informação verbal)¹¹⁶.

Segundo o narrador, seu irmão passou a viver livremente no ambiente, ao lado de uma cobra. A sucuri “não mexia com ele”, afirmou Edinaldo. Seu irmão mais velho era, dos filhos, o mais apegado com a mãe assassinada. Não suportando a vivência, sofreu o que a medicina nomeia como um surto psicótico. Diante disso, a decisão da família foi de amarrá-lo e levá-lo a força para tratamento psiquiátrico fora de Marabá.

A informação do irmão que morou com a cobra é muito cara ao pesquisado. Como ele mesmo afirma, “está no processo dos meus pais”. Para ele, a cena de seu irmão morando no “mato” ao lado de uma cobra, representa o ponto de elucidação das relações entre a chacina e o trauma, sendo o surto do irmão uma grave consequência da violência sofrida pela família. Edinaldo enfatiza que a cobra não atacava seu irmão, como era de se esperar.

Na simbologia, a cobra, desde o símbolo de sabedoria e de escuridão, representa também a transformação da vida. A cobra é detentora da capacidade de renascer ao trocar de pele. A cobra deixa uma vida para trás ao recomençar outra, sem que se livre totalmente da vida anterior. É um estado de ter sido e não ser mais, ao mesmo tempo que mantém as propriedades da vida precedente. Esse rompimento com a realidade sofrido pelo irmão de Edinaldo, interpretado por ele como loucura – “ficou doido” – diz respeito a um mecanismo psíquico, cuja finalidade é manter a integridade da vida psíquica. Isso que para o sujeito funciona como uma proteção à vida psíquica diante de realidades insuportáveis para a consciência, é o que compreendemos como psicose na psicopatologia. A psicose constitui um mecanismo que expressa um conflito entre o eu e o mundo externo, sendo o comprometimento do juízo uma consequência desse conflito (CHEMAMA, 1995).

¹¹⁶ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

Edinaldo Campos Lima atualmente exerce atividade profissional de torneador mecânico, profissão que adquiriu ao passar alguns anos no programa de proteção a testemunhas – PROVITA. Atravessado pela fé professada na igreja evangélica Assembleia de Deus Madureira, possui consciência dos alcances realizados por ele e seus familiares nos caminhos do luto e da luta. Ele, durante a entrevista, voltava seu olhar ao passado buscando convencer-se das conquistas da vida, dando a impressão de tentar não ser “íngrato” com o criador frente a todas as satisfações de hoje: profissão, vida espiritual, família e inteligência, ressaltadas por ele como um dom concedido por Deus. Sua visão de mundo é aclarada pelas experiências. Porém, mesmo afirmando as positivamente da vida, algo emerge vez ou outra como tristeza: a impunidade o faz reviver dia após dia os elos afetivos com a memória do assassinato. O dever de justiça não cumprido pelo Estado o mantém ligado vivamente ao passado. A memória de seus pais, ao mesmo tempo que alimenta a luta ampla por direitos, emerge como uma potência da dor.

Estar em luto/luta torna-se, desse modo, uma condição permanente na vida do sobrevivente da violência no campo. No caso de Edinaldo, essa vinculação com o passado também é lembrada pela dívida sentida em relação ao pedido de seu pai antes de ser morto: “eu tenho certeza se acontecer algo comigo, tu é a única pessoa que vai fazer algo para mim” (informação verbal)¹¹⁷, disse Edinaldo ao relembrar o diálogo travado com seu pai em meio às ameaças de morte. Sua incapacidade em cumprir com o pedido feito pelo genitor sinaliza uma relação de culpa e dívida que se estabelece a partir dos elos entre memória, afeto e impunidade.

4.4 CORAGEM: PRESSÁGIOS DA MORTE, VIDA E RESISTÊNCIA

O que todo esse arsenal de impossibilidades acenaria aos sobreviventes de chacinas? A realidade se apresenta em um cenário de desvios em relação ao que deveria corresponder à “Justiça”. Os fatos por si só não são suficientes para provocar mudanças e barrar as violações, mesmo com todas as evidências das ações criminosas. Ao Estado caberia uma postura de não apenas reparar os danos causados, mas reconhecer uma face negada da verdade de nossa história. As práticas de extermínio na disputa pelo território amazônico deixaram, além das evidências, os rastros de suas ações. Por sua vez, o Estado trabalhou de forma a apagar os rastros deixados pela violência sistêmica e subjetiva, como fez com as vítimas da ditadura

¹¹⁷ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018; pesquisa de campo, março de 2019.

militar no Brasil, ou mesmo antes, com o extermínio dos povos indígenas no processo de colonização do país. E quem disse que isso teve fim?

Mesmo com toda tentativa de apagamento dos rastros, uma verdade não oficial teimou em resistir. Sobre essa falha na tentativa de apagar o passado, Gagnebin (p. 115, 2009) utilizou: “O exemplo do ladrão que, ao querer apagar seus rastros, deixa outros que não quis (...) o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança”. O pensamento da autora inspira uma reflexão pertinente ao contexto de impunidade vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Os relatos dos narradores revelam que a morte de seus familiares foi anunciada, e as ameaças foram convertidas em ações concretas. Em alguns casos, as ameaças se cumpriram por mais de uma vez, como ocorreu com Luzia Canuto, que por continuar na luta sindical com o marido e o irmão Orlando após o assassinato de seu pai João Canuto, teve a tragédia de sequestro seguida do assassinato de dois de seus irmãos.

Contudo, as narrativas dos familiares também trazem algo que foi sentido por eles como prenúncios da morte que antecederam os crimes. Além do relato dos familiares sobre esses momentos, também existem fontes documentais que revelam narrativas das próprias vítimas, denunciando as ameaças, como os relatos de Dezinho e João Canuto¹¹⁸. A coragem para permanecer nos espaços de conflito era confrontada diariamente com as estratégias dos oponentes em disputa, estratégias que alimentaram a morte dos trabalhadores, como expresso na narrativa de Edinaldo:

Aí quando ele doou uma vaca pros sem-terra, eu digo “não, tá errado, nenhum fazendeiro vai quer que sua terra seja invadida” como eles diz, que todo mundo sabe que terra improdutiva é terra do governo, é terra do povo, tá na lei, tá na constituição. E aí, o que é que acontece? Nesse ponto, quando ele deu essa vaca eu digo “não, não tá certo porque como é que eu tenho minha terra invadida, eu vou pegar ainda uma vaca pra eles comer dentro da propriedade” e aí não tá certo. Aí, quando foi três mês aconteceu a chacina. Inclusive ele dava leite também pra alguns colono. E isso aí, tudo isso ele alegou no processo depois. Que ele era bom, dava carne, dava leite. Mas eu rebati tudo, rebati toda essa situação dele e ele foi indiciado mesmo, não teve outra forma porque os elemento que foram levado como prova, levou a crer que era ele. Mas como tinha que chegar nos autores, confessar, toda aquela situação, eles foram absolvido (informação verbal)¹¹⁹.

Conforme o relato, os fazendeiros utilizavam várias estratégias para barrar as ocupações de terra. Imprimir o medo pela cultura do terror ao deixar corpos espalhados pelo território foi uma linguagem muito utilizada. O recado era afastar o movimento de ocupação de terras. O relato de Edinaldo remonta a cena dos camponeses sendo alimentados com carne

¹¹⁸ Essas narrativas vão constar em outra sessão.

¹¹⁹ Entrevista com Edinaldo Campos Lima, agosto de 2018.

e leite antes do “abate”, uma tentativa dos fazendeiros de docilizar os oponentes antes do covarde crime de encomenda. A memória do narrador, articulada nesse processo de análise, conta a cena do banquete oferecido pelos fazendeiros: homens, mulheres e crianças bebendo do leite e comendo da carne daquele que articulava o álibi de sua bondade. A indignação de Edinaldo está presente nesse relato. Assim vê-se a importância, para ele, de fazer constar no processo judicial essa interpretação, ou ao menos tornar expresso para o agressor seu pensamento “eu rebati tudo e ele foi indiciado assim mesmo”, tornando claro ao criminoso que ele, Edinaldo, sabia da tática utilizada.

Edinaldo, depois de anos de atuação política, almejando a punição dos agressores que levaram sua família à morte, chamando para si as ameaças do complô de fazendeiros interessados na manutenção da impunidade, foi assegurado pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas de crimes, podendo dar continuidade à prolongada saga judicial, sem ter que pagar com as moedas de sangue de seu próprio assassinato. Tendo aceitado se deslocar da cidade de Marabá, onde estabeleceu laços sociais, familiares, de trabalho, etc., partiu rumo ao desconhecido para poder seguir em frente com a vida. Esse período é tratado pelo narrador como uma guinada em sua vida, quando adquiriu oportunidade de estudo, formação profissionalizante, mas também outros limites dos quais ele se diz ressentido, como os conflitos que tempos após levaram a sua separação conjugal.

Outra narrativa sobre a coragem dos sobreviventes é de Maria Joel, que descreveu o cotidiano da vida em Rondon do Pará, vivendo sob pressões psicológicas e ameaças de morte. Maria Joel conta sobre momentos de fazendeiros espancarem trabalhadores, os retirarem das áreas de ocupação e os jogarem na calçada do sindicato de trabalhadores rurais de Rondon do Pará, como forma de pressioná-la a desistir da luta política. Tais imagens do desamparo de pessoas lideradas por ela, muitas vezes lhe fizeram desesperada e com intenso sofrimento. Outras vezes, Maria Joel rememorou ocasiões de ameaças de morte diretas feitas a ela por fazendeiros, dentro do próprio sindicato:

Mas, teve momentos que eu chegava em casa de eu ver tanta confusão de fazendeiros chegar aqui, dentro dessa casa e dizer “tu que é culpada, tu que mandou ocupar minha terra, tu que fez isso, tu que fez aquilo” e eu dizendo “não, eu acompanho os trabalhadores. Os trabalhadores ocupam a terra e procura o sindicato, eu vou estar junto”. E ele dizer que: “eu tenho o poder de mandar tirar os trabalhadores, que eu tenho poder na polícia, eu tenho poder”... e, antes dele terminar de dizer, eu [dizer]: “você tem o poder de matar”, bateu na mesa, ele de um lado e eu do outro (informação verbal)¹²⁰.

¹²⁰ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

Para enfrentar essa realidade foi necessário coragem. Que coragem é essa? Em que elementos da realidade estava vinculada essa persistência em perseguir a justiça, já que seu representante, o Estado, era o primeiro a atentar contra a vida dos povos, seguindo historicamente com práticas de apagamento e silenciamento da verdade?

Retornando a Gagnebin (2009) – que utiliza o exemplo do ladrão que, na tentativa de apagar as pistas da ação criminosa furtiva, deixa escapar as pegadas que ameaçam colocar em risco seu anonimato – é possível refletir sobre essa condição de permanência dos atingidos por violência no campo nos espaços de luta contra a realidade em questão. A busca de transformação social, aparece como uma contrapartida diante da ineficiência do Estado, que, ao tentar apagar os rastros de sua política excludente, expropriadora, violenta, desigual e ineficiente, termina por fortalecer a força dos sobreviventes em não retroceder na luta:

Eu sempre acreditei na justiça. Então se eu parasse naquele momento eu entendia que não ia funcionar nada. Então, se eu me recolhesse para um canto tudo ia acabar. Não ia dar seguimento no que seguiu até hoje, até aqui. Então o meu medo fez como que me encorajasse, de ver meus filhos pedindo “não vai mãe, a senhora vai morrer, nós já perdemos nosso pai” mas eles, mesmo pequenos naquela época, eles compreenderam “se a senhora acha que tem condição, vamos ajudar na luta do pai” (informação verbal)¹²¹.

Podemos compreender que, para a narradora, o sentido de justiça sofreu um deslocamento de sua significação primeira relacionada ao reconhecimento da violação, reparo simbólico, punição aos responsáveis, etc. Certamente, tudo ao seu redor já havia lhe provado que o Estado não havia agido de forma justa, nem antes, nem após o assassinato de seu companheiro. A política de colonização dirigida para a Amazônia, como anteriormente discutido no capítulo 2, esteve longe de ser justa com os muitos brasileiros e brasileiras que migraram para essa região, estimulados pelo próprio governo federal que não cumpriu com as promessas de fazer a Reforma Agrária. Mesmo assim, a narradora afirmou: “eu sempre acreditei na justiça”; disse também: “Então se eu parasse naquele momento eu entendia que não ia funcionar nada [...] se eu me recolhesse para um canto tudo ia acabar”. Nesse momento, a narradora expressou um alargamento do conceito de justiça, quando ela se apropria de uma outra justiça que encontra representatividade na continuidade da luta e busca por permanência das conquistas realizadas ao longo dos anos pelos trabalhadores e trabalhadoras. Foi do medo que veio a coragem de continuar, dada a certeza de que era justa a luta dos homens para permanecer na terra, viver e reproduzir suas vidas.

¹²¹ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

Há algo importante a ser analisado em relação à coragem dos sobreviventes. Trata-se de que a memória dos familiares mortos é preservada tanto pela via simbólica, através da organização política e social da qual seus antecessores participaram, atuando como transformadores da realidade em prol de causas coletivas, atraindo seus herdeiros para a continuidade do trabalho no pós morte, quanto em relação a outro aspecto mais relacionado ao enlaçamento entre afeto e memória mantido com o querido assassinado. Tais afetações alimentam a coragem, atravessando a militância política dos herdeiros:

Porque se ele não tivesse sido um grande homem, um grande companheiro, talvez eu estava com alguma pessoa, eu já teria procurado, né? Mas devido a ele ser tudo isso, eu me casei com a luta, eu disse “Deus eu estou aqui para ti mas eu quero trabalhar”. Então ocupei todo o meu tempo com a luta sindical (informação verbal)¹²².

Em alguns casos, a memória dos que morreram ocupa esse lugar grandioso no afeto dos sobreviventes da violência no campo. É notável como o afeto vinculado ao familiar morto se torna uma referência norteadora na vida do sobrevivente, participando de suas escolhas e atuações do presente. Para Maria Joel, casar-se com a luta corresponde a uma abnegação da vida individual, decisão intrinsecamente relacionada a sua relação de amor com Dezinho mantida postumamente. Casar com a luta significa, também, torná-lo presente, tanto pela concretização da luta dos trabalhadores, quanto pela presença afetiva do ente amado na vida atual. Do mesmo modo, essa abnegação foi selada a partir das aspirações espirituais da sindicalista, que, ao oferecer seu trabalho à Deus, firma sua coragem através de propósitos espirituais que torneiam a vida terrena.

Ainda em relação ao par memória/afeto, é notável o sentido dado pelos pesquisados sobre a decisão dos familiares de continuarem na ocupação de terras mesmo diante das ameaças de morte. De modo geral, prevalece no discurso dos narradores a valoração dos ideais dos mortos. Em um caso específico, de Carlito, um outro sentido é apontado por ele:

A tendência era puxar assim pro meu pai ele era assim muito teimoso, mas a teimosia dele era de uma forma de ignorância, não era uma teimosia né de progresso ou de dar assim de ser bom pra ele mesmo, porque quando ocorreu isso aí, antes de ocorrer, ele tava vendo acontecer com os outros, e as pessoas davam conselho e ele não acatou nenhum dos conselho”. (Entrevistador: as pessoas aconselharam ele a sair?) A sair, dar um tempo, e ele não quis usou mesmo da ignorância ele falou pra minha mãe, rum se eu tiver de morrer eu vou morrer dentro da minha própria casa, vou sair daqui pra que? Sou homem igual os outro, com a palavra na ignorância né

¹²² Entrevista com Maria Joel dias da Costa, agosto de 2018.

sem saber que essa palavra poderia trazer consequência, porque diz que é melhor fugir um medroso do que morrer um corajoso” (informação verbal)¹²³.

Antes de discorrer sobre o relato, convém relembrar a cena de morte de Zé Pretinho narrada por Carlito: escondido embaixo da cama ele vê e escuta os passos de Sebastião da Terezona em direção ao quarto. Encolhido ali, ele já havia assistido ao tiroteio e à luta corporal do pai com o assassino. Antes de ser atingido pela bala mortal, seu pai arrancara a facão um dos dedos do pistoleiro, que saiu em busca de algo para estancar o ferimento. O pistoleiro, de frente a cama a qual embaixo estava escondido o menino Carlito, se abaixou para catar um pano caído no chão, sem ver o menino a sua espreita. A imagem daqueles sapatos nunca lhe saía da cabeça. Carlito, atormentado pela ideia de que sua mãe também havia sido assassinada, ao aquietarem os movimentos dos jagunços, saiu debaixo da cama. Desesperado, passa pelo corpo do pai caído no chão, apanha seu irmão menor e sai de casa em direção ao quintal em busca da mãe. Para sua surpresa e alívio ela estava viva. A história seguinte foi o transcurso de toda a sua vida. Ao lado da mãe ele seguiu a vida, enfrentando a tudo, a escassez da vida material, a infância roubada pelas responsabilidades de filho mais velho à espreita do sofrimento da mãe, e a dor de menino que sofreu a falta do pai. Desse modo, a vida de Carlito seguiu as elaborações em torno do sentido do trabalho e luta por sobrevivência material, além de uma incansável insistência para a efetivação de justiça pelo Estado Brasileiro.

Ao explanar sobre a decisão de seu pai em permanecer na área sitiada pelos jagunços assassinos, interpretou que o mesmo havia sido movido por uma ignorância que o impedia de agir pelo progresso próprio: “Sou homem igual os outro”, recordou as palavras de Zé Pretinho diante das ameaças de morte recebidas, ignorando os conselhos que recebia para abandonar a área sitiada pelos pistoleiros. Nesse caso, a narrativa sobre medo e coragem sinaliza uma hesitação do pesquisado em relação à decisão de seu pai. Podemos inferir que essa interpretação, externalizada em um primeiro momento no plano ideacional, esteja vinculada à cena de desamparo sentida pelo narrador no ato da morte do pai.

Segundo a compreensão de Carlito, a morte de seu pai poderia ter sido evitada se ele tivesse fugido como “um medroso”, garantindo sua permanência ao lado dos familiares. Em outra perspectiva de análise, Carlito, em diversos aspectos da pesquisa, apontou para a condição de vulnerabilidade a que ficou submetida a família após a perda do principal arrimo familiar, o pai Zé Pretinho.

¹²³ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

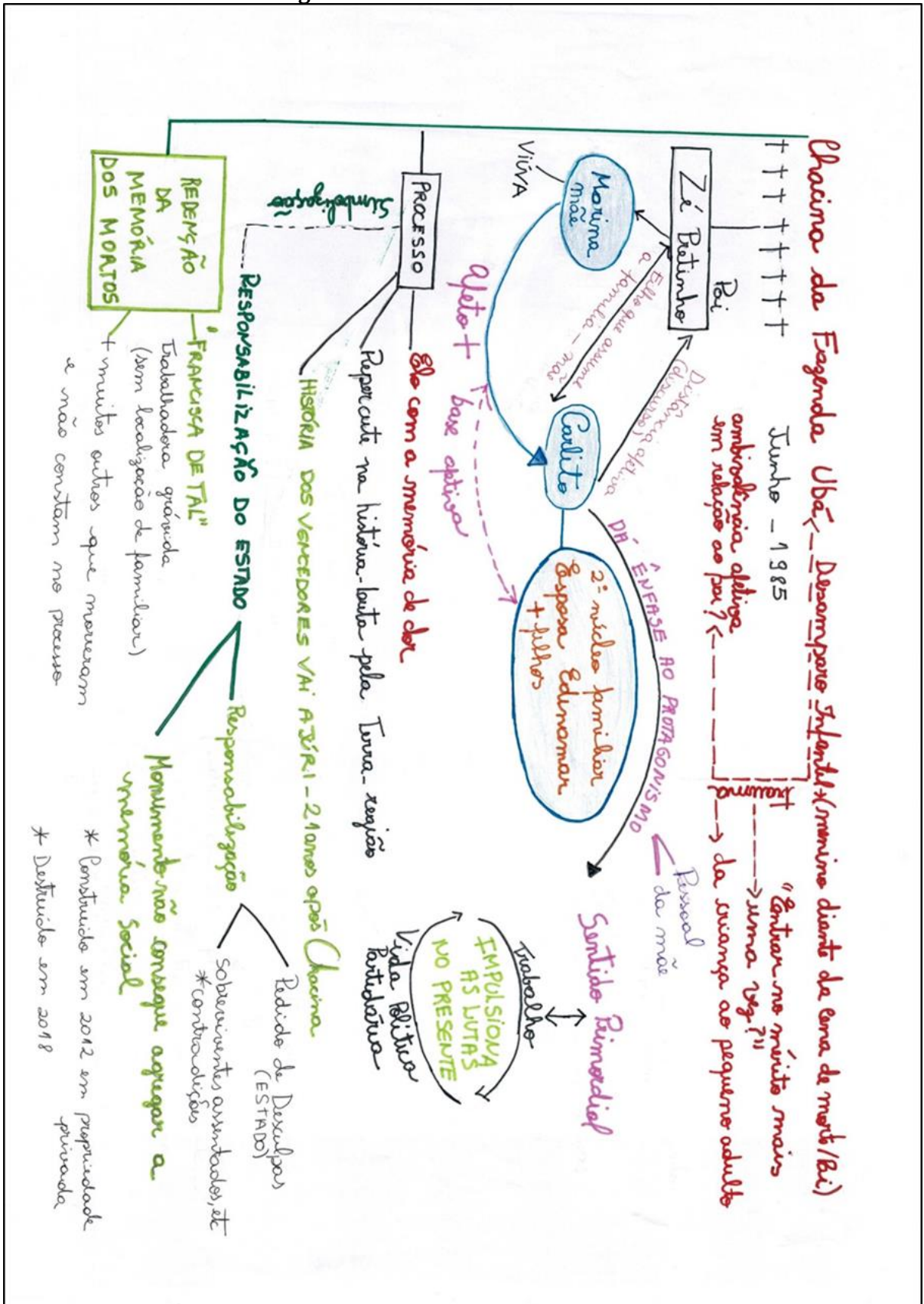
Por outro lado, outro aspecto de conflito aparece ao lado do plano ideacional argumentado por Carlito. A “visão do passado”, vinculada ao imaginário infantil, lançou sombra sobre a análise da coragem de seu pai. Para ele, possivelmente, se Zé Pretinho tivesse fugido “como um medroso”, teria dado outro destino a sua vida e de sua família, não apenas em relação à dimensão material, mas também em relação à dimensão afetiva. O menino Carlito havia sido imerso na cultura da morte desde muito cedo. Ele pôde apreendê-la de perto ainda bem pequeno. Essas apreensões ocorreram nas andanças pelo sudeste paraense, nos deslocamentos da família para a busca de subsistência. Do alto do povoado que deu origem à cidade de Curionópolis, ele assistiu a cenas jamais esquecidas, anos antes da experiência da morte de seu próprio pai.

Por sua vez, seu pai Zé Pretinho trabalhou como uma das principais lideranças na ocupação da Fazenda Ubá. Após a primeira expedição criminosa ocorrida no dia 13 de junho de 1985, recolhera, junto a outros segmentos de organizações sociais, o corpo de uma camponesa grávida – estima-se que de 13 anos de idade – morta e jogada aos bichos no meio da mata, a “Francisca de tal”, sem vida, sem sobrenome e sem quem a sepultasse. Talvez a “coragem” ou a “teimosia” de Zé Pretinho tenha a ver com o ímpeto de testemunhar a violência sofrida por pessoas como Francisca de tal, para que suas mortes não caíssem ao acaso. Mesmo diante da evidência de que poderia lhe recair o mesmo, Zé Pretinho acompanhou as articulações para a denúncia e permaneceu na área, tendo sido assassinado junto a outro familiar no quinto dia após o início da ação criminosa conhecida como “Chacina da Fazenda Ubá”.

Ao escrever, tomada por uma inquietação a esse respeito, ao mesmo tempo em que desejava saber mais sobre essa ambivalência afetiva do narrador em relação ao pai morto, observei uma vontade minha de dizer a ele: “seu pai foi muito importante para a luta pela reforma agrária, ele permaneceu por um compromisso ético e social. Ao ver mortos os homens e mulheres que ele mesmo mobilizava para a organização e reivindicação da terra, ele não poderia fugir como um medroso”. Por outro lado, essa consciência que opera em mim pela via de oferecer uma explicação racional a uma construção de cunho afetivo do pesquisado, poderia, dessa forma, deixar escapar as elaborações do menino que 32 anos antes da entrevista havia sido deixado ao desamparo afetivo, assim como, deixar escapar também o papel que esse mesmo desamparo exerceu nos movimentos subsequentes da vida do narrador. Como se dá a espinhosa relação dos afetos recalcados com a prática da militância política?

Seguem rascunhos de interpretações a partir das narrativas de Carlito, no caso particular da Chacina da Fazenda Ubá, que culminou com a morte de seu pai Zé Pretinho:

Figura 4 – Carlito Ferreira da Silva



Fonte: Pesquisa de campo

4.5 INDIGNAÇÃO

A questão da coragem dos sobreviventes no enfrentamento das adversidades em prol da efetivação da justiça se choca com uma dura realidade. Além da morosidade do sistema da justiça, incidem as ameaças contra testemunhas e/ou familiares que conduzem a ação judicial, quando não o assassinato. Outros contrassensos são os enigmáticos desaparecimentos de partes processuais, dentre outros entraves, tornando a justiça falha e mais vulneráveis os familiares.

O “Jornal Opinião”¹²⁴ noticiou o homicídio de uma das principais testemunhas do assassinato do sindicalista José Dutra da Costa (Dezinho), Magno Fernandez do Nascimento, executado com dois tiros na cabeça. Ele era vizinho de Dezinho na cidade de Rondon do Pará. Magno, junto a outros vizinhos, ajudou a conter o pistoleiro no ato do assassinato de Dezinho e foi arrolado como testemunha no processo pelo ministério público. Magno chegou a dar seu depoimento à justiça em abril de 2001, 5 meses após o crime. O jornal expõe ainda que as demais testemunhas, inclusive filho e esposa de Dezinho, sentiam-se ameaçados com as concretizações de ameaças que rondavam suas vidas. Sobre os riscos a que a família foi submetida ao longo da continuidade de busca por justiça, a narradora Maria Joel relatou a experiência de estar frente a frente com um matador contratado por fazendeiros para lhe eliminar:

Outro chegar aqui dizer “eu vim te matar, eu sei que tu não mereces morrer, mas eu fui pago para te matar” [...] E aí eu dizer, “mas o que é que eu lhe fiz?” Mas meu coração estava entregue pra Deus... “que é que eu lhe fiz? Não lhe conheço, porque você vai me matar?”. “Não, porque eu fui contratado, eu sei que tu não merece mas eu estou aqui exigindo o tanto que tu me der, eu amanhã anoiteço, não amanheço porque se eu ficar aqui meu pescoço vai degolado”, o pescoço dele, ne? E no outro dia... eu pedi “me dê até amanhã de manhã que essa quantia que você está exigindo, eu levanto até amanhã de manhã” e no outro dia ele está aqui, junto com outro comparsa, só que eu já tinha feito uma conversa com a polícia, já tinha denunciado e a polícia fez todo um aparato e aí botou gravador para mim gravar a conversa de dizer quem tinha mandado me matar e tal e quando eu fosse a entregar o dinheiro a polícia efetuar a prisão. E assim foi feito. Então não foi fácil. Muito difícil. Tu, chegar aqui uma pessoa, aquilo te acaba. Naquele momento é como se tivesse te matado, ne? Então, muito difícil, não foi fácil. Um ano e meio depois essa pessoa foi achada morta no lixão. Então cumpriram com o que disseram, né? (informação verbal).¹²⁵

Maria Joel narrou a experiência de estar diante de seu matador. Ela, a partir de um diálogo com o pistoleiro, mobilizou nele uma consciência que o fez refletir sobre um “não

¹²⁴ Caderno policial, 14-09-2002, p. 15; arquivo físico da Comissão Pastoral da Terra.

¹²⁵ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

merecimento” da morte da sindicalista, mesmo tendo anteriormente aceitado prestar o serviço. Ao estar de frente a Maria Joel – mulher, mãe, viúva e sindicalista na mira dos poderosos – o matador hesitou em findar o crime de encomenda. Que via de fortalecimento opera em uma pessoa que se vê diante de tal realidade?

Para Maria Joel, Deus aparece como o único amparo seguro para o qual ela entregou seu coração em um ato de profunda fé. Salva de sua morte, lhe recaiu outro sentimento, o de ter morrido naquele momento. É no mínimo inquietante interpretar a narrativa de uma pessoa que já viveu a experiência de quase morte por assassinato – ou sentimento da morte, como ela revelou. Sobre essa experiência, afirmou Taussig: “A inefabilidade é o traço mais marcante desse espaço da morte” (1993, p. 25). Tão indizível como a experiência da quase morte é a questão: “o que faz um sobrevivente de chacina permanecer no espaço da morte?”

A pesquisa revelou, em um primeiro momento, que essa permanência está intensamente relacionada à preservação da memória do familiar morto, a partir de um sentido de continuidade da luta. Essa ideia de fuga, como apresentada por Carlito no subitem anterior, talvez seja possível para alguns. Talvez outros, desprovidos de uma visão branda da sociedade capitalista, tenham compreendido que o espaço da morte está disperso pelo mundo. Especificamente, a região Amazônica constituiu-se como um espaço da morte a partir das frentes de colonização, onde o genocídio dos povos foi a principal prática para empreender a exploração, as desigualdades, a opressão e a dominação.

Nesse sentido, não há um local para a remissão das lutas, pois as desigualdades devem ser desconstruídas a qualquer hora e em qualquer lugar. Maria Joel, provida da experiência de internalização da morte do companheiro Dezinho, andava pelo campo da morte há tempos, desde que a família de José Dutra da Costa passou a integrar a resistência contra os processos de exploração, ou mesmo antes, quando integravam a leva de migrantes em busca de melhores condições de vida. Se de modo geral afastamos da consciência a ideia de finitude, nos espaços de luta pela democratização da terra a finitude deixa de ser um assombro para ser uma realidade a ser enfrentada, para que viver a vida não sucumba à submissão diante das injustiças impostas, sendo esta uma outra face do morrer, enfatizada muitas vezes pelos sobreviventes ao falarem a respeito de suas crenças nos sonhos de seus antecessores.

Atuando contra a coragem dos sobreviventes, mesmo com as evidências e concretizações das ameaças contra a vida de trabalhadores sindicalizados, novas mortes surgem. A máquina estatal opera com ferramentas de segurança incompatíveis com a realidade, não efetivando medidas para barrar a ação dos grupos oligárquicos que dominam a política de terras no país. Em muito a literatura tem contribuído para a leitura desses

processos de disputa e exclusão na arena fundiária do país, especialmente no modo como a violência faz parte da maneira como o Estado, historicamente, organiza o território e as relações sociais.

Luzia Canuto, relembrando o percurso do pai frente a questão, lembra que na região de Rio Maria o crime anunciado é cumprido. Seu pai, apesar de ter denunciado as ameaças sofridas aos órgãos da segurança pública, comparecendo à delegacia três dias antes de ser morto, não pôde desviar-se de integrar a estatística das mortes no campo, pois as ameaças de morte no contexto de violência no campo são confirmadas com a morte do ameaçado. Nesses espaços a “morte anunciada” é uma constante:

Ai ele chegou aqui no início de dezembro, quando foi dia 18 mataram ele né, então ele já sabia que ia morrer porque aqui os fazendeiros tinham articulado, faziam reuniões, a gente já sabia disso, mas ele não teve com evitar, ele denunciou isso, ele tentou que a... ele registrou na delegacia, três dias antes dele morrer ele registrou as ameaças, registrou os riscos que ele tava correndo, mas ai lamentavelmente não teve jeito. Aqui é um lugar que... a morte anunciada não foi só do meu pai, de vez em quando anunciava que ia morrer alguém e a pessoa morria, é uma prática na cidade que preocupa até hoje (informação verbal)¹²⁶.

Para os ameaçados, a morte anunciada é cumprida. Se nos idos anos da era moderna a morte anunciada era comum aos moribundos, onde os sintomas de alguma moléstia anunciavam a proximidade da morte, como afirmou Ariès (2013), por outro lado, no contexto do espaço da morte da violência no campo, os presságios do assassinato delatavam uma sintomatologia de uma problemática social da qual cabia aos ameaçados se “esconderem”, “fugirem”, pois o menor vacilo era oportunidade para o cumprimento da pena de morte imposta pela inoperância estatal em gerir as questões sociais.

Essa realidade é exemplificada na fonte documental¹²⁷ que traz o relato de Paulo Sette Câmara, secretário de defesa social do estado do Pará do ano 2001. Esse, alegando as justificativas do Estado diante da ineficiência em barrar a violência nos casos de ocupação de terras, afirmou que não bastava a denúncia da ameaça, deveria haver a efetivação de uma queixa crime sem a qual o Estado não poderia investigar. No caso de José Dutra da Costa, o Dezinho, o secretário fez declarações que desqualificavam a ação dos movimentos sociais: “Essa é uma história antiga. Só que o crime de ameaça é um crime de ação privada. Se há ameaça, há alguém que está ameaçando. E o ameaçado, por força da lei, deve ingressar com uma queixa crime. Não fui eu quem inventou isso”. A prerrogativa do Estado ignora o acervo

¹²⁶ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

¹²⁷ Jornal Opinião, 03 de fevereiro de 2001.

de mortes como fonte primeira de investigação, tomando como causa privada a violência nos conflitos pela posse da terra. O próprio Dezinho, em entrevista concedida antes de sua morte, afirmou:

A gente já fica se preparando, porque aconteceram aquelas histórias com o Chico Mendes, com o João Batista, com o Expedito, porque os fazendeiros nunca se contentaram em matar somente os trabalhadores, mas também seu líder, principalmente quando está responsável por aquela área de conflito, defendendo os trabalhadores na questão do encaminhamento da Reforma Agrária, e na desapropriação de terras, que são lutas do sindicato¹²⁸.

Assim como Dezinho, outros trabalhadores deixaram registros de ameaças sofridas. Nem a enxurrada de informações sobre o tema foram suficientes para evitar novas investidas contra os trabalhadores, como relatou Dezinho antes de sua morte. Nos arredores da Chacina de Morada Nova, sob a pressão de entidades sindicais e não governamentais, a secretaria de defesa social do Estado do Pará, através de sua assessoria de imprensa, publicou em jornal local uma matéria sobre os conflitos no campo:

Apesar de legítima, a luta por mudanças na distribuição de terras é temerária e arriscada e todos que se engajam nesta luta tem conhecimento deste risco mesmo porque são conhecedores que estão agindo ao arrepio da Lei e as pessoas que constam da lista estão inclusas nesta atividade. Sem dúvidas a invasão ou ocupação de terra tem como componente intrínseco à violência na medida que toda ação requer uma reação. Ainda assim as lideranças desses movimentos preferem correr o risco. Não há porém ação policial preventiva capaz de eliminá-lo [...] os conflitos agrários envolvem uma questão social que requer políticas adequadas para que alcancem suas causas ao invés de meras ações policiais. Sette Câmara afirma que aqui no Pará a área de segurança pública vem buscando solução negociada caso a caso, mas nem assim conta com a disposição das entidades de apoio ao movimento dos chamados sem-terra para contribuir efetivamente para a superação do conflito [...] a FETAGRI e a CPT acusam o governador Almir Gabriel de ter autorizado a polícia militar de retirar os Invasores das fazendas ocupadas no sudeste do Estado, fato rebatido por Sette Câmara. Mais uma vez essas entidades comportam-se de forma aética na medida em que são perfeitamente conhecedoras de que tal autorização não parte do governador e sim da Justiça. A área da Segurança Pública só cumpre o mandado de reintegração de posse expedido pela justiça após esgotamento de todos os canais de negociação. E a determinação é dada pelo secretário Paulo Sette Câmara seguindo a política de segurança pública traçada pelo Conselho Estadual de Segurança Pública onde tem acento representantes da sociedade civil¹²⁹.

¹²⁸ Jornal Opinião, sem data, arquivo físico da CPT.

¹²⁹ Recorte de Jornal do ano de 2001, sem maiores informações, arquivo físico da CPT.

A fonte documental traz alguns aspectos de relevância para a análise, sobretudo como o Estado, através dos representantes que executam as políticas públicas, concebe a problemática fundiária do país. O secretário de defesa social do estado do Pará, no ano de 2001, Paulo Sette Câmara, admitiu que a questão da distribuição de terras é legítima, mas que, intrínseca a esse processo está a violência. O secretário atribui a falha das políticas de segurança pública, em evitar a violência contra os ocupantes de terras, a dois fatores fundamentais. O primeiro é que a questão agrária constitua uma questão social e não de polícia. A segunda que, “os invasores de terras” sabem bem dos riscos que correm e ainda assim “as lideranças desses movimentos preferem correr o risco”, impossibilitando medidas preventivas de segurança.

O discurso do secretário procede com uma culpabilização dos trabalhadores pela violência sofrida, pois segundo ele, os trabalhadores, esclarecidos da realidade das mortes no campo, não recuavam da ação política de ocupação de terras. Ora, o estado, por sua própria ação comandou uma política de colonização dirigida catastrófica e violenta no século passado (HÉBETTE, 2004). O chamado do Estado para a ocupação da “terra sem homens”, como explorado na primeira parte deste trabalho, estimulou a migração desenfreada de pessoas de outras regiões do país para a Amazônia brasileira, onde o fenômeno da grilagem de terras foi altamente operante. Foi o estado quem fez a distribuição de concessões provisórias para a exploração do território, assim como forneceu titulações definitivas para os grandes proprietários.

Voltando a narrativa do secretário de ação social, expõe uma inversão na análise do secretário com os problemas que envolvem as questões da terra no estado do Pará. Inversamente à acertada afirmação inicial de que as questões fundiárias não serão resolvidas com políticas de segurança, ao final, desacertadamente denota um claro posicionamento em relação as forças sociais emergentes no território, afirmando a corporação estatal como dispositivo para a defesa da propriedade privada. Mais adiante, na análise da fonte documental, observamos uma outra contradição. Afirmou o secretário que as reintegrações de posse são expedidas pela justiça, não tendo qualquer influência do governador (na época Almir Gabriel). Seria a Justiça um membro autônomo do Estado, sem qualquer implicação com os órgãos executantes das decisões do governo?

Segundo a concepção do representante do governo, atravessada por uma ideologia que culpabiliza trabalhadores pobres, camponeses e migrantes de sofrerem a ação violenta dos proprietários de terras e empresários, há uma relação de culpa que pode ser observada tanto

no olhar do representante do estado em relação aos pobres, quanto a partir do sentimento das vítimas diante desse olhar que lhes é destinado. Sobre esse sentimento, Maria Joel afirmou:

E por outro lado, viver na cidade, meus filhos encontram com o mandante da morte do pai, e com os filhos, né? Quantas vezes meus filhos foram intimidados na escola como se eles fossem os assassinos e não fosse o pai que tivesse sido assassinado. Então, nós temos uma sociedade perversa que, muitas vezes, não entende o que é certo... o que é certo fica errado e o que é errado fica certo. Então é muito difícil, não é fácil não (informação verbal)¹³⁰.

A pesquisa aponta para uma via de subjetivação dada em uma relação de culpabilização das vítimas de violência e assassinatos por conflitos no campo. Algo também presente no convívio social dos familiares após as mortes. Assim, a lógica de culpabilização é pautada na ideia de defesa da propriedade privada, onde a figura do trabalhador aparece como “invasor de terras”, conforme nomeou o secretário de defesa social. Essa lógica opera nos pequenos grupos onde os sobreviventes transitam.

No caso especificado por Maria Joel, os filhos sofreram intimidação no ambiente escolar pela história de militância política dos pais. Além de encararem a impunidade do assassinato do pai, sobreveio aos herdeiros o sofrimento diante do discurso de culpabilização da vítima. Para Maria Joel, muitas muralhas foram transpostas aos longos de seus anos de vida. Ela escolheu enfrentar com coragem e fé a vida em um ambiente hostil e ameaçador. Porém, uma angústia e indignação ainda maior lhe recaiu ao ver os filhos enfrentando as investidas de uma sociedade cruel, como ela mesma afirmou.

Ali onde os filhos de Maria Joel sentiam a culpabilização da própria morte do pai pelo estigma de “invasor de terras” em suas relações com outras crianças na escola e em outros espaços de sociabilidade em Rondon do Pará, por outro lado, os fazendeiros, apoiados em uma lógica de desenvolvimento econômico para a cidade, aparecem enaltecidos em oposição a figura do posseiro “invasor de terras”. Em uma região conhecida pelas constantes manifestações de cortejo dos mortos nesse contexto de disputa, um recorte de jornal ilustra a força com que a categoria social dos fazendeiros impõe aos munícipes de Rondon do Pará uma outra versão da história, o cortejo das máquinas:

¹³⁰ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

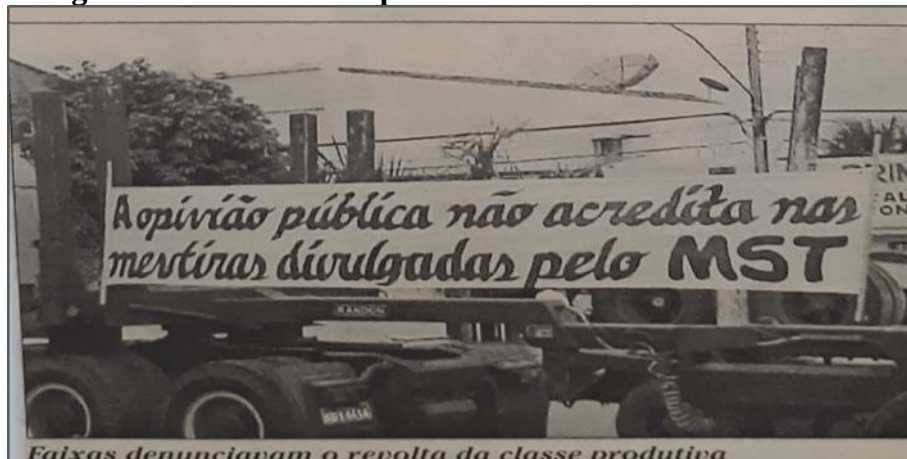
Imagem 15 – O cortejo das máquinas: Rondon do Pará – 27. 12. 2000



Fonte: Jornal Tocantins, arquivo documental da comissão pastoral da terra.

A imagem dos tratores em marcha em Rondon do Pará, em pleno pós assassinato de Dezinho em novembro do mesmo ano, reflete a articulação da organização da categoria social dos fazendeiros, pautando a questão do desenvolvimento através do agronegócio. De igual modo, essa representação social contava com uma outra estratégia, a de pautar a figura do trabalhador rural organizado politicamente na ocupação de terras em Rondon do Pará como aquele sujeito transgressor da lei da propriedade privada, conquistada com o “suor” do trabalho, conforme fonte documental:

Imagem 16 – Passeata dos produtores rurais em Rondon do Pará.





Fonte documental: Jornal Tocantins; arquivo documental da CPT.

As fontes documentais expressam a manipulação da opinião pública que se situa nos limites das tensões entre o espaço rural e o urbano. Para o cidadão comum de Rondon do Pará, a cena é de assassinatos de posseiros, sindicalistas e da expressa opressão do empresariado rural envolvido nos crimes, propagando a imagem de honesto desbravador. Esse contexto social da narrativa documental remete ao que foi dito por Maria Joel quando afirmou seu sentimento de mãe diante da condição de vulnerabilidade social e psicológica dos filhos, estigmatizados por serem filhos de sindicalistas, ainda que nesse contexto tenha sido assassinado o pai dos mesmos. Essa realidade é sentida por ela como uma inversão de valores: “o que é errado vira certo, e o que é certo vira errado”. Dessa forma, para as crianças e jovens sobreviventes desses espaços, o sofrimento não termina pela aniquilação do pai assassinado, mas se perpetua na vida seguinte dentro do ambiente social.

Se a impunidade prevalece nas relações sociais, também aparece instalada no funcionamento do Estado. De modo crítico, Luzia Canuto se referiu à lógica não transparente e inoperante da justiça em julgar os crimes nesses espaços:

O processo ele na verdade demorou muito, um processo que foi muito, muito lento é, ao ponto de sumir peças do processo e de partes dessas peças serem recuperadas, porque pelo meio desse tempo, por exemplo, um dos juízes que passou pelo processo ele também guardou cópias, foi o Dr... não consigo lembrar o nome, mas ele era de Conceição do Araguaia. Conceição tinha um juiz que era mais defensor dos direitos e tinha um juiz ligado diretamente aos fazendeiros, então um desses juízes guardou cópias do processo, foi como a gente recuperou posteriormente alguns desses documentos, o processo foi muito lento não andava na justiça [...] O que a gente percebeu no meio do caminho, que todas as vezes que o processo tava pra chegar perto, havia um recurso do fazendeiro e esse processo desencaminhava de novo, e no julgamento, na minha opinião o que aconteceu foi uma manobra, manobra pra manter as pessoas livres, eles foram condenados com direito a recorrer em liberdade, e essa ideia de recorrer em liberdade, quer dizer, a primeira condenação diz assim, foi importante condenar e saber que eles realmente eram culpados, que... a condenação já foi importante depois de você passar muitos anos sem ver esse processo andar né, então... mas eles foram de certa forma beneficiados, por esse recurso de recorrer em liberdade, e quando saiu a decretação da prisão os dois fazendeiros que foram julgados foram avisados e eles fugiram, o Laranjeiras tava no município de Xinguara, na época o policial que foi para prender o Laranjeiras e recebeu a ordem de retornar no meio do caminho, e aí na época ele conversou pessoalmente comigo, ele acreditava que a determinação do retorno dele é porque acima dessa determinação da polícia tem uma relação com uma outra instituição que o fazendeiro era ligado, aí quer dizer o próprio policial estava desconfiado disso, e a gente sabia que a articulação foi pra não prender, e eles tão foragido, o Laranjeiras morreu posteriormente e o Vantui até hoje não foi preso (informação verbal)¹³¹.

Todas essas manobras expostas por Luzia – até mesmo o desaparecimento de partes do processo – são artifícios do caminho percorrido desde a instalação do inquérito policial até o oferecimento da denúncia à justiça, envolvendo longos anos até a finalização com o tribunal do júri. Após a infindável peregrinação pela justiça, mesmo com a condenação dos réus, por “meios ocultos”, os agressores terminam por assegurar sua liberdade. Para Luzia, herdeira de João Canuto, o sentido dado por ela ao resultado do julgamento, passa pela ideia de que a primeira condenação, mesmo que não tenha sido seguida pela prisão dos culpados, foi importante para que fossem reconhecidos e condenados os responsáveis pela morte de seu pai.

A perspectiva de análise de Luzia indica a leitura realizada por Felman (2014) sobre os crimes contra a humanidade levados aos tribunais do júri no século XX. Para a autora, esses mecanismos revelam o caráter dicotômico da justiça. Se, por um lado, há pela ação dos “vencedores” a perspectiva do Estado colaborar com a prática de crimes contra a humanidade, legitimando a ocultação da memória e verdade, por outro lado, o espaço do júri oportuniza que a própria história seja levada a júri. A análise benjaminiana dos julgamentos e traumas do século XX, contextualizam para a autora o espaço do júri como uma emergência da voz dos

¹³¹ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira, novembro de 2017.

silenciados, não por ser um espaço privilegiado de rompimento com as causalidades da violência sofrida, mas por abrirem fissuras na história dominante e oficial dos vencedores, com a emergência da história coletiva dos legados ao silêncio pela opressão violenta. No caso da “Chacina da Fazenda Ubá”, a duração da apuração do crime, desde a ocorrência dos fatos até o julgamento, foi de 21 anos. A pesquisa apontou que a via de impunidade pode permanecer mesmo após o julgamento dos casos. Os juris, quando efetuados, não garantem a manutenção das decisões do tribunal do júri, dadas pelas amplas possibilidades de emprego de recursos possíveis pela esfera jurídica. Essa realidade foi observada após a condenação do fazendeiro, condenado a 152 anos de prisão, José Edmundo Ortiz Vergolino, por sua responsabilização tardia pela Chacina da Fazenda Ubá. No ano de 2018 foi visto – pelo filho de uma das vítimas da chacina – circulando livremente pela cidade de Marabá.

Bastos (2013), ao analisar a conduta do Estado brasileiro perante as violações aos direitos humanos nos espaços de luta pela terra, reflete que a condenação dos réus e as punições, constituem parte do reparo à violação. Nesse ínterim, houve uma ação oficial do Estado perante as vítimas da “Chacina da Fazenda Ubá”. Os assassinatos foram cometidos pelos pistoleiros Waldir Pereira de Araújo, Raimundo Nonato de Souza e Sebastião da Teresona, morto no interior do presídio de São José em Belém. Bastos questiona a efetividade dessa medida jurídica, visto que Waldir e Raimundo foram julgados no ano de 2011, à revelia, em São João do Araguaia, e condenados a 199 anos de prisão e estão foragidos. O julgamento do mandante dos crimes, José Edmundo Ortiz Vergolino, ocorreu no dia 12 de dezembro de 2006. Ele foi condenado a 152 anos de prisão, recorreu da decisão e conseguiu medida para cumprimento de prisão domiciliar. No ano de 2019 foi cumprido mandado de prisão contra o fazendeiro, na atualidade com 82 anos¹³².

Ainda em relação à Chacina da Fazenda Ubá, no ano de 2012, foi realizado um acordo entre o Estado brasileiro e os familiares das vítimas da chacina. A Cerimônia de pedido de desculpas do Estado Brasileiro aos familiares de pessoas assassinadas ocorreu vinte e sete anos depois do episódio da chacina, com o objetivo de o Estado reconhecer as violações contra os oito trabalhadores rurais que no ano de 1985 ocupavam a Fazenda Ubá. O evento foi um ato simbólico de reparação, assumido pelo Estado brasileiro como parte do acordo amistoso pactuado pelo Brasil e familiares das vítimas. (BASTOS, 2013).

¹³² Informação disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4612-mandante-de-chacina-de-1985-no-para-e-presos-durante-manifestacao-de-fazendeiros-contra-a-prisao-dos-chefes-da-maior-da-milicia-armada-no-campo-paraense>>

Felman (2014), ao abordar a relação entre história e justiça, afirma que no século XX houve a transição da prática de uma justiça a-histórica para o exercício de uma justiça pautada em pressupostos da constituição histórica, desde o tribunal de Nuremberg¹³³, tornando uma tarefa primordial do direito reparar a verdade sobre as injustiças coletivas. Por mais contraditórios que sejam esses processos de judicialização da barbárie, o que ela chamou de judicialização do trauma, uma finalidade particular incide na justiça crítica da história, a de dar expressão aos silenciados.

Assim, a referida cerimônia de pedido de desculpas do Estado Brasileiro aos familiares das vítimas da Chacina da Fazenda Ubá ocorreu no dia 16 de agosto de 2012, no assentamento da fazenda Ubá, em São João do Araguaia, sudeste do Pará. A cerimônia contou com a presença de representantes do governo federal, estadual, Comissão (CIDH/OEA) e Movimentos Sociais de Luta pela terra, além das organizações que denunciaram o caso aos organismos internacionais, como a SDDH, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), A CPT, e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), além de alguns familiares das vítimas, dentre eles, Carlito, filho da liderança Zé Pretinho. Seguem trechos do discurso de Carlito, vinte e sete anos depois da chacina:

Mas a batalha não terminou, porque a luta foi pela terra, pelo direito de trabalhar. As pessoas que perderam suas vidas, foi por causa da terra, para adquirir um pedaço de chão para que pudesse cultivar e garantir o sustento de seus filhos. Essas famílias ficaram e ainda estão fora do programa do governo federal [...] os mártires partiram, mas as famílias ficaram [...] vinte e sete anos passaram, mas ainda hoje nós podemos contemplar os momentos terríveis que ocorreram em nossas vidas. Esperamos que o Estado Brasileiro possa cumprir com todos os itens do acordo amistoso, com todas as famílias [...] (informação verbal)¹³⁴.

As narrativas de Carlito parecem apontar continuamente críticas ao Estado brasileiro. Esse, além de responsável pela abertura da Amazônia Brasileira ao capital privado, permitindo massacres consecutivos de diversos povos ao longo da história de colonização, sendo essa uma primeira violência, perpetua essa condição ao longo do percurso perseguido pelas vítimas e familiares em busca de concretização de justiça. Tal ponto de vista é marcado na fala do narrador: “os mártires partiram, mas as famílias ficaram”. Seu pai, Zé Pretinho, partiu, deixando sua família. Carlito dispõe os mártires tombados na luta em uma relação

¹³³ O tribunal de Nuremberg inaugurou a definição de crimes contra a humanidade, tornando justicáveis os crimes cometidos contra a humanidade, como os ocorridos em tempos de guerra, os cometidos em vigência de regimes totalitários de governo, crimes contra estrangeiros, etc. (FELMAN, 2014).

¹³⁴ Documentário sobre a cerimônia para realização do pedido de desculpas do Estado Brasileiro aos familiares das vítimas de homicídio da Chacina da Fazenda Ubá. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6ZIJU1QZrOE>>

equânime com os mártires sobreviventes. Em uma das inserções no campo de pesquisa, com esse narrador especificamente, ele reafirmou seu lugar na história silenciada da luta pela terra. O movimento de sua memória, ao se voltar ao passado, dá conta de seu sentimento, hoje, diante das adversidades enfrentadas por ele quando criança:

Então eu tinha a oportunidade de sair, de brincar, de me divertir, sem importar o horário que ia chegar em casa, ainda que meu pai brigasse. Não tinha mais, não tinha essa preocupação. Agora a partir do momento que nós voltamos pra casa e minha mãe disse “agora eu vou ter que ir trabalhar”, e ela não tinha profissão nenhuma até aquela época que ela viveu com meu pai, era só do lar não tinha outra ocupação [...] Eu era o mais velho tinha oito anos ia fazer nove, então ela ia pra roça, os outros, meu irmão tinha dois anos na época, e o restante era só escadinha e eu tinha que, que ficar, aprender. Ela me ensinou a cuidar da casa a fazer a comida, a lavar roupa, a pentear os cabelos das meninas pra ir pra escola e eu ia pra escola, toda essa tarefa não é tarefa de dizer assim, porque, “nam” essa tarefa vai se acabar assim próximo [...] ela me levava pra ir pra roça nos finais de semana né, quando não tinha escola. Quando era o período da escola ela me trocava de período, ia lá, conversava com a professora e dizia “ó o Carlito vai estudar no período da manhã porque a tarde inteira ele vai pra roça me ajudar”. E num era bom não, a gente ia mas não era bom, mas assim eu nunca me opus, dizer que não ia, sempre a gente que era o carro chefe eu e ela (informação verbal)¹³⁵.

O olhar do narrador para as vicissitudes do presente, é carregado de imersões ao passado, onde ele, junto a mãe Marina, assumiu os desdobramentos da perda do provedor da família. Marina, sem nunca perder a relação com a terra, fez dela base para subsistência familiar. Assim, o narrador chama a atenção ao protagonismo que desempenhou ao lado da mãe no enfrentamento das dificuldades da vida, algo talvez subvalorizado na esfera da justiça. Essa, apela na apuração dos fatos e nem sequer faz isso com magnitude – vinte e sete anos da ocorrência da chacina até o julgamento. Assim, o narrador apela para a questão: como reparar a infância perdida? Como reparar a ausência do pai? A reflexão do fragmento de narrativa termina com um recado ao Estado que tardou anos para a ação desempenhada ali naquele momento presente.

Ainda em relação ao evento em memória das vítimas e sobreviventes da “Chacina da Fazenda Ubá”, Francisco de Assis Soledade, que na época era presidente da Federação dos trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), apresentando uma visão crítica a esse processo de reparação simbólica, afirmou:

O Estado não tá vindo aqui porque é bonzinho e porque quer reconhecer...é porque ele está sendo forçado a fazer esse processo. Digo isso porque nós temos vários outros processos que estão engatilhados nesses processos (referindo-se ao pedido de reparo junto aos organismos internacionais, diante da negação do Estado Brasileiro

¹³⁵ Entrevista com Carlito Ferreira da Silva, outubro de 2017.

em julgar e reparar danos e violações). Os parentes de pessoas que foram assassinadas, até hoje essas pessoas não tem um lugar pra trabalhar, pra morar e viver. Então, pra falar em justiça tem que reparar isso também. E aí, na hora de assentar essas famílias, vai ser cometido um outro crime se colocar essas famílias a 300 km de São Félix do Xingu, lá fundo do município de Baião, vai ser outro crime, porque são nesses espaços que os assentamentos tão sendo criados. É hora de botar aqui em torno de Marabá, na beira do asfalto, construir uma casa boa, ter uma escola decente para que os filhos possam estudar, ter o meio de viabilizar a sua produção. Ter um crédito que dialogue diretamente com a realidade vivenciada por nós aqui. Não ser financiamento agrícola empurrado por interesse de outros. Precisa ter uma assistência técnica decente para esse processo¹³⁶.

A narrativa exposta pelo trabalhador indica seu ponto de vista de que o pedido de desculpas e reparo simbólico realizado pelo Estado Brasileiro deveria estar articulado às mudanças nas estruturas sociais que deram condições para que os horrores como aquele ocorressem. Assim, pra ele, não há sentido em assentar camponeses em áreas não compatíveis com uma estrutura para o desenvolvimento da agricultura familiar. Portanto, nos circuitos políticos, a indignação presente no discurso dos atores sociais marca posições frente ao Estado. Esse Estado que “não é bonzinho” precisa se reconhecer nesse espaço de reparações, precisa ser atravessado pelo relato daqueles que violou.

4.6 PERSEGUINDO RASTROS: REDENÇÃO DA MEMÓRIA E ABSOLVIÇÃO DO SOFRIMENTO

Como a estela funerária, erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis. Túmulo e palavra se revezam nesse trabalho de memória que, justamente por se fundar na luta contra o esquecimento, é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte (GAGNEBIN, 2009, p. 45).

No trecho abordado, a autora discorre sobre as relações entre memória, escrita e morte, a partir de uma análise das inscrições funerárias compreendidas por ela como rastros da memória. Por sua vez, túmulo e signo sinalizam para a existência do trabalho de luto por trás da pesquisa simbólica, à medida que tanto o túmulo, quanto a escrita, remetem à ausência do objeto real. Assim, pela perspectiva da autora, o trabalho de luta contra o esquecimento ocorre através do revezamento entre túmulo e palavra, laço articulado para manter viva a memória dos que jazem.

O trabalho da memória nos coloca diante de um dilema. Nos carrega para a presença de uma ausência, “a falta da presença”, como disse certa vez Luzia Canuto no relato do sentimento que vez ou outra a invade em relação à saudade dos pais e irmãos. Estar diante do

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6ZIJU1QZrOE>>

túmulo dos familiares lhe conforta com alguma presença. A tumba suaviza a saudade, a palavra escrita na lápide, o signo que simboliza a morte e vivifica a memória. Conforme Gagnebin “[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente [...]” (2009, p.44). O conceito de rastro interessa especialmente ao estudo da memória por representar a articulação entre passado e presente, dado que o rastro se relaciona a: “[...] presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (idem, p.44). Ao problematizar o conceito de rastro e memória no âmbito da história, a autora reflete sobre uma das mais paradoxais tarefas do historiador: lutar contra a negação da memória, lutar contra a manipulação da verdade e contra a promoção do esquecimento.

A dimensão do conceito de rastro é fundamental para se compreender como memória e afeto possuem relações intrínsecas. A narradora Luzia deixa pistas de como se dá essa relação com os rastros, quando persegue sentidos que lhes relembram a presença de seu pai e de sua mãe a partir da permanência da continuidade da existência dos mesmos na casa, na cidade, na militância, no legado e na força política:

Meu pai morreu em 85, mas a... não tem um dia que eu lembre dele que eu não me emociono, a minha mãe morreu mais recente, mas é a mesma situação, eu diminuí as idas, eu ia direto no cemitério, ai chegou um tempo que a minha mãe, ela mesma dizia pra mim não ir...[...] Ela achava que a gente corria risco ficar indo lá, porque eu ia geralmente final da tarde, ai um dia eu percebi que ela tinha razão ai eu optei por diminuir as idas. Mas era uma prática cotidiana ai depois eu mudei o habito né. Ela achava que a gente corria risco indo sozinho, de tá em horário inadequado né, ela dizia que é um horário de risco, ai eu deixei de ir, ai eu vou menos, mas aqui acola eu passo por lá [...] É algo que na minha família a gente não tem... essa questão... cê sabe onde tá, cê tem uma convivência do passado, aqui acola a gente se pega sentindo *essa falta da presença* né e as vezes eu vou lá [...] agora a memória, lugar é muito forte, muito forte, convivência, a casa, tudo (emocionada). Aí a casa a gente mantém ela a nossa ideia é não desfazer, a casa dos meus pais a gente optou por... por não vender, uma delas que era onde meu pai viveu vai ficar com meu sobrinho, a gente fez um acordo e os irmãos, vendeu parte pra ele, e a outra que a minha mãe morava vai ficar comigo. A minha ideia é reformar e mudar pra ela, acredito que até o ano que vem já devo tá morando lá. [...] então é um lugar que a gente não pretende vender nunca, tem as plantas, é a memória da minha família tudo ali. A gente mantém também algumas coisas que era da minha mãe, parte de documentos, ai tem uma parte com a minha irmã em Goiás, tem parte desse material também comigo arquivado, e ai assim nem arquivo a gente não tem por enquanto, provisoriamente a gente ainda não conseguiu organizar ainda, mas nós temos um pouco de material que guarda um pouco a memória as histórias, tem muita coisa (informação verbal)¹³⁷.

¹³⁷ Entrevista com Luzia Canuto de Oliveira Pereira, novembro de 2017.

Felman (2014), em relação à impossibilidade de sepulcro dos cadáveres de jovens mortos na primeira guerra mundial, produzindo o trauma coletivo pela contradição da inoportuna possibilidade de a sociedade de chorar a perda diante de seus mortos, elucida: “o cemitério significa o espaço na cultura e na história: um túmulo materializa a sobrevivência de um nome na deterioração do cadáver” (2014, p. 72). Para Luzia, não desfazer a casa dos pais é uma maneira de manter a memória da família. Se primariamente essa memória era mais cultivada a partir da tumba, onde lápide, túmulo e rememoração se articulavam para trazer a presença dos familiares mortos, em atitude posterior, esse culto à tumba é transferido para o interior da casa, em uma investida em manter a preservação da memória dos pais: os documentos históricos da família, as fotografias, o quintal que recorda as andanças de dona Geraldina por entre as árvores, as plantas e os bichos¹³⁸. Ao realizar as entrevistas com Luzia na casa onde viveu dona Geraldina, esse ambiente foi sentido, durante a pesquisa de campo, na questão de vida de Luzia em um espaço de constante rememoração da mãe, do pai e dos irmãos mortos. A perda da mãe Geraldina, em 2009, é assunto que mobiliza muitas emoções em Luzia e nas filhas. A fotografia abaixo descreve uma cena lembrada pelos familiares. A presença de dona Geraldina nos espaços que viveu, local onde reside Luzia até hoje:

Imagem 17 – Casa de Memórias



Fonte¹³⁹: <<https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU&t=184s>>

¹³⁸ As imagens da matriarca percorrendo o espaço da casa que é hoje espaço da memória familiar, está presente no documentário: Informação proveniente do filme Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

¹³⁹ Idem 54.

A casa, construída pela comunhão dos irmãos, simboliza a memória de José e Paulo, assassinados nos anos 90; a memória das reuniões políticas de João Canuto, observadas atentamente pelos filhos pequenos, e que compõem boa parte das lembranças de vida que Luzia tem do pai. Ela lembra de si mesma como uma criança amada que teve o colo do pai até os sete anos de idade. Durante a realização da pesquisa de campo, ao falar da casa dos pais, Luzia explicou detalhadamente a organização dos parentes para manter a primeira casa e a segunda casa nas mãos dos familiares para a preservação da memória da família. Também explanou sobre a história de cada um dos imóveis, quem os construiu, quem morou, etc. Do mesmo modo, os descendentes de Luzia, filhas e netos, compartilham dessa memória da família Canuto¹⁴⁰.

Nesse sentido, os que os mortos têm a transmitir? Que transmissão é feita a partir das tumbas, das casas-tumbas, pelos que se foram? Os fenômenos sociais do passado compõem a memória dos vivos e podem ser vivenciados a qualquer tempo, pois o tempo presente é carregado de passado. Para Benjamin (2012), é preciso manter o instante do agora com a centelha da esperança, trazendo a memória dos mortos, relembra-los, redimi-los no presente, frente ao inimigo que não cessa de vencer. Segundo o autor, recordar o passado é também fortalecer no presente os que resistem à dominação dos poderosos na execução das práticas capitalistas.

Desse modo, os mortos das chacinas por conflitos agrários transmitem aos herdeiros as experiências que lhes possibilitam a preservação da vida. Da experiência pessoal vivenciada por Luzia, Joel, Carlito e Edinaldo, constituiu-se a memória social emergente como uma potência para os que estão em enfrentamento da dominação e opressão.

Por essa perspectiva Benjaminiana, as conquistas do presente redimem a memória dos que se foram, como aconteceu com a pesquisadora Luzia. Ela, envolta em sua história de vida, construiu sentidos e ressignificações a partir da memória da família, concomitante aos processos de elaboração dos afetos vinculados a suas vivências. Luzia acredita que a melhor escolha acadêmica que poderia ter feito foi o curso de graduação em história (UFPA- Campos Marabá). Lembra que foi orientada mais de uma vez pelo corpo docente a não adentrar ao campo temático da violência no campo, dada sua história pessoal de sofrimento. Porém, seguindo intuitivamente os laços afetivos que a vinculavam aos seu passado, no curso de graduação pesquisou os conflitos no campo da luta pela posse da terra. A história de Luzia revelou que o temor diante de seu passado de dor foi ressignificado a partir do momento em

¹⁴⁰ Possível espaço para nota de comunicação da morte de Carlos Cabral.

que ela se debruçou sobre o campo de pesquisa, em um trabalho de elaboração do sofrimento. Já no mestrado, realizado também na Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém, deu continuidade as suas análises ampliando os estudos em dois assentamentos conquistados em Rio Maria, sendo eles “Assentamento João Canuto” e “Assentamento Expedito Ribeiro”¹⁴¹. Os projetos futuros da narradora envolvem o ingresso no doutorado onde pretende dar continuidade aos estudos das temáticas já abordadas.

Desse modo, a tentativa dos poderosos de apagamento do trabalho e da memória de João Canuto estimulou, por uma força contrária, a formação de vários historiadores na família Canuto. Esse processo de multiplicação de uma consciência crítica dos membros da família Canuto, presente em suas escolhas, pode ser compreendido como um dos processos de resistência. A memória da ascendência de luta da família suplanta gerações e se organiza em múltiplos espaços de vida.

Embora a justiça dos homens seja falha, com o resultado de impunidade em ambos os processos empreendidos contra os mandantes dos assassinatos, o desejo de dona Geraldina venceu: “falar a verdade é preciso”¹⁴², disse ela ao se referir aos crimes contra trabalhadores rurais na região de Rio Maria. Nem o segundo golpe recaído sobre a matriarca e viúva Geraldina, o assassinato de seus filhos, conseguiu afastá-la da busca pela efetivação de justiça, apoiando os sobreviventes a cada passo de enfrentamento aos embustes judiciais. A verdade do passado atravessa décadas, e as famílias narram a experiência da violência, propagam a memória dos seus entes queridos e fortalecem a resistência contra os processos de dominação. Documentários, pesquisas, escritos e encontros mantêm a memória da luta de João Canuto e sua família viva. Mais que isso, rompem o silêncio e emergem reformulando sentidos na história.

A semente do trabalho de José Dutra da Costa também floresceu em Rondon do Pará, como afirmou sua companheira Maria Joel Dias da Costa:

Eu hoje sou muito contente porque, por mais que muitos trabalhadores não estejam mais na terra deles, primeiro, pela situação de políticas públicas, muitos precisam sair da terra, a falta da escola, a falta da estrada e a falta da saúde... então muitos abandonam a terra porque não tem condições de viver na terra. Porque tu pegar uma terra para trabalhar não é fácil, é muito difícil. Mas hoje, aqueles que continuaram na terra, que persistiram, estão bem, tem moto, tem carro, tem sua vaca de leite, tem sua casa construída. Muitos tem a casa na cidade, tem a casa no lote. Isso para mim é gratificante. Não é meu, mas é como se fosse meu porquê eu vejo aqueles que eu ajudei, aqueles que meu marido ajudou, estão bem. Eu sei que ele deixou uma

¹⁴¹ Assentamentos que haviam sido ocupados em época de sua pesquisa de mestrado.

¹⁴² Informação proveniente do filme *Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça*. Direção: Evandro Medeiros, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

semente e essa semente, ela rendeu, ela foi jogada na terra, ela germinou e cresceu e deu frutos. Então isso é gratificante. Isso para mim é muito gratificante” (informação verbal)¹⁴³.

A organização criminosa da violência no campo não conseguiu eliminar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Rondon do Pará. A tentativa de apagamento dos rastros da violência voltou-se contra o opressor. Desde o assassinato de Dezinho, o trabalho sindical cresceu na região de Rondon do Pará, multiplicaram-se os números de ocupações e hoje a realidade do município é de 14 assentamentos, segundo a entrevistada. Mulheres ascenderam em luta política, ocupando espaços antes só ocupados por homens.

A tentativa de apagamento da verdade, na região do bico do papagaio, falhou. Essa terra regada pelo sangue de muitos povos durante o processo de colonização, mesmo com toda a investida do Estado em não apurar os crimes contra a vida que nela ocorreram, voltou-se contra ele. Assim, o malfeitor impune que transitava livremente pelo território, cruzando olhares com os familiares de vítimas pela cidade, foi oficialmente condenado pela encomenda das mortes de trabalhadores. Desse modo, a verdade tardou para José Edmundo Ortiz Vergolino, condenado a 152 anos de prisão, no ano de 2006, 21 anos após ter contratado pistoleiros para “esvaziar” uma área ocupada por posseiros, conhecida como “Castanhal Ubá”. O descaso com as vidas ceifadas na “Chacina da Fazenda Ubá” foi grande naquele junho de 1985. Da carne dos corpos se fez lama junto às folhas que apodreceram na mata. Lama que jamais desgrudou das botas do fazendeiro Vergolino. Rastro difícil de apagar! No ano de 2019, nesse puxa e encolhe que é a justiça brasileira, Vergolino foi novamente preso. Personagens como “Francisca de tal”¹⁴⁴, foram simbolicamente redimidas de sua memória. Edinaldo, por sua vez, aguarda a “justiça de Deus”, algo que para ele suplanta a tristeza da impunidade.

¹⁴³ Entrevista com Maria Joel Dias da Costa, agosto de 2018.

¹⁴⁴ Trabalhadora grávida assassinada durante a Chacina da Fazenda Ubá, em junho de 1985, não identificada por familiares. Ela consta no processo como uma das oito pessoas assassinadas, porém não foi contemplada pela política indenizatória do Estado, pela inexistência de requerentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CAMPO DE BATALHA E O VESPEIRO DA MEMÓRIA

O Estado que abriu as fronteiras amazônicas na segunda metade do século XX - descompromissado de um projeto de colonização que realmente atendesse ao lema propagandeado de mudar a vida dos homens pobres, sem-terra e sem trabalho - estimulou a migração desenfreada e não democratizou a terra. Ao contrário, desde sempre atuou de forma a redimensionar os grandes latifúndios da herança colonial, a exploração da força de trabalho dos povos e dos recursos naturais. Os conflitos, matanças e a expropriação de pessoas de suas condições de vida ocorreram sob a gestão do Estado, sendo essa a primeira violência a que foram submetidos os povos da Amazônia, uma violência estrutural que surge a partir das esferas políticas, econômicas e simbólicas que remontam o poder metropolitano lusitano. Face similar da violência do Estado é observada no funcionamento precário da justiça, revitimizando os sobreviventes de massacres no campo.

Por outro lado, a negação da verdade histórica, por parte de instituições e pessoas com poder na região, não atingiu seu fim: o apagamento da convivência do Estado com a violência no campo. Não lograra êxito, visto que uma verdade não oficial brota em contraponto à história dos vencedores. No caso estudado, a memória suscita esse papel tão importante de descortinar os eventos violentos ocultos nos meandros das histórias de vida, constituindo não vivências individuais isoladas, mas sim experiências transmitidas através desse complexo laço social formado a partir dos movimentos políticos pela democratização da terra.

Estudos prévios demonstraram a existência de diferentes posições de pessoas submetidas ao luto por violência nos espaços de luta pela terra (SOUZA FILHO, 1997; CAVALCANTI, 2004). Se em alguns casos os estudos alertam para realidades de afastamento desses sujeitos dos espaços de luta política, outros casos corroboram para a compreensão de que algumas famílias se reerguem em meio ao sofrimento, permanecendo nos circuitos sociais que envolveram as mortes de seus familiares. Nos casos estudados na presente pesquisa, mesmo com a destruição de uma condição de vida anterior à tragédia (uma condição de integridade da família), os pesquisados seguiram dando sentidos as suas vidas no local de acontecimentos das mortes.

Nesse contexto, a memória da violência no campo reverbera nos atingidos, sendo a impunidade e a repetição de novos massacres o núcleo que as mantêm presas a dor. Se a impunidade incide em sofrimento, indignação e banalização de vidas, constituindo um ataque à memória dos atores sociais assassinados, sentida como uma tentativa de silenciamento das

vozes emergentes, antiteticamente surgem manifestações não esperadas pelos grupos dominantes agenciadores dos crimes: a resistência e continuidade da luta pelo direito à produção da vida na terra, como famílias camponesas, sendo uma forma de resistência às lógicas violentas da expansão do latifúndio na região.

A permanência dos sobreviventes na arena dos conflitos por terra, sendo que isso poderia ser considerado sem sentido, apontou para a relevância de se estudar a realidade por meio de uma perspectiva de análise das emoções, o que foi atribuído no estudo como um processo contíguo a uma “política de afetos”. Se costumeiramente a subjetividade é legada ao terreno da “desmedida” na ciência, problemática que possui raízes profundas nas discussões científicas da modernidade, a pesquisa empreendeu importantes reflexões sobre a inseparabilidade dos fenômenos subjetivos da realidade atribuída como objetiva.

Se os afetos, dentro da academia, são costumeiramente destinados ao universo “psi”, ao serem descontextualizados do bojo das pesquisas realizadas no sul e sudeste do Pará, faltam as análises das questões sociais emergentes nesse território, pois as produções subjetivas participam da produção desses fenômenos, alimentando com emoções aquela luta política pela terra, a partir das experiências de sofrimento e dor dos próprios atores sociais.

Desse modo, o estudo colaborou para a reflexão sobre os aspectos que atravessam os conflitos e violências nas lutas pela terra na região, adentrando as sinuosidades dos afetos e acompanhando a forma como são plasmados na realidade econômica e social na região. Tais objetos híbridos¹⁴⁵ que surgem a partir das dinâmicas territoriais dos sujeitos, assinalam para a compreensão de que a violência no campo deixa mortos, deixa sobreviventes, deixa uma memória social que alimenta a luta, mas deixa também feridas não curadas nos sujeitos que, a partir dessa memória social da violência, continuam produzindo sentidos particulares em constante relação com as várias dimensões da realidade.

Assim, os assassinatos no campo da luta pela terra produzem subjetivações que afetam o modo de vida de pessoas em suas vidas particulares, mas também alteram o contexto de onde emergem as lutas políticas. As produções subjetivas, além de irromperem repetidamente a memória do passado, alimentando o projeto existencial dessas pessoas no presente, produzem uma relação fronteiriça que oscila entre as particularidades das reminiscências e as agendas políticas de sindicatos e movimentos sociais, provocando uma espinhosa relação desses coletivos com os traumas vivenciados pelas vítimas de violência. É nesse território de

¹⁴⁵ Evocamos novamente a definição de Bruno Latour, para quem os objetos de estudo são “ao mesmo tempo real, social e narrado” (1994, p. 12).”, justamente por desencadear essa crítica aos recursos retóricos que fez a modernidade construir distensões entre o técnico e o político, o afetivo e o mecânico, o químico e o social.

memórias e afetos que os sentimentos gerados, a partir da dor da perda por assassinato e pela impunidade, atravessam pessoas em suas existências singulares e coletivas.

Se por um lado, a partir da perspectiva Benjaminiana, a memória dos mortos relampeja no presente dos sobreviventes de grandes massacres, como os ocorridos nas grandes guerras, por outro lado, esse passado de dor também clama por justiça histórica, constituindo o que alguns autores refletiram teoricamente – Freud (1917[1915]); Gagnebin (2009); Khel, (2009), Rouanet (1981), Felman (2014), dentre outros – como sendo uma parte de um recálque social onde a repetição da violência é um sintoma da não reparação das causas que empreenderam sua ação, impossibilitando a simbolização dos traumas coletivos. Essa realidade atravessa o campo de atuação do Estado, do movimento social, da vida individual e coletiva da sociedade.

Dessa forma, enquanto a justiça tarda nos cenários jurídicos dos julgamentos de crimes de violência no campo, a impunidade continua recriando, através das reminiscências do passado dos sobreviventes, a permanência do sofrimento compartilhado na memória social. Desse modo, as resistências produzidas nos espaços de luta política constituem parte dos processos de elaboração dos traumas vividos, de onde emerge um outro sentido de justiça: a redenção da memória dos mortos, a partir da continuidade da luta, contrariando as forças empreendedoras da morte.

O exame das narrativas permitiu conhecer também que um outro sentido de justiça está correlacionado à preservação da memória e honra do familiar morto, clamando por uma reparação que exima a vítima do estigma de ter morrido como um “invasor de terras”. Nesse caso, a impunidade – não condenação dos responsáveis pelo assassinato – corresponde à impossibilidade de mostrar para a sociedade a figura do camponês assassinado como um agente de transformação social em luta por direitos.

Por uma outra perspectiva, uma espécie de “justiça com as próprias mãos” arrasta os herdeiros à continuidade do trabalho realizado pelo familiar assassinado, não no sentido vulgar da expressão que aparece como “vingança”, mas a partir do sentido da redenção da memória dos mortos. Os narradores e narradoras da pesquisa, ao persistirem na busca por justiça e, ao permanecerem enfrentando a mira covarde da pistolagem, dando continuidade à vida no território lavado com o sangue de seus entes amados, fizeram brotar nessa terra a ampliação da luta por direitos sociais.

O sopro da memória dos silenciados por assassinato ecoa em nossos tempos, como afirmou Walter Benjamin, através da transmissão da experiência de vida e de morte, onde a morte não aparece como um fim, mas como um caminho de difícil travessia para os

sobreviventes em luto. Ao mesmo tempo, as emoções do luto e da luta são um elo com a memória social. Essa memória, se não consegue efetuar a justiça oficial do Estado, promove uma justiça histórica onde os mortos são redimidos da impunidade pelo legado deixado, reivindicando a legitimidade das lutas dos mortos e dos familiares que continuam nas lutas políticas pela terra.

De forma paralela, a pesquisa também permitiu a maturação teórico-conceitual de algumas categorias importantes para o estudo, como as reflexões sobre subjetividade e intersubjetividade a partir de uma perspectiva não dicotômica da realidade. Até que ponto uma história de vida pertence ao indivíduo ou ao seu grupo? Se as produções subjetivas constituem construções sociais e comunitárias, permeadas por relações e vivências compartilhadas, pensadas e significadas comunitariamente através da experiência, elas produzem um modo de ser e viver, em constante relação com a dimensão histórica e social. São histórias de Carlitos, Marinas, Luzias, Edinaldos, dentre muitos outros atores sociais que compõem a memória coletiva desse lugar onde brota o sangue e a luta.

No aspecto metodológico, outro campo onde a subjetividade sofre temerosas e assépticas contraindicações, o estudo lançou reflexões em relação à intersubjetividade no campo de pesquisa, onde objeto e pesquisador são materialmente equivalentes, por isso, de igual modo estão inseridos em processos de subjetivação que fazem parte da produção do conhecimento. Tal realidade fez brotar reminiscências, elaborações oníricas, afetos e também germinou o espaço criativo que permitiu a finalização desse trabalho.

Nesse sentido, trago uma vivência brotada a partir de minhas elaborações afetivas em campo. Em um dia qualquer - desses tantos em que estive mergulhada no cenário da violência no espaço da luta pela terra, em constante contato com as narrativas de sobreviventes, fontes documentais e cotidiano de vida dos sujeitos pesquisados - ao acordar pela manhã, senti ter sido despertada por uma voz proveniente de uma produção onírica. Já acordada, fiquei atenta ao intrigante enunciado, que parecia estar em outro idioma, pronunciado por uma voz um pouco infantil, que eu escutava assim: “U – NO – KO – MI”. Leigamente, tive a impressão de se tratar de uma frase em japonês. Mobilizada pela estranha sonoridade, dei cordas ao jogo do inconsciente que despertou em mim uma lúdica curiosidade. Decidi verificar no google tradutor¹⁴⁶ em busca de alguma tradução da palavra em português. Para minha surpresa, diante da total ignorância quanto ao idioma japonês, a frase tinha uma tradução do japonês para o português: “Campo de batalha”.

¹⁴⁶ Serviço virtual gratuito do google para tradução de textos em diferentes idiomas.

Intrigada, passei a questionar sobre a que se devia esse campo de batalha do meu sonho. Meu devaneio tinha algum nexo com algum resto diurno anterior? Examinei algumas possibilidades ligadas ao labor diário, mas nada parecia expressar algum sentido. A que “campo de batalha” eu estava implicada? Em uma tentativa, bem ao modo da razão, refleti se teria alguma relação com os “campos de batalha” travados pela humanidade a que eu tanto me debruçava através do trabalho acadêmico. Por outro lado, refleti sobre a possibilidade desse “campo de batalha” estabelecer alguma relação com as narrativas da morte que circundavam minha pesquisa de campo. Mais acuradamente, o “campo de batalha” me remeteu à morte, ao ato de matar e ao morrer.

Afrouxando as amarras da racionalização, a reflexão trouxe à cena o fascínio de Antígona perante o brilho da morte, em um jogo em que a falta lhe apontava o caminho a ser trilhado. A morte circundante ao contexto da pesquisa atravessou a pesquisadora: “U – NO – KO – MI”, recobrava constantemente as emanções da voz pueril. Assumir nossa inclinação inconsciente em relação às práticas da morte parece oportuno nesse “campo de batalha” que é o mundo e a história da humanidade, a partir da qual cada vez mais nos afastamos da atitude de estranhar as contradições da vida social “civilizada” que nos parece tão naturalizada. Nesse sentido, relembremos as reflexões de Zizek ao afirmar os contrassensos dos discursos filantropos clementes pelo reino da paz, mesmo que o caridoso doador ofereça aos pobres com uma mão, o que rapidamente com a outra lhes arranca, através das múltiplas formas de empreender a sustentabilidade dos ciclos de produção econômica capitalistas.

Assim, os abismos entre os homens, a partir da vida social, se dão por meio das relações fronteiriças da alteridade, onde o “estranho” da cultura – o eu e o outro – e o “estranho” do inconsciente – o eu e o “Outro” – nos mobilizam em direção a “estranhos caminhos”, como a escolha em permanecer no campo de batalha versus a escolha em dissimular estar fora dele. A falta simbolizada na busca pelos sentidos da vida se sobrepõe à inevitabilidade da morte, apagando da consciência essa primeira contradição do porvir: a finitude.

Em consonância com a noção de entre-lugar dado entre a pesquisa de campo e a pesquisadora, ou se quiser, entre a potência das emoções no ato de lembrar, não pude deixar de rememorar a cena em que Edinaldo evoca o ataque de marimbondos sobre o seu pai, ocasionado, segundo o narrador, pela ganância de um fazendeiro. As marcas das ferroadas sobre o corpo paterno agora são transfiguradas para as batalhas da memória, onde limpar o campo ou dissipar o vespeiro com a fumaça adquirem novos sentidos que a cena do convívio

com essas pessoas permitiu, afinal, à pesquisadora, deslinda no texto ora finalizado, um correr de páginas marcado pelas ferroadas do campo, seus limites dolorosos e avanços cuidadosos.

Desse modo, reconhecer o “campo de batalha” presente na sociedade pode constituir o reconhecimento das tensões existentes entre os diversos “estranhos” que habitam a cena da civilização nas relações fronteiriças da alteridade. Admitir nossas inclinações ao desejo de aniquilação de si, ou de outrem, não significa prosseguir com a prática de atos de barbárie, mas significa dar às pulsões inconscientes, que atravessam a vida em sociedade, os contornos necessários para que se manifestem através de vias menos nocivas, ao contrário de como tem sido abordada em nossa dita vida civilizada, através da negação da vida pulsional, mecanismo ineficiente e produtor dos mais diversos espaços de violência, como tem empreendido a humanidade ao longos dos séculos de sua história. Um reflexo disso pode ser percebido nas tentativas de apagamento das manifestas violências no campo.

Nesse sentido, parecem sensatas as observações de Zizek e Freud quanto a afirmarem as contradições da civilização. A violência que opera nos “campos de batalha” da luta pela terra faz parte desse quadro social que muito escandalosamente dispõe uma ínfima parcela de ricos erguidos à custa da exploração da força de pobres. Esses compõem uma grande massa de trabalhadores, atacados de várias formas ao longo da história da ocupação dessa região. Coletivamente, ou individualmente, pessoas foram feridas em suas integridades físicas e psicológicas, como os sobreviventes de chacinas e massacres, explorados em sua força de trabalho, coisificados e humilhados em condições indignas, arrastados à miséria, à doença e à morte, como foi observado nessa pesquisa.

Abordar a violência como uma força atuante nos processos constitutivos de transformação da realidade social – ao contrário de como tem sido compreendido o termo no discurso contemporâneo – faz pensar a diversidade de fatos históricos que promoveram abalos na engessada estrutura da sociedade organizada a partir da divisão de classes. Esses processos são contíguos às análises de Zizek quando afirma que tão violento quanto o ato de matar é o ato de resistir à opressão e exploração, no sentido de que a resistência política à exclusão empreendeu mudanças na transformação da realidade social conhecida historicamente. Desse modo, o fenômeno da ocupação de terras da região sul e sudeste do Pará, através da organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, está inserido nesse cenário “violento” da circulação de forças em disputa. Cada uma das lutas dos sindicatos, dos sindicalistas, das famílias dos mortos, é uma manifestação dessa violência, violência que foi exercida sobre eles e violência que eles imprimem ao não deixar o local, ao se manterem lutando e fazerem resistência. Dito de outro modo, é fundamental problematizar os revestimentos e simulacros

moralizantes que encobrem os sentidos da violência em distintos contextos sociais, parte do jogo sombrio que movimenta as ferroadas em qualquer campo de batalha.

Esse contexto tem sido grandemente trabalhado pelos movimentos sociais no intuito de transformar a realidade e manter as possibilidades de continuidade da mobilização social. Porém, essas formas terminam por também negligenciar, conscientemente ou não, os afetos dos familiares envolvidos, pois não problematiza a ação política a partir do cuidado emocional das famílias dos mortos.

É sabido que a realidade dos sobreviventes de chacinas tem circulado nos discursos das entidades políticas de luta pela terra, especialmente no que se refere à inclusão da memória dos atingidos pela violência no campo nas lutas do presente, o que, em muito, tem contribuído para o fortalecimento dos movimentos sociais. Porém, tais discussões políticas, em determinados contextos, não conclamam o cuidado com as emoções dos atingidos pela violência como um ponto a ser pleiteado junto a outros direitos. O cuidado com as feridas dos traumas tem sido realizado comunitariamente e solidariamente, porém, tais medidas podem ser insuficientes para acolher as dores íntimas não trabalhadas nos processos de continuidade da luta política. Com todo o histórico de violência no campo, na região, urge uma maior receptividade da ideia de amparo psicológico, algo não enfaticamente pautado nas lutas por direito em sentido mais amplo.

Um exemplo disso são as limitações da vida do sobrevivente após as mortes dos familiares. Um sobrevivente de chacina não pode velar seus mortos seguramente, porque ir ao cemitério pode ser arriscado demais. O sobrevivente não pode ir seguramente ao hospital, porque lá pode ser atendido pelo filho ou filha do fazendeiro que é médico e pode lhe dar uma dose letal de alguma substância – medo expresso por umas das narradoras sobre não se sentir segura em ir ao hospital, mesmo quando necessita. As possibilidades reais da concretização dos medos e riscos, expressos pelos entrevistados por pensamentos e sentimentos em suas narrativas, dão conta do que é viver no espaço da morte. Um trabalho de pesquisa posterior pode buscar compreender como esse “descuido” com as emoções reflete na vida de netos e descendentes de pessoas assassinadas por violência no campo.

Em relação às considerações finais desse trabalho, cabe ressaltar algumas dificuldades observadas na construção da pesquisa. A primeira dificuldade sentida foi em relação à disponibilidade dos pesquisados, dificultada pela organização da vida de cada um. No caso de Maria Joel Dias da Costa, houve limitações em seu acompanhamento, visto que a mesma apresenta uma agenda bastante comprometida com o trabalho sindical; depois, por questões

de segurança de Maria Joel, acompanhada diuturnamente por um agente da polícia, sentia-se sempre uma tensão no quesito segurança da sindicalista e do espaço ao seu entorno.

Luzia Canuto de Oliveira Pereira, professora vinculada a dois municípios (Rio Maria e Xinguara), se mostrou bastante receptiva aos convites para entrevista, porém, os momentos de convívio com Luzia também envolviam uma alteração de seu cotidiano. A trabalhadora não poupou esforços para colaborar com a pesquisa, inclusive ocorreu de a mesma conceder uma tarde de entrevista sem almoçar, só ao final da tarde mencionou ter vindo direto de Xinguara para Rio Maria (nesse dia ela lecionava nas duas cidades) e a forma que ela encontrou para empregar um tempo para a participação na pesquisa foi dispensar seu almoço. O narrador Edinaldo divide o cotidiano de trabalho entre Belém e Marabá, presta serviços profissionais dentro e fora da oficina de rebobinagem de motores, além de apoio voluntário oferecido por ele às vítimas de violência. Com o narrador Carlito e sua mãe Marina foi possível realizar um trabalho de maior acompanhamento do cotidiano da família, para além das entrevistas.

Além dos obstáculos encontrados no próprio percurso da pesquisa, outras questões também foram limitantes, como o fato de ter realizado o mestrado sem licença do trabalho, fator combinado a outras responsabilidades, como o fato ser também mãe e mantenedora financeira dos dependentes, impossibilitando um afastamento do trabalho. Porém, mesmo com tais limitações, o estudo identificou um vasto material empírico que pode ser explorado em pesquisas futuras a partir desse trabalho de dissertação. É importante ressaltar que os contatos anteriores ao trabalho de pesquisa acadêmica, por ocasião do acompanhamento dos casos junto a equipe interdisciplinar da SDDH, permitiram-me realizar importantes apreensões das vivências do luto e da luta dos sobreviventes, o que foi importante para as análises das narrativas dos mesmos no percurso hodierno.

Certamente, ainda que este estudo seja um alerta para o Estado brasileiro, no que se refere à necessidade de políticas que assegurem às vítimas de violência no campo a garantia de dignidade, segurança e medidas de justiça, e estenda um aceno sobre o papel estratégico da “política dos afetos”, formas de resistência a partir das subjetividades no horizonte político de trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos e povos do campo em geral, esta dissertação se destina, fundamentalmente, a alcançar ouvidos com senso de indignação, pessoas que sejam terra fértil na arte de ouvir e narrar, novas testemunhas para perpetuar a memória tanto daqueles que se foram, como também quando nós, os vivos, perdermos a capacidade de narrar.

Tal como a lancinante ferroadade marimbondos recuperada pela lembrança de Edinaldo – o sobrevivente! A memória ultrapassa vivos e mortos justamente pela capacidade de transfigurar o passado pela força da cicatriz inscrita nos afetos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa:8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Chacinas e massacres no campo**. Vol. 4. São Luís: Editora do Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997, p. 19-48.

ALVES, Margarida Negreiros; BEZERRA, Rosemary Lima. Luta pela Terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará. In: SILVA, Idelma Santiago; ALVES, Margarida; PEREIRA, Airton dos Reis; POSSAS, Hiran de Moura; SILVA, Jerônimo da Silva (Org.). **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental**. Belém: Paka-Tatu, 2017.

ANTONELLO, Diego Frichs; HERZOG, Regina. A memória na Obra freudiana, para além da representação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 64 (1), 2012, p. 111-121.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: UNESP, 2000.

BARBIERI, Natália Alves; SARTI, Cynthia Andersen. Psicanálise e antropologia: diálogos possíveis. **Revista latino-americana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 1, março. 2011, p. 57-69.

BARREIRA, César. Crônica de um Massacre Anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em perspectiva**, 13(4), 1999.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo. Ática, 2004.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas vol. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas vol. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. Sobre o conceito de História. In: _____. O anjo da história; organização de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

BITTENCOURT, Elisabeth. **Rumores internos, entre o mal estar, a psicanálise e o direito**. Empório do Direito. Florianópolis, 2017.

_____. **Vaidade no feminino**. Rio de Janeiro, Cia de Freud, 2012.

CARNEIRO, Mirian Sumica. Austerlitz: luto e melancolia nas memórias do indizível. **Revista garrafa**. Jan-mar 2013, p. 1-16.

CAVALCANTI, Andressa Katherine S.; ZUK, Milena Lieto S.; BONFIM, Tânia Elena. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicólogo em formação**, ano 17, n, 17 jan./dez. 2013, p. 87-105.

CAVALCANTI, Kléster. **Viúvas da terra, morte e impunidade nos rincões do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2004.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Larousse. Artes médicas, 1995.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia, 2017.

CORRÊA, Victor Augusto. **A expressão do pesar nas atividades ocupacionais quando alguém querido morre**. (Dissertação) Curso de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

COSTA, Luciana Miranda. **Discurso e Conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás**. Belém-UFPA/NAEA, 1999.

COSTA, Oziléa Souza. **O efeito traumático do abuso sexual: contribuições da psicanálise para a intervenção no âmbito jurídico**. (Dissertação) Curso de pós graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará. Belém. 2014.

CRAPANZANO, Vincent. A cena: lançando sombra sobre o real. **MANA** 11 (2), 2005, p. 357-383.

CROPANI, Ottaviano de Fiore di. Prestes, o nacional desenvolvimentismo e a revolução mundial. **Lua nova: revista de cultura e política**, nº 31, São Paulo, 1993, p. 209-228.

DORON, Roland; PAROT, Françoise. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário de língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

FREIRE, Milena. **Isolamento e sociabilidade no trabalho de luto**. São Paulo: Edufrn, 2006.

- FREUD, Sigmund. **A etiologia específica da histeria**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago editora, 2006.
- _____. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: _____. **Obras Completas**. Vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. Luto e melancolia. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. Luto e melancolia. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 2006
- _____. O mal-estar na civilização. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas**. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Carta 52. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GUERRA, Gutemberg Armando. **O posseiro da Fronteira: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: Ed. Pakatatu, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora vértice, 1990.
- HÉBETTE, Jean. **Cruzando Fronteira, 30 anos de estudo de campesinato na Amazônia**. V. II, Belém: UFPA, 2004.
- HUR, Domenico Uhng; LACERDA Júnior, Fernando. Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37 (núm. esp.), 28-43. Universidade Federal de Goiás.
- KHEL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. Editora Boitempo, 2009.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A antropologia das emoções no Brasil. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. Universidade Federal da Paraíba, vol. 4, dezembro de 2005. João Pessoa: GREM, 2005.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Gilberto Velho: um precursor da antropologia das emoções no Brasil. In: V Reunião Equatorial de Antropologia XIV Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste. GT 01 – Antropologia das Emoções e da Moralidade: Emoções, Lugares e Memória Maceió – Alagoas Julho, 2015.
- _____. O luto no Brasil no final do século XX. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p.593-612, Set./Dez. 2014.
- _____. Sofrimento íntimo: individualismo e luto no Brasil contemporâneo, p. 77-87, **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia da Emoção**. Universidade Federal da Paraíba, vol. 1, n. 1, abril de 2002.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2005.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília/UNB, 2004.

LOBATO, Mateus; EMMI, Marília. Migração na fronteira: um encontro de trajetórias em Marabá – Pará. **Caminhos da Geografia – revista on-line**, Uberlândia–MG, v.15, n.51, setembro, 2014.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LURKER, Manfred. **Dicionário de Simbologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 1999, p. 97-128.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Dimensões Políticas da violência no campo. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. I, 1996, p. 126-141.

MORENO, Maria Manoela Assunção. **Trauma: o avesso da memória**. (Dissertação) Curso de Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. São Paulo: Biblioteca Universitária. Publicações Europa América, 1976.

NEVES, Marcos Freire de Andrade; DAMO, Arlei Sander. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de porto alegre. **MANA**, 2016, p. 7-36.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral – uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: companhia das letras, 1998.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**, V. 16, n.2. Belém-PA, dez 2013, p. 225-253.

PEREIRA, Ailton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

_____. A participação das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra no sul e sudeste do Pará. In: SILVA, Idelma Santiago; ALVES, Margarida; PEREIRA, Ailton dos Reis; POSSAS, Hiran de Moura; SILVA, Jerônimo da Silva (Org.). **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental**. Belém: Paka-Tatu, 2017.

PEREIRA, Luzia Canuto de Oliveira. **Terra e natureza: assentamentos rurais de Rio Maria (1974-2004)**. (Dissertação) Curso de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará após 1964. In: _____. **Marabá na época das grandes transformações**. Belém: Ed. Paka-tatu, 2003.

RESENDE, Anita Cristina. **Para Crítica da Subjetividade Reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

RIVERA, Tânia. Entre dor e deleite, Luto e melancolia. Resenha de Freud, Sigmund; Kehl, Maria Rita; Peres, Urania T.; Carone, Modesto e Carone, Marilene (tradução de Marilene Carone). **Novos estudos. CEBRAP**, n. 94, São Paulo, 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SANTOS, LÍlian Braga dos; LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Sobre a memória em Freud: uma introdução. **Revista língua, literatura e ensino**, vol. III, maio – 2008, p. 491-497.

SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. (Tese) Curso de pós graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

SILVA, Jerônimo da Silva e; MOREIRA, Edma do Socorro. Sob a fronteira: apresentação. **Revista Confronteiras**, ano 1, n. 1. UNIFESSPA. Abril, 2017.

SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista PSIC. CLIN.**, Rio de Janeiro, Vol.20, N.1, 2008, p.65 – 82.

SILVA, Susete Matos. **Histeria e Saúde Mental: escutar o sujeito entre os outros**. Curitiba: Appris, 2015.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A poética do cotidiano missionário: etnografia e reflexão sobre si mesmo. Compartilhando imagens e emoções com os contadores de causos nas Missões Gaúchas. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 16, 2007, p. 13-29.

SOARES, Edirrah Gorett Bucar; MAUTONI, Maria Aparecida de Assis Gaudereto. **Conversando sobre o luto**. São Paulo: Editora Ágora, 2013.

SOUZA FILHO, Benedito de. Chacinas e massacres no campo. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). **Sábado de aleluia tem carne: conflito agrário e estratégias de reprodução camponesa**. Vol. 4. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas –UFMA, 1997.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. **Experiência do Outro, estranhamento de si**. Dimensões da alteridade em antropologia e psicanálise. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2015.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000. Vol. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas Sociais, 2009a.

_____. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b.

VIEIRA, Marcos Sardá. Tragédia e aprendizado. Resenha. **Cadernos pagu** (46), janeiro-abril, 2016, p. 461-469.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**, seis reflexões laterais. São Paulo, Boitempo editorial, 2014.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FILMES

Ubá, um massacre anunciado. Direção: Evandro Medeiros. Produção: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. 2006. 31 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9zitP9MFVz0>

Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça. Direção e roteiro: Evandro Medeiros. 2010. 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>

Ninguém come carvão. Direção: Vicent Carelli. 1989. 15 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XWDslcAnxcA>

Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta, esperança de justiça. Direção e roteiro: Evandro Medeiros. 2010. 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUANeKtieUU>